


RELATÓRIO
E CONTAS
2025

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	4
2025 EM DESTAQUE.....	7
A - A EMPRESA.....	13
1. QUEM SOMOS.....	13
1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	13
1.2 DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA.....	14
1.3 CADEIA DE VALOR.....	16
2. AS NOSSAS PESSOAS.....	17
3. OS NOSSOS STAKEHOLDERS.....	28
4. MODELO DE GOVERNO.....	29
4.1 ESTRUTURA ACIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS.....	29
4.1.1 ESTRUTURA ACIONISTA.....	29
4.1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	30
4.1.3 ÓRGÃOS SOCIAIS.....	31
4.2 CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES.....	34
4.3 SUCURSAIS.....	34
5. A SUSTENTABILIDADE.....	35
B - O NEGÓCIO.....	43
6. A ENVOLVENTE.....	43
6.1 CONTEXTO MACROECONÓMICO.....	43
6.2 O SETOR.....	45
6.3 CONTEXTO REGULATÓRIO.....	53
7. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	58
8. A ATIVIDADE.....	63
8.1 INTRODUÇÃO.....	63
8.2 ÁGUA E SANEAMENTO EM BAIXA.....	64
8.3 A ATIVIDADE OPERACIONAL.....	65
8.3.1 QUALIDADE DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO PARA CONSUMO HUMANO.....	73
8.4 OUTRAS ATIVIDADES.....	79
8.4.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA.....	79
8.4.2 OBRAS E PROJETOS.....	82
8.4.3 GESTÃO DE EMPREITADAS.....	83
8.4.4 COMERCIAL.....	85
8.4.5 SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO (STI).....	92

8.4.6	JURÍDICO LEGAL	94
8.4.7	CONTABILIDADE E GESTÃO FINANCEIRA	96
8.4.8	COMPRAS E LOGÍSTICA	99
8.4.9	COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	106
9.	RISCO E CONTROLO.....	109
9.1	GESTÃO DO RISCO	109
10.	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	117
10.1	INTRODUÇÃO.....	117
10.2	SITUAÇÃO ECONÓMICA	117
10.3	SITUAÇÃO FINANCEIRA	118
10.4	INVESTIMENTOS	119
11.	PERSPETIVAS FUTURAS.....	119
12.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	120
13.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
14.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	122
15.	ANEXO I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA E DISPOSIÇÕES LEGAIS 2025	123
16.	RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS.....	148
17.	ANEXO AO RELATÓRIO.....	149
C –	CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025	153
1.	CONTAS INDIVIDUAIS	153
1.1	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA.....	154
1.2	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL.....	156
1.3	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	157
1.4	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	158
1.5	DEMONSTRAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	159
2.	DESPACHO DE APROVAÇÃO DO PAO 2025-2027	233
3.	PARECERES DO CONSELHO FISCAL E DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.....	234

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Na manhã 28 de abril, reuníamos com um dos nossos acionistas Municipais, quando, subitamente, as luzes da sala falharam, hesitaram, num tremor incerto, e fraquejaram; o comentário — "é o gerador a funcionar" — foi o primeiro sinal de que havia um problema. Ainda funcionavam os telemóveis, e já se semeava algum alarmismo e conspirações mundiais ... " ... é a nível europeu".



Concluída a reunião, o regresso à sede da empresa foi um vislumbre de um cenário de crise: postos de combustível inoperantes por falta de energia, a ausência de comunicações e de informação (a rádio informava-nos, em entrevistas de rua, o que achava do assunto um morador incógnito algures...). Próximo de Viana do Castelo, o tráfego estava condicionado por longos engarrafamentos causados por enorme fila na estrada numa tentativa de acesso ao único posto de combustível ainda a funcionar. Ao chegar à nossa sede, o cenário era de isolamento tecnológico — não havia energia, rede móvel, internet ou canais tradicionais para contactar os nossos trabalhadores, os nossos piquetes e fornecedores críticos e clientes.

Aonde a Tecnologia Falha, a Organização Prevalece

Contudo, o que encontrei, ao entrar no nosso Gabinete de Gestão de Emergência, foi a prova da maturidade desta organização. Sem ecrãs ou sistemas digitais, o grupo de gestão de emergência já estava reunido. Num *flip chart*, a estratégia desenhava-se à mão com informação atual, mapeamento de clientes críticos e zonas prioritárias, hierarquização das nossas reservas e origens de água, zonas de fornecimento de água; definiu-se a atuação e criaram-se estafetas humanos.

Sem comunicações, voltámos ao essencial: as equipas deslocaram-se fisicamente aos nossos principais fornecedores e aos centros de Proteção Civil Municipal e Distrital. Definimos, no imediato, pontos de encontro físicos e horas fixas para o "reencontro" e partilha de informação recolhida no terreno e decisões. Foi esta articulação que nos permitiu garantir geradores para zonas críticas (- obrigada proteção civil municipal!), e gerir as nossas redes de forma cirúrgica para manter o serviço essencial em funcionamento com o menor número de falhas possível.

Ao cair da noite, a energia começava a ser reposta, e o sentimento de urgência deu lugar a um otimismo gratificante. Os sistemas foram sendo repostos, as equipas continuaram a trabalhar durante a noite e o impacto no serviço de abastecimento de água — o nosso compromisso maior com a população — foi muito reduzido, impercetível para a grande maioria das famílias, serviços e empresas, apesar da magnitude do evento.

Este episódio não terminou com o regresso da energia. Elaborámos um *After Action Report*, identificando ações de melhoria interna. Dialogámos com os nossos fornecedores sobre as vulnerabilidades expostas, identificando o que deve permitir aumentar a resiliência do serviço que prestamos.

Este Relatório e Contas, é o reflexo de uma empresa que sabe o propósito da sua atividade, garantir que nunca falte o serviço público essencial que prestamos aos cerca de 115 mil clientes que servimos. São mais, quase, 2 mil clientes do que no ano anterior, que têm garantia de água segura (99,5% de qualidade da água, e 99,2% de conformidade de água residual tratada pela AdAM, os valores melhores de sempre).

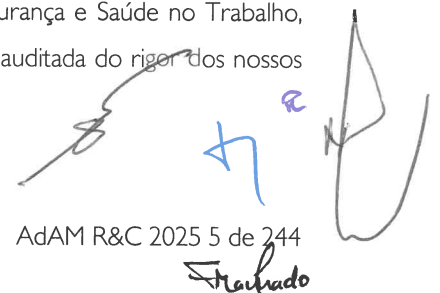
Este universo de clientes corresponde a uma atividade que na área económica e financeira melhorou também, relativamente ao ano de 2024, e mesmo relativamente ao que tínhamos projetado no Plano de Atividades e Orçamento para 2025. Reduzimos o desvio de recuperação de gastos (a diferença entre os nossos rendimentos, e todos os gastos que temos), e aumentamos, relativamente ao exercício de 2024 3,3% o valor do *EBITDA*. A AdAM continua com um rácio de *dívida líquida/EBITDA* muito baixo, inferior a 2,5.

Prestamos o serviço praticando as mesmas tarifas do ano 2024, sendo evidente a pressão que a AdAM sofreu do lado da alteração de gastos em praticamente todas as rúbricas. Com responsabilidade nossa, encerramos o ano com um nível de água não faturada de 34,7%, valor que traduz um elevado aumento de roturas nas nossas redes particularmente durante o verão, algumas de grande dimensão, e as limitações na deteção ativa e na eficácia de reparação. Nas afluências indevidas, tivemos sucesso num conjunto de atuações, em zonas críticas, trabalhando com os municípios e com a Águas do Norte, mas sem tradução nos resultados globais.

Esta área da eficiência hídrica é primordial para a sustentabilidade da AdAM e preparamos um procedimento para escolha, num processo de procura pública e internacional, de um parceiro para aumentar a nossa capacidade de resposta, que dê origem a um contrato baseado na *performance*, e com objetivos mínimos a atingir.

Continua o apoio aos Parceiros Municipais, quer na procura de soluções para atingir os indicadores de atendimento em infraestruturas de água e saneamento, quer na gestão do Programa de base Regional já existente. Aumentamos o investimos na melhoria das infraestruturas sob nossa gestão, relativamente ao exercício de 2024, realizando mais de 6,5 milhões de euros.

Consolidamos o sistema integrado de Gestão de Qualidade, Ambiental e Segurança e Saúde no Trabalho, fornecendo aos clientes, Parceiros e outras partes interessadas, uma evidência auditada do rigor dos nossos processos.



AdAM R&C 2025 5 de 244
F. Machado

A AdAM sabe o propósito da sua atividade, garantir a qualidade do serviço que presta, com continuidade e resiliência, de forma sustentável, focada nas necessidades de água potável e saneamento das pessoas, famílias, instituições e empresas da região. Aos utilizadores dos nossos serviços, os nossos clientes, um agradecimento pois é para eles que trabalhamos, e fazemo-lo empenhados em satisfazer cada um, mas num enquadramento exigente na uniformização dos respetivos níveis de serviço.

As pessoas da AdAM são a base para o que atingimos, e estou certo, que partilhamos este objetivo de qualidade deste serviço essencial, base para um processo de melhoria contínua do que fazemos. Para as nossas pessoas fica expresso o reconhecimento e agradecimento pelo que a AdAM atingiu em 2025.

Um agradecimento também aos acionistas, a Águas de Portugal e os Municípios de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Caminha, Arcos de Valdevez, Valença, Vila Nova de Cerveira e Paredes de Coura pela responsabilidade que nos confiaram e acompanhamento permanente e apoio. Ao Conselho Fiscal pelo exercício de controlo e verificação da nossa sociedade, mas também do muito frequente apoio pedagógico na sua atividade de inspeção. À sociedade revisora e auditora pela forma rigorosa, mas próxima, com que estabelecem o acompanhamento da empresa e a disponibilidade permanente da sua equipa. À Entidade Reguladora, à APA e à autoridade de saúde instituições essenciais para nós e para o setor aonde prestamos serviços públicos. Aos prestadores de serviço e fornecedores, sem os quais não podemos muitas vezes responder às necessidades dos nossos clientes.

Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos



Presidente Executivo do Conselho de Administração



F. Machado

2025 EM DESTAQUE

O ano de 2025 ficou marcado por desenvolvimentos estratégicos relevantes para a AdAM, nos planos económico-financeiro, regulatório, operacional e organizacional.

Em articulação com o acionista maioritário, AdP – Águas de Portugal, S.A., foi concluído o estudo de revisão dos pressupostos económico-financeiros da Parceria do Alto Minho, nos termos contratuais aplicáveis. Os cenários de evolução do modelo e eventuais ajustamentos tarifários estão a ser analisados pelos acionistas Parceiros e serão apreciados em 2026 pela Comissão de Parceria (encontrando-se ainda pendente a designação do respetivo Presidente).

No domínio da gestão e certificação, a Empresa consolidou e renovou as certificações dos Sistemas de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2015), Ambiental (ISO 14001:2015) e de Segurança e Saúde no Trabalho (ISO 45001:2018), na sequência das auditorias realizadas pela APCER – Associação Portuguesa de Certificação.

Ao nível operacional, o contexto revelou-se particularmente exigente. A dimensão do sistema (1.590 km² e cerca de 3.880 km de rede), o elevado número de roturas e as limitações na deteção ativa de fugas, e na reparação, condicionaram o desempenho na redução de perdas. O indicador de água não faturada situou-se em 34,7%, valor muito elevado, e com consequência nos indicadores económico-financeiros da empresa. Acresce a não atualização tarifária prevista para 2025 (mantendo-se ainda os preços de 2024), com impacto estimado de 0,5 milhões de euros no Volume de Negócios, bem como a não aprovação, no PAO 2025-2027, para o ano 2025, da aquisição de viaturas destinadas ao reforço das equipas operacionais, fatores críticos para o cumprimento do plano de redução de perdas reais e aparentes.

Em abril, entrou em vigor o novo regime de compensações por incumprimento dos níveis mínimos de qualidade do serviço, reforçando as exigências regulatórias e a centralidade do utilizador final.

Destaca-se ainda a aprovação, pelo Conselho de Administração, da proposta de Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água para Consumo Humano e Saneamento de Águas Residuais do Sistema de Águas do Alto Minho, bem como o lançamento do projeto LAC – Líder no Atendimento ao Cliente, orientado para a melhoria contínua da experiência do cliente.

Em 31 de dezembro de 2025, a AdAM contava com 192 trabalhadores/as. Globalmente, 2025 evidenciou a resiliência da organização e a sua capacidade de adaptação a um contexto exigente, mantendo o foco na sustentabilidade, na eficiência e na qualidade do serviço público prestado, bem como na valorização do capital humano.

Salienta-se ainda que o PAO 2025-2027 foi submetido na Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial em 5 de novembro de 2024 e foi aprovado pela Secretaria de Estado do Tesouro a 06 de janeiro de 2025 e a 10 de janeiro de 2025 pela Secretaria de Estado Ambiente e Ação Climática. Foi também atempadamente preparado o PAO 2026-2028, que foi submetido à aprovação da Tutela e obteve despacho favorável da Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças de 21 de janeiro de

2026 (Despacho n.º 63/2026-SETF) e do Ministério do Ambiente e Energia de 29 de janeiro de 2026. Nos despachos de aprovação as Tutelas aprovaram o Plano Anual de 2026 limitando o aumento dos Gastos Operacionais até ao montante que resultar do somatório da variação autorizada em matéria de CMVM, FSE e Gastos com Pessoal:

- I. Aumento dos Gastos com Pessoal, até ao limite que resultar da execução de 2025 acrescida da variação da massa salarial até ao limite definido sobre valorizações remuneratórias e do efeito da anulação das contratações autorizadas;
- II. Aumento dos gastos com FSE, até ao valor máximo de 15.234 milhões de euros em 2026;
- III. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria no valor de 42,3 mil euros em 2026; e
- IV. Aumento da frota automóvel em 10 viaturas em 2026.

Em 2025, a Águas do Alto Minho celebrou seis anos de atividade, marcados pela consolidação do seu modelo de gestão e pela aposta contínua nas melhores práticas do setor. Ao longo deste percurso, manteve o compromisso com a qualidade do serviço, a eficiência, e a sustentabilidade, promovendo o equilíbrio entre crescimento económico, responsabilidade ambiental e valorização da qualidade de vida das populações do Alto Minho.

Síntese de Indicadores

	31/12/2025	31/12/2024
Nº de clientes de abastecimento	113 982	112 245
Nº de clientes de saneamento	81 176	79 324
Volume de água captada (*)	1 139	1 204
Volume de água adquirida (*)	14 246	13 134
Volume de água distribuída (*)	15 385	14 338
Volume de água faturada (inclui consumos próprios) (*)	10 048	9 522
Volume de efluente tratado em ETAR'S próprias (*)	548	596
Volume de efluente entregue à AdN (*)	10 232	9 996
Volume de efluente tratado/rejeitado (*)	10 781	10 592
Volume de efluente faturado (*)	6 903	6 564
Nº de colaboradores a 31 de dezembro (**)	197	183

(*)milhares de m³/ano

(**)com Órgãos Sociais

	31/12/2025	31/12/2024
Vendas e Prestação de Serviços (não inclui IFRIC 12 e inclui DRG)	32 427	31 182
Desvios de recuperação de gastos	916	1 022
Resultado operacional sem desvio recuperação de gastos (*) (Ebit)	96	109
Resultado operacional com desvio recuperação de gastos (*) (Ebit)	1 012	1 130
EBITDA Ajustado (**)	5 535	5 358
Resultado líquido do exercício	241	245

* Resultados antes de juros e impostos

**EBITDA=(RO+Amortizações+Perdas por imparidades+Provisões-Desvios Recuperação de Gastos-Subsídios ao investimento+

+Rendimentos e Ganhos DU)



	31/12/2025	31/12/2024
Investimento	6 510	4 813
Dívidas de clientes	8 086	7 192
Total do ativo	65 562	59 018
Financiamentos Correntes	5 192	1 808
Financiamentos não correntes	9 375	10 938
Total do Passivo	60 719	54 416
Capital social	3 600	3 600
Capital próprio	4 843	4 602

	31/12/2025	31/12/2024
Margem EBITDA	21,1%	21,6%
Autonomia financeira	7,4%	7,8%
Solvabilidade	17,4%	18,4%
EBITDA Ajustado/Serviço Dívida	0,68	0,74
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	2,42	2,14
Rentabilidade dos capitais próprios	5,0%	5,3%
Cash-Cost	193,0%	195,3%
Gastos Operacionais/Volume negócios	100,9%	100,7%
ROCE	22,1%	16,1%
PMR(dias)	77	71
PMP (dias)	24	20

Margem EBITDA=(RO+Amortizações+Provisões+Imparidades)/Volume de Negócios

Autonomia Financeira=Capital próprio/Ativo



Solvabilidade=(Capital próprio+subsídios ao investimento)/Passivo

Rentabilidade dos capitais próprios=Resultado líquido/Capital próprio

Cash-Cost=Ganhos Operacionais/(AA fornecida+AR tratada)

ROCE=Resultados Operacionais/Passivo Remunerado

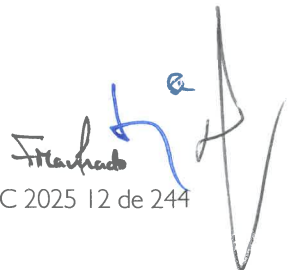


Friedrich  



A. A EMPRESA




Machado

A - A Empresa

I. Quem somos

I.1 Missão, Visão e Valores

A Águas do Alto Minho S.A. (AdAM) segue as melhores práticas de governação do setor, garantindo uma empresa sustentável e eficaz, num enquadramento que visa prestar um serviço público essencial, como é o serviço de abastecimento de água e de saneamento.

A missão, visão e valores da Sociedade são apresentados na figura seguinte.

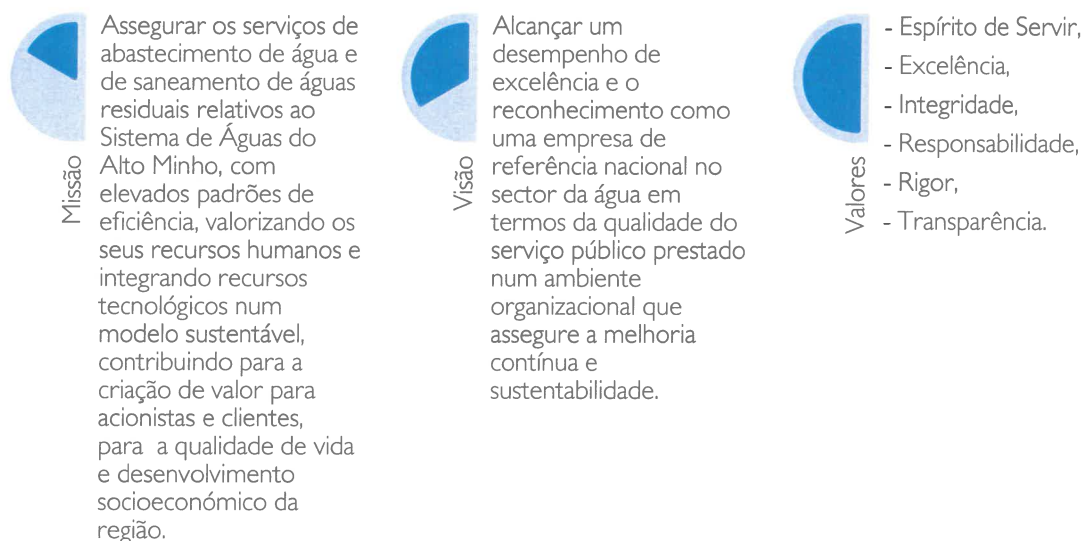


Figura I – Missão, Visão e Valores da AdAM

O objetivo da AdAM é garantir, a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, no sentido de proteção da saúde pública, bem-estar das populações, proteção do ambiente e sustentabilidade económico-financeira do setor, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território.

A AdAM, assumindo o compromisso de contribuir ativamente para a promoção de políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do setor da água, para o desenvolvimento sustentado dos serviços de águas,

para a gestão dos recursos disponíveis no País, num quadro de respeito integral dos requisitos legais e normativos, compromete-se a antecipar, a avaliar e a promover de uma forma contínua e sistemática a satisfação das necessidades e expectativas dos seus Clientes, Acionistas, Trabalhadores/as, Fornecedores, Comunidade e demais partes interessadas.

Consciente do seu papel como instrumento de desenvolvimento socioeconómico da região em que se insere, a empresa assume, ainda, a promoção da proteção do meio ambiente e a sua valorização junto da comunidade.

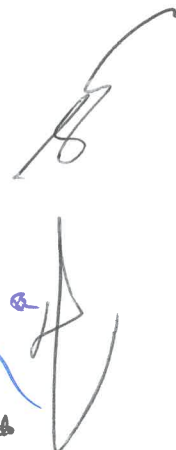
Neste contexto, o Conselho de Administração da AdAM adota um modelo de gestão ética e socialmente responsável, procurando considerar nas suas decisões, a defesa dos interesses dos utilizadores, a sustentabilidade dos serviços e a sustentabilidade ambiental, assente nos seguintes princípios:

- Promover a satisfação do cliente e das outras partes interessadas;
- Promover a motivação dos trabalhadores e trabalhadoras;
- Garantir a qualidade e segurança alimentar da água para consumo humano;
- Apostar na eficiência da utilização dos recursos hídricos;
- Assegurar o cumprimento da legislação, regulamentação e requisitos em vigor aplicáveis às suas atividades, produtos e serviços;
- Avaliar sistematicamente os resultados obtidos, tendo em vista a melhoria contínua e a inovação;
- Adotar uma postura de transparência, através de uma comunicação interna e externa com todas as partes interessadas;
- Minimizar os impactes ambientais decorrentes das suas atividades, promovendo a utilização racional dos recursos naturais e a prevenção da poluição;
- Adotar as melhores práticas e prevenir a ocorrência de acidentes e doenças profissionais.

1.2 Descrição, Atividade e Presença

A AdAM - Águas do Alto Minho, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos criada no âmbito do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, que veio possibilitar um novo modelo de gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento, permitindo um modelo de gestão delegada assente numa parceria entre o Estado e as Autarquias Locais. Este novo modelo de gestão possibilita uma integração territorial dos sistemas municipais no sentido da maximização de economias de escala, bem como a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama.

Em 11 de janeiro de 2019, foi celebrado o Contrato de Parceria pública entre o Estado Português e os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira que criou o Sistema de Águas do Alto Minho. Neste seguimento, foi formalizado, em 22 de julho de 2019, o Contrato de Gestão entre o Estado, os mencionados Municípios e a AdAM. - Águas do



Alto Minho, S.A., na qualidade de Entidade Gestora da Parceria (EGP), à qual foi cometida a exploração e a gestão, em regime de parceria, dos serviços de águas relativos ao Sistema.

A Cláusula 10.^a do Contrato de Gestão do Sistema de Águas do Alto Minho prevê um período de transição de 6 (seis) meses contados da data de outorga do Contrato de Gestão, durante o qual as Partes preparam, em conjunto, a transferência de responsabilidade para a EGP.

A Águas do Alto Minho, S.A., antecipou o termo do período de transição para 1 de janeiro de 2020, tendo, nesta data, iniciado a atividade operacional.

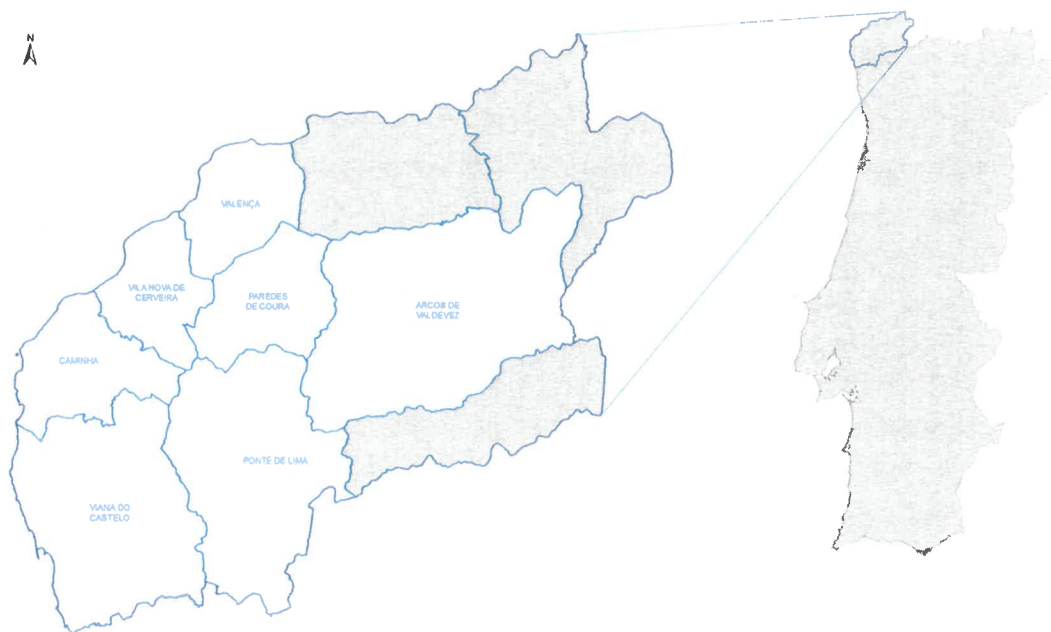


Figura 2 - Área de atuação da AdAM

A Empresa foi constituída com um capital social subscrito de 3.600.000,00 Euros, detido em 51% pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e em 49% pelos municípios aderentes.

A AdAM iniciou a 01.01.2020 o arranque da exploração e gestão dos serviços de água e saneamento nos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, numa área geográfica de 1.585 km² e dimensionado para fornecer mais de 9 milhões de m³ de água potável por ano a 106 mil clientes e para recolher e encaminhar para tratamento cerca de 8 milhões de m³ de água residual por ano produzida por cerca de 70 mil clientes.

As infraestruturas cedidas pelos Municípios, que integram o sistema são as seguintes:

Tabela 1 – Infraestruturas cedidas pelos Municípios da Parceria do Alto Minho

Infraestruturas	Abastecimento de água	Saneamento de águas residuais	Total
Captações (n.º)	141	--	141
Reservatórios (n.º)	132	--	132
Conduções/Coletores instaladas (km)	3 886	1 830	5 716
Postos de Tratamento (n.º)	78	--	78
Estações elevatórias (n.º)	57	240	297
ETAR (n.º)	--	29	29

1.3 Cadeia de Valor

A cadeia de valor da Águas do Alto Minho, S.A., inclui a distribuição de água para consumo humano e a recolha de águas residuais urbanas aos utilizadores finais como atividade primordial. Salienta-se, contudo, que a atividade da Águas do Alto Minho, S.A., abrange o armazenamento de água, de forma a assegurar a continuidade no abastecimento, captações próprias e o tratamento de água, bem como o transporte e tratamento de águas residuais.

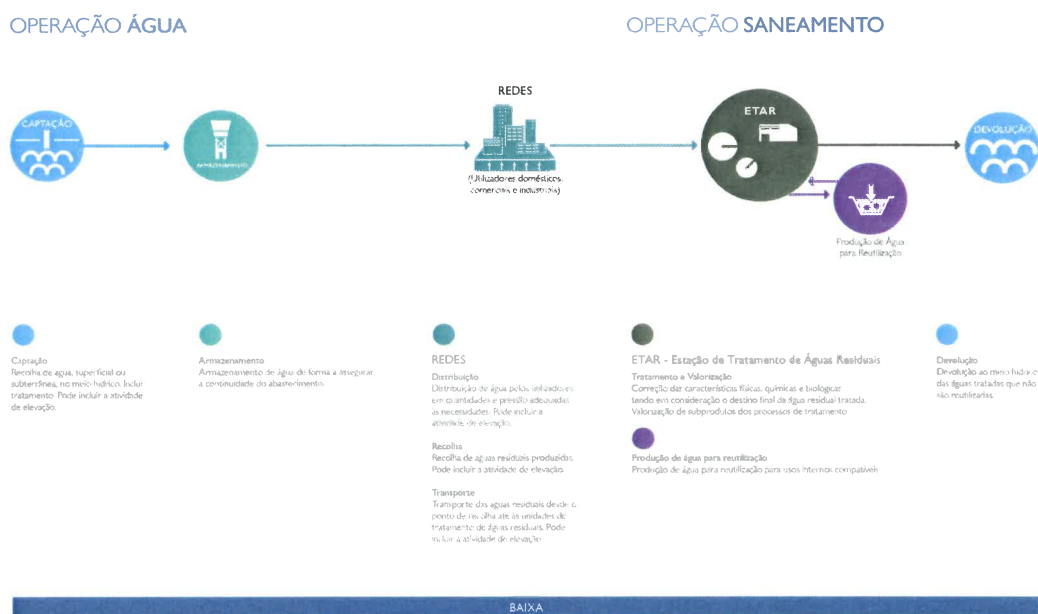


Figura 3 – Cadeia de Valor da operação de água e saneamento

2. AS NOSSAS PESSOAS

O ano de 2025 caracterizou-se por um conjunto de iniciativas e desenvolvimentos relevantes no domínio da gestão do capital humano, alinhados com os objetivos estratégicos da empresa e com as orientações definidas no Plano de Atividades e Orçamento (PAO). Neste contexto, destaca-se a nomeação do novo Coordenador de Sistemas de Informação Geográfica/Gestão de Ativos, que contribuiu para o reforço dos mecanismos de acompanhamento, controlo e melhoria dos processos internos sob a responsabilidade deste departamento.

Durante o período em análise, registaram-se ajustamentos nas categorias profissionais da estrutura de recursos humanos, em linha com o previsto no PAO 2025-2027, promovendo uma maior adequação entre as funções efetivamente desempenhadas, as competências evidenciadas pelos/as trabalhadores/as e o respetivo percurso de desenvolvimento. Em paralelo, observou-se um aumento significativo do volume de horas de formação, refletindo o investimento contínuo no reforço de competências, na qualificação profissional e na valorização do capital humano.

A promoção da saúde e do bem-estar dos/as trabalhadores/as manteve-se como uma prioridade, através da implementação de medidas e iniciativas orientadas para a melhoria das condições de trabalho, da segurança e do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. No âmbito do planeamento de recursos humanos, foram desencadeados procedimentos de recrutamento interno e externo, com vista ao preenchimento das necessidades de pessoal previstas no PAO. Não obstante, a execução dos referidos procedimentos foi condicionada por constrangimentos de natureza legal, pela ausência de candidatos/as com o perfil profissional adequado em algumas das vagas abertas e pela insuficiência de meios logísticos, designadamente as viaturas necessárias às atividades operacionais da empresa.

Face a este enquadramento, a retoma do recrutamento interno assumiu particular relevância enquanto instrumento de valorização dos/as trabalhadores/as da empresa e do grupo, promovendo a mobilidade interna, a retenção de talento e o aproveitamento das competências existentes.

Relativamente ao processo de Avaliação de Desempenho referente ao ano de 2024, registaram-se constrangimentos na sua implementação, decorrentes de limitações técnicas associadas à plataforma *Success Factors*, os quais condicionaram a plena operacionalização do referido processo ao longo do ano. Prevê-se que a sua conclusão ocorra no final do primeiro trimestre de 2026. No que respeita aos exercícios de 2022 e 2023, os respetivos processos de Avaliação de Desempenho foram integralmente concluídos.

Em 31 de dezembro de 2025, a nossa equipa contava com 192 trabalhadores/as, em resultado das seguintes movimentações durante o ano:

Tabela 2 - Movimentações de pessoal

	Total	Mulheres	Homens
Admissões	24	7	17
Cessações	10	1	9

As cessações decorreram de iniciativa de/as trabalhadores/as (5), de iniciativa da empresa em período experimental (1) e do regime de reforma/aposentação (4).

As vinte e quatro (24) admissões realizadas destinaram-se à substituição de oito (8) trabalhadores/as que cessaram funções em 2024 e à contratação de três (3) trabalhadores/as, correspondentes a necessidades permanentes aprovadas no PAO 2024, cujas admissões não foi possível concretizar nesse ano devido a contingências legais e à inexistência de candidatos/as com o perfil adequado. Incluíram ainda a substituição de cinco (5) trabalhadores/as que cessaram funções ao longo de 2025 e cinco (5) novas contratações correspondentes a necessidades permanentes aprovadas no PAO 2025.

Em termos globais, o ano de 2025 ficou marcado por progressos relevantes na gestão do capital humano, apesar dos desafios operacionais e estruturais identificados, exigindo uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis e uma abordagem estratégica orientada para a sustentabilidade e valorização das pessoas.

Caraterização

A equipa da Águas do Alto Minho, a 31 de dezembro de 2025, era constituída por 124 trabalhadores do sexo masculino (65%) e 68 trabalhadoras do sexo feminino (35%), com a seguinte distribuição por género:

Tabela 3 - Distribuição por género dos trabalhadores/as da AdAM

	Total	Mulheres	Homens
Liderança *)	7	5	2
Liderança intermédia	15	7	8
Técnico/a de apoio administrativo	53	33	20
Técnico/a operacional	87	2	85
Técnico/a Superior ou equiparado	30	21	9
Total	192	68	124

*) Diretores e Chefias com reporte direto à Administração

No ano 2025, a Águas do Alto Minho deu continuidade à implementação do plano de igualdade de género, estruturado em 7 áreas agregadoras, corporizando um conjunto de princípios e políticas de recursos humanos, não discriminatórios, pretendendo dar o seu contributo ativo, para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade. Nesse sentido, a Águas do Alto Minho está empenhada em garantir a



igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego, à formação profissional, à progressão na carreira e a participação equilibrada dos homens e das mulheres na vida profissional e na vida familiar.

Vínculo contratual

No que se refere ao vínculo contratual, 35% dos/as trabalhadores/as estão vinculados através de Acordos de Cedência de Interesse Público, em resultado do processo de integração de trabalhadores/as dos Municípios, valor que registou uma diminuição face ao ano de 2024, em virtude das desvinculações decorrentes de processos de reforma. Destaca-se ainda que 64% dos/as trabalhadores/as celebraram contratos sem termo, decorrente do reforço do quadro de pessoal.

Tabela 4 - Vínculo contratual dos trabalhadores/as da AdAM

	Total	Mulheres	Homens
Cedência de Interesse Público	67	18	49
Contrato sem termo	125	50	75
Total	192	68	124

Escalões etários

A idade média dos/as trabalhadores/as é de 44 anos (homens: 45 anos, mulheres: 41 anos), conforme distribuição etária abaixo apresentada. Cerca de 32% dos/as trabalhadores/as situam-se na faixa etária acima dos 50 anos.

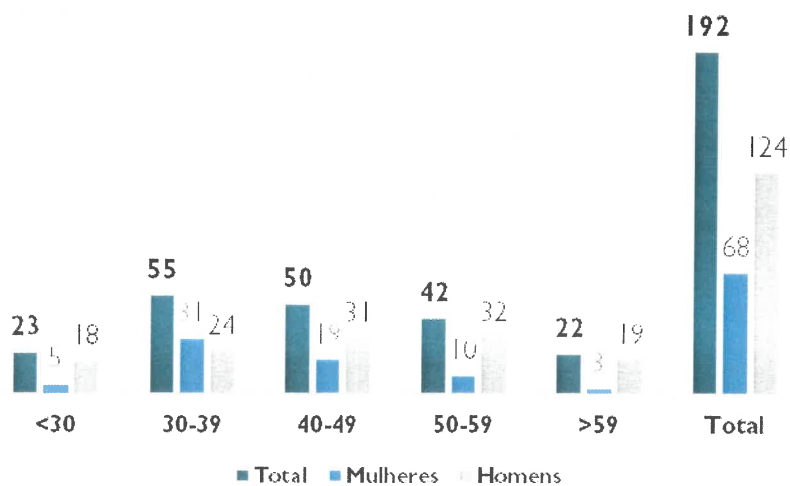


Figura 4 - Escalões etários dos trabalhadores da AdAM

Habilitações académicas

As habilitações académicas dos/as trabalhadores/as da AdAM estão distribuídas conforme a seguir apresentado, destacando-se que cerca de 35% detêm qualificações ao nível do ensino superior.

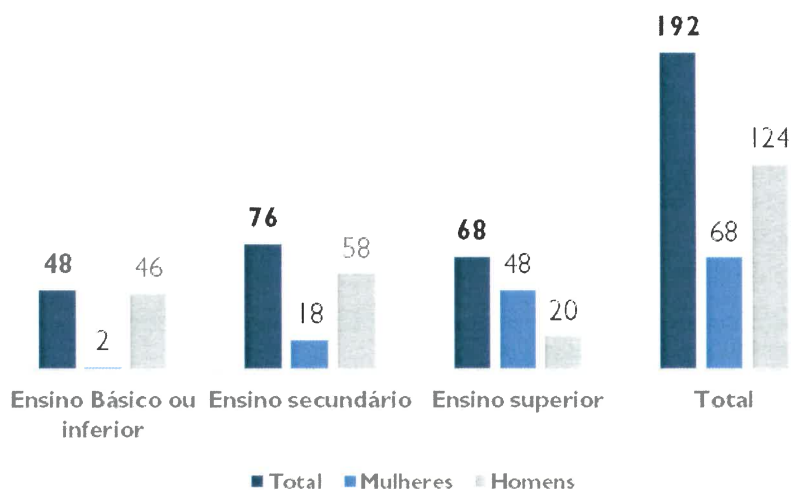


Figura 5 - Habilitações literárias dos trabalhadores da AdAM

Formação

Dando continuidade à estratégia definida no plano de formação do ano anterior, ao longo de 2025 foram promovidas diversas ações de formação, tanto internas como externas, bem como iniciativas de comunicação através de meios digitais e físicos. Estas ações tiveram como principal objetivo o reforço das competências técnicas e transversais das equipas, contribuindo para a sua capacitação contínua e para a melhoria do desempenho organizacional.

Neste âmbito, destacam-se ações específicas de acolhimento organizacional e funcional, destinadas a facilitar a integração de novos/as trabalhadores/as, estagiários/as, bem como ações de sensibilização orientadas para boas práticas profissionais e organizacionais. Foram igualmente desenvolvidas ações direcionadas para a utilização de aplicações informáticas e tecnologias de informação, visando a modernização dos processos de trabalho, o aumento da eficiência operacional e a adaptação às exigências da transformação digital.

Paralelamente, foram promovidas iniciativas focadas na eficiência, na qualidade de vida e no bem-estar no trabalho, reconhecendo a importância do equilíbrio entre o desempenho profissional e o bem-estar individual como fator determinante para a motivação e sustentabilidade das equipas.

O conjunto destas iniciativas traduziu-se num volume global de 7.697 horas de formação, que face ao ano de 2024 registou um acréscimo de 28%, refletindo o investimento contínuo da organização na valorização dos seus recursos humanos e no desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem permanente.

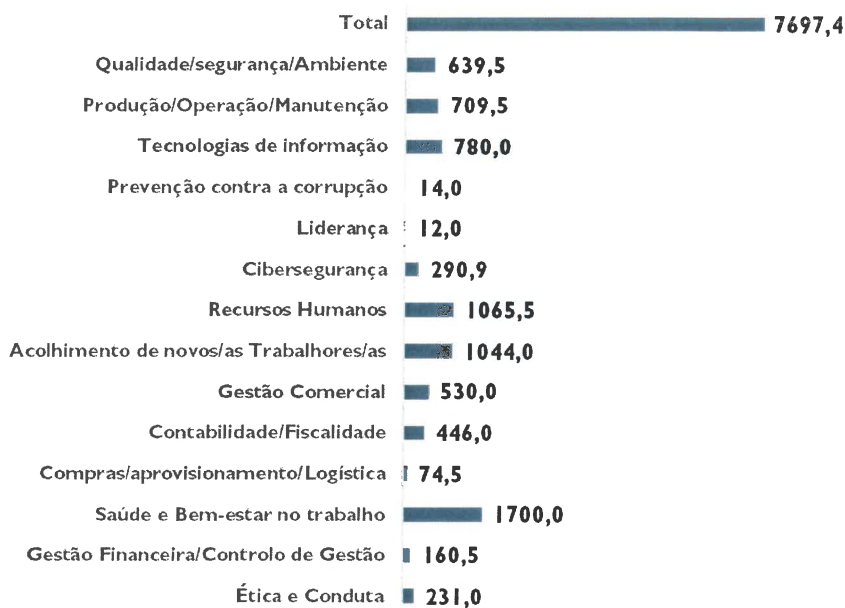


Figura 6 - Ações de formação, sensibilização e desenvolvimento

Em cumprimento do objetivo estratégico de promoção da satisfação, motivação e bem-estar das pessoas que integram a AdAM, foram desenvolvidas diversas ações de sensibilização e de promoção do bem-estar físico, psicológico e organizacional.

Entre estas iniciativas, destacam-se os *workshops* “Marmitas Saudáveis” e “Ergonomia e Saúde Postural”, orientados para a promoção de hábitos de vida saudáveis. O *workshop* “Marmitas Saudáveis” integrou-se na Semana da Alimentação da AdAM, que incluiu também a oferta de pequeno-almoço saudável, bem como a distribuição de frutas e chás. Estas ações visam reforçar a importância de escolhas alimentares equilibradas, lembrando que uma alimentação saudável contribui para o bem-estar físico e mental, melhora a energia e a concentração ao longo do dia, e é fundamental para a prevenção de doenças.

O *workshop* “Ergonomia e Saúde Postural” teve como objetivo sensibilizar os participantes para a adoção de posturas corretas e hábitos de trabalho saudáveis, prevenindo dores musculoesqueléticas e problemas associados a posições incorretas. A formação procurou capacitar os/as trabalhadores/as a identificar riscos no seu ambiente de trabalho e aplicar técnicas simples que promovam conforto, segurança e produtividade.

Simultaneamente, foram realizadas ações de avaliação dos riscos psicossociais, seguidas da implementação de medidas de prevenção e mitigação, reforçando o compromisso da organização com a saúde mental, a segurança e a qualidade do ambiente de trabalho.

No âmbito da valorização das competências internas e do conhecimento existente na organização, foi igualmente promovida a iniciativa “ II Jornadas de De (s) Envolvimento”, que teve como principal objetivo reconhecer e potenciar o saber e a experiência dos/as trabalhadores/as, incentivando a partilha de conhecimentos, a aprendizagem colaborativa e o desenvolvimento pessoal e profissional. As Jornadas proporcionaram oportunidades para que os/as trabalhadores/as apresentassem boas práticas, soluções inovadoras e experiências adquiridas no seu dia-a-dia de trabalho, promovendo o intercâmbio de ideias entre diferentes equipas e áreas da organização. Ao mesmo tempo, reforçaram a cultura de valorização interna, reconhecendo o talento e a experiência como ativos estratégicos da organização.

No mês de dezembro foram desenvolvidas diversas ações de formação e desenvolvimento, das quais se destacam a iniciativa “*Team Day* para Lideranças”, orientada para o reforço das competências de liderança, nomeadamente através da aquisição e consolidação de técnicas de inteligência emocional, fundamentais para uma gestão de equipas mais eficaz, empática e alinhada com os valores da organização.

No âmbito dos objetivos definidos para 2025, nomeadamente o investimento no desenvolvimento profissional e pessoal dos/as trabalhadores/as e a elevação da relação de proximidade e diálogo com os clientes e Parceiros Municipais, deu-se início às formações com foco no cliente, designadamente a ação “Excelência na Relação com o Cliente”.

Esta formação, dirigida a vários/as trabalhadores/as da Direção de Exploração e com previsão de alargamento progressivo a todos/as os/as trabalhadores/as das AdAM, visa reforçar competências de comunicação, empatia, gestão de expectativas e resolução de situações desafiantes, promovendo uma cultura de atendimento de excelência, alinhada com os valores da organização e orientada para a melhoria contínua da experiência do cliente.

Adicionalmente, realizou-se uma ação de *Team Building* com foco na Comunicação Organizacional, alargada a todos/as os/as trabalhadores/as e contando com a participação ativa do Conselho de Administração. Esta iniciativa teve como objetivos reforçar a cultura de proximidade, promover o trabalho em equipa, melhorar os fluxos de comunicação interna e fortalecer os laços entre as diferentes áreas da organização, contribuindo para uma maior coesão e alinhamento organizacional.

Foram igualmente desenvolvidos um conjunto de ações de formação transversais e de carácter obrigatório, nomeadamente “Ética, Integridade e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas”, “Literacia Digital”, “Conciliação e Igualdade”, “Literacia Financeira” e “Segurança da Informação”, que constituíram uma oportunidade para todos/as os/as trabalhadores/as reforçarem conhecimentos essenciais para o exercício das suas funções, promoverem comportamentos responsáveis e alinhados com os princípios éticos e legais da organização, bem como desenvolverem competências fundamentais para uma atuação mais informada, consciente e segura no contexto profissional. Concomitantemente, contribuíram para o fortalecimento de uma cultura organizacional assente na integridade, na igualdade de oportunidades, na sustentabilidade, na

proteção da informação e na adaptação aos desafios da transformação digital, em alinhamento com as orientações, políticas e boas práticas definidas pelo Grupo AdP.

Trabalho suplementar

O recurso ao trabalho suplementar decorre, maioritariamente, da necessidade de a Águas do Alto Minho assegurar tempos de resposta adequados a ocorrências imprevistas, nomeadamente no âmbito de reparações e intervenções nos sistemas de abastecimento de água e de águas residuais, bem como da resposta a solicitações de clientes. Em 2025, verificou-se um aumento do trabalho suplementar face ao ano anterior, totalizando 5 048 horas de trabalho suplementar, tendo a Direção de Exploração sido a área que registou o maior número de horas, refletindo a natureza operacional e a exigência da disponibilidade permanente associadas às suas atividades.

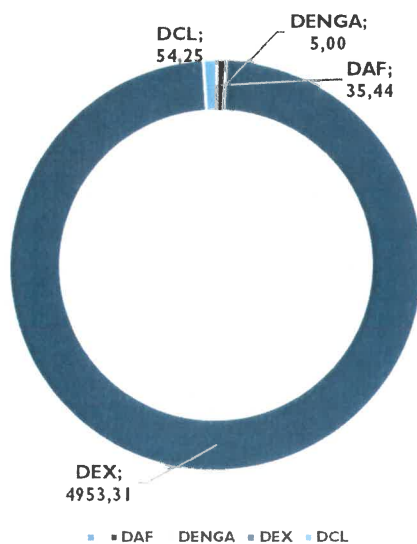


Figura 7 - Trabalho suplementar (em horas)

Absentismo

A taxa de absentismo em 2025 registou um decréscimo face aos valores relativos a 2024, sobretudo, decorrente de ausências por doença, resultando em 2,73% do total de 5,52% das ausências. Os valores referidos, correspondem a 18 375 horas de ausência.

Tabela 5 - Tipo de absentismo

	2025
Doença	2,61%
Autodoença Doença SNS	0,12%
Parentalidade	0,60%
Acidentes de Trabalho	0,58%
Baixa Assistência à Família	0,41%
Assistência a Familiares	0,15%
Dispensa do exercício de funções autá	0,17%
Atividade Sindical	0,01%
Greve	0,20%
Outras Licenças	0,20%
Outras Ausências	0,47%
Total	5,52%

Acidentes de trabalho

Em 2025 registaram-se 21 acidentes de trabalho ligeiros e 4 incidentes, dos quais 13 resultaram em situações que implicaram baixa médica. Em comparação com o ano de 2024, verificou-se um aumento de 10 acidentes de trabalho. Paralelamente, observou-se um crescimento significativo no número de dias de trabalho perdidos, totalizando 376 dias em 2025. Estes dados evidenciam a necessidade de reforçar medidas de prevenção e segurança no ambiente laboral, com o objetivo de reduzir tanto a frequência como a gravidade dos acidentes.

Tabela 6 - Acidentes de trabalho (nº)

	Total
Nº de acidentes de Trabalho	21
Nº de acidentes de Trabalho com dias	13
Total de dias perdidos	376

Medicina do trabalho

No decurso do ano de 2025, realizaram-se 172 exames médicos (23 exames de admissão, 118 exames periódicos e 31 exames ocasionais) no âmbito da Medicina do Trabalho para cumprimento das determinações legais aplicáveis.

Frederico

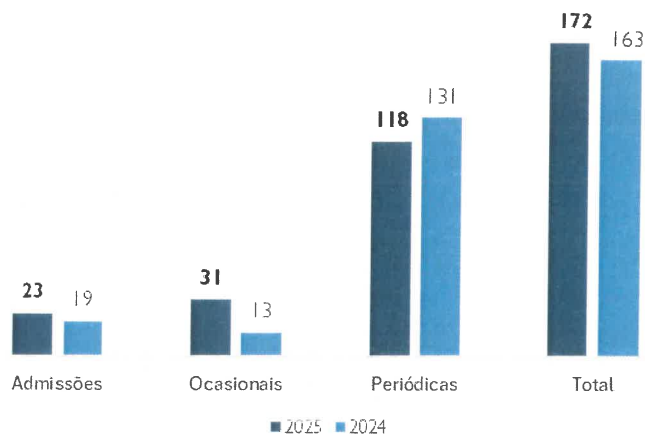


Figura 8 – Exames médicos realizados em 2024 e 2025 (nº)

Incentivos sociais

A Águas do Alto Minho disponibiliza um conjunto diversificado de benefícios de natureza social, com o objetivo de promover o bem-estar, a valorização e a conciliação entre a vida profissional e pessoal dos/as trabalhadores/as, nomeadamente:

- Dia de Aniversário;
- Seguro de Saúde;
- Seguro de Vida;
- Bolsas de Estudo;
- Programa “Sou bebé Alto Minho”;
- Programa de Natal dos/as trabalhadores/as e filhos/as dos trabalhadores/as;
- Celebração do Dia da Mulher;
- Celebração do Magusto;
- Tributo em reconhecimento ao legado aos trabalhadores reformados e aposentados;
- Recolha de sangue;
- Oferta de café e de bebidas quentes;
- Semana da Alimentação com oferta de pequeno-almoço saudável, distribuição de frutas e chás.

Estágios profissionais

No ano de 2025 foi promovida a realização de cinco estágios para complemento de formação escolar e profissional e de valorização do percurso formativo individual, com o objetivo de contribuir para a integração de jovens no mercado de trabalho, proporcionando a aquisição de conhecimentos práticos e o





Alcázar

desenvolvimento de competências técnicas e profissionais, como também a partilha de conhecimentos e metodologias que visam a otimização dos processos internos da Águas do Alto Minho.

Os estágios foram sustentados na elaboração prévia de um Plano de Estágio individual, validado pelo/a estagiário/a e respetivo/a orientador/a de estágio na entidade escolar e na Águas do Alto Minho. Os estágios foram realizados nas áreas de Compras e Logística – Integrado na Direção Administrativa Financeira –, Sistemas e Tecnologias e Informação e Sustentabilidade Empresarial e Auditoria Interna.

O acolhimento de estagiários/as é uma prática que a Águas do Alto Minho pretende continuar a promover para desenvolvimento de projetos de investigação que apoiem e impulsionem os níveis de eficiência e eficácia do desempenho da empresa e, para possibilitar a partilha de boas práticas com a comunidade envolvente, assumindo-se a Águas do Alto Minho como um agente de formação em contexto profissional e de referência na comunidade escolar.

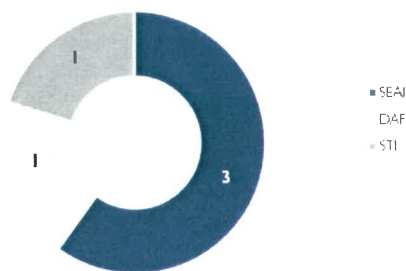


Figura 9 - Estágios profissionais

Estatuto trabalhador-estudante

A Águas do Alto Minho, consciente da importância estratégica da formação contínua, reconhece e incentiva a valorização académica dos/as seus/suas trabalhadores/as, atribuindo o estatuto de trabalhador-estudante àqueles/as que pretendam conciliar a atividade profissional com o percurso académico. Em 2025, a empresa proporcionou cinco estatutos de trabalhador-estudante: dois na Direção de Engenharia e Gestão de Ativos, um na Direção de Exploração, um na Direção de Clientes e um na Direção Administrativa Financeira. Este enquadramento traduz-se na adoção de medidas de flexibilidade laboral, permitindo uma gestão mais equilibrada do tempo de trabalho e de estudo, sem prejuízo do normal desempenho das funções profissionais.

Ao promover esta política, a empresa demonstra um compromisso claro com o desenvolvimento pessoal e profissional dos/as seus/suas trabalhadores/as, reconhecendo que o investimento no conhecimento e na qualificação contribui diretamente para o reforço das competências internas, para a melhoria da qualidade do serviço prestado e para a adaptação aos crescentes desafios do setor. Esta iniciativa fomenta, assim, um equilíbrio sustentável entre a vida profissional, académica e pessoal, enquanto potencia a inovação, a

motivação e o crescimento contínuo do capital humano, pilares essenciais para o sucesso e a competitividade organizacional.

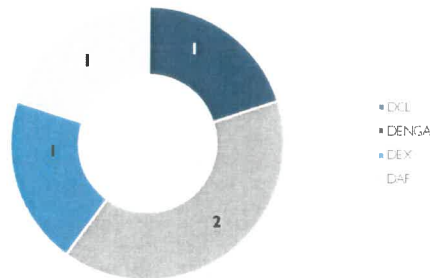


Figura 10 – Estatuto trabalhador-estudante (nº)

Trabalho temporário

No decurso do ano, tornou-se necessário recorrer a trabalho temporário destinado a responder a necessidades operacionais específicas e devidamente identificadas. Este recurso ocorreu, sobretudo, em situações de ausências prolongadas de trabalhadores/as e em períodos de aumento pontual da carga de trabalho, associados à implementação de novos processos e plataformas, que implicaram uma maior exigência operacional.

O recurso ao trabalho temporário permitiu assegurar a continuidade das atividades essenciais, evitar constrangimentos no funcionamento dos serviços e garantir o cumprimento dos níveis de qualidade e eficiência exigidos, sem comprometer a estrutura permanente de recursos humanos. Trata-se, assim, de uma medida de apoio transitório, ajustada às necessidades concretas da organização e orientada para a salvaguarda do normal desempenho das suas funções.

O gráfico seguinte apresenta a evolução das necessidades de recurso a trabalho temporário ao longo do ano, refletindo a sua utilização pontual e enquadrada em contextos específicos.

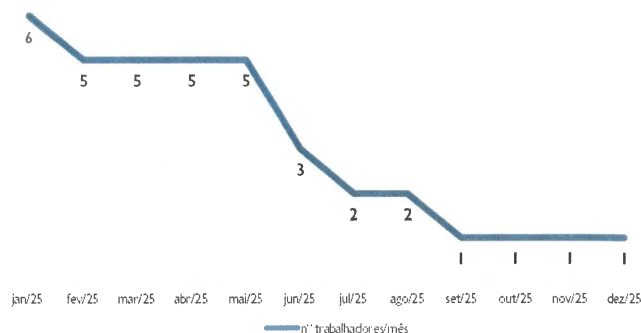


Figura 11 - Trabalho temporário



Face ao referido, conclui-se que o ano de 2025 evidenciou progressos significativos na gestão de pessoas da Águas do Alto Minho, refletindo um compromisso consistente com o desenvolvimento profissional, o bem-estar e a sua valorização. A empresa reforçou a estrutura organizacional com admissões estratégicas, promovendo a mobilidade interna e a retenção de talento, e implementou medidas de flexibilidade laboral, incluindo a atribuição de cinco estatutos de trabalhador-estudante, permitindo a conciliação entre a atividade profissional e o percurso académico.


O investimento no desenvolvimento pessoal e profissional dos/as trabalhadores/as manteve-se elevado, com a realização de 7.697 horas de ações de formação, abrangendo competências técnicas, transversais e de liderança, bem como iniciativas de bem-estar e saúde, promovendo um ambiente de trabalho seguro, motivador e equilibrado. Paralelamente, foram desenvolvidas ações de prevenção de acidentes, acompanhamento médico e valorização do conhecimento interno, incluindo a realização das “II Jornadas de de(s)envolvimento”, estimulando a inovação, a partilha e a disseminação de boas práticas.

Registou-se ainda uma redução da taxa de absentismo face ao ano anterior, refletindo a atenção contínua da empresa à gestão do tempo de trabalho, à saúde e ao bem-estar dos/as trabalhadores/as. O recurso ao trabalho suplementar e temporário permitiu responder a necessidades operacionais específicas, assegurando a continuidade das atividades essenciais sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados. Em síntese, a gestão de capital humano em 2025 consolidou uma abordagem estratégica orientada para a sustentabilidade, valorização das competências e equilíbrio entre vida profissional e pessoal, reforçando a competitividade, a motivação e a inovação como pilares fundamentais da organização.

3. OS NOSSOS STAKEHOLDERS

A AdAM está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público, pelo que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade, como por exemplo, os Municípios, Fornecedores e Prestadores de Serviços, Clientes, Trabalhadores/as, entre outros.

A AdAM identificou como principais *stakeholders* os grupos presentes na figura a seguir apresentada, para o cumprimento da sua estratégia e na execução das atividades necessárias para a obtenção dos objetivos definidos, nas diferentes vertentes que caracterizam as atividades de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.



Franchés



Figura 12- Principais stakeholders da AdAM.

A AdAM possui um conjunto de interfaces, relativamente aos quais procura responder, de forma eficiente, quer sejam técnicos, económicos, sociais ou ambientais, privilegiando um relacionamento sério e virtuoso, suportado em valores de ética e justiça social.

Deveres especiais de prestação de informação

A AdAM cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

4. MODELO DE GOVERNO

4.1 Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

4.1.1 Estrutura Acionista

Detentora de um capital social de 3.600.000 euros, totalmente subscrito e realizado, a 31 de dezembro de 2025 a AdAM é participada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e pelos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, de acordo com a estrutura acionista apresentada na seguinte tabela:



Tabela 7 – Estrutura Acionista – AdAM

Acionistas	Capital Subscrito 31.12.2025		Capital Realizado 31.12.2025	
		Categoria A		Categoria A
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	1 836 000	51,00%	1 836 000	51,00%
Município de Arcos de Valdevez	141 905	3,94%	141 905	3,94%
Município de Caminha	151 775	4,22%	151 775	4,22%
Município de Paredes de Coura	60 140	1,67%	60 140	1,67%
Município de Ponte de Lima	279 855	7,77%	279 855	7,77%
Município de Valença	116 055	3,22%	116 055	3,22%
Município de Viana do Castelo	924 435	25,68%	924 435	25,68%
Município de Vila Nova de Cerveira	89 835	2,50%	89 835	2,50%
TOTAL	3 600 000	100,00%	3 600 000	100,00%

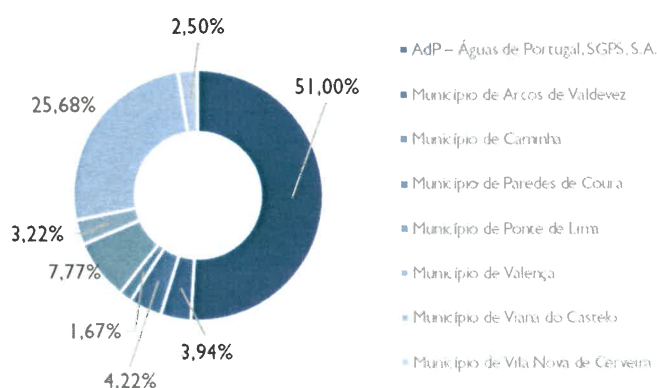


Figura 13 – Estrutura Acionista – AdAM

4.1.2 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da AdAM, no ano de 2025, corresponde ao organograma que se apresenta na figura seguinte, dividindo-se em quatro áreas operacionais e oito áreas de suporte.

Constituem-se áreas operacionais a Direção Administrativa e Financeira, que engloba três áreas funcionais (Contabilidade e Gestão Financeira, Compras e Logística e Recursos Humanos), a Direção de Engenharia e Gestão de Ativos, formada por duas áreas funcionais (Obras e Projetos e SIG/Gestão de Ativos), a Direção de Exploração, constituída por cinco áreas funcionais (Centro Operacional Sul, Centro Operacional Nordeste, Centro Operacional Norte, Manutenção e Perdas e Afluências Indevidas), e a Direção de Clientes constituída por três áreas funcionais (Atendimento a Cliente, Operações Comerciais e Gestão de Perdas Aparentes e Grandes Clientes).

Nas áreas de suporte, com reporte direto ao Conselho de Administração, incluem-se o Secretariado-Geral, Planeamento e Controlo de Gestão, Comunicação, Informação e Educação Ambiental, Qualidade

da Água, Secretário da Sociedade, Sustentabilidade Empresarial e Auditoria Interna, Jurídico-Legal, e Sistemas e Tecnologias de Informação.

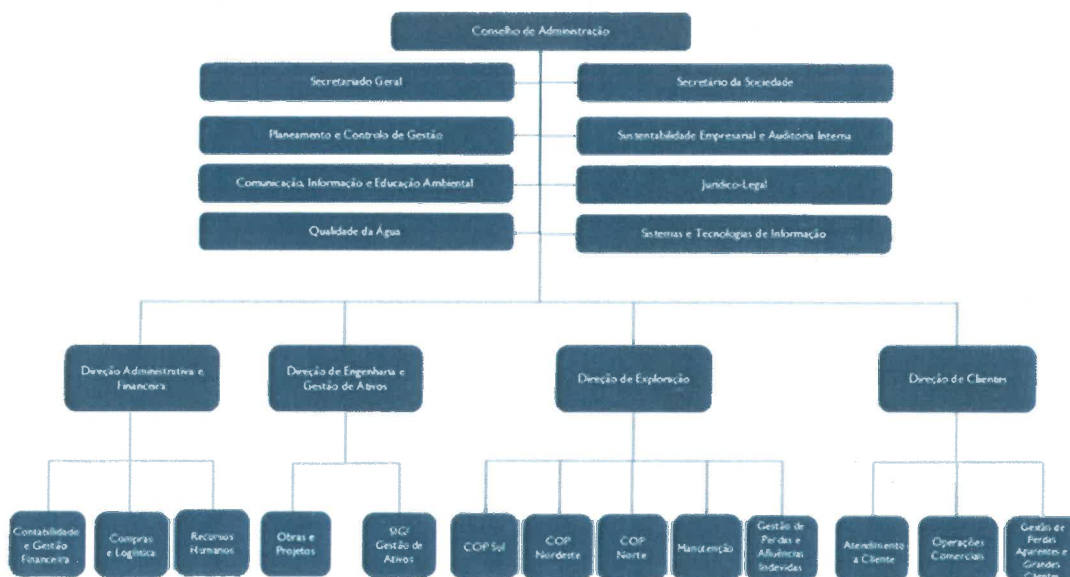


Figura 14 - Organograma da AdAM

4.1.3 Órgãos Sociais

Os membros do Conselho de Administração, para o mandato 2023/2025, foram eleitos na Assembleia Geral de 31 de março de 2023.

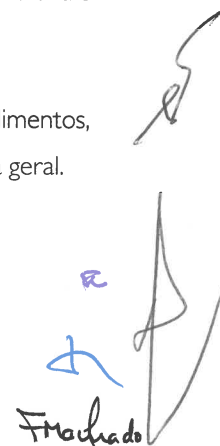
De acordo com o artigo 26.º, dos Estatutos da Sociedade, o órgão de fiscalização compete a um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, de acordo com o artigo 27.º um secretário da sociedade, designado pelo conselho de administração, e uma comissão de vencimentos, nos termos do disposto no artigo 28.º dos Estatutos da Sociedade.

Assembleia Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º I do artigo 15.º dos Estatutos da Sociedade, a mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas.

A assembleia geral é convocada e dirigida pelo presidente da mesa ou, na sua ausência ou impedimentos, pelo vice-presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em assembleia geral.

Compete, nomeadamente, à assembleia geral:



Handwritten signature and initials in blue and black ink.

- Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício apresentados pelo conselho de administração;
- Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Apreciar a gestão e fiscalização da sociedade;
- Aprovar os planos de atividades e financeiros plurianuais para um período de, pelo menos, cinco anos e suas eventuais alterações;
- Eleger os membros dos órgãos sociais;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações;
- Deliberar sobre o aumento de capital;
- Fixar as remunerações dos órgãos da sociedade, podendo esta competência ser delegada em comissão de vencimentos a nomear para o efeito;
- Aprovar o relatório do Governo Societário;
- Aprovar as orientações estratégicas, os objetivos e indicadores de gestão para os mandatos, respeitantes aos contratos de gestão previstos no artigo 18.º do Estatuto do Gestor Público;
- Deliberar sobre a conversão das ações de categoria A em ações de categoria B e das ações da categoria B em ações da categoria A;
- Deliberar sobre qualquer outro assunto para o qual tenha sido convocada.

Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1, do artigo 20.º dos Estatutos da Sociedade, o conselho de administração é composto por três a cinco administradores, sendo que foram eleitos cinco membros, sendo um, o presidente, um vice-presidente e os restantes, vogais.

Nos termos do artigo 21.º dos Estatutos da Sociedade, o conselho de administração tem poderes de gestão e representação da sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos Estatutos e pelas deliberações dos acionistas.

Nos termos do artigo 20.º dos Estatutos da Sociedade, o conselho de administração pode ainda deliberar, delegar num administrador ou numa comissão executiva composta por dois a três administradores, consoante o número de membros que componham o conselho de administração, a gestão corrente da sociedade, devendo a deliberação da delegação fixar os limites da mesma.

Órgão de Fiscalização

Nos termos do n.º 1 do artigo 26.º dos Estatutos da Sociedade, a fiscalização da sociedade compete a um conselho fiscal composto por três membros efetivos e um suplente e um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro desse conselho fiscal.

Comissão de Vencimentos

Tal como previsto no art.º 28 dos Estatutos da Sociedade, foi delegada a competência para fixar a remuneração dos órgãos sociais numa comissão de vencimentos.

Composição dos Órgãos Sociais

A composição dos Órgãos Sociais, no final de 2025, era a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente do Município de Ponte de Lima, representado pelo Presidente da Câmara Municipal

Vice-Presidente: Representante da AdP

Secretário: Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Presidente: Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos

Vice-Presidente: Fernanda Maria de Sousa Machado

Vogal não Executivo: Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda

Vogal não Executivo: Manuel António Azevedo Vitorino, Município de Viana do Castelo

Vogal não Executivo: Olegário Gomes Gonçalves, Município dos Arcos de Valdevez

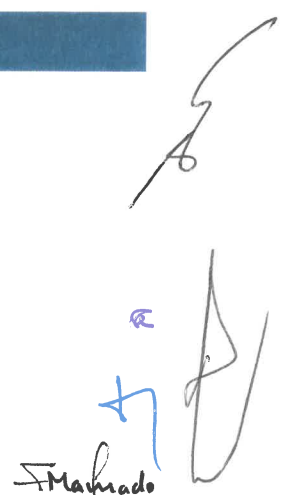
Conselho Fiscal

Presidente: Ana Cristina de Menezes Pereira Paes Sequeira Rodrigues

Vogal: Maria Augusta João Cepeda Tomé

Vogal: Tiago Manuel Pereira da Cunha

Vogal Suplente: Cláudia Maria Veiga Tavares da Silva



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'S. Machado' and other illegible signatures.

Revisor Oficial de Contas

Em 30 de abril de 2024 iniciou funções:

Revisor Oficial de Contas Efetivo: *Deloitte & Associados, SROC S.A.*, com inscrição na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 43, e registada na CMVM sob o número 20161389, representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 1496 e registado na CMVM sob o número 20161106, Revisor Oficial de Contas Suplente: João Carlos Henriques Gomes Ferreira, , inscrito na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 1129 e registado na CMVM sob o número 20160741.

Comissão de vencimentos

Presidente: Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira

Vogal: AdP- Rui Mendes Costa

Vogal: Câmara Municipal de Valença

Secretário da sociedade (artigo 446.º-D do CSC)

Secretário da sociedade: Sofia Manuela Freitas Antunes Queirós

Suplente: Filipa Miranda Martins

4.2 Carteira de Participações

O capital social estatutário da Águas do Alto Minho, S.A., é constituído por 720.000 ações, de valor nominal igual a 5,00 € (cinco euros), nominativas e assumindo a forma escritural, sendo que todas as ações emitidas são da classe A, tal como apresentado na tabela 7 do presente relatório.

Refere-se, ainda, que os titulares dos Órgãos Sociais da Águas do Alto Minho, S.A., não detêm quaisquer ações e obrigações emitidas pela Águas do Alto Minho, S.A., nem são diretas ou indiretamente, titulares de participações sociais qualificadas noutras entidades.

4.3 Sucursais

A Águas do Alto Minho, S.A., não tem qualquer sucursal no território nacional ou no estrangeiro.



5. A SUSTENTABILIDADE

AS NOSSAS AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

A prestação de serviços públicos essenciais coloca-nos numa posição de elevada responsabilidade. A forma como atuamos tem impacto direto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico dos territórios onde operamos.

Num contexto de alterações climáticas, a crescente pressão sobre os recursos, a degradação dos ecossistemas - acompanhados por riscos acrescidos de poluição – são desafios significativos que assumimos cada vez mais com uma atuação cada vez mais exigente, integrando a sustentabilidade na gestão do negócio e na dimensão de governação.

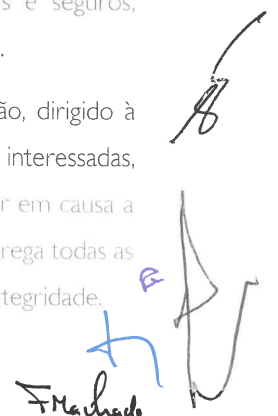
COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

A AdAM subscreveu em dezembro de 2021 o Compromisso de Integridade, assumindo a implementação do modelo definido na Política de Integridade (<https://adam.pt/component/phocadownload/category/3-anexos?download=212:politica-de-integridade>) e nos instrumentos que lhe estão associados. Este compromisso reforça a capacitação interna e promove uma cultura organizacional assente em padrões éticos elevados.

O nosso referencial ético é coadjuvado por normas de conduta, políticas e procedimentos internos que asseguram a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente: Código de Ética e de Conduta (<https://adam.pt/component/phocadownload/category/3-anexos?download=41:codigo-de-conduta-e-etica>), Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (<https://adam.pt/component/phocadownload/category/3-anexos?download=177:plano-de-prevencao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas>), Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades; Manual de Contratação Pública do Regime Geral, Manual de Compras.

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com funções complementares: Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos; a Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A AdAM dispõe ainda de uma Linha de Integridade, um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.



F. Machado

COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal traduz a sua visão e ambições, orientando a atuação pelos princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido.



As nossas ambições estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e refletem a forma como incorporamos a sustentabilidade no propósito do nosso trabalho, na ação climática, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação e na cooperação internacional, sempre com uma forte componente de educação e sensibilização para o valor da água.

AS NOSSAS AMBIÇÕES

No Grupo Águas de Portugal, e igualmente na AdAM estruturámos as Ambições de Sustentabilidade em sete prioridades:

1. Trabalhar com Propósito

Valorizamos um ambiente de trabalho que promova o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores, a igualdade de oportunidades, a diversidade e inclusão, assegurando condições de segurança e saúde e incentivamos o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

2. Agir pelo Clima

Atuamos no sentido da neutralidade e autossustentabilidade energética, reduzindo emissões de gases com efeito de estufa e aumentando a resiliência dos sistemas perante cenários de alterações climáticas.

3. Economia Circular da Água

Procuramos maximizar a eficiência na gestão do ciclo urbano da água, reduzir desperdícios, valorizar recursos e promover soluções regenerativas.



Finalizado

4. Valorização dos Territórios

Prestamos um serviço público de excelência que reforça a proximidade com as comunidades, protege a biodiversidade e contribui para a saúde pública.

5. Inovação com Impacto

Incentivamos a inovação através de projetos de I&D+i, transformação digital e desenvolvimento de soluções sustentáveis, com impacto e que respondam aos desafios do setor.

6. Cooperação Internacional

Participamos em iniciativas de cooperação para a gestão sustentável da água, partilhando conhecimento e apoiando programas em países em desenvolvimento.

7. Educação para a Sustentabilidade

Promovemos a sensibilização sobre o valor da água e o seu papel no desenvolvimento sustentável, dirigindo-nos às comunidades, escolas e parceiros institucionais.

EM 2025

Na Águas do Alto Minho, os sistemas de gestão assumem um papel central na gestão da empresa. Atualmente, a organização dispõe de um Sistema de Gestão único e certificado, baseado nas normas ISO, que integra as áreas da qualidade, do ambiente e da segurança e saúde no trabalho. Este sistema demonstra aos clientes, trabalhadores e demais partes interessadas que a entidade gestora possui processos sólidos e fiáveis, orientados para a melhoria contínua do desempenho, bem como para o compromisso com o meio ambiente e com os trabalhadores.

Em 2025, a Empresa procedeu à consolidação e renovação das certificações do Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com a norma ISO 9001:2015, do Sistema de Gestão Ambiental, segundo a norma ISO 14001:2015, e do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, conforme a norma ISO 45001:2018, na sequência das auditorias realizadas pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação.

A renovação da certificação do sistema de gestão integrado de qualidade, ambiente e segurança e saúde no trabalho confirma o empenho contínuo da Águas do Alto Minho na prestação de um serviço de excelência e confiança, reconhecendo a importância dos seus trabalhadores, fornecedores e clientes para a concretização desse objetivo.



Machado

QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

O âmbito de aplicação do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, abrange as atividades desenvolvidas pela Águas do Alto Minho em todos os municípios que integram a parceria e em todas as suas instalações:

- Atendimento e gestão de clientes;
- Abastecimento de água para consumo humano
- Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais
- Gestão das infraestruturas associadas.

Num contexto de constante evolução, em 2025 surgiram novos desafios para a melhoria contínua dos processos. Destacam-se a gestão de riscos e oportunidades no planeamento das atividades e o fortalecimento do envolvimento da gestão de topo na implementação do sistema de gestão integrado. Esta abordagem permitiu a execução de ações orientadas para a satisfação das necessidades e expectativas de clientes e demais partes interessadas, promovendo o desenvolvimento sustentável e assegurando ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis.

Nos aspetos relevantes da atividade interna, mantiveram-se e consolidaram-se medidas nas diferentes vertentes, social, económica e ambiental, das quais se ressaltam: o plano de ação de melhoria dos indicadores de qualidade de serviço, para fomentar a adesão aos sistemas públicos e prevenir a poluição; consolidação do processo de faturação e gestão de clientes; a avaliação de risco nas infraestruturas; a formação dos trabalhadores em verificação de segurança de máquinas; a consolidação do processo de aquisição de bens, serviços e empreitadas; a consolidação da plataforma de controlo de orçamento – GOC (Gestão de Orçamento e Compras).

Em 2025 foram realizadas as seguintes ações de sustentabilidade:

DIA MUNDIAL DA SEGURANÇA NA ÁGUAS DO ALTO MINHO

O mundo celebra o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho no dia 28 de abril, a Águas do Alto Minho assinalou a efeméride com uma campanha de sensibilização para o tema, com a distribuição de equipamentos de proteção individual (EPI) na área administrativa, tapetes de rato ergonómicos e na área operacional, Kit de Segurança (colete e saco de transporte de EPIs).



CELEBRAÇÃO DO DIA DO AMBIENTE


No âmbito do Dia Mundial do Ambiente, que se celebrou no dia 5 de junho, foi dinamizada uma ação de sensibilização ambiental com enfoque na separação correta de resíduos e no Ciclo Urbano da Água.

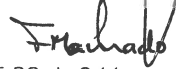
Esta iniciativa insere-se no nosso compromisso contínuo com a sustentabilidade e tem como objetivo promover práticas mais conscientes e responsáveis no nosso dia a dia, dentro e fora do local de trabalho.

Contamos com a participação ativa de tod@s nesta atividade, que culminou num momento de aprendizagem e partilha de boas práticas ambientais.

Na atividade interna também há a destacar a dinamização da componente social da empresa, com promoção de eventos internos e externos de promoção da saúde e bem-estar, que se encontram descritivos no ponto 8.4.9 do presente Relatório.









B. O NEGÓCIO



Franchete

B - O Negócio

6. A Envolvente

6.1 Contexto macroeconómico ¹

A atividade económica em Portugal cresceu 2,0% em 2025, 2,3% em 2026, 1,7% em 2027 e 1,8% em 2028, e a inflação deverá estabilizar em torno de 2%. O crescimento económico é mais apoiado na procura interna do que na média do período 2020–24.

2025 foi um ano de crescimento global resiliente, mas moderado. A economia mundial evitou a recessão, mas as restrições estruturais, a fragmentação do comércio e as incertezas políticas mantiveram o crescimento abaixo do seu potencial de longo prazo.

Desde outubro de 2025, as tensões comerciais têm continuado a diminuir, mas continuam sujeitas a ocasionais conflitos. Uma disputa entre a China e os Estados Unidos envolvendo controlos sobre as exportações de semicondutores e minerais de terras raras foi rapidamente seguida por uma trégua que reduziu as tarifas bilaterais até novembro de 2026 e suspendeu os controlos de exportação. As autoridades americanas retiraram também, para todos os países, as tarifas sobre alguns produtos agrícolas, compensando as tarifas mais elevadas sobre determinados sectores que tinham sido anteriormente anunciadas e que estão agora em vigor.

Global

O crescimento global para os anos 2025 e 2026 estima-se em 3,3% , e para 2027 em 3,2%.

Este desempenho estável resulta, à primeira vista, do equilíbrio de forças divergentes. Os obstáculos decorrentes da alteração das políticas comerciais são compensados pelos fatores favoráveis provenientes de investimentos emergentes relacionados com a tecnologia, incluindo a inteligência artificial (IA), principalmente na América do Norte e na Ásia, para além do apoio fiscal e monetário, das condições financeiras amplamente favoráveis e da adaptabilidade do setor privado.

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

A inflação global deverá descer de uma estimativa de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026 e para 3,4% em 2027, prevendo-se um regresso à meta mais gradual nos Estados Unidos do que noutras grandes economias.

Zona do Euro

A zona euro e a União Europeia estão a navegar num panorama internacional cada vez mais complexo. As alterações na dinâmica geopolítica, o rápido avanço tecnológico, os crescentes riscos climáticos, o envelhecimento da população e a baixa produtividade afetam as perspetivas económicas. Estes desenvolvimentos representam desafios significativos, mas também oportunidades transformadoras para a zona euro e para a UE, sublinhando a importância crucial de quadros de política macroeconómica robustos. A zona euro e a UE continuaram a crescer, embora a um ritmo moderado.

As projeções para a atividade na área do euro apontam para crescimentos de 1,4% em 2025, 1,2% em 2026 e 1,4% em 2027.

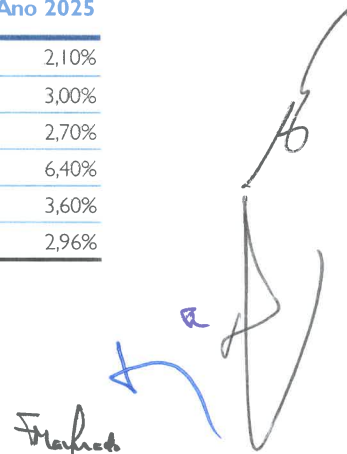
A inflação na zona euro normalizou em 2025 e prevê-se que fique abaixo da meta de 2% do Banco Central Europeu (BCE) para 2026. Este ambiente favorece estabilidade prolongada das taxas de juro, mas mantém os decisores políticos atentos aos riscos de subida impulsionados pelos salários e relacionados com as despesas fiscais.

O BCE reduziu as taxas de juro várias vezes no início de 2025, baixando a taxa de depósito de 3,00% (final de 2024) para 2,00% em junho de 2025. A partir de junho de 2025, as taxas mantiveram-se inalteradas, uma vez que a inflação regressou perto da meta de 2% e o crescimento manteve-se fraco, mas estável. O BCE não se compromete antecipadamente com uma trajetória de taxas, mas sinaliza que a política monetária está "num bom momento".

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2025 e 2026 são os seguintes:

	Estimativa 2026	Estimativa 2025	Ano 2025
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,30%	2,00%	2,10%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,30%	3,60%	3,00%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	2,10%	2,20%	2,70%
Taxa de desemprego	6,30%	6,20%	6,40%
Euribor a 6 meses (fim do ano)	2,00%	2,20%	3,60%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	n.d.	3,08%	2,96%



Handwritten signature and initials, including a large 'A' and 'B' and the name 'F. Machado'.

A economia portuguesa continua a crescer a um ritmo robusto num enquadramento externo marcado por tensões comerciais, incerteza elevada e apreciação do euro. O impacto destes choques tem sido amortecido pelo alívio das condições financeiras, pelo aumento dos fundos da UE e pela orientação expansionista da política orçamental.

O mercado de trabalho permanece resiliente, com o emprego em níveis máximos e uma taxa de desemprego historicamente baixa. No entanto, o menor crescimento da população, associado à redução dos fluxos migratórios, limitará a evolução do emprego e da atividade.

O aumento do rendimento disponível das famílias será mais contido em 2025–28, refletindo-se num abrandamento do consumo privado e numa redução da taxa de poupança, que se manterá ainda assim elevada em termos históricos.

Em termos de finanças públicas, as projeções apontam para um saldo orçamental equilibrado em 2025, seguido de défices de 0,4% do PIB em 2026, 0,9% em 2027 e 1% em 2028. Esta trajetória traduz uma deterioração significativa no período recente, explicada sobretudo pelas medidas de redução de impostos e pelo aumento permanente da despesa. O rácio da dívida pública mantém uma trajetória descendente, passando de 93,6% do PIB em 2024 para cerca de 80% em 2028.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa aumenta gradualmente, de 2,3% em 2025 para 2,6% em 2028. Esta evolução reflete a evolução esperada das taxas de juro de longo prazo.

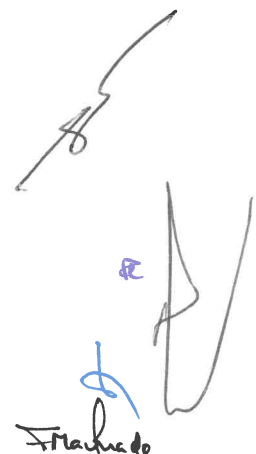
6.2 O Setor²

Crise Geopolítica e Energética

Existem, atualmente, um conjunto de conflitos que impactam e agravam, de forma muito acentuada, toda a geografia do globo. A situação é preocupante, continuando a significar e evidenciar um quadro de crise geopolítica e energética, em termos globais.

O conflito na Europa Oriental (conflito Ucrânia / Rússia), que perturba e condiciona o mercado mundial da energia mantém-se. A este, juntou-se a guerra Israel/Hamas/Hezbollah em outubro de 2023, cujos

² Fonte: <http://www.worldbank.org> ; <http://oecdobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'F. Machado'.

efeitos se estenderam ao longo de 2024 e 2025, agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

Por outro lado, verificam-se outros conflitos e tensões que, direta ou indiretamente, continuam a impactar a geopolítica europeia e a segurança energética. As tensões no Mar do Sul da China persistem, com repercussões globais, nomeadamente ao nível das rotas comerciais marítimas estratégicas, essenciais para o fornecimento de energia e bens à Europa. A crise no Sahel permanece um fator de instabilidade, afetando a segurança regional e o acesso a recursos estratégicos, como o urânio, fundamental para a produção de energia nuclear em vários países europeus. O conflito no médio oriente continua a influenciar as dinâmicas geopolíticas e energéticas no Mediterrâneo Oriental, uma região de crescente importância estratégica para a União Europeia. Por outro lado, as disputas no Ártico intensificam-se em 2025, uma vez que o degelo progressivo reforça a competição entre grandes potências — como a Rússia, os Estados Unidos e a China — pelo controlo de novas rotas marítimas e pela exploração de recursos energéticos, incluindo petróleo e gás natural.

Em maio de 2022, como resposta ao conflito Ucrânia/Rússia, a Comissão Europeia tinha aprovado o Plano REPowerEU³ que estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da União Europeia. Em paralelo visa a poupança energética, a produção de energia limpa e a diversificação do aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar novas infraestruturas e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026, para apoiar investimentos e reformas em Portugal, no valor de 300 mil milhões de euros, e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados, no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM n.º 136/2022).

Em abril 2025 foi publicada a atualização final do Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030)⁴, com objetivos ambiciosos para a transição energética: redução de emissões de gases com efeito de estufa para 55% até 2030, em relação aos níveis de 2005. O PNEC 2030 traça, também, uma meta de 51% para a quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia até 2030, acima da meta anterior de 47%.

³https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repower-eu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

⁴ Cf. Resolução da Assembleia da República n.º 127/2025, de 10 de abril



Handwritten signature

Estas iniciativas refletem o compromisso de Portugal em continuar a implementar medidas para mitigar a crise energética, alinhando-se com as diretrizes europeias e promovendo a sustentabilidade energética a longo prazo.

Em abril de 2025, Portugal e a Península Ibérica sofreram um grande apagão causando paragens nos transportes (comboios, metropolitano), falhas nos semáforos e sobrecarga nos hospitais, expondo vulnerabilidades na rede elétrica, forçando mais produção a gás e dificultando metas climáticas. Este evento severo destacou a necessidade de reforçar a infraestrutura energética europeia, com relatórios apontando para falhas em cascata.

Esse evento desencadeou impactos diretos nos sistemas de captação, bombeamento e tratamento de água das entidades gestoras, uma vez que a energia elétrica é necessária para a operação contínua de estações elevatórias e unidades de tratamento e distribuição; paralelamente, houve efeitos indiretos na pressão da rede de abastecimento e na continuidade operacional de sistemas urbanos de saneamento, exigindo esforços logísticos extraordinários para mitigar a perda de níveis de serviço regulamentares e assegurar a proteção da saúde pública.

Adicionalmente, em resposta às vulnerabilidades reveladas pelo apagão, foi apresentado o Plano de Reforço da Segurança do Sistema Elétrico Nacional com um pacote de 31 medidas para reforçar segurança do sistema elétrico nacional, garantindo os objetivos de descarbonização e transição energética.

O Plano de Reforço ora apresentado é norteado por três grandes princípios: (i) robustecimento do sistema elétrico nacional e da capacidade de resposta das infraestruturas críticas; (ii) compromisso com a transição energética e a descarbonização; e (iii) colaboração internacional para a integração de mercados e o reforço das interligações.⁵

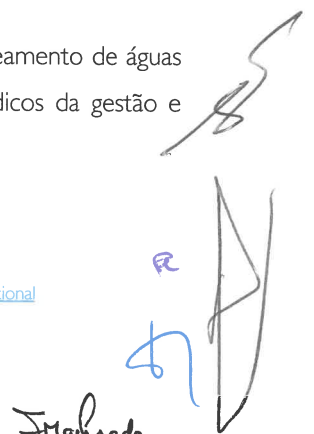
O abastecimento de água e o saneamento em Portugal⁶

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e

⁵ <https://ambienteonline.pt/noticias/governo-apresenta-plano-de-400-milhoes-para-reforcar-seguranca-do-sistema-eletrico-nacional>

⁶ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'J. Machado' and a large stylized signature.

exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Tabela 8 - Evolução do setor de águas em Portugal

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
§ 9,5 milhões de habitantes servidos	§ 8,5 milhões de habitantes servidos com drenagem
§ 97% de alojamentos servidos	§ 87% de alojamentos servidos
§ 197 litros: consumo médio diário de água por habitante	§ 8,5 milhões de habitante servidos com tratamento
§ Tarifa média ponderada: 0,5634 EUR/m ³	§ 86% de alojamentos servidos com tratamento
§ Indicador água Segura em Portugal Continental (alta): 99,69%	§ 2,02 milhões de m ³ de águas residuais tratadas diariamente
	§ Tarifa média ponderada: 0,6028EUR/m ³

Dados: RASARP 2025

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. O elevado investimento necessário, numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno através da suavização das tarifas praticadas ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturização dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e, neste sentido, a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024 aprovou o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030⁷ estabeleceu o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

A março de 2025 foi apresentada a Estratégia Nacional para a gestão da água “Água que Une”⁸, a qual preconiza uma gestão integrada da água, assumindo as seguintes orientações:

- Contribuir para uma governança ágil e eficaz da água;
- Diminuir a vulnerabilidade à escassez hídrica;

⁷ Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de dezembro que aprovou a resolução 23/2024 publicada em DR a 5 de fevereiro de 2024 já alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024 de 22 de agosto de 2024.

⁸ <https://portaldaaqua.pt/2025/03/12/agua-que-une-estrategia-nacional-para-a-gestao-da-agua/>

Friedrich



- Reforçar a sustentabilidade ambiental;
- Promover a coesão territorial Esta Estratégia pretende dar suporte à revisão do Plano Nacional de Água (2026) e à atualização da Estratégia para o Regadio Público 2014-2020 através do Plano Rega (a elaborar).

No âmbito da implementação da Estratégia Nacional “Água que Une” (AqU), observaram-se avanços em duas vertentes:

- A implementação de medidas que se encontram no âmbito das Entidades Gestoras (EGs) do grupo AdP, como por exemplo a dessalinizadora do Algarve, em execução pelas Águas do Algarve.
- Em outubro de 2025, foi apresentada a AdP AQUA, uma empresa do grupo Águas de Portugal que terá como missão planejar, financiar, construir e gerir aproveitamentos hidráulicos, nomeadamente de fins múltiplos, que promovam a segurança hídrica de Portugal no horizonte 2040, enfrentando os desafios das alterações climáticas, do crescimento demográfico, do desenvolvimento económico e da preservação ambiental através de uma gestão integrada, resiliente e sustentável do recurso água.

O Grupo AdP em 2025

O Grupo AdP constituiu e mantém-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente: i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.



Finalizado

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as Ambições de Sustentabilidade, encontram-se identificadas as seguintes áreas estratégicas: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento. Neste sentido, em 2025, o Grupo promoveu a inovação em rede no âmbito da segunda edição do Concurso AdP Inovação Proactiva.

Foi publicado em Diário da República o diploma legal que altera o Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio que atribui à Águas de Santo André a concessão da exploração e da gestão do sistema de abastecimento de água (gerindo de forma integrada origens não convencionais, como a água do mar e a água para reutilização), de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, face aos desafios de escassez hídrica e à necessidade de reconfiguração do sistema para promover a sustentabilidade ambiental e a resiliência hídrica das atividades industriais, agrícolas e turísticas da zona de influência da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

Em 2025, a Estação de Dessalinização do Algarve (EDAMA) avançou significativamente, com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a dar luz verde condicionada em novembro 2024, após consulta pública sobre o projeto em Albufeira, que visa captar e tratar água do mar para consumo.

Na dimensão da economia circular, salienta-se a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

Neste âmbito, em 2025, para além de várias ações de sensibilização, a Águas do Algarve concluiu investimentos em infraestruturas para a ApR na ETAR da Quinta do Lago, a Águas do Tejo Atlântico forneceu Água para Reutilização ao Município de Lisboa para a rega de parques e jardins, expandindo um projeto-piloto.

A norte (AdN), o projeto Regadouro, que se encontra em fase de conclusão, tem como objetivos fundamentais não só o de aumentar o conhecimento sobre a reutilização na rega de água tratada nas infraestruturas de tratamento de águas residuais, como também o de fomentar o aproveitamento dos nutrientes e fertilizantes presentes na mesma.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, a gestão da energia constitui uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No plano internacional, em 2025, o Grupo, através da sua subsidiária AdP Internacional, reforça a sua presença internacional com a criação da empresa Société Agua Services d'Assainissement na Tunísia. Este



Imachado

passo decorre da adjudicação, pelo Estado tunisino, do contrato de concessão para a gestão, operação e manutenção do sistema de recolha e tratamento de efluentes da zona norte da cidade de Túnis, por um período de 10 anos.

O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

O consumo de energia elétrica, enquanto componente fundamental e inseparável da operação das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma das principais rubricas de despesa, representando uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais. Trata-se de um fator com peso muito significativo no FSE e com impacto direto tanto nas tarifas aplicadas aos serviços de água e saneamento como no equilíbrio económico-financeiro das concessões e parcerias estabelecidas.

Com base nos dados de consumo (em apuramento a 5 de fevereiro de 2026), os consumos elétricos do Grupo AdP em 2025 foram de 817,95 GWh (+1,3% face a 2024). Destes, 784,18 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), o que corresponde a +1,0% em comparação com 2024, e 33,76 GWh foram provenientes de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+8,6% face a 2024).

Relativamente aos caudais, os dados atuais (ainda não finais) apontam para um aumento de 3,3% no caudal de abastecimento de água e de 6,3% no caudal de água residual.

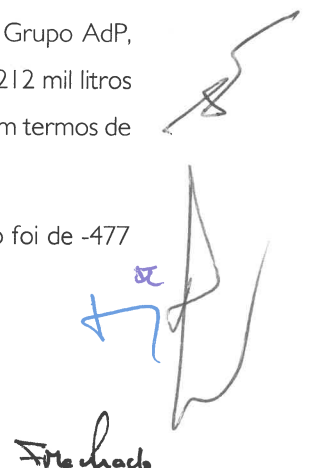
Os dados de 2025 indicam uma produção de 41,59 GWh/ano (+8,9% face a 2024). O autoconsumo foi de 33,76 GWh (+8,6% face a 2024) e a energia vendida à RESP totalizou 7,83 GWh (+10,4% face a 2024).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2025 foi de 776,36 GWh, o que representa uma variação de +0,9% face a 2024, ano em que o saldo foi de 769,26 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP em 2025 foi de 5,1%, tendo sido de 4,7% em 2024.

A fatura com a energia elétrica adquirida à RESP, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 5 de fevereiro 2025) deverá atingir em 2025 cerca de 96,27 milhões de euros, que corresponde a +3,38 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior (+3,6%).

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2025 a frota elétrica do Grupo AdP, percorreu mais de 2,5 milhões de km, estimando-se ter sido evitado o consumo de mais de 212 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 534 barris de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -42,8% (-77,8 tep) e o consumo elétrico foi de 483 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -477 toneladas (-84,7%).



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'F. Machado' and a large stylized mark.

No ano de 2025 a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP consumiu cerca de 3,1 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de -5,5% face a 2024 – ano em que foram consumidos 3,3 milhões de litros, o que representa em termos médios de consumo diário 8 169 l/dia em 2025 (em 2024 o consumo médio diário foi de 9 095 l/dia).

Apesar da relevância da frota elétrica atualmente em operação no Grupo AdP, importa salientar que o seu reforço continua previsto para os próximos anos, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que atribui um apoio do Fundo Ambiental no montante global de 7,52 milhões de euros ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo. Este processo - integrado no Programa de Neutralidade Energética - visa a implementação de uma Frota Verde, totalmente constituída por veículos não poluentes, incluindo viaturas de emissões nulas, contribuindo assim para a eliminação progressiva do consumo de combustíveis fósseis na operação do Grupo.

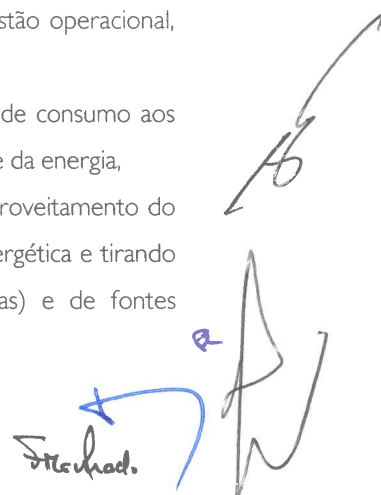
Embora a eletrificação da frota implique um aumento do consumo de energia elétrica, o impacto associado é substancialmente compensado pelos benefícios ambientais resultantes da redução das emissões de gases com efeito de estufa e da eliminação do consumo de combustíveis de origem fóssil. O efeito líquido é, por isso, claramente positivo, reforçando a transição energética do Grupo AdP e contribuindo para a concretização dos seus compromissos climáticos.

A estratégia do Grupo AdP

O Grupo AdP - Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Esta realidade evidencia a dimensão económica, social e ambiental que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua atividade, bem como a sensibilidade do Grupo às tendências e à volatilidade dos mercados energéticos europeus e mundiais, que têm marcado a evolução dos preços grossistas na Europa nos últimos anos.

A natureza volátil destes mercados, agravada pela oscilação dos preços internacionais da energia e pelo impacto das políticas climáticas europeias, torna particularmente complexa a previsão da evolução do custo da eletricidade. Neste contexto, a experiência acumulada pelo Grupo AdP no acompanhamento dos mercados energéticos reforça a necessidade de uma estratégia ancorada em medidas robustas que induzam:

- A redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- A redução dos gastos, otimizando a contratação, ajustando potências e perfis de consumo aos períodos tarifários, eliminando a energia reativa e reforçando a gestão inteligente da energia,
- O aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (potenciando a produção de biogás e a sua valorização energética e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'F. Machado' and a large stylized 'A'.

renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e

- A constituição de Comunidades de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a partilha do consumo da energia 100% renovável produzida nas empresas do grupo, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

A definição desta estratégia está igualmente alinhada com os compromissos internacionais assumidos por Portugal, em particular o objetivo de atingir a neutralidade carbónica até 2050, consagrado no Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050) e no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

Enquanto maior grupo empresarial público na área do ambiente e operador essencial de serviços críticos, a atuação da AdP deve, assim, contribuir decisivamente para as metas nacionais de neutralidade energética e carbónica, refletindo a sua responsabilidade ambiental e o impacto sistémico da sua operação.

É neste enquadramento que o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, um programa de neutralidade energética alinhado com a década crítica definida pela União Europeia para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (2021-2030). O Programa assenta numa estratégia integrada que combina a redução de consumos com um aumento substancial da produção própria de energia 100% renovável, com o objetivo de atingir a neutralidade energética em 2030, posicionando o Grupo como um dos primeiros operadores internacionais do setor da água a adotar um modelo de autossustentabilidade energética

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos. Até novembro de 2025, o investimento acumulado no âmbito do Programa ZERO totalizava 32,77 milhões de euros.

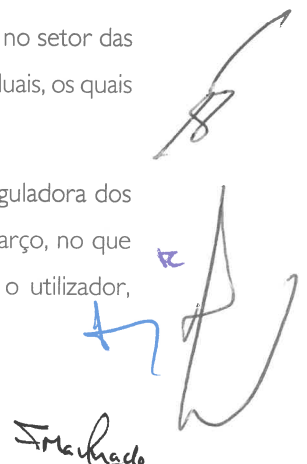
Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

6.3 Contexto Regulatório

Enquadramento regulatório

Em 2025, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidades atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador,



Smilhado

exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2025, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta [EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias] e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

Regulação económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

O Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro, altera os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, promovendo igualmente o restabelecimento de competências da ERSAR que haviam sido revogadas pela LOE 2021, a partir de 1 de janeiro de 2026.

O Decreto-Lei n.º 97/2025, de 21 de agosto, definiu, para o ano de 2025, as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores cobrados nos termos dos contratos de concessão dos sistemas multimunicipais.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.



5/10/2025

Para 2025, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

Em 2025 a ERSAR definiu uma nova metodologia de avaliação de eficiência que pretendeu simplificar o processo de avaliação da eficiência dos gastos de exploração (OPEX) através da redução do número de métricas a avaliar. A avaliação da eficiência do OPEX – a vigorar entre 2025 e 2028 – é materializada por uma única métrica para cada serviço, calculada por OPEX/m³ de água faturada no que respeita ao serviço de abastecimento de água (AA), e OPEX/m³ de água tratada para o serviço de saneamento de águas residuais (AR). No que respeita ao investimento (CAPEX) a ERSAR continuará a fazer o seu acompanhamento e definiu uma métrica específica para a manutenção e para os investimentos de substituição.

No decorrer de 2025, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

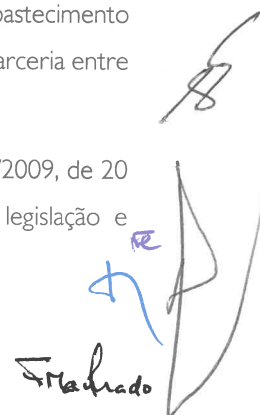
Adicionalmente, em 2025, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa ao Projeto de Regulamento do sistema nacional de aprovação dos produtos em contacto com a água destinada ao consumo humano (com início em 2024), ao procedimento de recolha de contributos para a elaboração do Regulamento Tarifário da Água (RTA) respondendo ao conjunto de questões colocadas pela ERSAR, e ao início da consulta pública ao projeto de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA).

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro. No decorrer do segundo semestre de 2025 foram enviados para apreciação da ERSAR os Estudos de Viabilidade Económico e Financeiros da maioria dos SMM.

AdAM – atividade em “baixa”

A AdAM é um sistema municipal, e exerce, através de contrato de gestão, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em “baixa”, celebrado no contexto de parceria entre o Estado e as autarquias.

Esta parceria rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.os 90/2009, de 9 de abril, e n.º 194/2009, de 20 de agosto, nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como na demais legislação e regulamentação.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'Machado' and a large stylized signature.

A AdAM está sujeita a regulação da ERSAR, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e à supervisão da Comissão de Parceria – entidade criada ao abrigo do contrato de parceria outorgado, constituída por representantes do Estado e por representantes das autarquias, cuja missão é exercer os poderes de direção, fiscalização e supervisão dos Municípios sobre o sistema municipal gerido neste regime.

As tarifas em “baixa”, nos termos do contrato de gestão, que compreendem uma componente fixa e uma componente variável, são estabelecidas a preços constantes e por períodos quinquenais. A atualização das tarifas é efetuada anualmente nos termos dos respetivos contratos. À Comissão de Parceria está atribuída a responsabilidade de aprovar estas tarifas e à ERSAR a responsabilidade pela emissão de parecer não vinculativo.

A AdAM é regulada por custos eficientes aceites, que incluem os gastos operacionais de exploração e manutenção dos seus sistemas, as amortizações do investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a adequada remuneração dos capitais próprios.

Durante o ano de 2025, as tarifas aplicadas não foram objeto de atualização e o tarifário praticado corresponde ao do ano 2024. Em 05/09/2024 foi aprovada uma proposta de atualização tarifária, posteriormente submetida a parecer da ERSAR. Contudo, a impossibilidade de funcionamento da Comissão de Parceria impediu a sua aprovação final.

O contrato de parceria gera a mesma remuneração contratual que os contratos de concessão dos Sistemas Multimunicipais (SMM).

O contrato da AdAM estabelece que tem direito ao registo e à recuperação dos DRG gerados, por via tarifária, calculados pela diferença entre o resultado líquido gerado e a remuneração contratual dos capitais próprios para o ano.

Em 31 de dezembro de 2025, estavam registados cerca de 16 milhões de EUR de DRG de natureza deficitária, decorrentes das atividades da AdAM.

Regulação da qualidade do serviço

A AdAM está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2025, foi apresentado o Volume I do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP 2024) com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2023. Sintetiza a informação mais relevante referente à caracterização do setor no ano de 2023, abordando a sua caracterização e evolução,

os principais intervenientes, os principais números em termos de recursos do setor, a análise económica e financeira e os principais resultados da avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, com destaque para o primeiro ano de aplicação da 4.ª geração do sistema de Avaliação Qualidade do Serviço, sendo também disponibilizada a avaliação comparada (benchmarking) do desempenho das entidades gestoras. É ainda realizada a análise da relação das entidades gestoras com os utilizadores e apresentação dos principais resultados no que respeita à monitorização legal e contratual das entidades gestoras.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da AdAM, disponível em <https://adam.pt/component/phocadownload/category/3-anexos?download=408:regulamento-da-qualidade-do-servico>.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

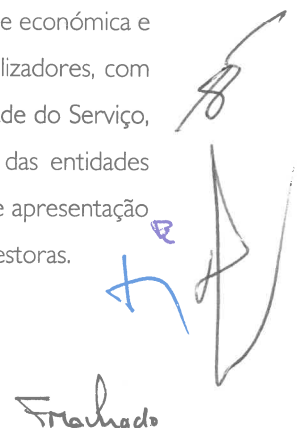
A AdAM que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a AdAM deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a AdAM implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2025, foi apresentado o Volume I do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP 2024) com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2023. Sintetiza a informação mais relevante referente à caracterização do setor no ano de 2023, abordando a sua caracterização e evolução, os principais intervenientes, os principais números em termos de recursos do setor, a análise económica e financeira e os principais resultados da avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, com destaque para o primeiro ano de aplicação da 4.ª geração do sistema de Avaliação Qualidade do Serviço, sendo também disponibilizada a avaliação comparada (benchmarking) do desempenho das entidades gestoras. É ainda realizada a análise da relação das entidades gestoras com os utilizadores e apresentação dos principais resultados no que respeita à monitorização legal e contratual das entidades gestoras.



Finalizado

Regulação da interface com o utilizador

A AdAM está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para esse efeito a AdAM dispõe de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet da AdAM.

Em 2025 verificou-se uma taxa de resposta a reclamações de 100%. Este valor corresponde a manutenção face ao verificado nos últimos anos.

7. Orientações estratégicas

Orientações Estratégicas Específicas

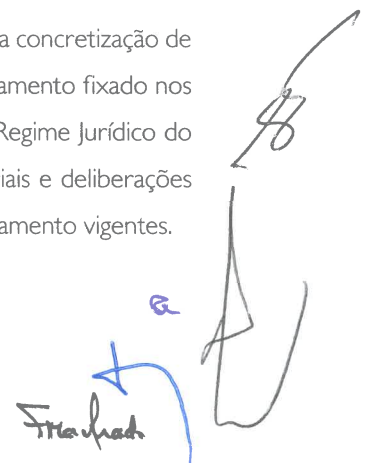
Os valores fundamentais da sociedade, assentam na sustentabilidade dos recursos naturais, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

A) Missão

Assegurar os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho, com elevados padrões de eficiência, valorizando os seus recursos humanos e integrando recursos tecnológicos num modelo sustentável, contribuindo para a criação de valor para acionistas e clientes, para a qualidade de vida dos cidadãos e desenvolvimento socioeconómico da região.

A preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida e a equidade no acesso aos serviços básicos associados, a par da promoção do bem-estar, através da melhoria da qualidade de vida das pessoas e do equilíbrio ambiental, representam os valores fundamentais assumidos pelas empresas que integram o Grupo Águas de Portugal, designadamente pela AdAM-Águas do Alto Minho, S.A (adiante Empresa ou AdAM, S.A.)

A atividade prosseguida pelo Grupo AdP enquanto agente empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, os quais devem ser contemplados nos documentos de estratégia e planeamento vigentes.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'Friedrich' and a large stylized initial 'A'.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a) Definir e comunicar a política setorial a prosseguir;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz setorial aplicáveis a cada empresa;
- c) Definir os objetivos a alcançar na atividade operacional;
- d) Definir o nível de serviço público a prestar e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

B) Deveres e Responsabilidades da Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da AdAM-Águas do Alto Minho, S.A terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, relativamente ao exercício de funções executivas prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;




Finalizado

g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

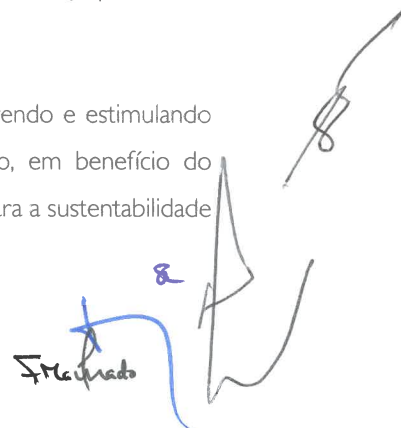
No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da AdAM-Águas do Alto Minho, S.A estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Orientações Estratégicas Gerais

O Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a AdAM-Águas do Alto Minho, S.A sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerçam a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- d) Adote sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito;
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- f) Implemente políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;



Frederico

- g) Concretize políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- h) Desenvolva iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- i) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

D) Orientações Estratégicas Específicas

O Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam (quando aplicável, atendendo ao objeto e atividade da empresa).

1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:

1.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;

1.2 Reforço da resiliência no fornecimento de água e redução da vulnerabilidade das infraestruturas críticas, privilegiando a interoperabilidade e o desenvolvimento de novas dinâmicas de reengenharia de sistemas;

1.3. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;

1.4. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na fiabilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes;

1.5. Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.

2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:

2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;



h
S. Machado

- 2.2. Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - 2.3. Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
 - 2.4. Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.
3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
 - 3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - 3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
 - 3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
 4. Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:
 - 4.1. Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;
 - 4.2. Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espectro alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - 4.3. Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo;
 - 4.4. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
 5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - 5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, em linha com os desafios do setor e padrões da regulação;

5.2. No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética, alinhado com os objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.

6. Assegurar as boas práticas na gestão do ciclo de vida dos ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:

6.1. Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;

6.2. Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização;

6.3. Atualização dos processos de planeamento de investimentos;

6.4 Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos;

6.5. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

7. Capitalizar a nível internacional as competências e capacidades existentes na empresa, quando solicitado pela AdP internacional.

E) Circunstâncias Transitórias e Excecionais

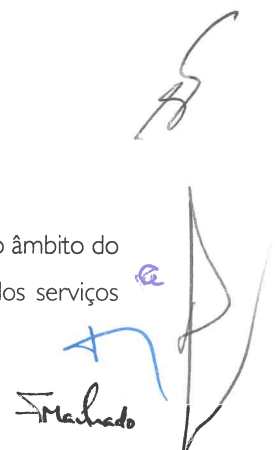
O presente mandato da AdAM-Águas do Alto Minho, S.A corresponde a um ciclo extremamente exigente em termos de dimensionamento da capacidade instalada, complexidade dos desafios estratégicos e cronograma de execução do programa de investimento suportado por fundos europeus. Acresce a excecionalidade inerente ao contexto de guerra na Europa, com a necessidade imperiosa de neutralizar as repercussões na atividade corrente e de assumir uma função relevante de estabilização social, de alavanca na recuperação económica e indutora na evolução de paradigma da sociedade.

Não se dispondo ainda de informação completa em matérias sensíveis, pelo que não sendo possível projetar com objetividade e rigor algumas medidas de gestão a adotar para cabal cumprimento das presentes orientações, determina-se que os parâmetros de desempenho operacional, económico e financeiro possam vir a ser revistos num prazo de 12 meses.

8. A ATIVIDADE

8.1 Introdução

A AdAM - Águas do Alto Minho, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos criada no âmbito do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, que veio possibilitar um novo modelo de gestão dos serviços



Handwritten signature and initials in blue ink, including the word "Machado" and a large stylized signature.

públicos de abastecimento de água e de saneamento, permitindo um modelo de gestão delegada assente numa parceria entre o Estado e as Autarquias Locais. Este novo modelo de gestão possibilita uma integração territorial dos sistemas municipais no sentido da maximização de economias de escala, bem como a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama.

Em 11 de janeiro de 2019 foi celebrado o Contrato de Parceria pública entre o Estado Português e os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira que criou o Sistema de Águas do Alto Minho, doravante designado Sistema. Neste seguimento, foi formalizado, em 22 de julho de 2019, o Contrato de Gestão entre o Estado, os mencionados Municípios e a AdAM - Águas do Alto Minho, S.A., na qualidade de Entidade Gestora da Parceria (EGP), à qual foi cometida a exploração e a gestão, em regime de parceria, dos serviços de águas relativos ao Sistema.

8.2 Água e Saneamento em Baixa

A partir do início da atividade operacional (1 de janeiro de 2020), a Águas do Alto Minho, S.A., passou a integrar a exploração e a gestão, em regime de exclusivo, dos serviços de águas nos sete Municípios que integram a Parceria do Alto Minho (Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira), nos termos do estabelecido no Contrato de Gestão, no Contrato de Parceria e na legislação aplicável.

De acordo com o Contrato de Gestão, a AdAM tem por objetivo garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, a par da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da universalidade e igualdade do acesso aos serviços públicos por parte dos utilizadores finais, da solidariedade económica e social, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional.

A AdAM está incumbida, essencialmente, da realização das seguintes missões de interesse público:

- a) Assegurar de forma regular, contínua e eficiente, o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas;
- b) Assegurar a conceção, a construção e a exploração, nos termos dos respetivos projetos, das infraestruturas necessários à distribuição de água para consumo público e, quando aplicável, à captação e tratamento de água para essa finalidade, e à recolha de águas residuais urbanas, bem como, quando aplicável, ao respetivo tratamento e rejeição, quando incluídas no seu plano de investimentos;
- c) Assegurar a reparação e a renovação das infraestruturas referidas na alínea anterior, nelas se incluindo as cedidas pelos municípios, de acordo com as exigências técnicas e o respeito dos parâmetros sanitários aplicáveis;
- d) Controlar os parâmetros sanitários da água distribuída e dos efluentes tratados;



Imagem de uma assinatura manuscrita em azul e preto, localizada no canto inferior direito da página.

- e) Assegurar a qualidade do serviço prestado e o atendimento aos utilizadores finais;
- f) Implementar medidas de prevenção e contingência para garantia dos recursos hídricos e promover sinergias entre os diferentes sistemas de abastecimento de água, em articulação com outras entidades, públicas ou privadas, tendo em conta uma avaliação de risco prévia.

8.3 A Atividade Operacional

Nota Introdutória – Enquadramento

No âmbito dos investimentos realizados, com o objetivo de melhorar a eficiência hídrica das redes de abastecimento de água, a AdAM desenvolveu um conjunto de intervenções que permitiram a criação de Zonas de Medição e Controlo (ZMC), distribuídas pelos sete municípios que integram a Parceria.

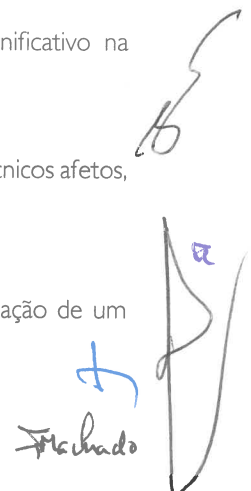
A implementação das ZMC constituiu um marco estruturante na monitorização das redes, permitindo o apuramento dos consumos mínimos noturnos por zona e, conseqüentemente, a identificação e quantificação das perdas reais de água por zona. Apesar dos progressos alcançados, não foi possível concluir integralmente o fecho destas zonas no prazo inicialmente previsto, em virtude de atrasos na execução de investimentos estruturantes.

A área abrangida pelo contrato de parceria da AdAM apresenta uma extensão superior a 1.590 km², integrando cerca de 3.880 km de rede de abastecimento, distribuída pelos sete concelhos do Alto Minho. A dimensão territorial e a dispersão geográfica constituem, por si só, fatores de elevada complexidade operacional.

Entre 2020 e 2025, o Sistema do Alto Minho registou um número significativo de roturas, reflexo do estado crítico de diversas infraestruturas, evidenciando a necessidade de dar continuidade às intervenções estruturais planeadas. Esta situação teve impacto direto no indicador de água não faturada que se situou em 34,7%, refletindo o contexto operacional adverso. Esta situação traduziu-se num aumento do volume de água adquirida à entidade em alta, que atingiu, em 2025, cerca de 2,6 milhões de m³, com um impacto económico negativo estimado em aproximadamente 1,5 milhões de euros na eficiência operacional.

Adicionalmente, a Direção de Exploração enfrentou constrangimentos com impacto significativo na atividade operacional, nomeadamente:

- Encerramento temporário da sala de supervisão em setembro, decorrente da saída de técnicos afetos, com impacto no controlo dos caudais mínimos noturnos e na gestão de alarmes;
- Baixas prolongadas de técnicos operativos;
- Impossibilidade de reorganização da área da manutenção, devido ao atraso na contratação de um coordenador;



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'F. Machado' and a large stylized signature.

- Necessidade de constituição de uma equipa dedicada exclusivamente à gestão de perdas e afluências indevidas;
- Dificuldades na contratação de serviços externos de manutenção e reparação de equipamentos;
- Constrangimentos no abastecimento de água decorrentes de falhas na interligação de dados com a AdNorte;
- Limitações no sistema de saneamento associadas à ausência de telegestão;
- Insuficiente capacitação técnica em algumas áreas da Direção de Exploração (COP Sul e funções de suporte);
- Insuficiência de meios logísticos operacionais, nomeadamente os decorrentes da não aprovação dos mesmos em sede de aprovação do PAO 2025.

Atividades desenvolvidas ao longo de 2025

Abastecimento de Água

O ano 2025 trouxe desafios significativos que puseram à prova a resiliência do nosso sistema de água e a capacidade de responder a situações extremas. Tal como todo o país, enfrentamos o colapso do fornecimento de energia elétrica e de todos os sistemas de comunicação em abril. De imediato a nossa equipa de operação acionou o procedimento a adotar em situações de emergência, mobilizando as áreas necessárias da AdAM. Por nossa iniciativa foram identificados os locais em que era urgente ter apoio de fornecimento de energia, e em coordenação com a proteção civil local foi possível encontrar soluções. O balanço foi muito positivo, não tendo havido interrupções de serviço relevantes. De salientar que não existiu qualquer comunicação durante cerca de 12 horas e que o fornecimento de energia também não foi reposto num período de tempo razoável. Após esta emergência foi efetuado o devido balanço e comunicado às entidades que nos prestam serviço, o que resultou desta análise no sentido de melhorar a resiliência para futuras situações.

Durante o ano de 2025 executaram-se mais de 30 mil ordens de trabalho, o que mostra o nível de atividade permanente que é necessário, para manter a continuidade e a qualidade do serviço que prestamos.

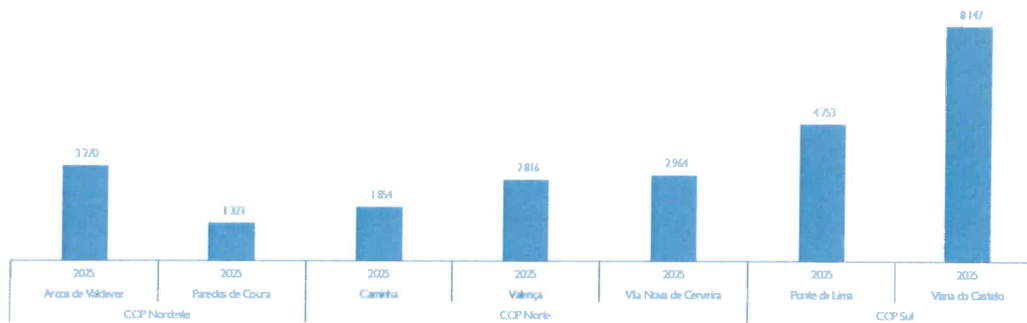


Figura 15 - N° de ordens de trabalho água executadas

Nos sistemas de micromedição houve também um nível de atividade muito elevado com intervenções diretas identificadas no gráfico “n° de ordens de trabalho de contadores”, para além de mais de quase 14 mil substituições de contadores.

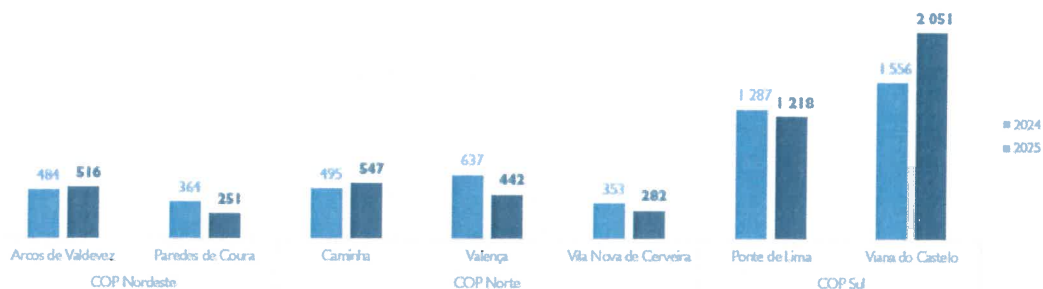


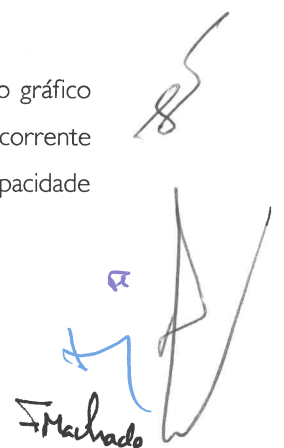
Figura 16 - N° Ordens de Trabalho de Contadores

No domínio do abastecimento, destaca-se a ligação dos Sistemas de Abastecimento de Barrosena e Boavista ao Sistema de Abastecimento de Água do Norte. Esta interligação permitiu resolver constrangimentos ao nível da qualidade e da quantidade de água disponível, reforçando a resiliência e fiabilidade do serviço prestado.

Perdas de Água

O nível de água não faturada é ainda muito elevado, sendo um dos objetivos transversais a toda a organização diminuir rapidamente para valores sustentáveis.

Não foi possível melhorar este indicador durante o corrente ano, como se pode observar no gráfico “Evolução das perdas”, e como se explicou detalhadamente no início deste capítulo. Durante o corrente ano devido a limitações de recursos humanos e logísticos avaliamos uma perda de 45% na nossa capacidade operacional.



F. Machado

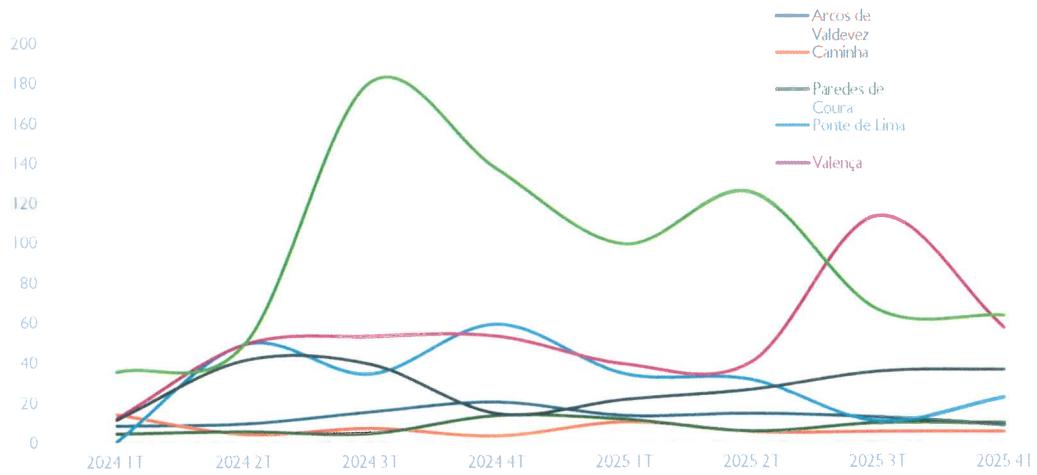


Figura 17 - Evolução de Perdas Mm3

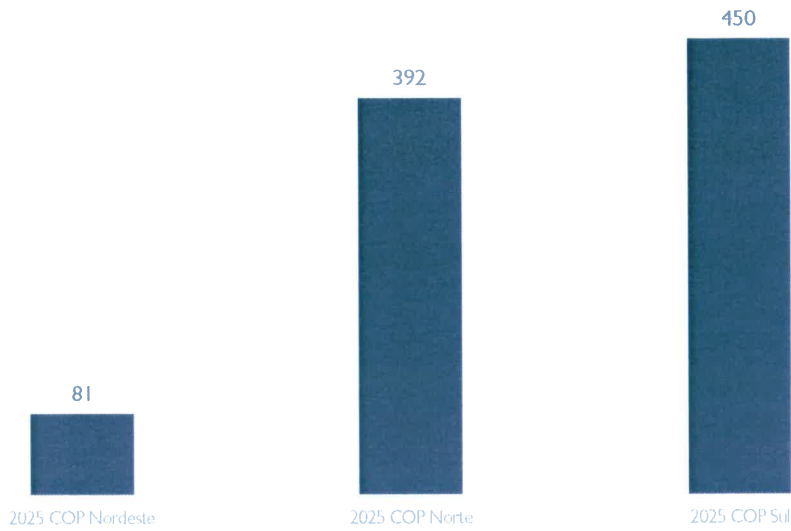


Figura 18 - Pesquisa de Fugas

No gráfico acima discriminam-se por centro operacional o nº de fugas detetadas resultante do processo de pesquisa ativa.

Finalizado

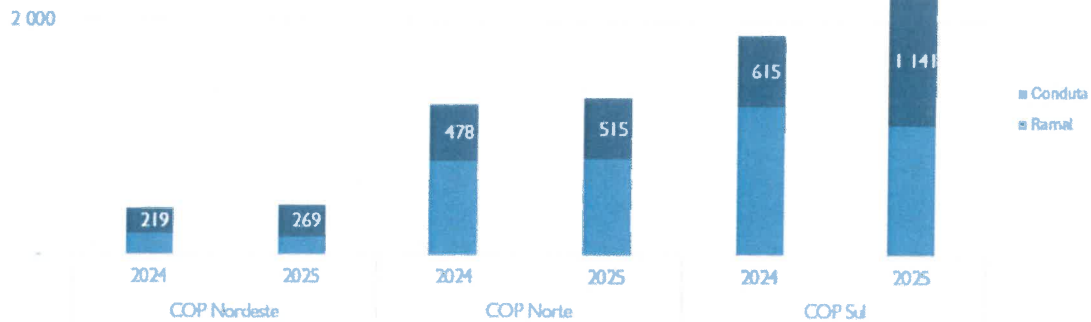


Figura 19 - N.º Reparação de Fugas

A análise dos dados relativos à reparação de fugas revela um aumento de 47% entre 2024 e 2025. Este crescimento do número de reparações reflete o aumento significativo das roturas registadas, verificando-se igualmente um acréscimo no volume de água não faturada. Particularmente na altura do verão houve um número de roturas atípico ultrapassando 1.500 roturas no 3.º trimestre.

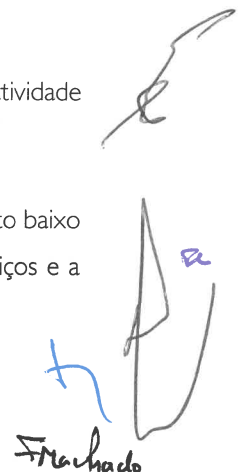
No domínio da eficiência hídrica e redução de perdas, destacam-se as seguintes ações:

- Foi elaborado o procedimento associado ao contrato de performance/eficiência hídrica (Fase II), com um horizonte temporal de cinco anos e objetivo estruturado de redução sustentada das perdas no sistema.
- No âmbito do processo de Eficiência Hídrica (Fase I), foi concluído o fecho das Zonas de Medição e Controlo (ZMC) no município de Ponte de Lima, reforçando a capacidade de monitorização e controlo dos consumos e perdas reais.
- Durante o período de verão, foi assegurado um reforço da monitorização operacional a partir da sala de supervisão, com incidência na análise de níveis de reservatórios, consumos mínimos noturnos e alarmística associada às infraestruturas de abastecimento de água (AA) e águas residuais (AR), contribuindo para uma resposta mais célere a desvios operacionais.

Saneamento

Durante o ano de 2025 executaram-se mais de 8 mil ordens de trabalho, sendo a maior representatividade o relativo a desobstruções e limpeza e manutenção de infraestruturas de saneamento.

Os equipamentos essenciais que a AdAM dispõe estão obsoletos e com um nível de serviços muito baixo sendo frequentes as avarias e a inoperacionalidade. Isto obriga ao recurso a prestações de serviços e a alguns constrangimentos de gestão.



Assinaturas manuscritas em azul e preto, incluindo o nome 'Machado' em azul.

De salientar que se registaram avanços relevantes na componente de monitorização, operação e eficiência operacional e energética, com destaque para:

- Reforço da alarmística, inicialmente quase inexistente, em diversas estações elevatórias de águas residuais, aumentando a capacidade de deteção e resposta a ocorrências;
- Instalação de medidores de caudal em nove ETARs, permitindo maior rigor no controlo operacional e na análise de desempenho;
- Entrada em funcionamento das centrífugas das ETAR de Freixo e Queijada, possibilitando o funcionamento integral da linha de lamas;
- Otimização dos tempos de funcionamento dos equipamentos nas ETAR compactas, com impacto significativo na redução do consumo energético;

De salientar a muito boa *performance* dos sistemas de tratamento geridos diretamente pela AdAM, garantindo uma quase total conformidade com o cumprimento das condições de licenciamento, com 80% das ETAR's a cumprirem integralmente e apenas 6 ETAR's com valores entre 94 e 97%.

Afluências Indevidas

No âmbito da mitigação de afluências indevidas aos sistemas de saneamento, foram desenvolvidas diversas iniciativas com enfoque na inspeção, monitorização e reabilitação de infraestruturas críticas.

No concelho de Arcos de Valdevez, foi implementado um plano de ações direcionado às infraestruturas de saneamento localizadas na envolvente do rio vez, contemplando medidas de inspeção sistemática, monitorização e correção das anomalias identificadas.

Em Paredes de Coura, avançou-se com um plano de monitorização da qualidade das linhas de água, na bacia hidrográfica a montante do rio coura e na sede do concelho, com o objetivo de melhorar as condições ambientais existentes. Atendendo a que em algumas épocas do ano existe utilização desta zona para fins de lazer foi decidido monitorizar também a qualidade para fins balneares.

Na sequência do trabalho desenvolvido foram detetadas fontes de poluição que em conjunto com o Câmara foram mitigadas. Estes trabalhos incluíram ainda a inspeção e correção estrutural de caixas de saneamento em mau estado de conservação, com vista à redução de infiltrações e entradas indevidas nos coletores. Foram realizadas aproximadamente 300 determinações analíticas (microbiológicas).

Houve um resultado de melhoria muito significativa na qualidade de água no rio coura, especialmente na zona fluvial de Taboão.



Michado

No concelho de Viana do Castelo, foram implementadas ações de inspeção e fiscalização em pontos críticos previamente identificados pelo Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA da Câmara Municipal), reforçando o controlo sobre situações potencialmente associadas a descargas indevidas.

Foi ainda iniciado um trabalho conjunto entre o Município de Viana do Castelo, a AdAM e a AdNorte para o desenvolvimento de um Plano de Ações específico destinado à monitorização de locais críticos nas margens sul e norte do rio Lima, zonas com registo de alguns derrames.

Em Valença (freguesia de São Pedro da Torre), teve início o processo de inspeção e reabilitação de um coletor em avançado estado de degradação.

Adicionalmente, foram implementadas medidas de monitorização e controlo de aflúências indevidas nas localidades de Afife e Vila Nova de Anha, reforçando a capacidade de deteção precoce de anomalias no sistema.

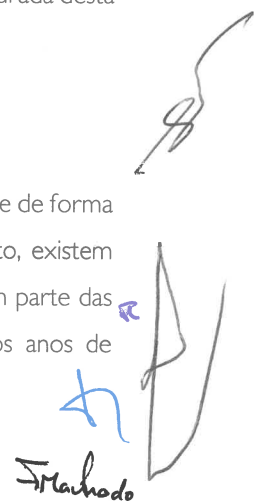
De salientar que o tema das aflúências indevidas (infiltrações, ligações clandestinas, entradas indevidas de águas pluviais e outras) tem um impacto muito negativo na nossa atividade, quer do ponto de vista de responsabilidade ambiental, quer do ponto de vista económico-financeiro e ainda sob o ponto de vista social. Do ponto de vista económico-financeiro é uma área essencial para se conseguir a sustentabilidade da AdAM tendo em atenção que o gasto associado é o segundo maior gasto operacional.

Este problema envolve várias Entidades com responsabilidades diferentes, mas a evolução no sentido da diminuição das aflúências indevidas carece da melhoria dos nossos sistemas (problemas de conceção e de conservação das infraestruturas de saneamento), dos sistemas de gestão de águas pluviais (muitas vezes inexistentes ou subdimensionados) e do sistema de gestão de águas residuais em alta (é praticamente inexistente a medição nos pontos de entrega do sistema em baixa no sistema em alta, o que impossibilita um tratamento estruturado das aflúências indevidas).

Tem aumentado a cooperação entre estas Entidades ainda essencialmente focada na resolução de situações pontualmente identificadas (são exemplos paradigmáticos os referidos acima), que pela sua gravidade são prioritárias, mas é urgente haver uma estratégia de longo prazo que permita a resolução estruturada desta questão.

Manutenção

A área de manutenção gere quase 300 estações elevatórias que têm de funcionar em contínuo e de forma eficiente para garantir o serviço de abastecimento de água e de saneamento. Para além disto, existem numerosos equipamentos nos reservatórios e nas estações de tratamento que também fazem parte das rotinas de trabalho da área de manutenção. A grande maioria das instalações têm muitos anos de funcionamento e o estado geral obriga a intervenções frequentes.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name "J. Machado" and a large stylized signature.

No âmbito do trabalho efetuado em 2025, em que foram executadas mais de 650 ordens de trabalho, foram renovados mais de 50 grupos elevatórios, em resultado de paragens por avaria e análise da necessidade de substituição/reparação.

Foram igualmente implementadas medidas de reforço da capacidade interna de manutenção e gestão operacional:

- Reforço da equipa de manutenção com a integração de um técnico electricista e de um técnico de apoio à gestão da manutenção e tratamento de ocorrências diárias dos Centros Operacionais (COP);
- Levantamento dos grupos de bombagem em fim de vida útil e respetiva substituição por novos equipamentos, reduzindo o risco de avarias e melhorando a eficiência energética;
- Realização de formação na plataforma AQUAMAN, com o objetivo de melhorar a qualidade e consistência dos reportes diários das equipas operacionais.

Outros Desenvolvimentos Relevantes

No plano organizacional e de coordenação operacional, destacam-se:

- Reforço da equipa operacional do COP Norte, incluindo a integração do respetivo Responsável;
- Gestão articulada entre centros de exploração para assegurar resposta eficaz às necessidades de serviços associados a contadores e reparação de fugas;
- Reforço das medidas preventivas durante o período crítico de verão, envolvendo equipas operacionais e sala de supervisão, com impacto positivo na performance operacional;
- Desenvolvimento do Relatório da Direção de Exploração, agregando os principais indicadores operacionais de 2024/2025 e reforçando os instrumentos de monitorização e apoio à decisão.

Perspetivas para 2026

Para 2026, encontram-se definidas as seguintes linhas estratégicas:

- Arranque do Contrato de Performance/Eficiência Hídrica II;
- Preparação de um processo de outsourcing de operação e manutenção para um conjunto de instalação de saneamento, para um período de cinco anos;
- Contratação de serviço de reparações de equipamento eletromecânico, que permitem responder às necessidades do sistema;



- Rearranque da sala de supervisão com uma nova equipa dedicada;
- Reforço da capacidade de resposta da manutenção (equipa interna e serviços externos);
- Continuidade e alargamento dos planos de ação no âmbito das afluências indevidas, incluindo lançamento de concurso público para inspeção e reparação de coletores e caixas de saneamento em toda a área da AdAM, com base em criticidade definida;
- Desenvolvimento da capacidade de monitorização em tempo real do funcionamento das ZMC's, para apoio à gestão de perdas;
- Continuidade do processo de ampliação e melhoria da telegestão de água e saneamento;
- Reorganização das áreas de Perdas/Afluências Indevidas e Manutenção;
- Análise da dimensão e capacidade operacional dos COP, visando otimização de recursos e melhoria do nível de serviço.

8.3.1 Qualidade da Água de Abastecimento para Consumo Humano

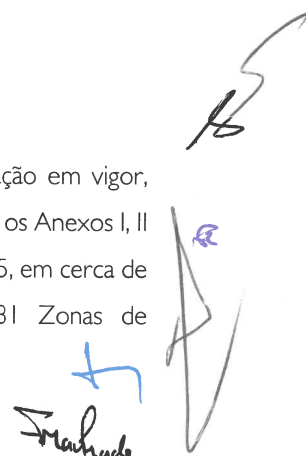
Sendo a Águas do Alto Minho, S.A. (AdAM), a Entidade Gestora (EG) do Sistema Público de Distribuição de Água para Consumo Humano, dos Concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte de Lima, Paredes de Coura, Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença, compete à AdAM assegurar a qualidade da água distribuída para consumo doméstico, em qualquer momento e ponto do sistema de abastecimento, garantindo as características que a definem como água potável, tal como são fixadas na legislação em vigor (Partes A, B e C do Anexo I do Decreto-Lei n.º 69/2023 de 21 de agosto).

Assim e no final de cada ano civil é elaborado um Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) do Sistema de Abastecimento Público, para o ano seguinte, cujo conteúdo é sujeito a aprovação pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, ERSAR e dado ao conhecimento e verificação pela Autoridade Regional de Saúde (AS). Nesse mesmo Programa, são estabelecidas as linhas orientadoras de um plano analítico. O PCQA é acompanhado por um exaustivo programa de controlo operacional.

No ano 2025 realizaram-se mais de 85 mil análises da qualidade da água.

Conteúdo do Programa de Controlo da Qualidade

A elaboração e implementação do PCQA segue as determinações constantes na legislação em vigor, particularmente, o disposto no decreto-lei referenciado no ponto anterior. De acordo com os Anexos I, II e III do referido diploma legal a AdAM acompanhou a qualidade da água distribuída em 2025, em cerca de 1.250 pontos de amostragem dispersos, estrategicamente, pelos 7 Concelhos e 81 Zonas de



Abastecimento (ZA) que integram o Sistema de Abastecimento de Água (SAA); são realizadas amostragens com a periodicidades de 3 a 4 dias por semana (laboratórios externos acreditados) e diariamente pela equipa de qualidade da água da AdAM.

Ensaíram-se 134 parâmetros de caracterização da qualidade organolética, microbiológica, físico – química, fitoplanctónica, parasitológica, virológica, radiológica e relativa a substâncias indesejáveis e tóxicas, que poderão ocorrer na água, agrupados em três grandes grupos de controlo analítico; Controlo de Rotina 1, Controlo de Rotina 2 e Controlo de Inspeção (PCQA), complementados por diversas determinações analíticas suplementares, referentes ao controlo operacional (PCO), análises verificação (AV), qualidade águas captadas (CAPT), tratamento de incumprimentos dos valores paramétricos (VP) e ações decorrentes de reclamações dos Clientes.

Tabela 9 – Controlo Qualidade de Água Consumo, ano 2025-volume analítico

Número Total Análises Realizadas (acumulado 2025)				
Sistemas AdAM		Sistemas AdN (*conservativos*)	Sistemas Autónomos	Total
22 112		2 994	3 275	28 381
Águas de Consumo		Origens/ Captações de Água	Processo Tratamento e Outras	Total
21 276		7 014	91	28 381
PCQA	PCO	VERIFICAÇÕES (CAE)	CAPTAÇÕES	Total
16 395	2 276	2 837	6 873	28 381

Tabela 10 - Controlo Qualidade da Água Consumo, ano 2025 - volume analítico por Município

	Arcos Valdevez	Ponte Lima	Paredes Coura	Viana do Castelo	Caminha	Vila Nova de Cerveira	Valença	AdAM	Sistemas Autónomos (prestação serviços)
Pontos Amostragem/ Colheitas	240	248	95	238	104	148	176	1 249	170
Zonas Abastecimento	21	13	8	4	7	12	16	81	25
Determinações PCQA	2 666	2 300	1 425	2 313	1 237	1 502	2 568	14 011	2 384
Determinações PCO (externo)	256	352	303	203	223	362	529	2 228	48
Determinações AV, CAPT e Outras	2 500	2 373	389	408	642	1 373	1 182	8 867	843
Determinações PCO (Interno)	1 456	5 763	489	2 821	644	1 381	805	13 359	3 228

Quadro 1. Controlo Qualidade da Água Consumo, ano 2025 - volume analítico

Laboratórios de Análise

Os 134 parâmetros enunciados no ponto anterior, foram amostrados e determinados analiticamente, com recurso a laboratórios de referência nacional/ europeia, acreditados pelo IPAC (I, II) e com certificado de aptidão emitido pela Entidade Reguladora – ERSAR.

O volume analítico executado externamente por este conjunto de laboratórios acreditados, aumentou cerca de 3% relativamente ao ano anterior e totalizou-se em 28.381 determinações analíticas, 25.106 referentes a monitorizações nas infraestruturas geridas pela AdAM e 3.275 referentes a prestação de

Frederico

serviço no controlo da qualidade da água nos sistemas autónomos geridos por 4 dos Municípios integrantes da Parceria.

As determinações analíticas desenvolvidas internamente na AdAM, pelas equipas técnicas de tratamento de água e controlo da qualidade da água distribuída, foram quantificadas em 16.587 determinações, envolvendo o ensaio de 17 parâmetros (PCO interno).

Evolução da Qualidade da Água distribuída ao longo do ano 2025

A avaliação da Qualidade da Água de Abastecimento no ano 2025, é auxiliada pela consulta das cartas gráficas apresentadas abaixo que enunciam a tipologia dos incumprimentos ocorridos, distribuição espacial dos mesmos e a percentagem de análises em não – conformidade com os VP – Valores Paramétricos.

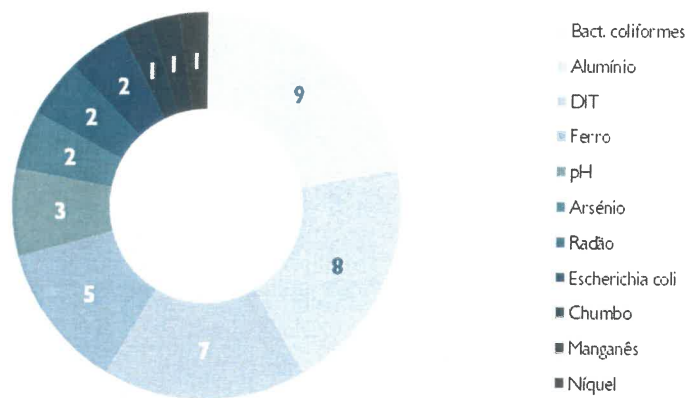
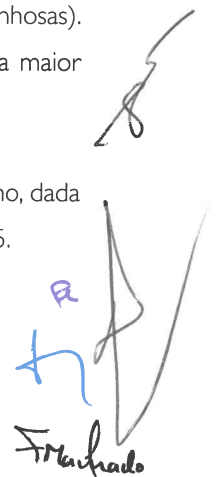


Figura 20 - N.º Incumprimentos Valores Paramétricos - distribuição tipologia (PCQA 2025)

Assim em 2025 foram registados 41 incumprimentos dos VP na qualidade da água das Zonas de Abastecimento geridas pela AdAM, destacando-se pela tipologia as ocorrências em parâmetros indicadores (bactérias coliformes em redes prediais isoladas, alumínio e DIT associadas à hidrogeologia de captações subterrâneas de Zonas de Abastecimento de pequena dimensão em áreas rurais/ montanhosas). Especialmente, continua a verificar-se, uma maior incidência nos Concelhos onde prolifera uma maior quantidade de pequenas Zonas de Abastecimento.

Relativamente ao ano de 2024, estes resultados traduzem uma significativa melhoria de desempenho, dada a redução de 11% do número de situações de incumprimento, verificada no corrente ano de 2025.



Handwritten signature and initials in blue ink.

A AdAM tem a decorrer ações dirigidas à mitigação das causas destas anomalias, nomeadamente promovendo a ligação ao sistema em alta com concomitante desativação de um conjunto destas pequenas Zonas de Abastecimento e instalação de sistemas de tratamento noutras Zonas de Abastecimento (unidades de desinfecção, ajuste de pH e remoção de metais de ocorrência natural em alguns aquíferos subterrâneos); intervenções que estiveram na base da melhoria de resultados verificada, em particular, na área dos Municípios de Viana do Castelo, Valença e Vila Nova de Cerveira (redução média de 53% das situações de incumprimentos da Qualidade da Água, no último ano). No decurso de 2025 foi ainda garantida a manutenção do roteiro de higienização sistemática das infraestruturas de reserva de água, que se prolongou até ao final do ano, com o apoio de prestadores de serviços credenciados e recurso a agentes químicos de desincrustação/ desinfecção, homologados para o setor alimentar.

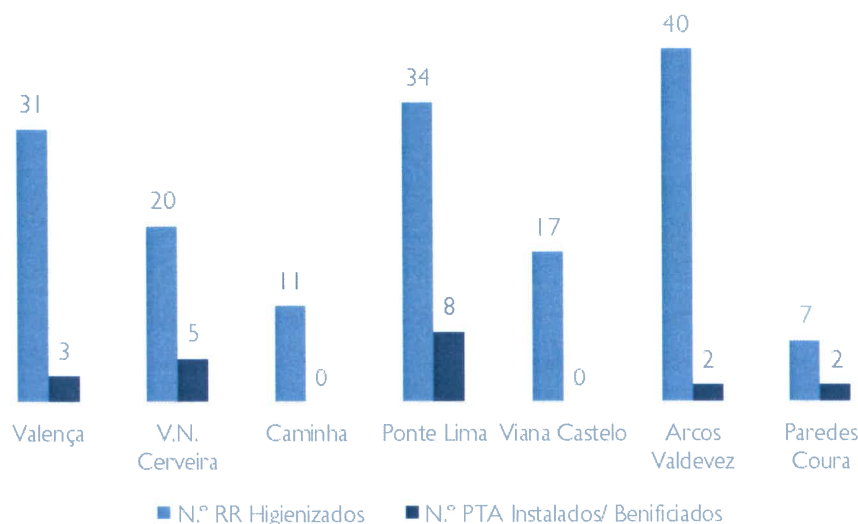


Figura 21 - Higienização de Reservatórios e Postos de Tratamento de Água instalados/beneficiados em 2025

As águas distribuídas têm revelado ainda elevada limpidez (turvações inferiores a 1 unidade nefelométrica), material orgânico impercetível (oxidabilidades permanganato inferiores a 1 mg/l O₂) e elevada qualidade microbiológica (ausência de agentes patogénicos e crescimento de outros mesófilos/ termófilos indetetável na larga maioria das amostragens).

As violações dos Valores Paramétricos dos diversos parâmetros foram merecedoras de um acompanhamento apertado e rigoroso pela AdAM, com implementação imediata de medidas corretivas e preventivas, e recurso a análises de verificação e controlo das anomalias, de modo a garantir a salubridade dos abastecimentos. Foram ainda confinadas no espaço e tempo e dadas ao conhecimento da Autoridade de Saúde (AS) distrital e ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Tabela 11 - Indicador ERSAR de Água Segura, AdAM 2025

Indicadores ERSAR (PCQA) (acumulado 2025) - Sistemas AdAM



Número análises obrigatórias regulamentares à qualidade da água (dAA39ab)	11 786
Número análises obrigatórias realizadas à qualidade da água (dAA37ab)	11 786
Número análises realizadas aos parâmetros com valor paramétrico (dAA38ab)	8 170
Número análises realizadas em cumprimento do valor paramétrico (dAA40ab)	8 129
Número de incumprimentos aos parâmetros com valor paramétrico	41
% Análises realizadas em relação ao regulamentar 100,00%	
% Água segura (AA04b) 99,50%	

Considerando a análise dos parâmetros obrigatórios exigidos pela ERSAR, constata-se que os já citados 41 incumprimentos dos VP, consubstanciam uma percentagem de 99,50 no indicador de Água Segura (indicador AA04ab sistema ERSAR), valor que, pelo sexto ano consecutivo, se enquadra no intervalo de bom desempenho estabelecido pelo regulador e, pelo quarto ano consecutivo, a Qualidade da Água do agregado das Zonas de Abastecimento dos 7 Municípios da Parceria, superou a meta simbólica dos 99,0% definida pela ERSAR. Sublinha-se ainda, que 35 (85%) das situações de incumprimento assinaladas, teve incidência nos parâmetros indicadores, constantes das Partes A e B do Anexo I do Decreto-Lei n.º 69/2023 de 21 de agosto, i.e., parâmetros considerados habitualmente de risco sanitário, menos significativo.

Qualidade da Água Residual Urbana rejeitada

No ano 2025 a Águas do Alto Minho recolheu 12.870.562 m³ de águas residuais urbanas, sendo 4,3% desse volume encaminhado para tratamento e rejeição no meio hídrico final, através de 29 ETAR's, geridas e operadas pela AdAM. O volume remanescente (95,7%) foi conduzido para as grandes infraestruturas de depuração, geridas pela entidade gestora do sistema em alta, Águas do Norte, S.A.

Com vista a acompanhar e garantir o bom desempenho destas 29 unidades de tratamento de águas residuais, a AdAM desenvolveu um Programa de Controlo da Qualidade das Águas Residuais (PCQAR), procurando responder, em simultâneo, às exigências colocadas ao longo do ano pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com a emissão gradual dos diferentes Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (TURH)/ Título Único Ambiental (TUA) referentes às ETAR's; e necessidade de garantir um controlo

Finalizado

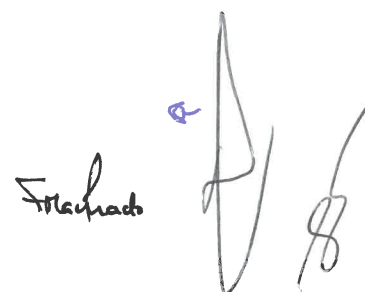
contínuo dos processos biológicos e demais operações de tratamento das águas residuais.

Tabela 12 - Controlo Qualidade da Águas Residuais, ano 2025 - volume analítico

	Quantidade (n.º)
Amostras compostas colhidas	500
N.º análises efetuadas (águas residuais urbanas)	3 576
N.º análises efetuadas (lamas depuração)	86
N.º análises efetuadas (PCO interno)	7251
N.º parâmetros analisados (águas residuais urbanas)	31
N.º parâmetros analisados (lamas depuração)	18
N.º parâmetros analisados (PCO interno)	9
Laboratórios	3

Considerando a análise dos parâmetros obrigatórios exigidos pela APA, nos 28 TURH/ TUA ativos no decurso de 2025, verifica-se que a percentagem de conformidade das águas residuais com tratamento satisfatório (indicador AR21ab sistema ERSAR) superou os 99% (99,17%), valor que se enquadra no intervalo de desempenho adequado estabelecido pelo regulador.

A melhoria contínua deste indicador implicou um esforço operacional e de manutenção acrescido, com a execução de diversas ações de limpeza e desobstrução das infraestruturas, reparações elétricas e de substituição de alguns equipamentos eletromecânicos, reforço da monitorização analítica, tanto interna (mais de 7.200 determinações analíticas realizadas pelas Equipas Operacionais da AdAM), como externamente, teste de tratamentos físico-químicos e re-inoculações biológicas em algumas ETAR's, situações que no conjunto, permitiram a boa operação destas infraestruturas em 2025, que assim contribuíram para a manutenção da boa qualidade dos meios recetores das águas residuais urbanas tratadas pela Águas do Alto Minho.



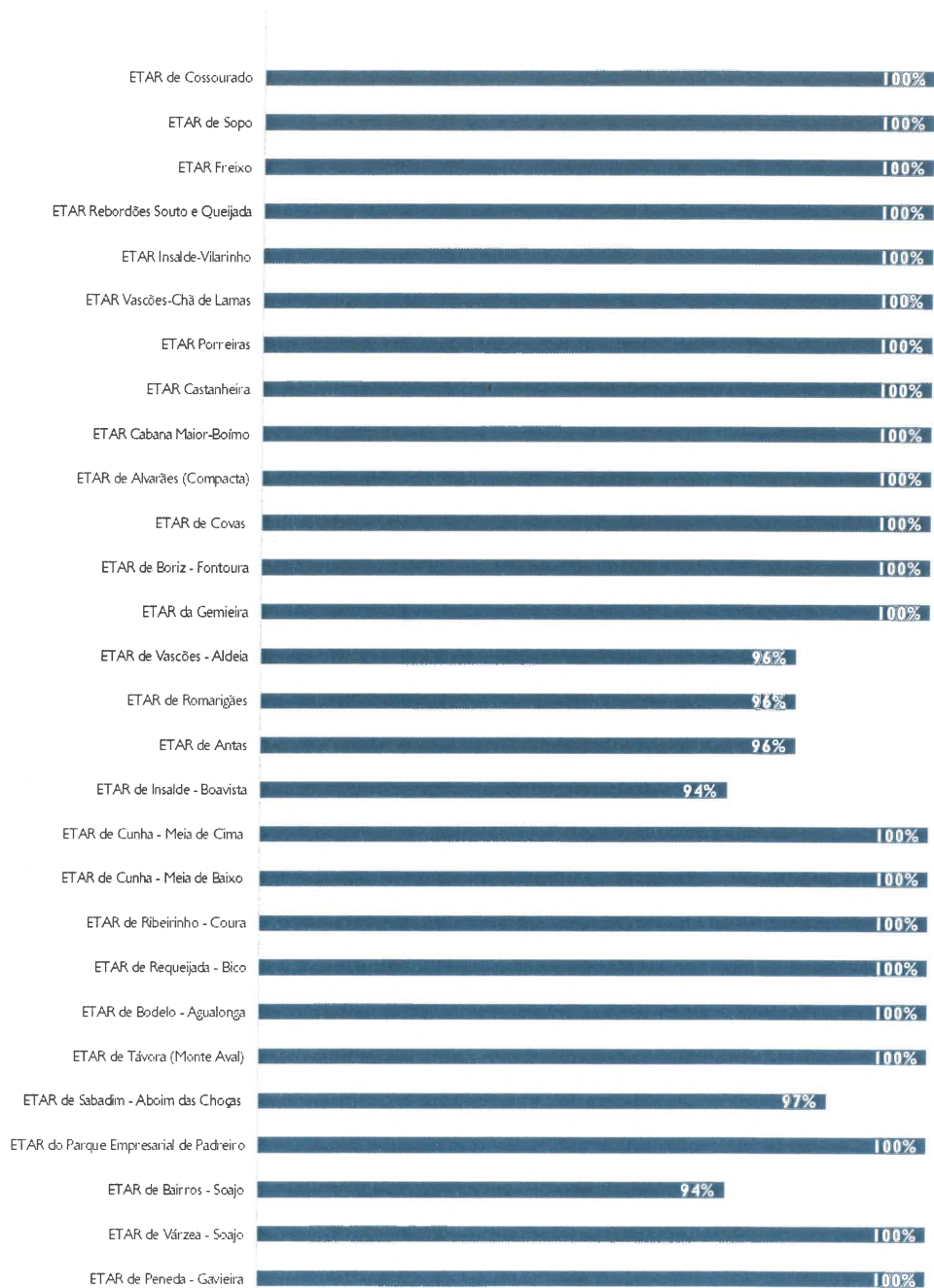
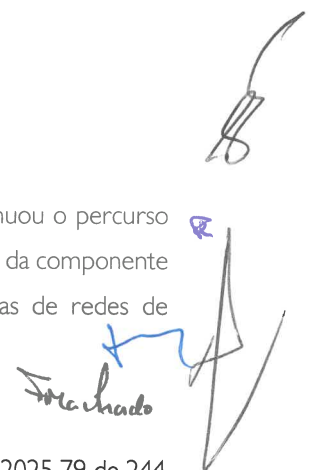


Figura 22 - Cumprimento dos VLE (Valores Limite Emissão), por ETAR, ano 2025

8.4 Outras atividades

8.4.1 Sistemas de Informação Geográfica

2025 foi o ano em que Equipa SIG & Gestão de Ativos da Águas do Alto Minho, continuou o percurso evolutivo das ferramentas e plataformas de Informação Geográfica, com a total integração da componente "Utility Network". Esta nova solução de modelação, gestão e análise de infraestruturas de redes de



Finalizado

abastecimento de água e drenagem de águas residuais, contempla uma estrutura geométrica e bases de dados muito robustas, capazes de abordar a análise e gestão destas redes, de forma muito mais detalhada e dinâmica.

Ao longo de todo o ano, foi desenvolvido um extenso trabalho de correção de cadastro, migração de dados, conexão entre bases de dados, *update* de software e API's, formação da Equipa, renovação dos sites e aplicações (*WebApp Builder's* e *App's* de mobilidade), entre outros processos. Com esta evolução da tecnologia, fechamos 2025 como uma das poucas Entidades Gestoras de Água e Águas Residuais em Portugal, que dispõe desta tecnologia, sendo considerada a mais completa e robusta no mercado mundial de Sistemas de Informação Geográfica.

Considera-se que todos os objetivos estabelecidos no Plano de Atividades foram cumpridos, mantendo o acesso integral da informação cadastral, com muito elevado nível do vasto conjunto de sites, aplicações, *Dashbord's*, tabelas e dados.

De entre os inúmeros trabalhos e projetos desenvolvidos ao longo do último ano, destaca-se a análise transversal das infraestruturas, o desenvolvimento de uma base de gestão patrimonial de infraestruturas, a análise e gestão de pontos de consumo, o *report* de indicadores da ERSAR e um amplo conjunto de mecanismos para difusão de todos os dados SIG.

Na Gestão de Ativos, foi iniciado um processo de agregação de todos os dados referentes à inventariação de ativos. Foi criada uma base de dados suportada em *SharePoint*, de forma a disponibilizar todos os conteúdos da Gestão de Ativos, permitindo no futuro a criação de sites dedicados a cada uma das Infraestruturas, contemplando todos os esquemas hidráulicos, as tabelas de atributos de todos os equipamentos, fotografias, avaliação funcional, relatórios de segurança e acesso a todas as aplicações de *report* dedicadas à gestão de ativos com ligação às ferramentas de gestão fda manutenção e operação.

INDICADORES SIG

Tipo de Informação:	nº	Variação face ao ano anterior (%)	
Solicitações Cadastrais, Finalizados e enviados ao Requerente	918	↑	13%
Declarações, Reclamações e Cadastro de Redes	87	↑	21%
Emissão de Declarações APA	80	↓	-25%
Cadastrros de Ramais construídos e em funcionamento	2153	↑	16%
Solicitações Cadastrais processadas (Levantamento de dados e informação técnica)	922	↑	13%
	4160	↑	14%

Figura 23 – Documentos solicitados

Finalizado



NÚMEROS & FACTOS

Dos inúmeros conteúdos disponíveis nas plataformas de Informação Geográfica, destaca-se a seguinte informação georreferenciada:

Tabela 13 - Informação georreferenciada

Conduatas de Abastecimento	km	3 886
Ramais de Abastecimento	unid	104 170
Válvulas e Acessórios	unid	157 738
Reservatórios	unid	132
Captações de Água Subterrânea	unid	141
Estações Elevatórias de Abastecimento de Água	unid	57
Conduatas de Drenagem de Águas Residuais	km	1 830
Ramais de Águas Residuais	unid	56 206
Caixas de visita - águas residuais	unid	52 088
Estações de Tratamento de Águas residuais (ETAR)	unid	29
Estações Elevatórias de Águas Residuais	unid	240
Locais de Consumo Georreferenciados	unid	128 163
Sites de Informação Geográfica	unid	32
App's de informação Geográfica	unid	22
Utilizadores SIG registados e ativos	unid	322

PERSPETIVAS PARA 2026

Em 2026 pretende-se dar continuidade à implementação de processos e inovação que possibilitem que o SIG e a Gestão de Ativos se afirmem como elementos transversais e agregadores a toda a organização, disponibilizando ferramentas e informação centralizada, essenciais para suporte à prossecução dos diferentes trabalhos e objetivos.

No âmbito da estratégia de gestão de ativos para as infraestruturas de água e saneamento, está em curso uma revisão exaustiva e sistemática de todos os ativos operacionais. Este processo transcende a mera atualização de dados, sendo o objetivo garantir o rigor absoluto da informação, procedendo à sua conversão para novos esquemas hidráulicos e tabelas de atributos normalizadas. Toda esta base de conhecimento será centralizada em plataformas digitais dedicadas por infraestrutura, assegurando que operadores, técnicos e decisores tenham acesso imediato e universal a documentação técnica, registos fotográficos, relatórios de segurança e avaliações de estado. Esta democratização da informação visa não

só otimizar a eficiência operacional, mas também sustentar decisões estratégicas baseadas em dados atualizados e fiáveis.

Pretende-se continuar a criar e manter informação correta, fidedigna e acessível a todos os utilizadores, um centro de informação que seja suporte para o trabalho e processos diários da AdAM.

8.4.2 Obras e Projetos

Ao longo do ano 2025 continuou o esforço na uniformização de critérios e na metodologia de trabalho com os Municípios que integram a Parceria. A evolução da existência de metodologias e critérios de conceção, projeto e execução diferentes, em cada município, é refletida em vários processos como nas empreitadas e na gestão de ramais, provocando constrangimentos ao nível de resposta e cumprimento das metas definidas.

Está em curso um processo que visa a realização de reuniões regulares entre os Parceiros municipais e a AdAM, bem como uma plataforma que permita agilizar a partilha de informação visando melhorar a celeridade dos processos e o rigor do planeamento.

O desconhecimento infraestrutural, com pouco detalhe e erros existentes do cadastro é um fator que reforça a dificuldade com que a equipa se depara diariamente, e obriga a um processo de atualização permanente.

A formação de novos trabalhadores/as obriga a uma aprendizagem contínua, que requer tempo e muita formação específica face às particularidades evidenciadas no terreno e disponibilidade da equipa, e tem sido um investimento constante.

A oferta dos operadores económicos no setor da construção civil, resultante dos procedimentos tem levado a uma elevação de custos que tem sido muito superior à evolução de outros fatores de custo na AdAM.

Nos quadros infra apresentam-se os KPI relativos à atividade da Área das Obras e Projetos da Direção de Engenharia e Gestão de Ativos:

Tabela 14 – Pedidos e tempos médios de resposta

	Quant.	Tempo médio (dias)	Varição face ao ano anterior (%)
Processos de vistoria	57	24	+1
Processos de análise de projetos de redes prediais e infraestruturas	1 708	6	-1
Processo de ramais	3 063	122	+23
Mudança de local de contador	354	55	-42
Processos de conclusão das redes prediais	1 499	8	-22

Finalizado

Esclarecemos que:

- A análise de projetos permitiu concluir que existe uma instrução incompleta do processo e os mesmos não cumprem com a totalidade dos requisitos exigidos ao nível da ligação à rede pública (pormenorização e instalação do contador, ligação à rede de águas residuais que evidenciam um risco de inundação do edifício, incoerências de dimensionamento e compatibilização com o cadastro facultado);
- O processo de informação de cadastro implicou sempre a visita ao local da equipa de fiscalização para validação da informação inserida no cadastro recebido dos Municípios;
- O tempo médio de execução de ramal incorpora o período de espera em que se aguardam as respetivas autorizações ou licenças e a conclusão das redes prediais, tempo que também é responsável pelo indicador apresentado. Neste processo não estão incluídas as alterações de local de contador, que obrigam a execução de ramal ou ampliação do ramal existente, assim como os casos em que é necessária expansão de rede e submissão aos Municípios para análise. A execução de ramais é controlada pela equipa, assim como a gestão de contrato dos vários prestadores de serviços e a comunicação do planeamento semanal aos Municípios.

Apresentamos de seguida os ramais executados detalhado por Município:

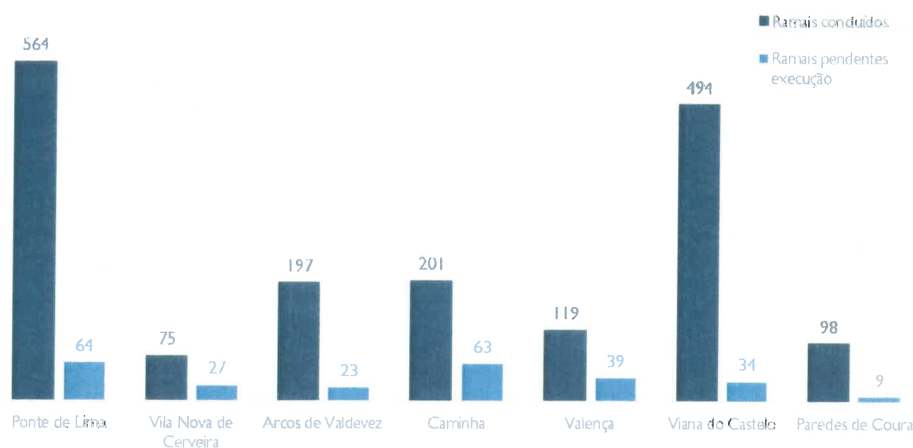


Figura 24 - Ramais executados por Município

8.4.3 Gestão de Empreitadas

As Empreitadas geridas pela AdAM inserem-se em três tipologias diferentes:

- Empreitadas em que a gestão foi delegada na AdAM;
- Empreitadas com gestão dos Municípios;
- Obras de urbanização/Loteamentos realizadas por operadores económicos privados.



Handwritten signature and initials, including the name "Machado" and a blue mark.

Em 2025 foram desenvolvidas atividades em muitas empreitadas geridas pelos municípios, que incluíram a prestação de esclarecimentos técnicos, aprovação de materiais, ensaios, ligações ao sistema público e vistorias, sendo a comunicação dos ensaios e a entrega de telas finais condição necessária para ser possível a operação da rede.

Foram realizadas vistorias, tendo sido elaborados relatórios conducentes à transição e integração das Infraestruturas no parque operacional gerido pela Águas do Alto Minho.

Relativamente às obras em Urbanização/loteamentos foram realizadas visitas ao local e presenciados ensaios em loteamentos nos Municípios Parceiros, tendo a execução das infraestruturas de água e águas residuais instaladas nos novos arruamentos públicos cumprido os procedimentos definidos, com o acompanhamento e fiscalização da equipa de obras e projeto.

No ano de 2025 foram concluídos os seguintes projetos:

- Remodelação de Redes de Abastecimento de Água – 1.ª Fase – Lote 1 (Municípios de Arcos de Valdevez e Viana do Castelo);
- Remodelação de Redes de Abastecimento de Água – 1.ª Fase – Lote 2 (Municípios de Caminha, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira);
- Remodelação de conduta de abastecimento de água na estrada de Santa Luzia;
- Remodelação de conduta de abastecimento de água na rua de Talharezes, Santa Marta de Portuzelo;
- Remodelação do coletor na Estação de caminho de ferro em Valença e Reformulação de coletor de águas residuais na Quinta do Prazo – Valença;
- Projetos de Infraestruturas associadas ao ciclo urbano de água – lote 2 – Caminha, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira;
- Projetos de Infraestruturas associadas ao ciclo urbano de água – lote 1 Arcos de Valdevez e Viana do Castelo;
- Remodelação da rede de águas residuais de Valença - Rua da Rainha;
- Remodelação da rede de águas residuais de Valença - Av. da Juventude;
- Rede de abastecimento de água, na rua da escola, rua dos Pardinheiros, rua do Picouto e rua da Cavada, na freguesia de Lovelhe, Vila Nova de Cerveira;
- Remodelação de Redes de Abastecimento de Água na freguesia de Castelo de Neiva, Viana do Castelo;
- Remodelação de Redes de Abastecimento de Água na freguesia de Refoios, Ponte de Lima.

Finalizado



PERSPETIVAS PARA 2026

No ano de 2026 serão desenvolvidos novos projetos relativos à remodelação de redes de abastecimento de água e águas residuais. No âmbito da remodelação de redes prioritárias terá início a execução de duas novas empreitadas.

Terá início a execução das empreitadas de remodelação da conduta adutora entre o reservatório de Santo Ovídeo e o reservatório de Pé de Asa, essencial para melhorar o abastecimento de água a grande parte da margem norte do concelho de Ponte de Lima. Serão também iniciadas duas empreitadas no âmbito da reengenharia de sistemas, a reformulação do sistema de abastecimento de água do lugar de Vacariça (município de Ponte de Lima) e da freguesia de Miranda (concelho de Arcos de Valdevez) e a reformulação da bacia de drenagem de águas residuais a montante da EE Cais/Urgeira.

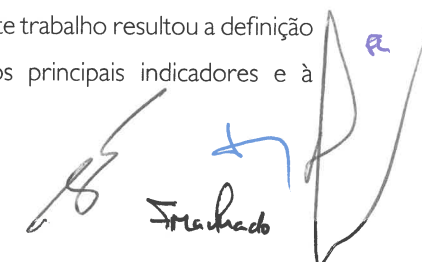
Serão também implementadas intervenções conducentes à implementação do programa carbono zero, através da instalação de equipamentos de produção de energia.

8.4.4 Comercial

A gestão da relação com o cliente constitui um dos pilares fundamentais da estratégia de qualquer empresa do setor. A procura da melhoria contínua da qualidade de todos os serviços prestados, incluindo a consistência e fiabilidade da faturação e a garantia de um atendimento de qualidade, foi e continuará a ser um dos objetivos primordiais da AdAM. Este compromisso visa reforçar e qualificar o serviço prestado, promovendo uma maior satisfação dos clientes.

O ano de 2025 revelou-se particularmente desafiante, em virtude da entrada em vigor, no mês de abril, do regime de atribuição de compensações por incumprimento dos níveis mínimos de qualidade do serviço, previsto no Regulamento da Qualidade do Serviço Prestado ao Utilizador Final – Regulamento n.º 446/2024, de 19 de abril. Já em 2024 havia sido iniciado um processo de preparação para responder às novas exigências administrativas, o qual implicou, por parte das Entidades Gestoras, no caso, a AdAM a uma revisão exaustiva de procedimentos, bem como o desenvolvimento e teste de soluções, nomeadamente ao nível informático e de comunicação. Paralelamente, tornou-se necessário promover a capacitação dos trabalhadores, de forma a garantir a adequada adaptação às alterações introduzidas.

O Regulamento da Qualidade de Serviço tem impacto transversal em toda a empresa. Contudo, a sua aplicação reflete-se de forma mais direta na Direção de Clientes, uma vez que é nesta área que se concentra o sistema de gestão de clientes. Neste contexto, a Direção de Clientes promoveu reuniões com as restantes Direções, com o objetivo de identificar antecipadamente os principais constrangimentos associados ao cumprimento dos níveis mínimos de qualidade de serviço. Deste trabalho resultou a definição de fluxos de trabalho adequados, destinados ao acompanhamento dos principais indicadores e à monitorização dos prazos aplicáveis.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name "F. Machado" and a large stylized signature.

No final de 2025 teve início o projeto LAC – Líder no Atendimento ao Cliente, com o objetivo de promover a melhoria contínua na relação com o Cliente. O projeto visa à certificação dos canais de comunicação — presencial, telefónico e digital — fortalecendo a qualidade do atendimento e a proximidade com o Cliente. Nesse âmbito, foi realizada uma fase inicial de diagnóstico dos referidos canais, como base para a definição das ações de melhoria a implementar. Numa segunda fase, já mais em curso existem ações para formar a equipa que se relaciona com o Cliente nos diversos canais.

Atendimento ao cliente

Na área do Atendimento ao Cliente foram mantidos todos os canais de contacto disponíveis, de modo a permitir que cada cliente possa recorrer ao meio que lhe seja mais conveniente. Encontram-se, assim, à disposição o atendimento presencial, o atendimento telefónico, o correio eletrónico, o balcão digital AdAMnet, a aplicação móvel MyAQUA e o website institucional.

Esta área apresenta sempre grandes desafios uma vez que engloba não só o atendimento ao cliente pelos diversos canais, mas também a gestão das reclamações/pedidos de informação e a dinamização comercial.

Tabela 15 - Número de clientes atendidos pelos diversos canais

	2025	2024
Cientes atendidos nas lojas (nº)	88 311	91 945
Atendimento telefónico	66 698	65 622
Balcão digital AdAMnet	34 866	35 932
Site	1 964	2 175

Atendimento presencial

As oito lojas de atendimento da AdAM mantiveram-se em funcionamento, tendo sido ajustado o horário de atendimento ao público, em sete das mesmas, de forma a dar resposta ao aumento do número de solicitações recebidas através dos restantes canais. Esta reorganização teve como objetivo assegurar a eficiência global do serviço, sem prejudicar a qualidade do atendimento presencial prestado aos clientes.

Face a 2024, denota-se um decréscimo no número de clientes atendidos assim como uma ligeira diminuição quer no tempo médio de espera quer no de atendimento.

Tabela 16 - Nº de clientes atendidos em loja

	2025	2024
Cientes atendidos nas lojas (nº)	88 311	91 945
tempo médio de espera (min:seg)	05:14	05:20
tempo de média de atendimento (min:seg)	07:12	07:41



Atendimento telefónico – call center

A seguir ao atendimento presencial, o canal mais procurado pelo cliente continua a ser o atendimento telefónico.

Ainda assim, o número de clientes atendidos diminuiu ligeiramente face a 2024, tendo, com alguma expressão, diminuído o tempo médio de espera e de atendimento.

Tabela 17 - Número de clientes atendidos pelo Call Center

	2025	2024
Cientes atendidos call center	66 698	65 622
Média/mês	5 558	5 469
tempo médio de espera (min:seg)	00:50	01:00
tempo de média de atendimento (min:seg)	03:16	02:41

Balcão digital

O terceiro canal de comunicação mais utilizado pelos Clientes para entrarem em contacto é o Balcão Digital AdAMnet, através do qual são apresentadas reclamações, pedidos de informação, comunicações de leituras e outras solicitações.

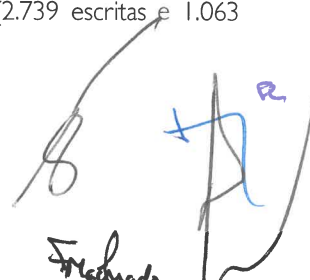
As solicitações efetuadas no Balcão Digital podem ser respondidas na própria plataforma, permitindo ao Cliente consultar diretamente a respetiva resposta.

Reclamações, pedidos de informação

A gestão de reclamações embora integrada na Direção de Clientes, mais especificamente na área do Atendimento ao Cliente, constitui uma área transversal, tendo em conta que as reclamações e pedidos de informação incidem em todos os serviços prestados pela Empresa.

No entanto, é nesta área que cabe a responsabilidade de monitorizar as reclamações e pedidos de informação apresentadas pelos clientes no que respeita à resposta a dar e ao cumprimento pelos prazos estipulados pela Entidade Reguladora. O facto de se tratar de reclamações e pedidos de informação de toda a atividade da Empresa torna-se mais difícil a monitorização e diminuição dos tempos de resposta, uma vez que são necessárias informações de todas as áreas. Paralelamente tentamos simplificar o conteúdo da resposta, primando por uma linguagem clara, assim como, sempre que possível, efetuar uma análise das causas das reclamações mais recorrentes, tendo como objetivo minorar respetivas causas.

Em 2025, registaram-se, no total, 3.802 reclamações respondidas por escrito (2.739 escritas e 1.063 telefónicas) incidindo na maioria sobre Leitura, Faturação e Cobrança.



AdAM R&C 2025 87 de 244

Verifica-se um aumento nas reclamações de Qualidade de Serviço centrando-se essencialmente sobre a pressão de serviço, e em todas as outras áreas uma diminuição.

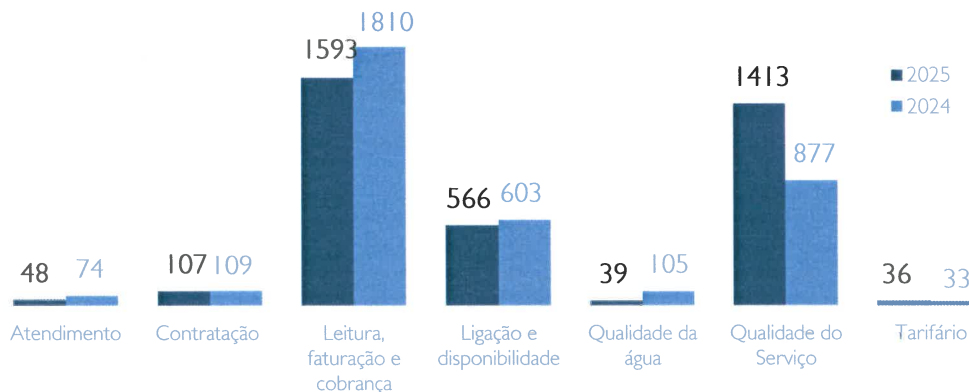


Figura 25 - Tipificação das reclamações

Relativamente aos pedidos de informação, foram respondidos de imediato, em atendimento presencial ou telefónico, 28.860 pedidos, verificando-se maior incidência na tipologia Leitura, Faturação e Cobrança.

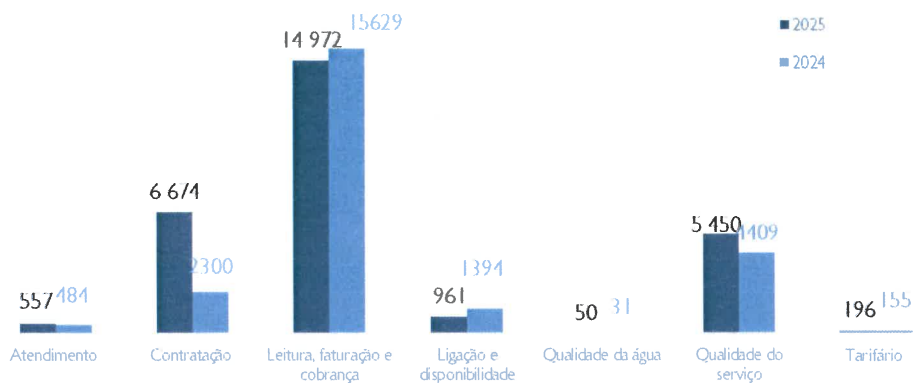
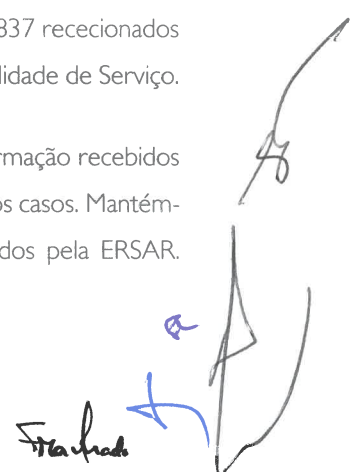


Figura 26 - Pedidos de informação respondidos na hora

Adicionalmente, foram respondidos por escrito 1.520 pedidos de informação, dos quais 837 rececionados por via escrita e 683 por via telefónica, incidindo maioritariamente sobre a tipologia Qualidade de Serviço.

Em 2025, a AdAM assegurou a resposta à totalidade das reclamações e pedidos de informação recebidos até 31 de dezembro, tendo sido garantido o cumprimento dos prazos legais em 100% dos casos. Mantém-se, assim, uma avaliação positiva nos indicadores de qualidade de serviço monitorizados pela ERSAR.



Operações Comerciais

Faturação

No ano de 2025, o volume de faturação a Clientes aumentou quer pela via de aumento de número de Clientes quer pelo aumento de caudal faturado.

Foram emitidas 1.400.919 faturas, sendo que 1.003.744 foram enviadas por correio (72%) verificando-se uma redução face ao ano anterior (3%), por via do aumento da adesão à modalidade de envio de fatura por correio eletrónico (formato digital), tendo uma representatividade de 28% sobre os clientes totais da AdAM.

Tabela 18 - Modalidade de envio de fatura (nº)

	2025	2024
Papel	1 003 744	1 034 426
Fatura formato digital	396 158	344 407
Fatura eletrónica	1 017	829

Periodicidade das leituras

A periodicidade das leituras em 2025 manteve-se de forma bimestral, tendo sido realizadas cerca de 900 mil de leituras, das quais cerca de 52% foram realizadas pelos leitores.

Tabela 19- Tipologia das leituras (nº)

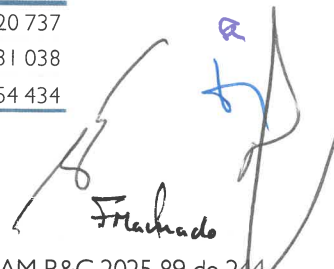
	2025	2024
Leitor	479 236	470 395
Cliente	103 144	102 021
Serviço	48 050	49 222
Telemetria	259 460	280 159

Os clientes comunicaram aproximadamente 103 mil leituras, registando-se uma diminuição face a 2024. O canal de comunicação preferencial foi o telefone (51%), seguido do balcão digital AdAMnet (29%), conforme se pode verificar na tabela abaixo.

Tabela 20- Modo de comunicação das leituras pelo Cliente (nº)

	2025	2024
Loja	21 041	20 737
AdAMnet	29 879	31 038
Telefone	52 208	54 434

Assinado



AdAM R&C 2025 89 de 244

No final de 2024, foram iniciadas leituras de contadores junto dos clientes que se encontravam sem registo de leitura há mais de quatro meses, com o objetivo de prevenir a caducidade de consumos superiores a seis meses.

Em 2025, na sequência da reorganização interna das equipas, já foi possível realizar 3.320 leituras nestas circunstâncias.

Cobrança

Em 2025 desenvolveram-se uma série de atividades que contribuíram para a obtenção de uma taxa média de cobrança acumulada de 96%:

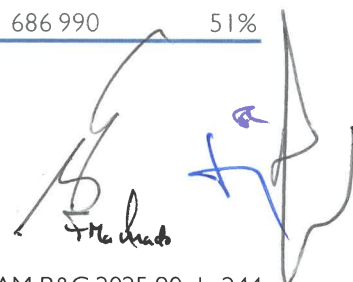
- Envio de avisos de corte a clientes com uma fatura vencida, tendo-se emitido 81.880 avisos que resultaram em 6.238 cortes por falta de pagamento e em 3.209 restabelecimentos. Do valor incluído nos avisos de corte obteve-se uma taxa de cobrança de 85%;
- Processo de cobrança extrajudicial, que permitiu em 2025 a recuperação de cerca de 76 mil euros em dívida há mais de 180 dias;
- Envio de 532 cartas de pré-injunção sendo que desses foram abertos 344 processos de injunção. Nos processos de injunção detetaram-se muitos casos de titulares de contrato em situação de óbito que dificulta a recuperação do valor em dívida;
- Processo de faturação estável que aumenta a confiança dos clientes e diminui as situações de insatisfação e por consequência o risco de cobrança dentro dos prazos estabelecidos;
- Contacto com clientes com dívidas de valor mais reduzido, em situação de liquidação;
- Disponibilização do pagamento com recurso a acordos de pagamento, com vista a apoiar os Clientes.

No final de 2025, iniciamos o serviço de envio de SMS como alerta da data-limite de pagamento da fatura ou aviso de corte. Este serviço é gratuito, porém obriga a que o Cliente disponibilize um contacto telefónico, sendo uma mais-valia para o Cliente e para a AdAM uma vez que o objetivo é o efetivo pagamento das faturas dentro do prazo.

Relativamente à modalidade de pagamento, a situação é mais equilibrada tendo-se registado um aumento ao longo dos anos da modalidade Débito em Conta, o que vem demonstrando o aumento de confiança dos clientes na Empresa.

Tabela 21- Modalidade de pagamento (nº)

	2025	Peso %	2024	Peso %
Multicanal	657 259	48%	663 439	49%
Débito em conta	714 373	52%	686 990	51%



No multicanal a AdAM disponibiliza o pagamento através de referências multibanco, lojas, agentes payshop/postos CTT e MBWay.

Diminuição de Perdas Comerciais

No âmbito da estratégia de redução das perdas comerciais, existem diversas ações a implementar por qualquer entidade gestora, as quais têm vindo a ser desenvolvidas pela AdAM, designadamente:

- Deteção e monitorização de ilícitos: de acordo com o procedimento de ilícitos aprovado no final de 2022 ao qual se juntaram algumas ferramentas que permitem o registo e acompanhamento de cada processo até ao fecho. Em 2025 foram resolvidas 115 situações não conformes detetadas, relacionadas na maioria com redes de abastecimento de águas, privada e pública, conjugadas com descargas indevidas de saneamento de águas residuais;
- Plano Metrológico de substituição de contadores e identificação de contadores parados/avariados/manipulados: até 31.12.2025 foram substituídos nos sete municípios 62.657 contadores, sendo que em 2025 foram substituídos 13.685;
- Inspecções às redes prediais de clientes domésticos e não domésticos: mediante a análise de consumos e outras situações detetadas no terreno. Em 2025 foram efetuadas 714 fiscalizações;
- Análise de desvios de faturação: os clientes sem consumo, clientes com grandes variações nos consumos médios são sinalizados para verificação no processo de faturação.

Adesão ao serviço de AA e AR

A 31 de dezembro de 2025 a AdAM tinha 113.982 clientes de abastecimento de água (+ 1.737 que em 2024) e 81.176 clientes de águas residuais (+ 1.852 que em 2024). Este aumento resultou de ação na área da Dinamização Comercial, com base na informação de cadastro de infraestruturas dos municípios, na ativa deteção e tratamento de ilícitos e dos investimentos efetuados em novas redes.

Tabela 22 - Clientes de água por Município

AA	Arcos de Valdevez	Caminha	Paredes de Coura	Ponte de Lima	Valença	Viana do castelo	Vila Nova de Cerveira	Total
Domésticos	10 785	12 956	4 857	16 604	7 504	41 188	4 821	98 715
Não Domésticos	1 513	1 550	434	2 272	1 258	5 586	745	13 358
ISFL	94	42	25	97	28	332	20	638
Autarquias Locais	129	126	179	235	68	447	87	1 271
	12 521	14 674	5 495	19 208	8 858	47 553	5 673	113 982

Tabela 23 - Clientes de saneamento por Município

AR	Arcos de Valdevez	Caminha	Paredes de Coura	Ponte de Lima	Valença	Viana do castelo	Vila Nova de Cerveira	Total
Domésticos	5 206	10 693	2 930	8 800	4 647	35 226	3 110	70 612
Não Domésticos	914	1 121	323	1 477	918	4 350	466	9 569
ISFL	43	36	18	45	16	267	12	437
Autarquias Locais	62	71	68	63	25	222	47	558
Total	6 225	11 921	3 339	10 385	5 606	40 065	3 635	81 176

Finalizado

Plano de Ação de Melhoria dos Indicadores de Qualidade do Serviço

No ano de 2025, deu-se continuidade à implementação do Plano de Ação para a Melhoria dos Indicadores de Qualidade do Serviço, aprovado no final de 2021, embora não se tenham realizado ações de sensibilização nas Juntas de Freguesia por motivos de redução da equipa. No referido plano estão previstas ações que visam o aumento da adesão aos serviços e diminuição da água não faturada:

1. Adesão do Serviço de AA e AR: Procedeu-se ao envio de 1.499 comunicações de disponibilidade de serviço. Este trabalho contribuiu para o aumento do número de clientes de AA e AR;
2. Foram efetuadas 714 inspeções de locais de consumo com redes de abastecimento de água e/ou saneamento de águas residuais (domésticos e não domésticos);
3. Plano Metrológico de substituição de contadores: Até 31.12.2025 foram substituídos cerca de 62.657 contadores nos sete municípios abrangidos. Para além das substituições realizadas no âmbito do Plano Metrológico, foram ainda substituídos contadores por deteção de anomalias e por motivos metrológicos extraplano.;
4. Grandes clientes: Deu-se continuidade às inspeções às redes prediais dos clientes com consumo médio mensal superior a 100 m³. Estas inspeções têm como objetivo avaliar a necessidade de substituição e/ou redimensionamento dos contadores instalados, bem como identificar os locais cujo perfil de consumo justifique prioridade na substituição por contadores ultrassónicos, que apresentam maior fiabilidade no registo dos volumes consumidos. Em 2025 foram instalados 33 contadores ultrassónicos.

8.4.5 Sistemas e Tecnologias de Informação (STI)

No ano de 2025, a Águas do Alto Minho, S.A. voltou a registar alterações profundas na sua área funcional de Sistemas e Tecnologias de Informação (STI). Após nova mudança de coordenação, a empresa permaneceu sem coordenador do departamento entre maio e 15 de setembro de 2025, data em que tomou posse o novo coordenador. Em paralelo, verificou-se a saída do Técnico Superior de Sistemas de Informação com maior conhecimento da infraestrutura tecnológica, sendo substituído por um novo técnico superior, a quem foi igualmente atribuída a responsabilidade pela Segurança da Informação (CISO).

Durante este período de transição, a equipa concentrou esforços no diagnóstico e estabilização da operação. Foram identificados diversos contratos essenciais que se encontravam expirados ou em fim de vigência, incluindo o contrato de serviços de internet corporativa.

Do ponto de vista estratégico, verificou-se que o Micro *Datacenter*, embora fisicamente instalado, não se encontrava operacional devido à ausência das migrações de infraestrutura planeadas. Também a ligação ao sistema de *Disaster Recovery* (DR), prevista para conclusão em 2025, não atingiu o estado operacional, sendo reprogramada como prioridade para 2026.

Apesar das limitações impostas pela instabilidade organizacional, o departamento manteve as orientações estratégicas definidas em anos anteriores, nomeadamente no reforço das medidas técnicas, organizacionais



Stranhes

e de segurança da informação, assegurando igualmente o alinhamento com o Regime Jurídico de Segurança do Ciberespaço (Lei n.º 46/2018, Decreto Lei n.º 65/2023 e Diretiva SRI 2 – NIS 2).

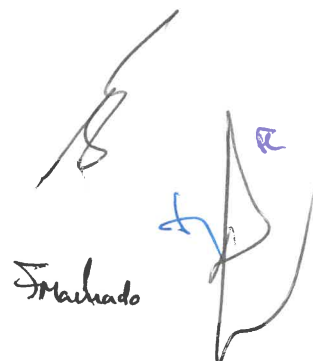
A plataforma de Gestão de Orçamento e Compras, ficou totalmente implementada e em pleno funcionamento, permitindo o acompanhamento da execução orçamental, da gestão contratual e do controlo de faturação.

Principais atividades e melhorias realizadas em 2025

Para além das ações de estabilização geral, destacam-se as seguintes iniciativas técnicas e operacionais desenvolvidas ao longo do ano:

1. Atribuição da função de CISO ao novo Técnico Superior de Sistemas de Informação, assegurando continuidade na gestão da segurança da informação;
2. Implementação de plataforma para a gestão de tickets, otimizando o processo de suporte interno;
3. Alteração e reorganização da estrutura do *Active Directory*, melhorando o controlo e segmentação de acessos;
4. Reformulação do processo de integração de equipamentos (*end-points*), permitindo a configuração automática de computadores;
5. Correção das políticas de acesso aplicadas a utilizadores de outsourcing, reforçando o princípio do mínimo privilégio;
6. Revisão de ligações físicas não documentadas ao *Datacenter*, eliminando potenciais focos de risco e vulnerabilidades;
7. Melhoria do parque informático, com aquisição e upgrade de memória RAM em vários equipamentos;
8. Assegurar a continuidade do licenciamento da *firewall* de perímetro, em articulação com o fabricante, garantindo a manutenção da solução até à substituição planeada para 2026;
9. Levantamento das necessidades da Direção de Exploração (DEX) no âmbito das lacunas de telegestão, sobretudo em infraestruturas alvo de investimento e ainda não operacionais;
10. Arranque do contrato de telegestão, incluindo a correção de problemas na ETAR de Freixo, que passou a operar em modo automático;
11. Elaboração das peças necessárias à renovação do licenciamento da plataforma *H2Online*;
12. Início da consulta ao mercado com vista à eventual implementação de um Gestor Documental e de um novo site institucional;
13. Aquisição de baterias e execução da manutenção das UPS da sede, garantindo resiliência energética;
14. Elaboração das peças e adesão ao concurso centralizado para aquisição de solução SIEM e serviços SOC, reforçando a monitorização e resposta a incidentes de segurança.

Perspetivas para 2026



Handwritten signature and initials in black and blue ink.

O ano de 2025 caracterizou-se por um forte esforço de estabilização interna, reorganização operacional e avaliação rigorosa da infraestrutura tecnológica. Apesar das dificuldades decorrentes da ausência temporária de coordenação e da renovação da equipa técnica, o departamento de STI assegurou a continuidade dos serviços essenciais, avançou com correções estruturais críticas e preparou o terreno para que, em 2026, seja possível concretizar os projetos estratégicos pendentes, nomeadamente a operacionalização do Micro *Datacenter*, a conclusão da ligação ao sistema de *Disaster Recovery* e o arranque de um conjunto alargado de iniciativas estruturantes. Entre estas destacam-se:

- aquisição de soluções de segurança avançada como *Privileged Access Management* (PAM), DLP, e a contratação centralizada de software SIEM acompanhado de serviços SOC;
- implementação de mecanismos de controlo e automação das captações de água, incluindo *upgrades* de telegestão e aquisição de novos autómatos;
- plataforma integrada de gestão documental, processos, *workflow* e arquivo; o desenvolvimento do novo Portal Interno (Intranet Corporativa);
- Contratação de serviços de telecomunicações para a sede e para o DR, incluindo circuitos de dados e interconexão entre polos operacionais;
- Aquisição de equipamentos de rede móvel (*routers*/FW 5G);
- Reforço da conformidade com o RJSC através de auditorias especializadas;
- Melhoria de serviços de *helpdesk*;
- Melhoria dos serviços de Impressão e digitalização;
- Implementação de NAC;
- Plataforma de gestão de vulnerabilidades;
- Manutenção de ativos de rede;
- Reforço da capacidade de análise e centralização de variáveis de telegestão.

Este conjunto de iniciativas, associado à estabilização interna realizada ao longo de 2025, permitirá que 2026 se configure como um ano de consolidação tecnológica, reforço da resiliência operacional e evolução significativa do ecossistema de segurança, automação e gestão de informação da organização.

8.4.6 Jurídico Legal

A área jurídico-legal, no âmbito das funções que lhe estão atribuídas, fez o acompanhamento da implementação e cumprimento de legislação, através da análise e difusão dos diplomas pela organização, bem como pela realização de reuniões de trabalho com as várias áreas para esclarecimentos de dúvidas.

Em 19 de abril de 2025 entrou em vigor o regime de compensações aos utilizadores finais, por incumprimento ERSAR n.º 446/2024 – Regulamento da Qualidade do Serviço Prestado ao Utilizador Final.

Neste âmbito, a área Jurídico-Legal prestou apoio à Direção de Clientes na resposta às reclamações que resultaram no pagamento de compensações aos clientes.

Em 2025, é de destacar a aprovação, pelo Conselho de Administração, da proposta de Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água para Consumo Humano e Saneamento de Águas Residuais do Sistema de Águas do Alto Minho. Esta proposta de regulamento resultou de um trabalho conjunto coordenado pela área Jurídico-Legal, em cooperação com as Direções de Engenharia e Gestão de Ativos, Exploração, Clientes e Administrativa e Financeira, as áreas de Planeamento e Controlo de Gestão, Sustentabilidade Empresarial e Auditoria Interna e Qualidade da Água. Foram realizadas reuniões internas entre os diversos departamentos envolvidos, ao longo do terceiro trimestre de 2025, nas quais se escalpelizou o documento de trabalho antecipadamente preparado pela área Jurídico-Legal, incorporando-se os contributos propostos pelas áreas operacionais e de suporte, sempre com o acompanhamento da Administração Executiva.

Na sua atividade diária de assessoria ao departamento de Compras e Direção de Engenharia, bem como aos gestores de contrato, verificou-se um acréscimo significativo na emissão de pareceres, como se pode verificar pela análise do ano de 2025, em comparação com o ano de 2024:

Tabela 24 – Pareceres/análises no âmbito da contratação pública

	2025	2024
Pareceres no âmbito da contratação pública	351	251

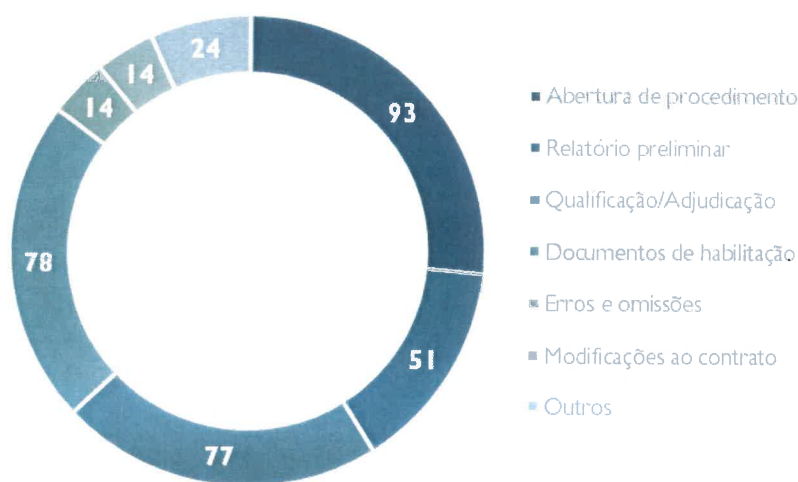
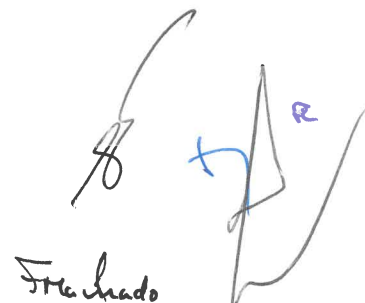


Figura 27 - Contratação Pública sujeita a análise em 2025



Finalizado

No que respeita ao contencioso da empresa, no final de 2025, encontravam-se pendentes 13 processos (processos cíveis e administrativos), o que representa um decréscimo de 6 processos face a 2024. No que respeita a contraordenações, em que a Águas do Alto Minho, S.A. figura como arguida, verificou-se um ligeiro acréscimo face a 2024, passando de 19 processos em 2024, para 20 processos em 2025.

Destaca-se o apoio diário à Direção de Clientes na resposta a reclamações, bem como a gestão do processo de cobrança judicial de dívida de clientes finais, da responsabilidade do departamento jurídico-legal. Quanto a este último, verificou-se um decréscimo do número de processos de injunções instaurados, face ao ano de 2024:

Tabela 25 – Pareceres/análises no âmbito da contratação pública

	2025	2024
Processos de injunção instaurados pela empresa	344	634

O ano de 2025 foi determinante a evolução do sistema de controlo dos processos de contencioso, através da implementação de um *software* de gestão dedicada. Assegurou-se a migração do histórico de todos os processos existentes no *Aquamatrix* para a nova plataforma, a qual assegura a centralização de todos os processos, documentos e comunicações, proporcionando uma visão clara e eficiente da fase de tramitação de cada processo, de forma a garantir a eficiência e a segurança de toda a informação.

Com o foco em 2026, destacam-se os seguintes objetivos:

- A cobrança judicial dívida e clientes finais por via de ação executiva, para aumentar a recuperação de dívida e reduzir o desvio de recuperação de gastos;
- A elaboração de um manual de gestão de contratos, destinado a orientar os trabalhadores/as que exerçam as funções de gestor de contrato no acompanhamento da execução material, técnica e financeira dos contratos públicos;
- O início da instrução de processos de contraordenação, de forma a assegurar a ligação de todos os potenciais clientes à rede pública, aumentando assim a cobertura do serviço.

8.4.7 Contabilidade e Gestão Financeira

A área funcional de Contabilidade e Gestão Financeira integra a Direção Administrativa e Financeira, e é composta por duas subáreas distintas, porém complementares — Contabilidade e Gestão Financeira.

Num contexto macroeconómico desafiante, caracterizado por elevada incerteza, volatilidade dos mercados, pressões inflacionistas e aumento contínuo dos encargos financeiros, estas áreas reforçam o seu papel estratégico na criação de valor, apoiando decisões de gestão fundamentadas, promovendo a eficiência operacional e assegurando informação financeira fiável, rigorosa e orientada para resultados.



Finalizado

Contabilidade

A Contabilidade é responsável pelo controlo, registo e reporte da informação económico-financeira da empresa, assegurando a conformidade com os normativos contabilísticos, fiscais e legais aplicáveis.

O trabalho contínuo traduz-se na garantia da fiabilidade, transparência e conformidade da informação financeira da Águas do Alto Minho, constituindo uma base sólida para a tomada de decisão e para a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa em exercícios futuros.

A Lei 45-A/2024 de 31 de dezembro, prorrogou o período transitório do regime de faturação eletrónica previsto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, para micro, pequenas e médias empresas, até 31 de dezembro de 2025, no entanto, mantivemos uma atuação proativa junto dos fornecedores, apoiando, sensibilizando e incentivando a adoção deste processo de faturação. Esta nossa abordagem visa assegurar uma transição mais eficiente, reduzir constrangimentos futuros e antecipar trabalho decorrente da implementação definitiva desta obrigatoriedade. Com o nosso suporte, conseguimos aumentar o número de fornecedores aptos a faturar via EDI, tendo praticamente todas as faturas emitidas no âmbito dos contratos públicos sido processadas eletronicamente.

Durante o ano 2026, temos como objetivo implementar a funcionalidade de aprovação de documentos financeiros através do *workflow* de faturação eletrónica de fornecedores, o que permitirá consolidar todo o processo contabilístico relacionado com fornecedores.

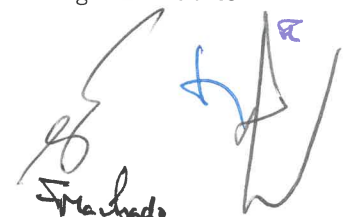
Gestão Financeira

A Gestão Financeira é responsável pela gestão integrada dos fluxos financeiros, englobando os processos de Contas a Receber e Contas a Pagar, os quais assumem elevada relevância pelo seu impacto material e estratégico na sustentabilidade económica e financeira da empresa.

Compete a esta subárea assegurar o planeamento, a execução, a monitorização e o controlo dos fluxos financeiros, promovendo a utilização eficiente dos recursos, a mitigação de riscos financeiros e o suporte ao processo de tomada de decisão da Gestão.

No âmbito do processo de Contas a Receber, são realizados diariamente procedimentos de controlo dos fluxos de entrada, nomeadamente ao nível da cobrança de receitas e da gestão de tesouraria, com o objetivo de assegurar a liquidez necessária ao cumprimento das obrigações de curto prazo.

De forma complementar, o processo de Contas a Pagar assegura o planeamento, a análise e o controlo dos fluxos de saída, garantindo o cumprimento atempado das obrigações financeiras e uma gestão eficiente dos pagamentos, contribuindo para o equilíbrio financeiro da empresa.



Handwritten signature and initials in black and blue ink.

Durante o ano de 2025, e, em cumprimento com o normativo do Grupo AdP e a legislação em vigor, foram efetuadas melhorias no processo do sistema de pagamentos coletivos com a introdução e aplicação da funcionalidade - *CoPB* Confirmação de IBAN da entidade (transação que permite criação de ficheiros de confirmação e validação de IBAN's dos fornecedores em processo de regularização).

Neste contexto, foram realizadas 673 transferências através de pagamentos coletivos a diversas entidades, correspondendo a um montante global de 24.178.614 euros, o que reflete uma evolução crescente face ao ano anterior. Para além das liquidações referidas, registaram-se ainda, ao longo do ano, outras saídas de fluxos financeiros, no montante total de 22.985.866 euros, resultantes do pagamento de impostos, remunerações, encargos bancários e pagamentos a outras entidades.

Em cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a maioria das disponibilidades financeiras da AdAM encontra-se depositada junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., o que permitiu que a grande parte dos pagamentos acima referidos fosse efetuada através da mesma entidade bancária, em conformidade com o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro.

Paralelamente, e com vista a melhorar o processo de Gestão de Penhoras, foi implementado no sistema SAP o controlo de penhoras de fornecedores, reforçando a eficácia e a eficiência na gestão do processo organizacional.

Para além destes, foram implementados e reforçados alguns processos de faturação através do sistema SAP, contribuindo para a agregação, consolidação e uniformização de vários aspetos inerentes ao processo de Contas a Receber, cumprindo com um dos objetivos definidos.

Ainda no âmbito do processo de Contas a Receber, foram celebrados novos contratos de Pagamentos através de Multibanco e através da plataforma *Digital Payments Gateway* (DPG), destacando-se uma redução do preço por transação face ao contrato anteriormente em vigor. Importa ainda destacar que ao longo do ano 2025, verificou-se um aumento da adesão ao pagamento por *MBWAY*, através de *QRCode*, reforçando a modernização dos meios de pagamento e contribuindo para a concretização da visão estratégica da empresa junto dos seus *stakeholders*.

No âmbito do sistema de controlo interno, destaca-se o processo de reconciliações bancárias, o qual tem permitido a validação e a comparação sistemática dos registos contabilísticos com os extratos bancários, assegurando o rigor e a fiabilidade dos registos financeiros associados aos fluxos de entrada e saída. Este processo permite, ainda, refletir de forma tempestiva a situação financeira da empresa e garantir um controlo eficaz das operações realizadas.

Para o ano de 2026, prevê-se a implementação do processo de integração automática diária da faturação e da cobrança de clientes do sistema *Aquamatrix* para o sistema SAP. Este projeto constitui um dos principais

desafios para a área de Contabilidade e Gestão Financeira, permitindo ganhos significativos de eficiência, redução de tempos de processamento, acesso a informação contabilística em tempo real e diminuição de gastos operacionais.

Adicionalmente, em 2026, a área de Contabilidade e Gestão Financeira requererá maior enfoque na adaptação tecnológica, na atualização dos processos e conhecimentos, de modo a garantir a eficiência, a conformidade, a inovação e a transparência nas operações económico-financeiras da empresa.

8.4.8 Compras e Logística

A área de Compras e Logística é responsável pela gestão, coordenação e execução dos processos de aquisição solicitados pelas diversas áreas da Empresa, assegurando que os mesmos obedecem ao Plano Anual de Compras (PAC) aprovado pela gestão, bem como ao cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis e das normas e procedimentos internos em vigor. Compete-lhe igualmente a gestão técnico-económica dos stocks e da frota automóvel, o respetivo suporte administrativo e a garantia do cumprimento legal associado à contratação de bens e serviços, procurando soluções competentes e competitivas que permitam minimizar gastos e tempos de aquisição.

No desenvolvimento da sua atividade, esta área promove a observância dos princípios da transparência, igualdade e concorrência, com o objetivo de aumentar a eficácia e a eficiência dos processos de compra. Para esse efeito, procede à centralização de todo o processo de aquisições, facilitando o respetivo rastreio e controlo.

Compete ainda à área de Compras e Logística assegurar a qualidade, fiabilidade e atualização da informação registada nas diferentes plataformas de suporte ao processo de compras, garantindo o cumprimento do PAC e possibilitando a sua adequada monitorização e acompanhamento com o auxílio na plataforma GOC – Gestão de Orçamento e Compras.

Gestão de Compras e Contratação Pública

No âmbito dos processos de contratação pública, manteve-se um elevado volume de procedimentos tramitados através da plataforma *Acingov*, em linha com o registado em 2024, assegurando-se o cumprimento rigoroso das normas legais e regulamentares aplicáveis. Em complemento, e atendendo ao respetivo enquadramento legal, foram igualmente desenvolvidos outros procedimentos aquisitivos por via de contratação excluída e de ajustes diretos simplificados. Relativamente a estes últimos, foi adotada uma estratégia assente no alargamento dos prazos de execução contratual, permitindo a agregação de necessidades e, conseqüentemente, a redução significativa do número de procedimentos desta natureza. O recurso a ajustes diretos simplificados está circunscrito a situações estritamente necessárias, nomeadamente casos emergentes ou críticos não abrangidos por contratos em vigor, devido à sua especificidade técnica ou a razões devidamente fundamentadas que tenham impossibilitado,

atempadamente, a sua inclusão em procedimentos concorrenciais. Esta abordagem contribuiu de forma direta para o cumprimento do objetivo estratégico definido em 2024, traduzindo-se, em 2025, num decréscimo de cerca de 60% no número de adjudicações por ajuste direto simplificado face ao ano anterior.

No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição dos procedimentos de contratação pública por área requisitante, observando-se, em termos globais, uma redução do número de procedimentos. Esta diminuição resulta sobretudo da adoção de procedimentos de aquisição de bens e serviços core, maioritariamente de natureza plurianual, com uma duração que, na maioria dos casos, se estende até aos 36 meses.

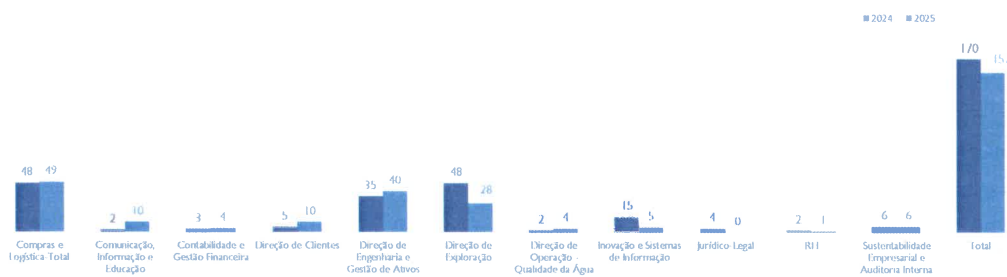


Figura 28 - Evolução dos procedimentos de contratação por área

A equipa responsável pelo processo de compras e contratação pública assegura a execução de um conjunto alargado de tarefas essenciais ao cumprimento do Código dos Contratos Públicos, do Manual de Compras e da restante regulamentação aplicável no âmbito do Grupo AdP. Compete-lhe a emissão de pareceres para todos os tipos de procedimento, com especial incidência na verificação do cumprimento dos artigos 22.º, 113.º e 114.º do referido Código, garantindo que todos os processos observam os requisitos legais aplicáveis. Estes pareceres são emitidos através da plataforma GOC – Gestão de Orçamento e Compras.

Relativamente à abertura de procedimentos das diversas áreas, a equipa de compras assegura a revisão de requisitos específicos constantes das peças procedimentais, designadamente a fundamentação da necessidade de abertura do procedimento, os critérios de adjudicação, a inclusão de critérios ecológicos, a justificação da definição do preço base e o cumprimento da estruturação interna aprovada. Salienta-se que é da responsabilidade desta equipa a elaboração do Convite ou do Programa do Procedimento, em conformidade com o tipo de procedimento adotado, bem como a seleção do código CPV (Classificação Comum de Contratos Públicos) mais adequado, elemento fundamental para garantir a correta categorização dos bens, serviços ou empreitadas a contratar.

No que se refere à tramitação dos procedimentos na plataforma *Acingov*, a equipa é responsável pelo acompanhamento integral de cada procedimento, assegurando a análise e a elaboração da documentação

necessária à concretização da contratação. Após a conclusão do procedimento naquela plataforma, a equipa garante, em cumprimento das obrigações legais, a respetiva publicitação no *BaseGov* e no *Jornal Oficial da União Europeia (JOUE)*, sempre que aplicável, procedendo posteriormente à criação do respetivo pedido de compra ou contrato no sistema SAP. Os procedimentos de empreitadas da Direção de Engenharia e Gestão de Ativos são, contudo, geridos autonomamente por essa Direção.

No âmbito dos procedimentos centralizados a equipa assegura a elaboração de informações relativas e esses procedimentos, facilitando a gestão interna dos mesmos. Integram igualmente as suas responsabilidades a realização de Consultas Preliminares e de Consultas ao Grupo AdP, nos termos previstos no DLEO, bem como a solicitação de júri corporativo e a recolha das respetivas declarações de inexistência de conflitos de interesses.

Adicionalmente, a equipa assegura a emissão dos pedidos de compra associados a contratos em vigor que dependam de autos de medição, após validação prévia por parte do respetivo gestor de contrato.

No que se refere à evolução por tipo de procedimento de contratação, destaca-se o aumento significativo dos concursos públicos com publicidade internacional (44% face ao ano anterior) e o decréscimo acentuado dos ajustes diretos critérios de material (92% face ao ano anterior), em linha com a estratégia definida no plano anual de compras.

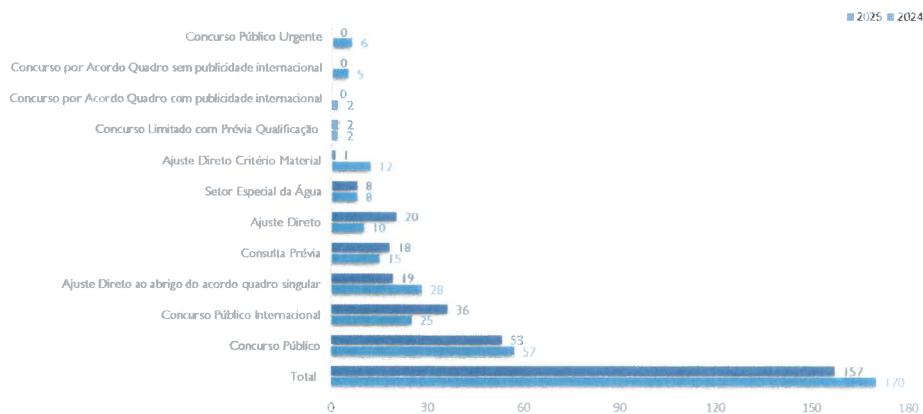
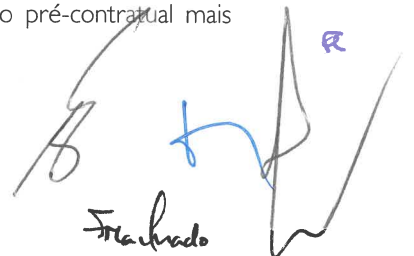


Figura 29 -Evolução por tipo de procedimento de contratação

Em 2025, a distribuição mensal dos procedimentos seguiu a estimativa temporal de termo dos contratos em vigor, evidenciando também que uma parte substancial dos novos procedimentos foi tramitada no terceiro trimestre do ano. Esta situação resultou da necessidade de uma gestão pré-contratual mais exigente, bem como da complexidade de alguns dos procedimentos.



Finalizado

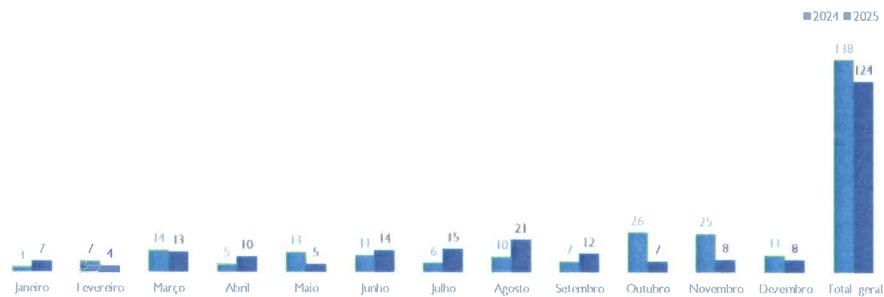


Figura 30 - Distribuição mensal da tramitação de procedimentos (CL)

Em resposta ao aumento das exigências legais, a equipa de contratação pública participou em diversas ações de formação relacionadas com o Código dos Contratos Públicos e com o processo de compras.

Para o ano de 2026, foram definidas metas orientadas para a consolidação e otimização do processo de compras, bem como para o reforço da monitorização do encerramento dos contratos e para a melhoria do acompanhamento e do registo da avaliação dos fornecedores.

Gestão de Stocks

A subárea de Gestão de Stocks integra-se na área funcional de Compras e Logística, assumindo um papel de particular relevância no âmbito da atividade desenvolvida pela Águas do Alto Minho. Um controlo eficaz dos stocks é fundamental para garantir a continuidade e a fiabilidade dos serviços prestados, assegurando a atempada disponibilidade de materiais, equipamentos e peças indispensáveis às operações de exploração, manutenção e reparação das infraestruturas.

O ano de 2025 revelou-se particularmente exigente, impondo à organização uma atenção acrescida à codificação, classificação e organização dos materiais. No final do exercício, encontravam-se registados 2 262 códigos de materiais, dos quais 1 033 foram criados ao longo de 2025, evidenciando o esforço desenvolvido no âmbito da sistematização, normalização e alinhamento dos artigos com as necessidades operacionais da empresa, em resultado também da contratação de novos materiais, ferramentas e consumíveis.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'F. Machado' and a large stylized signature.



Manteve-se igualmente o foco na organização física dos armazéns, com a realização de trabalhos de arrumação e etiquetagem, que permitiram uma localização e um acesso mais rápido aos materiais. Estas intervenções contribuíram para a redução dos tempos de operação, melhorando o tempo de resposta na disponibilização dos materiais e o nível de satisfação das reservas.

A abordagem adotada, centrada na fiabilidade da informação e no controlo rigoroso de todas as fases do processo, revelou-se determinante para assegurar o correto funcionamento do sistema e um apoio eficaz às operações no terreno, garantindo o nível de qualidade de serviço exigido pelos clientes internos. Importa ainda

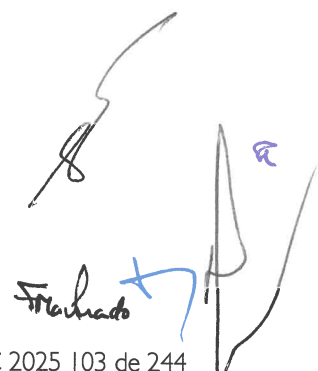
salientar o trabalho desenvolvido ao nível da verificação e controlo das integrações dos sistemas *Aquaworks* e *Aquamán* com o sistema SAP, cujo resultado se traduziu na redução das divergências apuradas nos inventários, bem como na identificação de oportunidades de melhoria a implementar nos dados de entrada das ordens de trabalho.

Por outro lado, até ao final do ano, a equipa do armazém central conseguiu assegurar, de forma consistente, o fornecimento de materiais aos Centros Operacionais e Núcleos de Proximidade.

Em 2026, prevê-se dar continuidade à implementação do Projeto de Otimização de Stocks "*EasyPick*", enquadrado nos princípios da metodologia *Kaizen*, promovendo a melhoria contínua dos processos. Este projeto visa aprofundar a sistematização da codificação dos materiais, reforçar a organização física dos armazéns, aperfeiçoar os mecanismos de controlo e otimizar os procedimentos de entrada, saída e demais movimentação de stocks, com o objetivo de assegurar uma gestão cada vez mais eficiente, rigorosa e sustentável dos recursos.

Gestão de Frota

No decurso do ano 2025, os processos sob a responsabilidade da Gestão de Frota iniciaram uma fase de consolidação, modernização e reforço da eficiência operacional, na sequência das medidas estruturantes implementadas em 2024. Após um período marcado por constrangimentos no mercado automóvel, pela necessidade de adoção de soluções transitórias para a frota definitiva e pela introdução de novos procedimentos contratuais, o enfoque passou a incidir na estabilização das soluções implementadas e na aposta contínua na inovação, digitalização e sustentabilidade.





viaturas em regime de rent-a-car (RAC), bem como a gestão de prorrogações de contratos em regime de aluguer operacional de viaturas (AOV).

Não obstante, o ano de 2025 revelou-se particularmente exigente no domínio da gestão da frota automóvel, implicando a renovação e substituição de contratos de

Paralelamente, a gestão diária da frota apresentou elevados desafios, em resultado do aumento do quadro de pessoal sem o correspondente reforço do número de viaturas disponíveis, devido a constrangimentos orçamentais. Com efeito, as 10 viaturas solicitadas pela AdAM no âmbito do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2025-2027 não obtiveram aprovação, mantendo-se inalterada a dimensão da frota.

Importa salientar que as áreas de operação e manutenção, comercial, engenharia e gestão de ativos exigem, pela sua natureza, a disponibilização de meios de mobilidade adequados, indispensáveis ao desempenho eficiente das respetivas funções. Estas atividades desenvolvem-se em toda a área abrangida pelo contrato de parceria, com uma extensão superior a 1.590 km², que integra uma vasta rede de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, totalizando cerca de 5.716 km, distribuídos por sete concelhos.

Atendendo à dimensão territorial e à complexidade técnica do sistema sob gestão, o reforço da frota operacional revela-se imprescindível para assegurar uma resposta eficaz às exigências operacionais e garantir a continuidade e qualidade dos serviços prestados. Neste contexto, foi aprovado, no âmbito do PAO 2026-2028, o reforço da frota operacional em 10 viaturas a concretizar em 2026, permitindo assim aumentar a mobilidade das equipas operacionais e contribuir para a melhoria da eficiência operacional.

A componente tecnológica manteve-se como eixo central de desenvolvimento, destacando-se a renovação da App SIG GO, que passou a proporcionar uma interação mais direta entre utilizadores e a Gestão de Frota. Esta evolução traduziu-se na disponibilização de informação mais detalhada, na melhoria significativa da comunicação interna e no aumento da capacidade de resposta.



A análise comparativa entre 2024 e 2025 demonstra uma evolução positiva na utilização da frota e na dinâmica de reporte através da App SIG GO, refletindo maior envolvimento dos utilizadores e uma abordagem mais preventiva na gestão operacional. Em 2025 verificou-se um aumento dos pedidos de assistência, quando agregados às situações de avaria, evidenciando maior atenção à manutenção preventiva e corretiva. Este crescimento traduz uma utilização mais intensiva da frota e um maior rigor no reporte de ocorrências, permitindo intervenções mais atempadas e um controlo operacional mais eficaz.



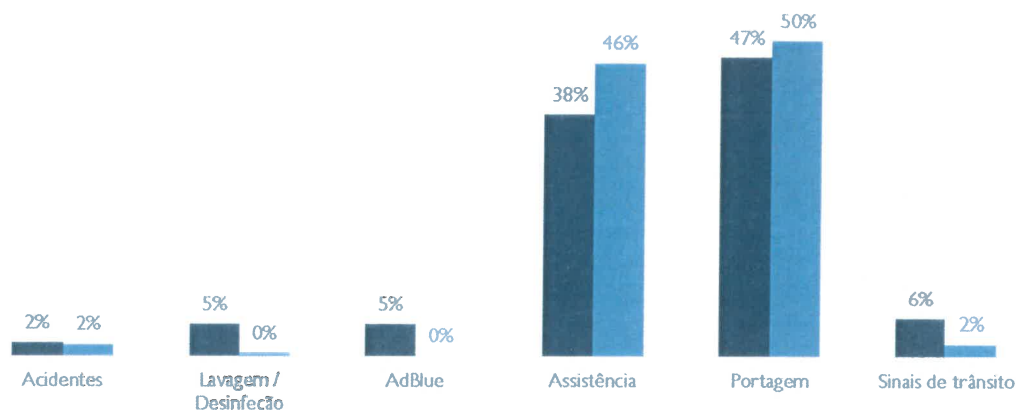


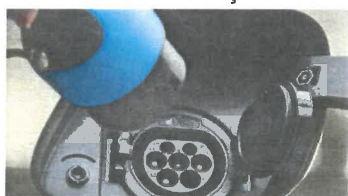
Figura 31 - Pedidos e participações efetuadas através da App SIG GO

Paralelamente, registou-se uma redução dos sinistros em cerca de 11% face a 2024, constituindo um indicador relevante ao nível da segurança rodoviária. Esta evolução poderá estar associada ao reforço das boas práticas de condução, à sensibilização dos condutores e a um acompanhamento mais sistemático da frota.

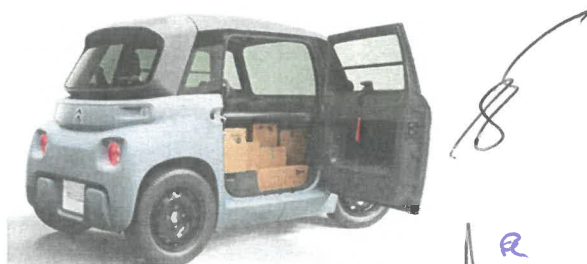
O aumento do registo de portagens em 2025 evidencia igualmente um acréscimo da atividade operacional e da intensidade de utilização das viaturas. Globalmente, os dados refletem maior maturidade no sistema de reporte, maior responsabilização dos utilizadores e uma gestão de frota mais ativa, preventiva e orientada para resultados, com enfoque na segurança, eficiência e controlo de gastos.

No domínio da sustentabilidade, salienta-se ainda a aquisição de três quadriciclos elétricos, reforçando a estratégia ambiental da Águas do Alto Minho.

Para além da redução da pegada carbónica, estas viaturas representam uma solução eficiente de mobilidade interna entre instalações e áreas operacionais, bem como para a execução do serviço de leituras, permitindo igualmente a sua integração em sistemas de *carsharing* e promovendo uma utilização mais racional dos recursos disponíveis.



Em 2026, será dada continuidade à estratégia de mobilidade sustentável, com a consolidação da integração de veículos elétricos na frota operacional e a instalação de postos de carregamento, bem como o reforço da estabilização da frota em regime de aluguer operacional de viaturas (AOV).



Finalizado

Destaca-se, igualmente, a apresentação do projeto estratégico *SAFE MOOVE*, realizada no âmbito das II



Jornadas de Desenvolvimento. Este projeto integra um conjunto de iniciativas orientadas para a mobilidade elétrica, bem como a implementação de um programa de Condução Segura e Eco-Condução, promovendo práticas de condução mais seguras, eficientes e sustentáveis.

As medidas previstas no âmbito do *SAFE MOOVE* visam reforçar o controlo operacional, estabelecer critérios claros para uma utilização mais racional da frota e otimizar os gastos associados à utilização das viaturas. A consolidação estrutural destas iniciativas encontra-se prevista ao longo do ano de 2026, contribuindo para a melhoria contínua da eficiência operacional e da sustentabilidade da empresa.

Paralelamente, será implementado um sistema de Gestão e Localização de Frota através de tecnologia GPS, assegurando uma monitorização mais rigorosa dos ativos, maior visibilidade operacional e apoio à adoção de práticas de condução mais seguras e eficientes, com impacto direto na otimização de gastos. Esta solução permitirá, igualmente, a integração com sistemas internos de *carsharing* e funcionalidades de apoio ao condutor, reforçando a eficiência, o controlo e a modernização da gestão da frota.



A Gestão de Frota afirma-se assim como uma subárea estratégica, orientada para a sustentabilidade, a inovação, o rigor na gestão dos recursos e a criação de valor.

8.4.9 Comunicação, Informação e Educação Ambiental

A Área de Comunicação, Informação e Educação Ambiental tem vindo a consolidar o seu papel na promoção da marca junto dos clientes, trabalhadores e trabalhadoras, das comunidades envolventes e demais *stakeholders*, registando progressos consistentes e um impacto cada vez mais relevante na região e nas pessoas que conosco interagem.

Em 2025, reforçámos de forma significativa as ações de educação ambiental, com a ampliação das iniciativas dirigidas à comunidade escolar e ao público em geral, promovendo o consumo responsável de água e a preservação do meio ambiente. Em paralelo, continuámos a investir nas iniciativas internas, promovendo a melhoria contínua de processos e o fortalecimento da cultura ambiental dentro da organização. Consolidámos parcerias estratégicas e intensificámos a comunicação através dos media, redes sociais e

Finalizado

ações presenciais, incentivando o consumo de água da torneira e a adesão à rede pública de abastecimento de água e saneamento.

Promoção da saúde e bem-estar

Nos aspetos relevantes o ano 2025 foi marcado por diversas ações de dinamização social da empresa, com promoção de eventos internos e externos de promoção da saúde e bem-estar:

VAMOS DAR O MEIO LITRO

A Águas do Alto Minho, em parceria com a Associação de Dadores de Sangue da Meadela, promoveu não uma, mas duas campanhas de doação de sangue, "VAMOS DAR O MEIO LITRO". Este ano, as campanhas decorreram no dia 01 de julho e 5 de novembro nas instalações da Águas do Alto Minho.



DIA MUNDIAL DA ÁGUA

Neste Dia Mundial da Água não podíamos deixar as nossas crianças em paz. Fomos à escola primária de Perre e fizemos a nossa magia. Conversamos sobre a importância da água no planeta e sobre o Ciclo da água. Este é um dia demasiado importante para não ser celebrado.



Finalizado

VII FEIRA DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Em 2025 dinamizámos diversas atividades e marcámos presença na VII Feira da Educação, Ciência e Tecnologia, em Ponte de Lima. Participámos com um stand interativo, onde promovemos atividades e esclarecemos dúvidas, contribuindo para a desmistificação da água da torneira junto da comunidade.



ABRAÇO AO RIO VEZ

Todos os anos, o Município de Arcos de Valdevez junta todas as crianças para um fabuloso abraço ao rio Vez e nós estivemos lá. Fomos abraçar o rio num gesto simbólico de cuidado pela natureza e pela água, este bem essencial a todos e que tanto necessita de ser cuidado.



JORNADAS DE(S) ENVOLVIMENTO

No dia 25 de julho realizaram-se 2^{as} JORNADAS DE (S) ENVOLVIMENTO, no Município de Viana do Castelo, com apresentação do trabalho realizado pelas diversas áreas. Nesta data, para além da celebração dos 6 anos de empresa, foi também um momento de partilha de conhecimentos e confraternização entre os/as trabalhadores/as e com um momento de agradecimento a trabalhadores aposentados. No âmbito do programa das jornadas, foi ainda realizada no dia 26 de novembro, uma Visita Técnica à Estação de Tratamento de Água da Asseiceira.



Handwritten signature

Handwritten signature

NATAL DAS CRIANÇAS

No dia 18 de dezembro, no Auditório da ETAP, os/as nossos/as petizes puderam celebrar o Natal junto da mãe ou pai, na sua empresa.



TEAM BUILDING ANUAL

No dia 19 de dezembro, a empresa promoveu o seu *Team Building* anual. Foram realizadas ações para fomentar o espírito de equipa e aumentar a coesão das diversas áreas.

Para 2026, a aposta será reforçada na sensibilização ambiental e no aumento do número de clientes, através de campanhas mais próximas do território, ações de educação dirigidas a diferentes públicos e uma comunicação orientada para os benefícios ambientais, sociais e económicos da ligação à rede pública. Este esforço pretende consolidar comportamentos sustentáveis e contribuir para o crescimento sustentável da empresa.

9. Risco e Controlo

9.1 Gestão do Risco

A AdAM e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da corrupção e infrações conexas, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a AdAM se inclui, e por forma a possibilitar o cumprimento das obrigações legais decorrentes do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do Controlo Interno (CI) existente nas empresas, em 2024 foi concluída a FASE 2 do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). A escolha deste modelo assenta na sua flexibilidade, adaptabilidade à estrutura e atividades de negócio das empresas, abrangência, e fiabilidade na resposta que confere aos desafios internos ou externos existentes.

Este modelo possibilita uma correlação direta entre os objetivos que a organização define, ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as componentes do CI (Ambiente de Controlo,


F. Machado





Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), representativas da estrutura funcional da empresa, essenciais para a sua concretização.



Figura 32 - Cubo do COSO

Ambiente de Controlo

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos do SCI. Contempla conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

Avaliação dos Riscos

Visa identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

Atividades de Controlo

Correspondem às atividades recorrentes desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos nos processos de negócio da empresa. Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e

Handwritten signature and initials in blue ink.

procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração, para mitigar os riscos na concretização dos objetivos, são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas dos processos de negócio e sobre o ambiente tecnológico. Podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

Informação e comunicação

Componente instituída para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

Monitorização de Atividades

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCl ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2025 foi concluída a Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI, com o mapeamento, de parte dos restantes processos de negócio identificados como críticos, o qual compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC), onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação. Presentemente, encontra-se em fase de atualização o Manual de Controlo Interno, com a inclusão dos documentos que se encontram a ser elaborados.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, promover a melhoria dos conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados. Será ainda definido e formalizado o modelo de governo do SCI a utilizar nas empresas do Grupo AdP, por forma a responsabilizar e consciencializar os diferentes interlocutores do processo e dotá-los de meios que possibilitem um acompanhamento permanente dos controlos e do seu funcionamento, tornando o CI uma ferramenta útil para a gestão da empresa.

Foi dada continuidade à avaliação das métricas de avaliação do SCI, a qual possibilita aferir o cumprimento das mesmas nas várias componentes do CI e obter uma visão global sobre a preocupação da empresa com a temática do CI.

A avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados da eficácia no funcionamento dos controlos chave decorrentes das auditorias realizadas, possibilitará a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, proporcionando um nível de segurança razoável quanto à sua eficácia à Administração da AdAM.

Tem vindo a ser efetuada a sensibilização ao CI e pretende-se a realização de formação específica sobre a temática, conforme previsto nas métricas do SCI, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente pelos responsáveis dos processos de negócio.

A existência do SCI, conjugada com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirá ao Conselho de Administração da AdAM, reforçar o seu enfoque na monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e resultantes da operação diária da empresa.

Com efeito, a existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco e promove o amadurecimento da cultura de risco da organização, permitindo:

- i) estabelecer uma linguagem comum para a definição e conceito dos riscos;
- ii) assegurar o alinhamento entre os objetivos definidos, os riscos e controlos existentes na empresa;
- iii) reduzir o risco de perda de investimentos e ativos; e
- iv) reforçar a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com leis e regulamentação aplicáveis.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

Com vista a assegurar a melhoria contínua, a adaptação às melhores práticas internacionais, uma maior efetividade e continuidade no processo de avaliação e a atualização face à realidade envolvente ao grupo AdP, encontra-se em curso a revisão do Modelo de Gestão do Risco Empresarial vigente. Esta alteração, que já contemplou a atualização da matriz de riscos do Grupo, integra ainda:

- i) a modificação da metodologia de avaliação, que passará a assentar numa análise quantitativa suportada em indicadores, presentemente em fase de identificação e validação quanto à sua aderência; e
- ii) a implementação de um modelo de governo para a gestão do risco, em elaboração no decurso de 2025.

Alinhado com a metodologia COSO, o novo modelo organiza os riscos segundo uma estrutura de classes e categorias, conforme apresentado em baixo:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:

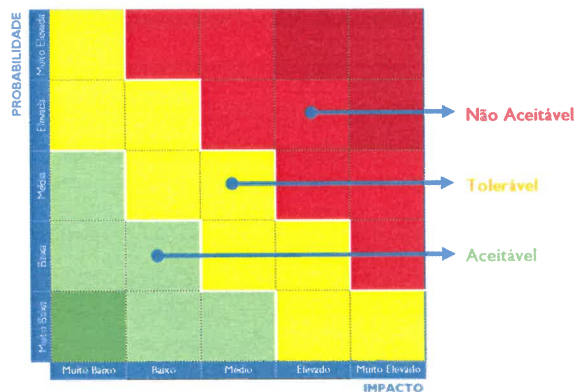


Figura 33 - Modelo de avaliação dos riscos

A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, na realização da avaliação interna do nível de risco a que a empresa está sujeita, e no acompanhamento das medidas de mitigação definidas.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando

dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela AdAM, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a monitorização e tratamento é complementado por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.


Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidades de valor para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

No âmbito do projeto de revisão do modelo de Gestão de Risco, atrás indicado, será dada continuidade ao mesmo através do desenvolvimento das seguintes fases/atividades:

- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no grupo AdP;
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial;
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno;
- A identificação em empresa piloto, dos indicadores de risco e *Key Risk Indicators* a utilizar na avaliação futura dos riscos, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva;
- A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.

Após ter sido realizado para o ano 2025 o exercício de avaliação, no âmbito do exercício de avaliação de risco, a classificação global do Risco Residual da AdAM situa-se num nível MÉDIO, considerado TOLERÁVEL face ao Nível de Aceitação do risco definido para o Grupo AdP. Apresenta-se abaixo a classificação dos riscos:



AdAM R&C 2025 | 15 de 244



Constata-se a existência de 17 riscos que se encontram posicionados acima do nível considerado aceitável para o grupo AdP, e como tal a AdAM identificou medidas de tratamento, a curto prazo (até 12 meses), uma vez que os riscos se posicionam num nível considerado TOLERÁVEL.

Dos 25 riscos a que a empresa se encontra exposta e que foram avaliados, verifica-se que 8 apresentam um risco residual posicionado num nível ACEITÁVEL.

Da análise global de autoavaliação, identificam-se 4 riscos acima do nível aceitável, sem redução do respetivo nível de aceitação, não se tendo identificado qualquer risco no patamar não aceitável, nem exposições que exijam intervenção imediata ou urgente.


 Franchado


10. Análise Económica e Financeira

10.1 Introdução

A análise económica e financeira que se apresenta pretende abordar os resultados decorrentes do exercício de 2025, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

10.2 Situação Económica

Os resultados apresentados pela AdAM nas suas demonstrações financeiras são influenciados pelo desvio de recuperação de gastos. Entenda-se o desvio de recuperação de gastos como o volume de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos gastos incorridos pela EGP, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de rendimentos efetivamente gerado, traduzindo-se assim o valor do desvio de recuperação de gastos no excedente (superavit) ou défice apurado.

O resultado líquido do exercício foi cerca de 241 mil euros (em 2024 foi 245 mil euros) e o desvio de recuperação de gastos registou um défice, de 0,9M euros (em 2024 foi 1.022 mil euros). O *cash flow* operacional apresenta um valor de 3,2M euros (em 2024 foi 4,2M euros), situando-se o resultado operacional (sem desvio tarifário) em cerca de 96 mil euros (em 2024 foi 109 mil euros).



Flávio

Tabela 26 - Demonstração de Resultados

	Notas	2025	Unidade: euros 2024
Rédito de contratos com clientes	21.2	32 427 256	31 181 776
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	21.2	6 510 178	4 812 664
Desvio de Recuperação de Gastos	9.3	916 178	1 021 664
Gastos com mercadorias e matérias consumidas	22	- 8 662 124	-7 853 020
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	21.2	- 6 510 178	-4 812 664
Fornecimentos e serviços externos	23.2	- 13 002 415	-13 114 544
Gastos com pessoal	24.1	- 5 133 272	-4 623 450
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	25	- 5 774 646	-5 464 199
Perdas por imparidade e reversões do exercício	26	- 56 117	-127 108
Subsídios ao investimento	17.2	255 476	221 729
Outros gastos e perdas operacionais	27	- 94 468	-233 197
Outros rendimentos e ganhos operacionais	28	136 340	120 768
Resultados operacionais		1 012 208	1 130 419
Gastos financeiros	29	- 504 899	-695 088
Rendimentos financeiros	30	51 538	49 392
Resultados financeiros		- 453 361	-645 695
Resultados antes de imposto		558 847	484 724
Imposto do exercício	31.2	- 831 303	-1 050 547
Imposto diferido	31.2	513 577	810 895
Resultado líquido do exercício	36	241 120	245 072
Rendimento integral	14.3	241 120	245 072
Resultado por ação	14.3	0,33	0,34

10.3 Situação Financeira

A AdAM apresenta um total de Balanço de 66 milhões de euros, que face ao ano anterior reflete um aumento de cerca de 10,9%, em grande parte devido ao investimento efetuado em ativos intangíveis e em ativos sob direito de uso e ao aumento da dívida de clientes por acréscimo de atividade, bem como pela incapacidade de redução da dívida prospetivada. O Capital Próprio cifra-se em 4,8 milhões de euros, contemplando o capital social no valor de 3,6 milhões de euros e o resultado líquido do exercício no valor de 241,1 mil euros.

Tabela 27 - Resumo da Posição Financeira

	31.12.2025	Unidade: euros 31.12.2024
Ativos Não Correntes	54 712 789	48 685 268
Ativos Correntes	10 849 560	10 332 860
Total do ativo	65 562 349	59 018 128
Capital próprio	4 843 130	4 602 009
Total do capital próprio	4 843 130	4 602 009
Passivos Não Correntes	43 617 581	41 593 773
Passivos Correntes	17 101 639	12 822 346
Total do passivo	60 719 219	54 416 119
Total do passivo e do capital próprio	65 562 349	59 018 128

10.4 Investimentos

Em 2025 a AdAM investiu um total aproximado de 6,5 milhões de euros, com capitalizações.

11. Perspetivas Futuras

Para 2026, a estratégia da Águas do Alto Minho, SA assenta na continuidade do desenvolvimento eficiente da atividade operacional. O objetivo central é garantir a prestação dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais no Sistema de Águas do Alto Minho, assegurando elevados padrões de eficiência, valorizando os recursos humanos e integrando soluções tecnológicas num modelo sustentável. Pretende-se, desta forma, contribuir para a criação de valor para acionistas e clientes, para a qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico da região.

Para 2026, encontra-se previsto um investimento de 15 milhões de euros, orientado para intervenções estruturantes nos sistemas de abastecimento e drenagem de águas residuais. Destaca-se a remodelação da conduta adutora entre os reservatórios de Santo Ovídeo e Pé de Asa, fundamental para reforçar a fiabilidade do abastecimento na margem norte de Ponte de Lima. Incluem-se ainda intervenções de reengenharia de sistemas e a reformulação de infraestruturas de abastecimento e drenagem em Ponte de Lima e Arcos de Valdevez, com vista à melhoria da eficiência operacional e da qualidade do serviço. Serão também implementadas intervenções para redução das emissões, através da produção de energia.

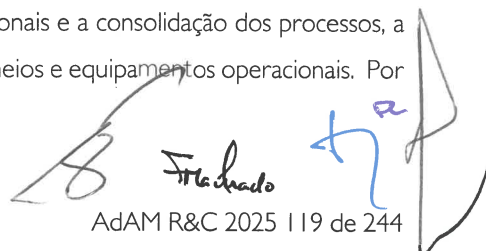
O controlo ativo de perdas constituirá um dos objetivos primordiais da empresa, e, com reduções progressivas ao longo dos anos, sendo definida como meta estratégica da redução da ANF para 18% no horizonte de cinco anos.

A manutenção da garantia da qualidade da água distribuída e tratada, mantendo o indicador de água segura da ERSAR.

Na área das afluências indevidas, assume uma importância determinante reduzir os valores atuais em função de trabalhos específicos em conjunto com o sistema em alta e com os municípios.

No plano económico-financeiro, a sustentabilidade continuará a ser um eixo central da atividade, exigindo um rigoroso controlo de gastos e o reforço das ações comerciais, nomeadamente através da melhoria da taxa de cobrança.

No domínio dos recursos humanos, a AdAM reforça o compromisso com o bem-estar, a segurança e a saúde dos trabalhadores, definindo como meta alcançar "zero acidentes graves" em 2026. Para atingir este objetivo, torna-se indispensável a estabilização das equipas operacionais e a consolidação dos processos, a adequação do número e da tipologia das viaturas e o reforço dos meios e equipamentos operacionais. Por



AdAM R&C 2025 | 19 de 244

outro lado, será determinante garantir a adequada estruturação das equipas da manutenção e gestão de perdas e aflúncias indevidas.

No que se refere às tecnologias de informação, a empresa tem prosseguido a adoção de soluções que asseguram o cumprimento do Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho, e do alargamento do âmbito da Diretiva NIS2, transposta através do decreto-Lei ° 125/2025. Paralelamente, tem promovido a transformação digital das suas áreas de negócio, introduzindo tecnologias que favorecem a mobilidade e a inovação organizacional, enquanto respondem aos desafios da cibersegurança. Para 2026, estão previstos investimentos significativos na melhoria do sistema de telegestão, com o objetivo de centralizar a gestão operacional das estações elevatórias de água e de águas residuais, potenciando ganhos de eficiência hídrica, maior controlo das aflúncias indevidas e a modernização e automatização das infraestruturas operacionais. Seguiremos resilientes nas nossas ações e manteremos o foco na proximidade com todas e com todos, clientes, parceiros, trabalhadores/as e comunidade envolvente.

12. Eventos subsequentes

O Conselho de Administração da AdAM declara que, após o termo do exercício de 2025 até à data de aprovação das contas pelo Conselho de Administração, destacam-se os seguintes acontecimentos:

- Receção de processo de injunção instaurado por um fornecedor, que se encontra em análise;
- Levantamento do procedimento cautelar relativo a um processo de contratação pública.

13. Considerações Finais

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2025, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quanto, direta ou indiretamente, contribuíram para o bom serviço público de água e saneamento prestado às pessoas, famílias, empresas e instituições e que permitiram os resultados obtidos, destacando:

- Os/as trabalhadores/as, pelo seu notável sentido de serviço e de missão;
- Os Acionistas;
- O ROC, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento da atividade da Empresa;
- O Conselho Fiscal pelo apoio prestado;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral;
- A Entidade Reguladora;
- A APA;
- A Autoridade de Saúde;
- Os Parceiros institucionais;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da Empresa.

Finalizado

Viana do Castelo, 26 de fevereiro de 2026

O Conselho de Administração,



(Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos – Presidente Executivo)

Fernanda Maria de Sousa Machado
(Fernanda Maria de Sousa Machado – Vice-Presidente)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda – Vogal não Executiva)



(Manuel António Azevedo Vitorino-Vogal não Executivo)

(Olegário Gomes Gonçalves -Vogal não Executivo)



14. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais propõe este Conselho de Administração que o Resultado Líquido de 241.120,47 euros, apurado no exercício de 2025 seja aplicado da seguinte forma:

- O montante de 12.056,02 euros, correspondente a 5% do resultado, para constituição de reserva legal;
- O montante de 229.064,45 euros, para resultados transitados.

Viana do Castelo, 26 de fevereiro de 2026.

O Conselho de Administração,



(Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos – Presidente Executivo)

Fernanda Maria de Sousa Machado
(Fernanda Maria de Sousa Machado – Vice-Presidente)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda – Vogal não Executiva)



(Manuel António Azevedo Vitorino-Vogal não Executivo)



(Olegário Gomes Gonçalves -Vogal não Executivo)



15. Anexo I - Cumprimento das Orientações do Acionista e Disposições Legais 2025

A AdAM - Águas do Alto Minho, S.A., deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa aplicáveis, que a seguir se apresentam em detalhe:

I. Execução do Plano de Atividades e Orçamento

- a. Evidenciar a execução do plano de atividades e orçamento para 2025, obrigatoriamente quanto ao volume de negócios, gastos operacionais, rácio dos gastos Operacionais/Volume de Negócios, resultados e nível de endividamento, apresentando, para o efeito, os valores orçamentados, executados e respetivos desvios, bem como justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável.

Unid: euro

Indicadores	PAO 2025	Executado 2025	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	272 069	241 120	-30 948	- O PAO 2025-2027 foi aprovado pela Secretaria de Estado do Tesouro a 06.01.2025 e pela Secretaria de Estado Ambiente e Ação Climática a 10.01.2025.
EBITDA	4 337 888	5 534 976	1 197 089	- A variação verificada nas taxas OT a 10 anos (-0,4%) está na origem do desvio do resultado líquido face ao valor orçamentado;
Resultado Operacional ¹⁾ (EBIT)	898 291	1 012 208	113 917	- Os desvios positivos verificados resultam de maior eficiência operacional;
Volume de Negócios ²⁾	31 689 597	32 876 049	1 186 452	- O volume e negócios está condicionado pela não aprovação da atualização tarifária prevista, com impacto de 448 mil euros;
Gastos operacionais ³⁾	26 127 876	26 256 429	128 553	- A variação do endividamento prende-se com o atraso na execução dos investimentos projetados para o ano 2025 e que serão realizados em 2026;
Gastos operacionais/Volume de Negócios	82,4%	79,9%	-3%	- O aumento do volume de compra de água resulta por um lado do acréscimo do número de clientes e ainda do não atingimento do objetivo de redução de perdas de água previsto. A monitorização e análise de perdas de água, através da identificação e análise das zonas da rede de abastecimento com perdas, através das tecnologias existentes, medidores de caudal ou análise de dados, articulando com a sala de comando, com o objetivo de minimizar as perdas reais e aparentes, contribuirá para uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos, prevenindo-se um significativo impacto favorável na sustentabilidade económico-financeira da empresa. Paralelamente é objetivo da empresa a renovação de Infraestruturas críticas AA, o plano de substituição de contadores (diminuição do erro de medição) e a elaboração de procedimento contratual (peças) para contrato performance para os 6 municípios relativo à deteção e reparação de fugas;
Endividamento ⁴⁾	18 312 556	14 566 878	-3 745 678	- O ano 2025 registou ainda um acréscimo no volume de efluente entregue à alta, em resultado de um acréscimo de infiltrações. A gestão das aflúncias indevidas, através da deteção e controle da entrada de água pluviais ou outras águas indesejáveis na rede de esgotos, prevenindo a sobrecarga das infraestruturas e melhorando o desempenho da rede de saneamento, contribuirão para a redução do volume a entregar no ano 2026;
Dívida Financeira Líquida ⁵⁾ /EBITDA	412,88%	241,96%	-170,92%	Apesar dos constrangimentos, a AdAM conseguiu controlar os gastos e melhorar a eficiência operacional.
Disponibilidades ⁶⁾	402 346	1 174 703	772 357	
Nº de clientes de abastecimento	116 122	113 982	-2 140	
Nº de clientes de saneamento	85 146	81 176	-3 970	
Volume de água adquirida	11 674 762	14 246 040	2 571 277	
Volume de água faturada	9 326 191	10 048 456	722 265	
Volume de efluente entregue à alta	7 826 922	10 232 385	2 405 463	
Volume de efluente faturado	6 348 216	6 903 052	554 836	
Nº de trabalhadores/as a 31 de dezembro (sem OS)	200	192	-8	

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Volume de Negócios Ajustado. Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.

3) CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal Ajustados

4) Passivo remunerado

5) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

6) Caixa conforme Balanço

Franco

No exercício de 2025, a AdAM registou gastos operacionais inferiores ao montante previsto no PAO 2025, traduzindo-se numa redução de 128.553 euros face ao orçamento aprovado.

No que respeita aos recursos humanos, encontrava-se prevista a contratação de 200 trabalhadores/as durante o ano de 2025; contudo, à data de 31 de dezembro encontravam-se integrados 192 trabalhadores/as, ficando por concretizar 8 admissões, as quais transitam para o ano 2026.

- b. Aditar os objetivos e metas de gestão relacionados com a atividade da empresa definidos no âmbito do PAO ou no Plano de Desenvolvimento Organizacional (PDO), apresentando o respetivo grau de cumprimento, bem como os desvios verificados e as medidas corretivas adotadas.

A informação é disponibilizada no ponto 10 alínea a).

- c. Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas (EPR), incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.

Não aplicável.

- d. Indicar expressamente as autorizações concedidas em sede de apreciação e aprovação do PAO 2025 (ou PDO), conforme modelo indicativo, infra.

Autorização Concedida	Despacho Autorizador	Limite/montante autorizado para 2025
Gastos Operacionais	Despacho n.º 7/2025-SETF - o aumento dos gastos operacionais até ao máximo de 26,847 milhões de euros em 2025;	Até ao valor máximo de 26.847 milhões de euros
Trabalhadores	Despacho n.º 7/2025-SETF - a contratação de 10 trabalhadores, cumprindo o previsto no ponto 3.7 <i>infra</i> , limitando o número de trabalhadores a 205 em 2025.	Limite autorizado de 205 trabalhadores (com O.S.)

2. Eficiência Operacional e Gastos Operacionais

No ano 2025 o peso da estrutura dos gastos operacionais no volume de negócios registou uma evolução positiva face ao projetado no Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027, bem como, face à execução do ano 2024.



Em euros

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025/2024		2025/2025 (orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) CHVMC	8.662.124	7.142.370	7.853.020	809.104	10,30%	1.519.754	21,28%
(2) FSE	13.002.415	13.922.613	13.114.544	112.129	-0,85%	920.198	-6,61%
(3) Gastos com o pessoal	5.133.272	5.676.234	4.623.450	509.822	11,03%	542.962	-9,57%
(4) Impactos nos gastos decorrentes de imposições legais e outros ajustamentos :	541.382	413.341	524.871	17.150		128.040	-22,02%
Contrato Microsoft	-	-	70.476	70.476		-	
Revisão de Preços	-	-	102.516	102.516		-	
SIBS Reclasseificação (em PAO 2024 e PAO 2025 conta 68/real conta 62)	124.321	-	28.650	95.672		124.321	
IFRS 16 - Lejos de atendimento	-	-	141.000	141.000		-	
Outros gastos com a frota (recondicionamentos)	61.079	-	43.502	17.577		61.079	
Impacto na frota (reclassificação IFRS_Rent a car)	33.662	-	-	-		33.662	0%
Impacto com Pessoal (excecionais)	322.319	413.341	138.726	183.593		91.022	-22%
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)*	26.256.429	26.327.876	25.066.144	1.190.285	4,75%	71.447	-0,27%
(6) Volume de negócios	32.427.256	31.689.597	31.181.776	1.245.480	3,99%	673.658	2,33%
Vendas	18.706.632	18.035.129	17.973.218	733.414	4,08%	671.503	3,72%
Prestações de Serviços	13.720.624	13.654.468	13.208.558	512.066	3,88%	66.156	0,48%
(7) Impactos no VN decorrentes de imposições legais	448.793	-	-	448.793		448.793	
Não atualização tarifária prevista para 2025	448.793	-	-	448.793		448.793	
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	32.876.049	31.689.597	31.181.776	1.694.273	5,43%	1.186.452	3,74%
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	79,86%	83,08%	80,39%	-0,52	-64,97%	-3,22	-387,04%

Informação adicional	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025/2024		2025/2025 (orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	5.133.272	5.676.234	4.623.450	509.822	11%	542.962	-10%
i. (-) Gastos relativos aos direitos sociais	258.934	295.121	156.859	102.075	65%	36.187	-13%
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais	36.195	19.658	1.824	34.371	1885%	16.537	84%
iii. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes do acordo para a melhoria do rendimento	228.233	228.994	235.801	7.568	-3,21%	760	-0,33%
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	-	-	-	-	-	-	-
v. (+) Efeito do Absentismo	108.245	25.372	66.016	42.229	63,97%	82.873	326,62%
vi. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)	2.497	-	531	1.966	369,22%	2.497	
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi	4.715.657	5.107.089	4.162.951	552.707	13,28%	391.431	-7,64%
(3) Gastos com deslocações e alojamento	2.857	33.140	14.787	11.930	-80,68%	30.283	-91,38%
(4) Gastos com ajudas de custo	100	10.920	50	50	100,00%	10.820	-99,08%
(5) Gastos associados à frota automóvel	684.930	771.287	531.025	153.906	28,98%	66.357	-11,20%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	10.145	46.060	38.081	27.937	-73,36%	35.915	-77,98%
(7) Total dos gastos (3) a (6)	698.032	861.407	583.944	114.089	19,54%	163.375	-18,97%
(8) Nº de Viaturas (operacional) ⁽⁹⁾	77	87	77	-	0,00%	-	0,00%
(9) Nº de viaturas (não operacional)	0	0	0	-	-	-	-

a) No PAO 2025-2027 não foi aprovado o reforço de mais 10 viaturas.

3. Recursos Humanos e Massa Salarial

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Movimentos de Pessoal em 2025					Situação a 31/12/2025
		Saídas (reformas/outras)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedências /licença	Contratações para substituição de saídas 2024/2025	Entradas ao abrigo do (normativo legal despacho, etc) ^{**}	Novas contratações ^{**}	
Órgãos Sociais (OS)	5	0	0	0	0	0	5
Cargos de Direção (C/D)	4	0	0	0	0	0	4
Técnico Superior C	0	0	0	0	0	0	0
Técnico Superior B	25	1	0	3	5	1	33
Técnico Superior A	11	2	0	1	0	2	12
Técnico C	4	0	0	0	0	0	4
Técnico B	23	4	0	3	0	0	22
Técnico A	19	2	0	0	7	2	26
Técnico Operativo C	7	0	0	0	0	0	7
Técnico Operativo B	63	13	0	9	0	3	62
Assistente técnica (AC) IP 35 horas	2	0	0	0	0	0	2
Assistente Operacional (AO) IP 35 horas	0	0	0	0	0	0	0
Total (OS+ C/D+ trabalhadores)	183	22	0	16	12	8	197
Impacto nos gastos com o pessoal^{***}	4.623.450	113.039	-	217.450	-	102.421	5.133.272
Massa salarial comparável Grupo AdP	4,6%						4,7%

*Alterações de categoria profissional previstas no PAO 2025-2027 aprovadas

** Despacho nº 720/25/EF

*** Impacto direto de saídas, substituições e novas contratações na situação de gastos.

Em euros

	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025/2024	
				Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	5	5	5	0	0,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	4	4	4	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	188	196	174	14	8,05%
TOTAL	197	205	183	14	7,65%
N.º Trabalhadores/N.º CD	47,0	49,0	43,5	3,5	8,05%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	26 057	27 689	25 265	792	3,14%
Massa salarial Global	5 133 272	5 676 234	4 623 450	509 822	11,03%
Massa salarial sem os efeitos de volume^{a)}	4 969 633	5 446 035	4 656 865	312 768	6,72%

a) Aferição do Despacho n.º 1103-B/2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças



 AdAM R&C 2025 126 de 244

4. Plano de Investimentos

Unidade: euros

Plano de Investimentos	PAO 2025 (*)	Fontes de financiamento							Desvio (PAO vs Executado)	Observações/medidas
		Total (*)	Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR	Outras		
PRC 142/2020 - Construção, instalação e arranque em operação de postos de tratamento de água para consumo humano da AdAM - Fase 1 - Lote 1 - Município de Valença	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRC 142/2020 - Construção, instalação e arranque em operação de postos de tratamento de água para consumo humano da AdAM - Fase 1 - Lote 2 - Município de Caminha, Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRC 087/2022 - Remodelação das redes de águas residuais e pluviais e rede de abastecimento de água de Vila Nova de Arna - Fase 1 - Av. do Cruzeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRC 023/2023 - Remodelação de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais da AdAM - Lote 1 - Remodelação de redes de abastecimento de água do Centro Operacional Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRC 100/2023 - Execução de ramais de água e saneamento no Município de Arcos de Valdevez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRC 041/2023 - Construção, instalação e arranque em operação de Postos de Tratamento de Água para Consumo Humano da AdAM - Fase 2	43 500	74 173	-	-	74 173	-	-	-	30 673	Atraso na execução física - previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024
PRC 002/2024 - Remodelação das condutas de abastecimento de água na avenida do Cabedelo - Município de Viana do Castelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRC 010/2024 - Remodelação da rede AA Ribeira - Município de Ponte de Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRC 076/2022 - Execução de ramais (AA/ARD) - OPT3 - Município Paredes de Coura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRC 071/2023 - Execução de ramais (AA/ARD) - OPT4 - Município de Paredes de Coura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRC 075/2022 - Execução de ramais (AA/ARD) - OPT3 - Município de Ponte de Lima	-	9 543	-	-	9 543	-	-	-	9 543	Despesa relativa à 15ª tranche da Revisão de Preços, não prevista na EF de 2024, resulta do cumprimento das normas legais e contratuais aplicáveis
PRC 042/2023 - Execução de ramais (AA/ARD) - OPT4 - Município de Ponte de Lima	-	46 478	-	-	46 478	-	-	-	46 478	
PRC 025/2023 - Execução de ramais (AA/ARD) - OPT1 - Município de Valença	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRC 038/2024 - Execução de ramais (AA/ARD) - OPT2 - Município de Valença	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRC 026/2023 - Execução de ramais (AA/ARD) - OPT1 - Município de Vila Nova de Cerveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRC 039/2024 - Execução de ramais (AA/ARD) - OPT2 - Município de Vila Nova de Cerveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRC 090/2023 - Execução de ramais (AA/ARD) - OPT2 - Lote 1 - Município de Viana do Castelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRC 012/2024 - Execução de ramais (AA/ARD) - OPT3 - Lote 1 - Município de Viana do Castelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de ramais (AA/ARD) - OPT4 - Lote 1 - Município de Viana do Castelo	87 500	91 998	-	-	91 998	-	-	-	4 498	Atraso na execução física - previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024
PRC 118/2023 - Execução de ramais (AA/ARD) - OPT3 - Lote 2 - Município de Viana do Castelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRC 037/2024 - Execução de ramais (AA/ARD) - OPT4 - Lote 2 - Município de Viana do Castelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRC 136/2023 - Execução de ramais (AA/ARD) - OPT1 - Município de Arcos de Valdevez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRC 135/2023 - Execução de ramais (AA/ARD) - OPT1 - Município de Caminha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renovação de outras infraestruturas prioritárias - FASE 2 - Município de Viana do Castelo	286 400	-	-	-	-	-	-	-	-	286 400
Renovação de outras infraestruturas prioritárias - FASE 2 - Município de Valença	192 000	-	-	-	-	-	-	-	-	192 000
PRC 001/2023 - Reformulação do sistema de interseção e elevação das EE de Cais e Urgeira (Município de Valença)	125 473	-	-	-	-	-	-	-	-	125 473
PRC 017/2023 - Reformulação de coletor de águas residuais na Quinta do Prazo - Valença	150 000	-	-	-	-	-	-	-	-	150 000
PRC 021/2023 - Remodelação das estações elevatórias de águas residuais de Bário e Portela	-	172 244	-	-	172 244	-	-	-	172 244	Atraso na execução física - previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024
PRC 083/2024 - Execução de ramais (AA/ARD) - OPT2 - Arcos de Valdevez	75 000	227 636	-	-	227 636	-	-	-	152 636	
PRC 084/2024 - Empreitada de execução de ramais de abastecimento de água e águas residuais - OPT2 - Municípios de Caminha	75 000	136 848	-	-	136 848	-	-	-	61 848	
PRC 042/2024 - Remodelação de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais - Lote 1 - Municípios de Arcos de Valdevez, Ponte de Lima e Viana do Castelo	912 000	1 191 992	-	-	1 191 992	-	-	-	279 992	
PRC 042/2024 - Remodelação de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais - Lote 2 - Municípios de Caminha, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira	780 000	-	-	-	-	-	-	-	-	780 000
PRC 067/2024 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 1 - OPT1 - Município de Paredes de Coura	75 000	-	-	-	-	-	-	-	-	75 000
Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 1 - OPT2 - Município de Paredes de Coura	75 000	143 464	-	-	143 464	-	-	-	68 464	Execução antecipada por reafetação de outra ação de investimento, justificada pela necessidade de realização de ramais.
Renovação rede AA pólo industrial II Campos - Vila Nova de Cerveira	240 000	-	-	-	-	-	-	-	-	240 000
Renovação de redes AA	-	321 432	-	-	321 432	-	-	-	321 432	Necessidade urgente de renovação de redes em situações de difícil previsão, decorrente do elevado número de roturas ocorridas e da aplicação de revisões de preços em empreitadas, cuja dotação financeira se encontrava prevista apenas para 2026 e exercícios seguintes, não estando contemplada para 2025. Verifica-se, assim, a necessidade de reafetação de verba proveniente de outras ações de investimento não executadas em 2025 para fazer face a esta intervenção.
Renovação de redes AR	-	173 280	-	-	173 280	-	-	-	173 280	


 AdAM R&C 2025 127 de 244

Plano de Investimentos	PAO 2025 (%)	Total (%)	Fontes de financiamento					Desvio (PAO vs Executado)	Observações/medidas
			Autofinanciamento (Recostas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR		
Ramais AA	175 000	449 262	-	-	449 262	-	-	274 262	Verificou-se uma necessidade superior à prevista na execução de ramais
Ramais AR	116 667	289 285	-	-	289 285	-	-	172 619	
PRC 068/2024 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 1 - OPT1 - Município de Ponte de Lima	75 000	-	-	-	-	-	-	75 000	
Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 1 - OPT2 - Município de Ponte de Lima	75 000	-	-	-	-	-	-	75 000	
Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 1 - OPT1 - Município de Valença	58 333	28 305	-	-	28 305	-	-	30 028	
Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 1 - OPT2 - Município de Valença	41 667	98 253	-	-	98 253	-	-	56 586	Execução antecipada, justificada pela necessidade de realização de ramais, estando a despesa inicialmente prevista para os exercícios de 2025 e 2026, por realização de outra ação de investimento
Execução de Ramais (AA/ARD) - OPT 1 - Município de Vila Nova de Cerveira	58 333	25 870	-	-	25 870	-	-	32 464	
Execução de Ramais (AA/ARD) - OPT 2 - Município de Vila Nova de Cerveira	41 667	84 406	-	-	84 406	-	-	42 739	Execução antecipada, justificada pela necessidade de realização de ramais, estando a despesa inicialmente prevista para os exercícios de 2025 e 2026. Verifica-se, assim, a necessidade de realfeção de verba proveniente de outras ações de investimento não executadas em 2025 para fazer face a esta intervenção.
Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 1 - Margem Norte - OPT1 - Município de Viana do Castelo	80 000	150 000	-	-	150 000	-	-	70 000	O optativo foi adjudicado pelo montante de 150 000 €, superior aos 80 000 € inicialmente previstos, devido à necessidade acrescida de execução de ramais. Verifica-se, assim, a necessidade de realfeção de verba proveniente de outras ações de investimento não executadas em 2025 para fazer face a esta intervenção.
Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 1 - Margem Norte - OPT2 - Município de Viana do Castelo	50 000	-	-	-	-	-	-	50 000	
Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 2 - Margem Sul - OPT1 - Município de Viana do Castelo	230 769	209 891	-	-	209 891	-	-	20 879	
Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 2 - Margem Sul - OPT2 - Município de Viana do Castelo	50 000	125 906	-	-	125 906	-	-	75 906	Execução antecipada, justificada pela necessidade de realização de ramais, estando a despesa inicialmente prevista para os exercícios de 2025 e 2026, mas com a necessidade de realfeção de verba proveniente de outras ações de investimento não executadas em 2025 para fazer face a esta intervenção.
PRC 046/2024 - Remodelação da Rede de Abastecimento de Água - Município Vila Nova de Cerveira (Cândemil)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reformulação do sistema de abastecimento ao Reservatório Pé de Asa e desativação do Reservatório de Castanheira Furada - Município de Ponte de Lima	166 667	-	-	-	-	-	-	166 667	
Reformulação do sistema de abastecimento de água de Vacaça e Miranda - Município de Ponte de Lima	743 750	-	-	-	-	-	-	743 750	
Ligação do RR Cornes a Silva para desativação do RR Cercos e RR Silva - Município de Vila Nova de Cerveira	137 000	-	-	-	-	-	-	137 000	
Reformulação da rede de abastecimento da ZA Geraz do Lima, Mazareres e Faro de Anka - Município de Viana do Castelo	240 000	-	-	-	-	-	-	240 000	
Reforço do abastecimento de água à Zi Formariz - Município de Paredes de Coura	600 000	-	-	-	-	-	-	600 000	
Acompanhamento investimentos POSEUR	-	-	-	-	-	-	-	-	
Inventariação de ativos AA	32 000	-	-	-	-	-	-	32 000	
Inventariação de ativos ARD	32 000	-	-	-	-	-	-	32 000	
Assessoria de acompanhamento de processos de licenciamento de redes prediais	32 000	-	-	-	-	-	-	32 000	
PRC-124/2020 - Projetos de infraestruturas associadas ao ciclo urbano da água no Sistema de Águas do Alto Minho	-	-	-	-	-	-	-	-	
PRC 030/2023 - Elaboração de projetos de infraestruturas associadas ao ciclo urbano da água - Município de Viana do Castelo	-	-	-	-	-	-	-	-	
PRC 116/2023 - Projeto de abastecimento de água ao loteamento de Pedras Brancas - Município de Valença	-	-	-	-	-	-	-	-	
Elaboração de projetos AdAM (AA)	52 138	74 676	-	-	74 676	-	-	126 813	
Elaboração de projetos AdAM (ARD)	52 138	-	-	-	-	-	-	52 138	
PRC 084/2021 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 1 - OPT1 - Município Arcos de Valdevez	-	87 955	-	-	87 955	-	-	87 955	Encontrase previsto na EF de 2024 o montante de 59.654 €. Contudo, a execução inclui 23.633 € relativos ao pagamento de compensação financeira, bem como uma estimativa de 64.322 € referente ao processo de injunção da Mota-Engil
PRC 073/2022 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 1 - OPT2 - Município Arcos de Valdevez	-	21 422	-	-	21 422	-	-	21 422	Atraso na execução previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024 (Compensação Financeira)
PRC 101/2022 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 1 - OPT3 - Município Arcos de Valdevez	-	15 475	-	-	15 475	-	-	15 475	Atraso na execução previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024 (Compensação Financeira)
PRC 045/2023 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 1 - OPT4 - Município Arcos de Valdevez	-	1 039	-	-	1 039	-	-	1 039	Atraso na execução previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024 (Compensação Financeira)
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 2 PRC 085/2021 - OPT1 - Município de Caminha	-	9 325	-	-	9 325	-	-	9 325	Atraso na execução previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024 (Compensação Financeira)
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 2 PRC 007/2023 - OPT2 - Município de Caminha	-	10 563	-	-	10 563	-	-	10 563	Atraso na execução previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024 (Compensação Financeira)
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 2 PRC 074/2023 - OPT3 - Município de Caminha	-	55 591	-	-	55 591	-	-	55 591	Encontrase previsto na EF de 2024 o montante de 2.303 €. Contudo, a execução inclui 24.320 € relativos ao pagamento de compensação financeira, bem como uma estimativa de 53.159 € referente ao processo de injunção da Mota-Engil
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 3 PRC 086/2021 - OPT1 - Município de Paredes de Coura	-	13 239	-	-	13 239	-	-	13 239	Atraso na execução previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024 (Compensação Financeira)
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 3 PRC 074/2022 - OPT2 - Município de Paredes de Coura	-	19 302	-	-	19 302	-	-	19 302	Atraso na execução previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024 (Compensação Financeira)
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 3 PRC 004/2023 - OPT3 - Município de Paredes de Coura	-	2 398	-	-	2 398	-	-	2 398	Atraso na execução previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024 (Compensação Financeira)

Unidade: euros

Plano de Investimentos	PAO 2025 (*)	Total (*)	Executado em 2025					Desvio (PAO vs Executado)	Observações/medidas
			Fontes de financiamento						
			Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR		
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 4 PRC 087/2021 - OPT1 - Município de Ponte de Lima	-	21 203	-	-	21 203	-	-	21 203	Atraso na execução previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024 (Compensação Financeira)
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 4 PRC 073/2022 - OPT2 - Município de Ponte de Lima	-	19 690	-	-	19 690	-	-	19 690	Atraso na execução previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024 (Compensação Financeira)
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 4 PRC 066/2023 - OPT3 - Município de Ponte de Lima	-	68 679	-	-	68 679	-	-	68 679	Encontra-se previsto na EF de 2024 o montante de 15 023 €. Contudo, a execução inclui 58,941 € relativos ao processo de injeção da Monte & Monte, bem como uma estimativa de 9,738 € referente ao pagamento de compensação financeira.
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 6 PRC 089/2021 - OPT1 - Município de Viana do Castelo	-	11 243	-	-	11 243	-	-	11 243	Atraso na execução previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024 (Compensação Financeira)
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 6 PRC 120/2022 - OPT2 - Município de Viana do Castelo	-	29 501	-	-	29 501	-	-	29 501	Atraso na execução previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024 (Compensação Financeira)
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 6 PRC 036/2023 - OPT3 - Município de Viana do Castelo	-	10 085	-	-	10 085	-	-	10 085	Atraso na execução previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024 (Compensação Financeira)
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 6 PRC 073/2023 - OPT4 - Município de Viana do Castelo	-	12 286	-	-	12 286	-	-	12 286	Atraso na execução previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024 (Compensação Financeira)
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 7 PRC 090/2021 - OPT1 - Município de Vila Nova de Cerveira	-	10 712	-	-	10 712	-	-	10 712	Atraso na execução previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024 (Compensação Financeira)
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 7 PRC 008/2023 - OPT2 - Município de Vila Nova de Cerveira	-	18 712	-	-	18 712	-	-	18 712	Atraso na execução previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024 (Compensação Financeira)
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª FASE - Lote 7 PRC 078/2023 - OPT 3 - Município de Vila Nova de Cerveira	-	83 966	-	-	83 966	-	-	83 966	Encontra-se previsto na EF de 2024 o montante de 5,690 €. Contudo, a execução inclui 58,941 € relativos ao processo de injeção da Monte & Monte, bem como uma estimativa de 9,738 € referente ao pagamento de compensação financeira
Processos de expropriação - AA	5 000	-	-	-	-	-	-	5 000	
Processos de expropriação - ARD	5 000	-	-	-	-	-	-	5 000	
Fiscalização execução ramais (AA)	30 750	-	-	-	-	-	-	30 750	
Fiscalização execução ramais (AR)	30 750	-	-	-	-	-	-	30 750	
Fiscalização empreitadas AA	30 750	-	-	-	-	-	-	30 750	
Fiscalização empreitadas AR	30 750	-	-	-	-	-	-	30 750	
Reabilitação de ETAR/EE	50 000	-	-	-	-	-	-	50 000	
Requalificação do Centro de Exploração Norte	30 000	-	-	-	-	-	-	30 000	
Construção de ponto de descarga de sólidos Camião Desobstrução CEX Norte	7 000	-	-	-	-	-	-	7 000	
Renovação Centro Proximidade de Ponte de Lima	40 000	704	-	-	704	-	-	39 296	
Instalação de painéis fotovoltaicos nas infraestruturas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais	333 333	-	-	-	-	-	-	333 333	
Remodelação do leito de descarga de lamas	20 000	-	-	-	-	-	-	20 000	
Beneficição do edifício sede	150 000	-	-	-	-	-	-	150 000	
Renovação Edifício CEX Sul	53 333	-	-	-	-	-	-	53 333	
Reabilitação de Reservatórios/Captações/EE	90 000	-	-	-	-	-	-	90 000	
Reformulação estação elevatória AR Caril e Forte do Cão (Caminha) e ZI São Pedro da Torre (Valença)	507 000	-	-	-	-	-	-	507 000	
PRC 027/22 - Aquisição de estruturas de segurança	10 000	1 955	-	-	1 955	-	-	8 045	
Implementação de medidas de beneficição e segurança de instalações	15 000	-	-	-	-	-	-	15 000	
Estruturas varandim e pontos de ancoragem para ETARs	20 000	-	-	-	-	-	-	20 000	
Reorganização do sistema de armazenamento de tubagem exterior	4 000	-	-	-	-	-	-	4 000	
Renovação da cobertura do escritório do armazém e novo portão para proteger do frio e outras melhorias na oficina da ferramentaria e obras de requalificação	22 000	-	-	-	-	-	-	22 000	
Contadores	374 446	565 237	-	-	565 237	-	-	190 791	O procedimento de aquisição de contadores foi realizado de forma global, pelo que se verificou a necessidade de reanalisar as restantes ações de investimento relativas a contadores, verba para a apresentação.
Acessórios	56 196	-	-	-	-	-	-	56 196	
Telemetria	38 400	-	-	-	-	-	-	38 400	
Substituição Telemetria VCT	120 958	-	-	-	-	-	-	120 958	
PRC 019/2019 - Instalação, substituição e reatada de contadores de água	15 000	-	-	-	-	-	-	15 000	
PRC 021/2022 - Aquisição de contadores ultrasonicos	-	-	-	-	-	-	-	-	
PRC 052/2023 - Aquisição substituição de contadores	36 000	-	-	-	-	-	-	36 000	
Instalação de Válvulas de Abertura	13 164	-	-	-	-	-	-	13 164	
Instalação de Válvulas de Flanco e VRP's	60 000	-	-	-	-	-	-	60 000	
Aquisição de câmbio para substituição do Mer sede)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reparação do câmbio Mercedes (azul)	100 000	-	-	-	-	-	-	100 000	
Aquisição de Bicicletas Elétricas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aquisição de viaturas elétricas de passageiros cuja velocidade máxima não exceda os 45 km/h	19 488	-	-	-	19 488	-	-	19 488	Atraso na execução física - previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024
Software de gestão de processos de conteúdo	28 800	12 960	-	-	12 960	-	-	15 840	
Aquisição serviços especializados para análise GAP - DL65 \ NIS 2 \ RGPD com revisão da norma 27001	50 004	-	-	-	-	-	-	50 004	
Aquisição Software e Privileged Access Management (PAM)	40 000	-	-	-	-	-	-	40 000	



Plano de Investimentos	PAO 2025 (€)	Executado em 2025							Desvio (PAO vs Executado)	Observações/medidas
		Total (%)	Fontes de financiamento							
			Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR	Outras		
Aquisição Software IP Address Management Software - IPAM Solution	3 000	-	-	-	-	-	-	-	3 000	
Aquisição Software Service Desk	15 000	35,086	-	-	35,086	-	-	-	20 086	Inclui execução das Ações 123 e 124, uma vez que o procedimento abrange ambas as aquisições
Aquisição Software EndPoint Central - Gestão atualizações softwares e vulnerabilidades	30 000	-	-	-	-	-	-	-	30 000	
Fornecimento, montagem e instalação de micro DATA CENTER e respetiva manutenção	88 500	81,061	-	-	81,061	-	-	-	7 439	
Aquisição de solução de SIEM (Security Information and Event Management)	36 000	-	-	-	-	-	-	-	36 000	
Automação e controlo das captações de água dos furos (upgrade com ligação à sala de comando)	100 000	-	-	-	-	-	-	-	100 000	
Instalação de Telegisto EE AR + ETAR	500 000	30,834	-	-	30,834	-	-	-	469 166	
Aquisição de autómotos em infraestruturas	50 000	-	-	-	-	-	-	-	50 000	
Site Institucional	56 500	-	-	-	-	-	-	-	56 500	
"Aquisição/Manutenção" software e serviços conexos para solução de gestão documental	50 000	6 319	-	-	6 319	-	-	-	43 681	
Manutenção evolutiva das plataformas Aquaworks e Aquamin	60 000	36,058	-	-	36,058	-	-	-	23 942	
Upgrade das plataformas Aquaworks e Aquamin	22 167	-	-	-	-	-	-	-	22 167	
Intranet Corporativo - Portal Interno	30 000	-	-	-	-	-	-	-	30 000	
Renovação de licenciamento NUTANIX e expansão de Hardware	100 000	160,769	-	-	160,769	-	-	-	60 769	Inclui execução das Ações 135 e 145, uma vez que o procedimento abrange ambos os serviços. Regista-se contudo, um atraso na execução da Ação 145, a qual se encontra prevista no montante de 85.000 € no PAO 2025-2027, com execução inicialmente programada para a EF de 2024
Aquisição Software e DLP	30 000	24,035	-	-	24,035	-	-	-	5 965	
Renovação de licenciamento, suporte e aquisição ativos de rede	40 000	18,020	-	-	18,020	-	-	-	21 980	
Plataforma de Auditoria Ficheiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Plataforma de otimização	-	15,000	-	-	15,000	-	-	-	15 000	Atraso na execução física - previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024
Implementação de NAC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Plataforma de automação/robotização de processos PipeUpath	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Plataforma de gestão de vulnerabilidades (Pentesting-as-a-service)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Upgrade plataformas NSM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aquisição de PDO com Tools PODOdeployment+PDO monitors	1 243	-	-	-	-	-	-	-	1 243	
Adicionar 1 No Nutanix ao Cluster atual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento do Storage de Backup para garantir copias mensais dos dados com retenção de 90 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Licença Software de backup	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Adicional de Memória a todos os Nós de cluster	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Renovação Condutor de memória	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Adicional de discos a todos os Nós de cluster	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
SWITCH Centros de proximidade e Cop Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Adicional de Discos a QNAP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Portáteis	15 000	22,825	-	-	22,825	-	-	-	7 825	Atraso na execução física - previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024
Escritas	7 500	-	-	-	-	-	-	-	7 500	
Tablets Renovação dos atuais obsoletos/anúdios "Samsung Galaxy Tab Active 4 Pro 10.1" 64GB 128GB 5G Black" 25 unidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Baterias rede de loggers	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aquisição de equipamento informático diverso	6 000	12,046	-	-	12,046	-	-	-	6 046	Atraso na execução física - previsto no PAO 2025-2027 na EF de 2024
Softwares avaliação de riscos	5 000	-	-	-	-	-	-	-	5 000	
Softwares suporte a sustentabilidade	7 000	-	-	-	-	-	-	-	7 000	
Central de suporte	3 000	-	-	-	-	-	-	-	3 000	
Plataforma SIG	1 000	38,373	-	-	38,373	-	-	-	37 373	Realização de verba dragão 130, uma vez que a sua execução foi adiada para a 2026.
Outros equipamentos DAF - Automação Gestão Stocks	20 000	-	-	-	-	-	-	-	20 000	
Outros equipamentos DAF - Equipamento de Apoio Logístico	5 000	-	-	-	-	-	-	-	5 000	
Outros equipamentos DAF - Estrutura móvel para ligação de telas	10 000	-	-	-	-	-	-	-	10 000	
Outros equipamentos DAF - Equipamento diverso	2 000	-	-	-	-	-	-	-	2 000	
Implementação do Sucess Factors	5 000	-	-	-	-	-	-	-	5 000	
Aquisição de instrumentação em linha (sondas de oxigénio incluindo controlador e autómato (Gemiera e Scager)	5 000	-	-	-	-	-	-	-	5 000	
Aquisição/renovação de material/equipamentos específicos	90 000	119,451	-	-	119,451	-	-	-	29 451	Necessidade superior inicialmente prevista no âmbito da aquisição e manutenção de equipamentos eletromecânicos decorrente do aumento do número de navais registadas
Ferramentas não contidas nas licenças em vigor	25 000	18,860	-	-	18,860	-	-	-	6 140	
Aquisição de Software e Modelação 3D Base	72 000	-	-	-	-	-	-	-	72 000	
Aquisição de Ferramentas e Hard Tools	34 450	10,511	-	-	10,511	-	-	-	23 939	
Aquisição de novos decalques para os veículos Pick-up	33 330	1,093	-	-	1,093	-	-	-	32 237	
Aquisição de quadrimotos	20 000	-	-	-	-	-	-	-	20 000	
Aquisição de jirás para a central de Cop sul para (S&TU)	25 000	-	-	-	-	-	-	-	25 000	
Aquisição de manipulações magnéticas de tempo (S)	1 500	-	-	-	-	-	-	-	1 500	
Máquina de etiquetagem para quadros eletrónicos	5 000	-	-	-	-	-	-	-	5 000	
Aquisição de conta de horas para EE ETAR	5 000	4 839	-	-	4 839	-	-	-	161	
Basas de retenção para Produtos Químicos	10 000	-	-	-	-	-	-	-	10 000	
Equipamento de apoio ao trabalho científico	10 000	-	-	-	-	-	-	-	10 000	
PRC 0772023 - Aquisição de equipamentos de medição e monitorização da qualidade das águas e águas residuais	4 000	-	-	-	-	-	-	-	4 000	
Sistema filtragem com bomba de vácuo e bomba pressão: acalha-liberalizante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amostrador Automático Água Residual (SCO) ou similar	15 000	3 255	-	-	3 255	-	-	-	11 745	
Estações offlinhas e unidades lavadoras para Pontos Tratamento Água	5 000	-	-	-	-	-	-	-	5 000	
Plataforma elétrica	100 000	-	-	-	-	-	-	-	100 000	
Tratamento de água regenerativa	50 936	-	-	-	-	-	-	-	50 936	
TOTAL	10 476 714	5 736 577	-	-	5 736 577	-	-	-	4 740 136	

Handwritten signature and initials

Comparativamente com o Plano de investimentos previsto, a empresa registou, em 2025, uma redução de 45% no volume de investimentos executados. A taxa de execução dos investimentos em 2025, foi de 55% (sem capitalizações). Esta diminuição resultou de dois fatores principais:

- do adiamento de alguns investimentos devido à não atribuição do Fundo Ambiental, no montante de 5 milhões de euros, previsto no EVEF que sustenta a Parceria e no Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027. Estes fundos destinavam-se a financiar a execução financeira de intervenções prioritárias, cuja execução prevista para 2025 ascendia a 1,8 milhões de euros;
- da substituição do coordenador da área funcional do Departamento de Tecnologias de Informação, o que levou ao adiamento para 2026 de parte dos investimentos inicialmente previstos para 2025.

Da análise do investimento executado constata-se que face a 2024, existiu um incremento na execução de ramais e na remodelação das redes de abastecimento de água e/ou de águas residuais.

5. Contratualização de Serviço Público

- a. Os indicadores e metas anuais, e respetiva execução;
- b. As compensações recebidas pelas obrigações de serviço público asseguradas

A empresa não tem contratos-programa e não foram recebidas compensações pelas obrigações de serviço público.

6. Gestão do Risco Financeiro

Fatores de risco

As atividades da AdAM estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Risco de mercado

Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela seguinte apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdAM.

2025	31.12.2025	Concessão / Parceria	Taxa média + 1%	Taxa média -1%
Juros Suportados a taxa variável(*)	529 690	Parceria	658 007	401 373
	529 690		658 007	401 373

* o montante de juros suportados com empréstimos obtidos

Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual. Em 2025 e 2024 não foram contratados *swaps* cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais do Grupo Águas de Portugal em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30% a 35% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

Unidade: euros

	nota	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos
Financiamentos	18.2	5 022 500	7 812 500	1 562 500
Fornecedores e outros passivos	19.2	11 600 982	2 491 930	0

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Unidade: euros

Risco de liquidez	Tipo	Valor do Plafond negociado	Valor do Plafond utilizado	Valor do Plafond disponível a 31.12.2025
Acionista AdP - Apoio de Tesouraria	Curto prazo	2 000 000	1 460 000	540 000
Acionista AdP - Suprimento	Médio e longo prazo	12 500 000	12 500 000	0
Acionista AdP - Suprimento	Médio e longo prazo	4 000 000	2 000 000	2 000 000

O objetivo da AdAM em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP SGPS (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará

empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do gasto médio de capital.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos não correntes	18.2	9 375 000	10 937 500
Empréstimos Correntes	18.2	5 191 878	1 808 279
Disponibilidades	13.2	1 174 703	1 289 402
Dívida Líquida		13 392 174	11 456 377
Subsídios ao Investimento	17.2	5 739 396	5 383 522
Capital Próprio	14.2/14.4	4 843 130	4 602 009
Capitais Permanentes		10 582 526	9 985 531
Dívida/Capitais Permanentes		1,27	1,15

Unidade: euros

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes do Grupo AdP tem 3 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa; e (iii) grandes clientes industriais na esfera do tratamento de águas residuais e abastecimento de água bruta.

- i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais (“Municípios”)

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AdP entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

ii. Estado e Setor Público, Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio (exceto no Estado e Setor Público em que é considerado risco baixo), na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos; e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito "forward looking".

iii. Grandes Clientes Industriais e outras entidades:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se trata de clientes do setor privado. Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

em euros

Segmento de negócio	Negócio "Baixa"			Total	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	TOTAL
	Municípios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)				
Risco	Baixo	Baixo	Médio		Médio	Baixo	
Exposição bruta	3 657 013	119 037	6 160 131	9 936 181	-	492	9 936 673
Imparidade	-	-	1 850 848	1 850 848	-	-	1 850 848
Exposição líquida	3 657 013	119 037	4 309 283	8 085 332	-	492	8 085 824

(1) Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

(2) Inclui organismos públicos e Administração Central do Estado

(3) Inclui clientes domésticos, comércio e indústria

Em 31 de dezembro de 2025 a antiguidade da dívida de clientes (exceto Municípios) e a respetiva imparidade tem o seguinte detalhe:

Segmento de negócio	Negócio "Baixa"											en euros
	Estado, Setor Público e outros				Grandes clientes industriais e outras entidades				Empresa do Grupo			
	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida	
Antiguidade da dívida												
Não vencida	4 116 153	-	-	4 116 153	-	-	-	-	492	-	-	492
Vencida até 180 dias	43 527	-	-	43 527	-	-	-	-	-	-	-	-
Vencida há mais de 180 dias	2 119 487	- 1 850 848	87%	268 640	-	-	-	-	-	-	-	-
	6 279 168	- 1 850 848	87%	4 428 320	-	-	-	-	492	-	-	492

Contraparte de depósitos



A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdAM a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores a 31 de dezembro de 2025 e 2024 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	669	678
Depósitos à ordem	1 174 034	1 288 724
	1 174 703	1 289 402

Rating ^{a)}	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Depósitos à Ordem	1 174 034	1 288 724
Rating		
A ^{b)}	1 164 221	1 276 518
A-	-	3 449
BB	-	-
BBB-	-	-
BBB	-	-
BBB	-	-
BBB+	9 814	8 757
TOTAL	1 174 034	1 288 724

a) Notação de rating da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2025.

b) Em 31 de dezembro de 2025, inclui 1.162 mil euros depositados na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.


 AdAM R&C 2025 136 de 244


Risco de exploração

Risco de catástrofe

As empresas do Grupo Águas de Portugal estão expostas a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos as empresas do Grupo têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

Risco regulatório

Através do Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro foi restituída à ERSAR a competência da aprovação das tarifas, mantendo-se a sua autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

Na tabela seguinte estão evidenciados os encargos financeiros ocorridos de 2021 a 2025, bem como a taxa média de financiamento:

Anos	Unidade: euros				
	2025	2024	2023	2022	2021
Encargos Financeiros (€)	529 690	709 116	470 013	82 940	90 816
Taxa Média de Financiamento (%)	4,13%	5,51%	5,09%	1,73%	1,61%

Em 2025, verifica-se, em comparação com os anos de 2023 e 2024, um desagravamento das taxas de juro, o que contribui para uma redução da taxa média de financiamento.

7. Limite de crescimento do endividamento

A evolução do endividamento em 2025 na AdAM é apresentada no mapa Limite de crescimento do endividamento:

Variação do Endividamento (execução)	Unidade: euros	
	2025	2024
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital p	3 600 000	3 600 000
Financiamento remunerado	14 397 500	12 745 779
Novos investimentos com expressão material em 2025	-	-
Variação do Endividamento	10,10%	

A AdAM no ano 2025 registou uma variação de 10,10% no indicador variação do endividamento face ao ano 2024, atendendo à necessidade de concluir o investimento contratual previsto. Esclarece-se que face ao Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027 aprovado, a AdAM em 2025 registou uma variação de menos 17,87%, no indicador variação do endividamento.

Esclarece-se que a AdAM não apresentou no ano 2025 nenhum investimento com expressão material, dado que nenhuma das ações de investimento realizadas no ano, ultrapassa 10% do orçamento anual da empresa.

8. Princípio da unidade de Tesouraria do Estado

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda duas emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 20 anos e, em 2016 a 12 anos, num total de 225 milhões de euros (capital em dívida no montante de 167 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025).

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de manuseio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema

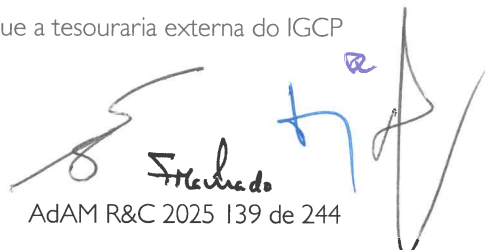
bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade de os bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2024-2025, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 155, de 4 de dezembro de 2024, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring);
- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas através de descobertos bancários, sempre que as transferências internas entre empresas do Grupo AdP através das contas bancárias no IGCP não permitam mitigar as necessidades de umas empresas com os excedentes das outras empresas;
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados; Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos de clientes através da vertente credora dos débitos diretos, através de referências MB e pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser semanalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, que não iniciem por “PT50” e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa do IGCP não possa satisfazer as necessidades da AdP;



AdAM R&C 2025 139 de 244

- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública;
- Recebimentos em 2025 de verbas no âmbito de processos de injunção contra clientes e no âmbito de subsídios

A evolução das disponibilidades no IGCP e Banca Comercial, ao longo dos trimestres de 2025, foi a seguinte:

IGCP	Unidade: euros			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	2 117 382	1 294 089	1 358 471	1 161 787
Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Total	2 117 382	1 294 089	1 358 471	1 161 787

Banca Comercial	Unidade: euros			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Banco BPI, SA	17 331	14 106	10 770	1 862
Banco Comercial Português, SA	12 408	8 694	9 356	9 814
Caixa Geral de Depósito, SA	9 373	13 698	16 728	572
Total	39 113	36 498	36 854	12 247
Juros auferidos	-	-	-	-

Informa-se que a evolução trimestral das disponibilidades existentes no IGCP e na Banca Comercial, referentes ao ano de 2025, foi devidamente reportada pela AdAM na plataforma SISEE.

9. Prazo Médio de Pagamento (PMP) e Arrears

- Indicar o PMP, em conformidade com a resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, na sua versão inicial

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro aprova o Programa “Pagar a Tempo e Horas” que visa reduzir os prazos médios de pagamento praticados por entidades públicas a fornecedores de bens e serviços.

A referida RCM estabelece a fórmula a usar para o cálculo do Prazo Médio de Pagamento (PMP) registado no final de cada trimestre pelas empresas públicas, incumbindo à Direção Geral do Tesouro e Finanças efetuar o apuramento do mesmo e publicitá-lo na sua página eletrónica na Internet.

O Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, adaptou o indicador de PMP previsto no n.º 6 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, alterando a respetiva fórmula de cálculo.

PMP	2025	2024	Variação 25/24	
			Valor	%
Prazo (dias)	24	20	4	20,0%

Em 2025 a AdAM cumpriu este indicador face ao Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027 aprovado.

- b. Indicar os atrasos nos pagamentos ("arrears") conforme definido no Decreto-Lei nº 65-A/2011, de 17 de maio, conjugado com o artigo 4º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

Em 2025, a AdAM não tem pagamentos em atraso.

10. Estatuto do Gestor Público

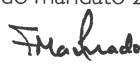
a. Objetivos de Gestão

O Conselho de Administração da sociedade deu cumprimento ao disposto no nº 13 do artº 3 da Portaria nº. 317-A/2021, de 23 de dezembro, conjugado com o disposto no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, tendo apresentado uma proposta de objetivos e indicadores de gestão (estratégicos, setoriais e individuais) e respetivas metas a constar dos contratos de gestão, aguardando-se a sua aprovação, nos termos e para os efeitos previstos nos citados normativos.

Sem prejuízo do que antecede, o grau de cumprimento em 2025, dos objetivos propostos, foi o seguinte:

Tipo	Objetivo	Cálculo	Ano 2023		Ano 2024		Ano 2025	
			Escala	Peso	Escala	Peso	Escala	Peso
Objetivos específicos do Gestor (alínea c) n.º 6 artigo 3 Portaria 167-B/2022)								
Fernando Aureliano dos Santos Couvinho Vasconcelos (25%)	Cobertura dos gastos totais (CGT)	Rendimentos e ganhos totais (sem DRG e sem IFRIC 12) (€/ano)/Gastos e perdas totais (sem IFRIC 12)(€/ano)	1. CGT < 89,90% 2. 89,90% <= CGT < 96,10% 3. CGT >= 96,10%	25%	1. CGT < 96,10% 2. 96,10% <= CGT < 99,10% 3. CGT >= 99,10%	25%	1. CGT < 99,10% 2. 99,10% <= CGT < 100,30% 3. CGT >= 100,30%	25%
Fernanda Maria de Sousa Machado (25%)	Aumento do número de clientes (CL) de AA	Nº de clientes (CL) de AA ativos	1. CL < 108.887 2. 108.887 <= CL < 110.700 3. CL >= 110.700	25%	1. CL < 110.700 2. 110.700 <= CL < 114.350 3. CL >= 114.350	25%	1. CL < 114.350 2. 114.350 <= CL < 115.500 3. CL >= 115.500	25%
Objetivos Setoriais (alínea b) n.º 6 artigo 3 Portaria 167-B/2022)								
Sectorial (30%)	Qualidade da Água Fornecida	AQA (Ano n)	1. AQA < 97,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 3. AQA >= 99,00%	7,5%	1. AQA < 97,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 3. AQA >= 99,00%	10,0%	1. AQA < 97,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 3. AQA >= 99,00%	7,5%
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR (Ano n)	1. AQAR < 90,00% 2. 90,00% <= AQAR < 95,00% 3. AQAR >= 95,00%	7,5%	1. AQAR < 90,00% 2. 90,00% <= AQAR < 95,00% 3. AQAR >= 95,00%	10,0%	1. AQAR < 90,00% 2. 90,00% <= AQAR < 95,00% 3. AQAR >= 95,00%	7,5%
	Satisfação de Cliente	Inquérito de satisfação (Baixas) face ao ano anterior	1. Var < 2,5% 2. 2,5% <= Var < 5% 3. Var >= 5%	7,5%			1. Var < 2,5% 2. 2,5% <= Var < 5% 3. Var >= 5%	7,5%
	Evolução Perdas	Água Não Faturada (Ano n)	1. ANF >= 34% 2. 34% < ANF < 32% 3. ANF <= 32%	7,5%	1. ANF >= 32% 2. 32% < ANF < 27% 3. ANF <= 27%	10,0%	1. ANF >= 27% 2. 27% < ANF < 24% 3. ANF <= 24%	7,5%
Objetivos Estratégicos (alínea a) n.º 6 artigo 3 Portaria 167-B/2022)								
Resultado Operacional (25%)	Eficiência de Gestão	PRC = [(CHVMC+ESE+GPJ)/VN] Variação face ao PAO proposto	1. var > +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	15%	1. var > +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	15%	1. var > +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	15%
	Respeito pelos prazos de pagamento	Variação do PMP face ao proposto em PAO	1. PMP > 40 dias 2. 40 dias >= PMP > 30 dias 3. PMP <= 30 dias	10%	1. PMP > 40 dias 2. 40 dias >= PMP > 30 dias 3. PMP <= 30 dias	10%	1. PMP > 40 dias 2. 40 dias >= PMP > 30 dias 3. PMP <= 30 dias	10%
Estratégico (20%)	Plano de Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética		20%		20%		20%

Sem prejuízo, o Conselho de Administração da Águas do Alto Minho S.A. pautou a sua atuação de acordo com a orientações estratégicas que lhe haviam sido determinadas no âmbito do mandato 2023-2025, bem


AdAM R&C 2025 | 41 de 245

como ao rigoroso cumprimento da Lei, designadamente, do DL 133/2013, de 3 de outubro e demais legislação aplicável. Em sede de Assembleia Geral, a administração da sociedade será avaliada qualitativamente pelos acionistas, no estrito cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 376º do Código das Sociedades.

Eng.º Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos

EXERCÍCIO DE CÁLCULO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO DE 2025 (FERNANDO VASCONCELOS)							
Objetivos	Indicadores	Cálculo	Unidade	AICR			
				2025	Grau de Desempenho	Ponderadores (1)	Cálculo
Individuais	Cobertura dos gastos totais (CGT)	Rendimentos e ganhos totais (sem DRG e sem IFRIC 12) (€/ano)/Gastos e perdas totais (sem IFRIC 12)(€/ano)	%	98,9%	1	31,3%	0,31
	Qualidade da Água Fornecida	AQA (Ano n)	%	99,5%	3	9,4%	0,28
Setoriais	Qualidade das Águas Residuais	AQAR (Ano n)	%	99,2%	3	9,4%	0,28
	Satisfação de Cliente	Inquérito de satisfação (Baixas) face ao ano anterior	%	16,8%	3	9,4%	0,28
	Evolução Perdas	Água Não Faturada (Ano n)	%	34,7%	1	9,4%	0,09
Resultado	Eficiência de Gestão	PRC = [(CMVMC+FSE+GP)/VN] Variação face ao PAO proposto	pp	-2,08	3	18,8%	0,56
Operacional	Respeito pelos prazos de pagamento	Variação do PMP face ao proposto em PAO	dias	0	3	12,5%	0,38
	Plano de Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	data		(2)		
Valor Final							2,2

Eng.ª Fernanda Maria de Sousa Machado

EXERCÍCIO DE CÁLCULO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO DE 2025 (FERNANDA MACHADO)							
Objetivos	Indicadores	Cálculo	Unidade	2025	Grau de Desempenho	Ponderadores (1)	Cálculo
	Qualidade da Água Fornecida	AQA (Ano n)	%	99,49%	3	9,4%	0,28
Setoriais	Qualidade das Águas Residuais	AQAR (Ano n)	%	99,17%	3	9,4%	0,28
	Satisfação de Cliente	Inquérito de satisfação (Baixas) face ao ano anterior	%	16,8%	3	9,4%	0,28
	Evolução Perdas	Água Não Faturada (Ano n)	%	34,7%	1	9,4%	0,09
Resultado	Eficiência de Gestão	PRC = [(CMVMC+FSE+GP)/VN] Variação face ao PAO proposto	pp	-2,08	3	18,8%	0,56
Operacional	Respeito pelos prazos de pagamento	Variação do PMP face ao proposto em PAO	dias	0,00	3	12,5%	0,38
	Plano de Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	%		(2)		
Valor Final							2,2

- 1) Quando um indicador não for avaliado a sua ponderação é repartida de forma proporcional pelos restantes indicadores.
- 2) Indicador não avaliado em 2025, decorrente da inexistência das condições nele identificadas que possibilitassem a sua avaliação nos moldes definidos.

O bom desempenho da Empresa no atingimento dos objetivos propostos ficou a dever-se sobretudo ao empenho e compromisso das equipas na obtenção dos resultados.

O objetivo da evolução das perdas não foi atingido, perspetivando-se que o retorno do investimento realizado ocorra ao longo do ano de 2026 e seguintes. O controlo ativo de perdas constituirá um dos objetivos primordiais da empresa, e, com reduções progressivas ao longo dos anos, sendo definida como meta estratégica da redução da ANF para 18% no horizonte de cinco anos.



b. Artigos 32.º e 33.º do EGP

- i. À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento pelos gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público.

- ii. Ao não reembolso aos gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público.

- iii. Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;

Em euros

Membro do Órgão de Administração	Gastos com Comunicações		
	Plafond mensal definido	Valor anual	Observações
Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos	80	86	
Fernanda Maria de Sousa Machado	80	195	
Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda (*)	-	-	
João Manuel Esteves (*)	-	-	
Manuel António Azevedo Vitorino (*)	-	-	
Olegário Gomes Gonçalves (*)	-	-	
	160	281	

(*) Não remunerado pela AdAM

- iv. Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço de cada gestor público.

Em euros

Membro do Órgão de Administração	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos	502	4 520	1 371	5 891	
Fernanda Maria de Sousa Machado	452	1 695	1 429	3 125	
Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda (*)	-	-	-	-	
João Manuel Esteves (*)	-	-	-	-	
Manuel António Azevedo Vitorino (*)	-	-	-	-	
Olegário Gomes Gonçalves (*)	-	-	-	-	
	954	6 215	2 800	9 015	

(*) Não remunerado pela AdAM

c. Despesas não documentadas ou confidenciais

A AdAM dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP, não tendo realizado e / ou registado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

11. Contratação Pública

- a. o modo como foram implementadas as normas de contratação pública, aplicáveis à empresa, vigentes em 2025, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, este ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente;
- b. os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização;

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhores práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantir e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

- c. os atos ou contratos celebrados com valor superior a € 5 000 000, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

No ano de 2025 não foram praticados atos ou celebrados contratos de valor superior a 5 Milhões de euros, não tendo consequentemente sido sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas em qualquer processo.

12. Informação Complementar

Indicar designadamente:

- a. Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este modelo jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

- b. As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas (se aplicável);

Não foram emitidas recomendações pela(s) acionista(s) na Assembleia Geral de aprovação dos documentos de prestação de Contas do Exercício de 2025.

- c. As diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas (se aplicável);

Não foram emitidas reservas na Certificação Legal de Contas.

- d. As recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas ou da IGF – Autoridade de Auditoria nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado;

Nos últimos três anos não foram efetuadas recomendações por parte do Tribunal de Contas.

- e. As medidas implementadas no âmbito da adaptação progressiva dos sistemas de reporte e dos processos internos, de modo a assegurar que, caso a empresa ainda não se encontre sujeita à obrigação de apresentação do relato de sustentabilidade, venha a cumprir essa exigência nos prazos legalmente estabelecidos pela Diretiva comunitária *Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD)*.

A Águas do Alto Minho SA não é uma empresa de interesse público, nem empresa-mãe de grandes grupos, não lhe sendo aplicável o disposto dos artigos 66.º- B ou 508.º- G do Código das Sociedades Comerciais. Sem prejuízo do que antecede, e no âmbito do Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal, a Águas do Alto Minho manteve a estratégia de prosseguir uma missão de serviço público, assente no compromisso de prestar um serviço de qualidade à população, assegurando o fornecimento dos serviços essenciais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, fundamentais para a qualidade de vida dos cidadãos. A empresa compromete-se ainda com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com boas condições de trabalho para os seus trabalhadores, assim como com a proteção do meio ambiente e com a gestão responsável dos recursos naturais, atuando sempre com eficiência e eficácia.

As nossas atividades têm impactos relevantes na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico da região onde operamos, o que nos confere uma responsabilidade acrescida àquela que assumimos na prestação de serviços públicos essenciais.

As alterações climáticas, o esgotamento de recursos e a degradação dos ecossistemas e poluição ambiental são desafios significativos, que enfrentamos com um compromisso reforçado para com o ambiente e a sociedade e ao nível da *governance*.

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as suas ambições de forma a garantir os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido.

13. Quadro síntese do cumprimento das Orientações

Ponto	Cumprimento das Orientações	Cumprimento S/N/NA.	Indicar Pág. Relatório Gestão
1	Execução do PAO		
	Metas a atingir constantes no PAO		
	Investimento	S	Pág 127 do R&C 2025
	Resultados	S	Pág 123 do R&C 2025
	Nível de endividamento	S	Pág 123 do R&C 2025
	Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	NA.	
	Autorizações Concedidas		
	Gastos operacionais	S	Pág 124 do R&C 2025
	Trabalhadores/as	S	Pág 124 do R&C 2025
2	Eficiência operacional e gastos operacionais	S	Pág 125 do R&C 2025
3	Recursos humanos e Massa Salarial		
	Indicação da evolução dos RH	S	Pág 125 do R&C 2025
	Identificação e disponibilização do Despacho autorizador de aumento dos RH	S	Pág 125 do R&C 2025
	Evolução da massa salarial (sem efeito de volume)	S	Pág 125 do R&C 2025
4	Plano de Investimentos	S	Pág 127 do R&C 2025
5	Contratualização de Serviço Público		
	Indicadores, metas e execução	NA.	
	Compensações recebidas	NA.	
6	Gestão do Risco Financeiro	S	Pág 131 do R&C 2025
7	Límites de Crescimento do Endividamento	S	Pág 137 do R&C 2025
8	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado		
	Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	Pág 138 do R&C 2025
	Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	Pág 138 do R&C 2025
	Juros auferidos e entregues em Receita do Estado	NA.	
	Identificação do Despacho autorizador do exceçãoamento	S	Pág 139 do R&C 2025
9	PMP a fornecedores e arrears		
	Evolução do PMP	S	Pág 140 do R&C 2025
	Pagamentos em atraso	NA.	
10	Estatuto do Gestor Público		
	Objetivos de gestão		
	Cobertura dos gastos totais (CGT)	N	Pág 141 do R&C 2025
	Aumento do número de clientes (CL) de AA	N	Pág 141 do R&C 2025
	Qualidade da Água Fornecida	S	Pág 141 do R&C 2025
	Qualidade das Águas Residuais	S	Pág 141 do R&C 2025
	Satisfação de Cliente	S	Pág 141 do R&C 2025
	Evolução Perdas	N	Pág 141 do R&C 2025
	Eficiência de Gestão	S	Pág 141 do R&C 2025
	Respeito pelos prazos de pagamento	S	Pág 141 do R&C 2025
	Não utilização de cartão de crédito	S	Pág 143 do R&C 2025
	Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	Pág 143 do R&C 2025
	Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	Pág 143 do R&C 2025
	Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Pág 143 do R&C 2025
	Despesas não documentadas ou confidenciais	N	Pág 144 do R&C 2025
11	Contratação Pública		
	Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	Pág 144 do R&C 2025
	Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S	Pág 144 do R&C 2025
	Contratos submetidos a visto prévio do TC	NA	
12	Informação Complementar		
	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	Pág 145 do R&C 2025
	Diligências tomadas sobre as recomendações do acionista na última aprovação de contas	NA.	
	Diligências tomadas sobre as reservas emitidas na última CLC		
	Reserva	NA.	
	Auditorias do Tribunal de Contas	NA.	
	Medidas implementadas para o cumprimento do relato sobre sustentabilidade (CSR).	NA.	
13	Sistematização Informação	S	Pág 147 do R&C 2025

I 6. Relatório dos Administradores não Executivos

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO

1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2025.

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer



Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Viana do Castelo, 26 de fevereiro de 2026

Os Membros do Conselho de Administração não Executivos

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda – Vogal não Executiva)

(Manuel António Azevedo Vitorino-Vogal não Executivo) (Olegário gomes Gonçalves -Vogal não Executivo)


Manuel António Azevedo Vitorino
AdAM R&C 2025 148 de 244 

17. Anexo ao Relatório

Ao abrigo dos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que o Capital Social da Águas do Alto Minho, S.A., é detido na íntegra pelos seguintes acionistas:

Acionistas	Capital Subscrito 31.12.2025		Capital Realizado 31.12.2025	
		Categoria A		Categoria A
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	1 836 000	51,00%	1 836 000	51,00%
Município de Arcos de Valdevez	141 905	3,94%	141 905	3,94%
Município de Caminha	151 775	4,22%	151 775	4,22%
Município de Paredes de Coura	60 140	1,67%	60 140	1,67%
Município de Ponte de Lima	279 855	7,77%	279 855	7,77%
Município de Valença	116 055	3,22%	116 055	3,22%
Município de Viana do Castelo	924 435	25,68%	924 435	25,68%
Município de Vila Nova de Cerveira	89 835	2,50%	89 835	2,50%
TOTAL	3 600 000	100,00%	3 600 000	100,00%



C. CONTAS DO
EXERCÍCIO 2025

F. Machado
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

C – Contas do Exercício de 2025

I. Contas individuais

Nos termos da Lei e dos Estatutos vem o Conselho de Administração da Águas do Alto Minho S.A., submeter à apreciação da Assembleia Geral desta Empresa as Contas do Exercício de 2025.

Em termos de apresentação, o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da Posição Financeira;
- Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral;
- Demonstração das Alterações do Capital Próprio;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração de Caixa e seus Equivalentes.

Constitui, também, elemento do Relatório o:

- Anexo às Contas do Exercício.

No final do presente Relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal;
- Certificação Legal das Contas.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base na informação mais atualizada sobre a Parceria, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo da Parceria, caudais e as próprias tarifas aprovadas.

I.1 Demonstração da Posição Financeira

	Notas	31.12.2025	Unidade: euros 31.12.2024
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	5.3	32 574 635	28 013 888
Ativos fixos tangíveis	6.3	103 078	133 102
Ativos sob direito de uso	7.3	813 995	717 618
Outros ativos financeiros	8.2	21 572	21 572
Impostos diferidos ativos	31.2	5 259 159	4 774 917
Desvio de recuperação de gastos	9.3	15 940 350	15 024 172
Total dos ativos não correntes		54 712 789	48 685 268
Ativos Correntes			
Inventários	12.2	559 129	451 212
Clientes	10.3	8 085 824	7 191 681
Outros ativos correntes	11.2	1 029 904	1 400 565
Caixa e seus equivalentes	13.2	1 174 703	1 289 402
Total dos ativos correntes		10 849 560	10 332 860
Total do ativo		65 562 349	59 018 128
Capital próprio			
Capital social	14.2	3 600 000	3 600 000
Reservas e outros ajustamentos	14.4	50 100	37 847
Resultados transitados	14.4	951 909	719 090
Resultado líquido do exercício	14.4	241 120	245 072
Total do capital próprio		4 843 130	4 602 009
Passivos Não Correntes			
Empréstimos	18.2	9 375 000	10 937 500
Acréscimo de gastos de investimento contratual	16.2	22 202 233	18 759 098
Subsídios ao investimento	17.2	5 739 396	5 383 522
Passivos da locação	7.4	438 397	335 272
Fornecedores e outros passivos não correntes	19.2	2 491 930	2 778 423
Impostos diferidos passivos	31.2	3 370 624	3 399 959
Total dos passivos não correntes		43 617 581	41 593 773
Passivos Correntes			
Empréstimos	18.2	5 191 878	1 808 279
Passivos da locação	7.4	308 779	318 781
Fornecedores e outros passivos correntes	19.2	11 600 982	9 659 365
Imposto sobre o rendimento do exercício	31.2	-	1 035 921
Total dos passivos correntes		17 101 639	12 822 346
Total do passivo		60 719 219	54 416 119
Total do passivo e do capital próprio		65 562 349	59 018 128

A Contabilista Certificada

Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira

(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)

Marcelo

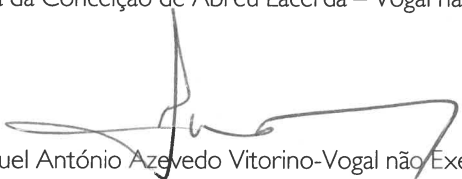
O Conselho de Administração,



(Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos – Presidente Executivo)

Fernanda Maria de Sousa Machado
(Fernanda Maria de Sousa Machado – Vice-Presidente)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda – Vogal não Executiva)



(Manuel António Azevedo Vitorino-Vogal não Executivo)



(Olegário Gomes Gonçalves -Vogal não Executivo)



I.2 Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

	Notas	2025	Unidade: euros 2024
Rédito de contratos com clientes	21.2	32 427 256	31 181 776
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	21.2	6 510 178	4 812 664
Desvio de Recuperação de Gastos	9.3	916 178	1 021 664
Gastos com mercadorias e matérias consumidas	22	- 8 662 124	-7 853 020
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	21.2	- 6 510 178	-4 812 664
Fornecimentos e serviços externos	23.2	- 13 002 415	-13 114 544
Gastos com pessoal	24.1	- 5 133 272	-4 623 450
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	25	- 5 774 646	-5 464 199
Perdas por imparidade e reversões do exercício	26	- 56 117	-127 108
Subsídios ao investimento	17.2	255 476	221 729
Outros gastos e perdas operacionais	27	- 94 468	-233 197
Outros rendimentos e ganhos operacionais	28	136 340	120 768
Resultados operacionais		1 012 208	1 130 419
Gastos financeiros	29	- 504 899	-695 088
Rendimentos financeiros	30	51 538	49 392
Resultados financeiros		- 453 361	-645 695
Resultados antes de imposto		558 847	484 724
Imposto do exercício	31.2	- 831 303	-1 050 547
Imposto diferido	31.2	513 577	810 895
Resultado líquido do exercício	36	241 120	245 072
Rendimento integral	14.3	241 120	245 072
Resultado por ação	14.3	0,33	0,34

A Contabilista Certificada

Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira
(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)

Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos
(Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos-Presidente Executivo)

Fernanda Maria de Sousa Machado
(Fernanda Maria de Sousa Machado – Vice-Presidente)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda – Vogal não

Executiva)

Manuel António Azevedo Vitorino
(Manuel António Azevedo Vitorino-Vogal não Executivo)

Olegário Gomes Gonçalves
(Olegário Gomes Gonçalves -Vogal não Executivo)

I.3 Demonstração das Alterações do Capital Próprio

Unidade: euros

	Capital Social	Reserva Legal	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2023	3 600 000	25 722	488 724	242 491	4 356 937
Aplicação de resultados de 2023	0	12 125	230 367	-242 491	0
Resultado líquido de 2024	0	0	0	245 072	245 072
Saldo a 31 de dezembro de 2024	3 600 000	37 847	719 090	245 072	4 602 009
Aplicação do resultado de 2024	0	12 254	232 818	-245 072	0
Resultado líquido de 2025	0	0	0	241 120	241 120
Saldo a 31 de dezembro de 2025	3 600 000	50 100	951 909	241 120	4 843 130

A Contabilista Certificada

Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira

(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)

Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos
(Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos-Presidente Executivo)

Fernanda Maria de Sousa Machado

(Fernanda Maria de Sousa Machado – Vice-Presidente)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda

(Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda – Vogal não Executiva)

Manuel António Azevedo Vitorino
(Manuel António Azevedo Vitorino-Vogal não Executivo)

Olegário Gomes Gonçalves
(Olegário Gomes Gonçalves -Vogal não Executivo)

I.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Notas	31.12.2025	Unidade: euros 31.12.2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		44 045 953	42 615 039
Pagamentos a fornecedores		- 23 607 606	- 24 751 234
Pagamentos ao pessoal		- 5 592 947	- 5 066 793
Pagamento de Impostos sobre o Rendimento		- 1 881 770	- 26 369
Outros recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional		- 9 752 496	- 8 548 433
		3 211 135	4 222 211
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos de subsídios de investimento	17.2	1 106 328	384 531
Recebimentos de ativos fixos tangíveis			
Pagamentos de ativos fixos tangíveis		- 28 560	-
Pagamentos de ativos intangíveis		- 5 330 651	- 3 729 038
Integração de património		-	- 150 000
		- 4 252 882	- 3 494 507
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos de empréstimos obtidos	18.2	3 700 000	1 200 000
Pagamentos de empréstimos obtidos	18.2	- 1 802 500	- 1 200 000
Pagamentos de juros e gastos similares		- 672 525	- 850 918
Pagamentos de locações financeiras		- 297 926	- 189 400
		927 049	- 1 040 318
Variação de caixa e seus equivalentes		- 114 699	- 312 615
Caixa e seus equivalentes no início do período	13.2	1 289 402	1 602 017
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.2	1 174 703	1 289 402

A Contabilista Certificada

Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira
(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)

Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos

(Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos - Presidente Executivo)

Fernanda Maria de Sousa Machado
(Fernanda Maria de Sousa Machado – Vice-Presidente)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda – Vogal não Executiva)

Manuel António Azevedo Vitorino
(Manuel António Azevedo Vitorino - Vogal não Executivo)

Olegário Gomes Gonçalves
(Olegário Gomes Gonçalves - Vogal não Executivo)

I.5 Demonstração de Caixa e seus equivalentes

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	669	678
Depósitos à ordem	1 174 034	1 288 724
	1 174 703	1 289 402

A Contabilista Certificada

Maria júlia fernandes lopes pereira

(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)



(Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos-Presidente Executivo)

Fernanda Maria de Sousa Machado
(Fernanda Maria de Sousa Machado – Vice-Presidente)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda – Vogal não Executiva)



(Manuel António Azevedo Vitorino-Vogal não Executivo)



(Olegário Gomes Gonçalves -Vogal não Executivo)





ANEXOS

Anexo

I. Informação geral

I.1. Introdução

A Águas do Alto Minho, S.A. (doravante também designada por AdAM ou Empresa) foi constituída em 11 de julho de 2019, iniciando a sua atividade em 22 de julho de 2019, com sede social na rua São Bartolomeu dos Mártires, n.º 156, em Viana do Castelo. A Águas do Alto Minho, S.A. tem como objeto social a exploração e gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho. A atividade operacional só se iniciou em 1 de janeiro de 2020.

I.2. Atividade Económica

O Sistema de Águas do Alto Minho foi criado em 11 de janeiro de 2019, adiante também designado por Sistema, resultante da celebração do Contrato de Parceria entre o Estado e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril.

A atividade de exploração e gestão do Sistema de Águas do Alto Minho foi formalizada a 22 de julho de 2019, através da celebração do Contrato de Gestão entre o Estado Português, os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira e a AdAM - Águas do Alto Minho, S.A.

A AdAM tem por objeto social (artigo 3º dos seus estatutos) a exploração e a gestão dos serviços de água relativos ao Sistema, em regime de parceria pública, nos termos do Contrato de Parceria referido no ponto anterior.

A exploração e a gestão do Sistema de Águas do Alto Minho incluem a conceção, a construção, a extensão, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas, bem como, a aquisição dos equipamentos necessários ao desenvolvimento da sua atividade. A atividade da AdAM vigorará por um período de 30 anos, contado da data de emissão do visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A Águas do Alto Minho, S.A. tem como missão assegurar os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho, com elevados padrões de eficiência, valorizando os seus recursos humanos e integrando recursos tecnológicos num modelo sustentável,

contribuindo para a criação de valor para acionistas e clientes, para a qualidade de vida e desenvolvimento socioeconómico da região.

1.2.1 Atividade regulada

Água - distribuição e recolha – parcerias em “baixa”

A AdAM resulta de um contrato de parceria assinado entre o Estado e os sete municípios territorialmente abrangidos. Com este contrato estes municípios delegam no Estado a responsabilidade de gestão do sistema integrado. O sistema integrado resulta da agregação, de acordo com a solução técnica adotada, dos sistemas individuais, incluindo infraestruturas e meios. Assim, a Parceria tem a exclusividade da distribuição de água para consumo público e, quando aplicável, da captação e do tratamento de água para essa finalidade, bem como a exclusividade da recolha das águas residuais urbanas e, quando aplicável, do respetivo tratamento e rejeição, nas áreas abrangidas pelo Sistema. Englobam ainda, a renovação, reparação, manutenção e melhoria das infraestruturas, equipamentos e instalações que integram a Parceria, financiados essencialmente através de empréstimos, subsídios e capitais próprios. A Parceria fica obrigada ao pagamento de uma renda aos municípios, indexada ao volume de negócios. O serviço prestado é pago através de tarifa fixada e faturada aos clientes (municípios) que são servidos pela parceria, sendo uma das características do contrato de Parceria ter garantido o retorno do capital investido e das suas infraestruturas.

1.3. Acionistas

O capital social subscrito e integralmente realizado no valor de 3.600.000 euros, está representado por 720.000 ações da categoria A, com o valor nominal de 5 euros cada, encontrando-se realizadas 720.000 ações.

A estrutura do capital social subscrito e realizado é a seguinte:

Acionistas	Capital Subscrito 31.12.2025		Capital Realizado 31.12.2025	
	Categoria A		Categoria A	
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	1 836 000	51,00%	1 836 000	51,00%
Município de Arcos de Valdevez	141 905	3,94%	141 905	3,94%
Município de Caminha	151 775	4,22%	151 775	4,22%
Município de Paredes de Coura	60 140	1,67%	60 140	1,67%
Município de Ponte de Lima	279 855	7,77%	279 855	7,77%
Município de Valença	116 055	3,22%	116 055	3,22%
Município de Viana do Castelo	924 435	25,68%	924 435	25,68%
Município de Vila Nova de Cerveira	89 835	2,50%	89 835	2,50%
TOTAL	3 600 000	100,00%	3 600 000	100,00%

1.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras agora reportadas foram aprovadas e autorizadas para emissão em reunião do Conselho de Administração do dia 26 de fevereiro de 2026. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2025.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da AdAM foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações com base do custo histórico exceto no que respeita aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor.

Não obstante a AdAM apresentar, em 31 de dezembro de 2025, um ativo corrente inferior ao passivo corrente, o Conselho de Administração considera estarem reunidas as condições necessárias para assegurar a continuidade da atividade, nomeadamente através da manutenção do apoio do acionista, designadamente no âmbito da renegociação dos contratos de financiamento, por forma a garantir os meios financeiros indispensáveis ao desenvolvimento da atividade operacional e execução do plano de investimentos.

Importa salientar que o suprimento contratualizado, no montante de 12,5 milhões de euros, entrou em fase de amortização no decurso de 2025, após o termo do período de carência que vigorou até ao final de 2024.

Por outro lado, a cobrança a clientes registou valores inferiores aos inicialmente previstos, sobretudo em resultado do aumento da dívida do Município de Viana do Castelo, cuja regularização se perspetiva venha a ocorrer durante o ano de 2026.

Acresce referir que, em 2025, não foi ainda concretizado o recebimento de 5 milhões de euros do Fundo Ambiental, a preços de 2018, montante previsto no Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da Parceria, estimando-se que o respetivo recebimento venha igualmente ainda a ocorrer ao longo de 2026.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2. Direito de Utilização de Infraestruturas (“DUI”)

2.2.1. Classificação da infraestrutura

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de Parceria, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da Parceria. Nos termos desta norma a AdAM presta dois tipos de serviços:

- (i) o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e
- (ii) o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou Entidade Gestora) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou Entidade Gestora) porque o contrato de Parceria não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do Parceiro, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de Parceria no âmbito desta norma, o operador (ou Entidade Gestora) atua como um prestador de serviços. O operador (ou Entidade Gestora) constrói ou moderniza as

infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou Entidade Gestora) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou Entidade Gestora) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou Entidade Gestora) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia dos contratos de Parceria da AdAM, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AdAM como Entidade Gestora do sistema de abastecimento e de saneamento de águas residuais do Alto Minho classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

2024	Água e Saneamento	Prazo	Período	Taxa	Remuneração acionista Incidência
AdAM	Água e Saneamento (embaixa)	30 anos	2019 - 2048	OT 10 anos + 3%	Capital social + Reserva legal + Remuneração em dívida

Nota: Contrato de Parceria e Contrato de Gestão celebrados em 2019. Início de atividade em 2020

2.2.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos aos ativos intangíveis em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da Parceria (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da Parceria, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.2.3. Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades de produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeiro utilizado, tendo como base os caudais faturados nesse exercício e os caudais a faturar até ao final da Parceria previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de Parceria.

As taxas de amortização no ano 2025 do direito de utilização de infraestruturas e os respetivos caudais foram os seguintes:

Áreas de Negócio	Total do Investimento do Contrato ⁽¹⁾	Investimento realizado até 31.12.2025	Número de anos do contrato	Total dos caudais do contrato (m³)	Taxa de Amortização anual
Abastecimento de Água	107 237 164	30 695 828	30	277 282 858	4,32%
Águas Residuais	40 167 359	6 727 805	30	199 414 541	4,04%
Estrutura ⁽²⁾	1 741 272	1 741 272	30	476 697 399	4,20%
	149 145 794	39 164 905		476 697 399	

⁽¹⁾ Investimento total previsto no EVEF, em euros, atualizado para preços correntes de 2022

⁽²⁾ Caudais totais=caudais de abastecimento+caudais de saneamento de águas residuais

2.2.4. Acréscimo de gastos do investimento contratual

Em cumprimento do estipulado nos contratos de gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de substituição/renovação) da Parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de Parceria.

No caso da AdAM, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o regime do acréscimo e o



balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de Parceria com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de Parceria com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos, na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.2.5. Desvio de recuperação de gastos (Déficit/ Superavit tarifário)

Nos termos definidos nos contratos de parceria e de gestão, os critérios para a fixação das tarifas devem permitir que aquelas assegurem a completa recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros, imposto sobre o rendimento e também a adequada remuneração do capital investido.

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: (i) à diferença existente, à data da extinção das sociedades gestoras dos sistemas extintos em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) à diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da parceria entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de parceria e são registados ao custo amortizado. A AdAM regista nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de Parceria, com base nas respetivas contas individuais das sociedades.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – “Défice/superavit tarifário de recuperação de gastos” – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto

contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.2.6. Rédito da construção

De acordo com a IFRIC 12 – Contratos de Parceria, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Parceiro, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.3. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdAM são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

O impacto das alterações de estimativas é reconhecido de forma prospetiva, enquanto o impacto das alterações nas políticas contabilísticas é reconhecido de forma retrospectiva.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 6.2 - vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 7.2 – vida útil de locações
- Nota 9.2 – estimativa do Desvio de recuperação de gastos
- Nota 10.2 – imparidade de ativos financeiros
- Nota 15.2 – provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 31.1 – estimativas de impostos e impostos diferidos

2.4. Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. Novas normas e alteração de políticas

3.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 apresentada nos comparativos.

3.2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025 e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.	1 de janeiro de 2025

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdAM.

Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2026 e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

- Já endossadas pela EU

Descrição	Alteração	Data efetiva
Emenda a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2024 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implementação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.	1 de janeiro de 2026
Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui guidance e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.	1 de janeiro de 2026
Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume II)	Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.	1 de janeiro de 2026

Estas emendas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2025, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

- Ainda não endossadas pela EU

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	O objetivo da IFRS 18 é estabelecer requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações financeiras para ajudar a assegurar que estas proporcionam informação relevante que representa fielmente os ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos de uma entidade.	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública Divulgações	Esta norma permite que uma subsidiária elegível possa optar por divulgações reduzidas nas suas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.	1 de janeiro de 2027
Alterações à IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública:	Eliminação da possibilidade da entidade definir o nível de detalhe das divulgações a efetuar.	1 de janeiro de 2027
Alterações ao IAS 21 - Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária	Especifica os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária.	1 de janeiro de 2027

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, a Empresa encontra-se em fase de identificação dos impactos para as demonstrações financeiras decorrentes da sua futura adoção.

Friedrich

AdAM R&C 2025 172 de 244



3.3. Normas em revisão

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória, caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao *Exposure Draft* identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Têm vindo a decorrer reuniões sendo expectativa do IASB publicar a nova norma durante o ano 2026. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

4. Políticas de gestão de risco

4.1. Fatores de risco

As atividades da AdAM estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2. Risco de mercado

4.2.1. Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela seguinte apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdAM.

2025	31.12.2025	Concessão / Parceri	Taxa média + 1%	Taxa média -1%
Juros Suportados a taxa variável(*)	529 690	Parceria	658 007	401 373
	529 690		658 007	401 373

* o montante de juros suportados com empréstimos obtidos



4.2.2. Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual. Em 2025 e 2024 não foram contratados *swaps* cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

4.2.3. Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais do Grupo Águas de Portugal em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30% a 35% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

4.3. Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

Unidade: euros

	nota	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos
Financiamentos	18.2	5 022 500	7 812 500	1 562 500
Fornecedores e outros passivos	19.2	11 600 982	2 491 930	0

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Unidade: euros

Risco de liquidez	Tipo	Valor do Plafond negociado	Valor do Plafond utilizado	Valor do Plafond disponível a 31.12.2025
Acionista AdP - Apoio de Tesouraria	Curto prazo	2 000 000	1 460 000	540 000
Acionista AdP - Suprimento	Médio e longo prazo	12 500 000	12 500 000	0
Acionista AdP - Suprimento	Médio e longo prazo	4 000 000	2 000 000	2 000 000

O objetivo da AdAM em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP SGPS (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do gasto médio de capital.

Unidade: euros

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos não correntes	18.2	9 375 000	10 937 500
Empréstimos Correntes	18.2	5 191 878	1 808 279
Disponibilidades	13.2	1 174 703	1 289 402
Dívida Líquida		13 392 174	11 456 377
Subsídios ao Investimento	17.2	5 739 396	5 383 522
Capital Próprio	14.2/14.4	4 843 130	4 602 009
Capitais Permanentes		10 582 526	9 985 531
Dívida/Capitais Permanentes		1,27	1,15

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e obrigacionistas, no capital próprio e, em subsídios ao investimento não reembolsáveis.

4.4. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A AdAM está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria. Importa referir que a AdAM tem como política não registar imparidade sobre saldos de municípios, já que consideram que o risco de incobrabilidade é remoto.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento). Este risco é reduzido dadas as características do serviço prestado, não existindo um risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes.

A composição da carteira de clientes da AdAM tem 2 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

- I. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 10.3) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 30).

O Conselho de Administração da AdP entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

- II. Estado e Setor Público, particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio (exceto no Estado e Setor Público em que é considerado risco baixo), na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos; e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito “forward looking”.

Contraparte de depósitos

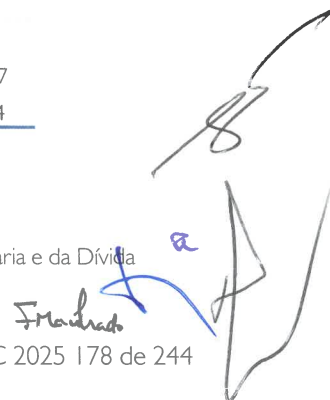
A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdAM a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores a 31 de dezembro de 2025 e 2024 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	669	678
Depósitos à ordem	1 174 034	1 288 724
	1 174 703	1 289 402

	Unidade: euros	
Rating ^{a)}	31.12.2025	31.12.2024
Depósitos à Ordem	1 174 034	1 288 724
Rating		
A ^{b)}	1 164 221	1 276 518
A-	-	3 449
BB	-	-
BBB-	-	-
BBB	-	-
BBB	-	-
BBB+	9 814	8 757
TOTAL	1 174 034	1 288 724

a) Notação de rating da *Fitch* obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2025.

b) Em 31 de dezembro de 2025, inclui 1.162 mil euros depositados na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'F. Machado' and a large stylized signature.

Risco de exploração

4.4.1. Risco de catástrofe

A AdAM está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a AdAM tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.4.2. Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela AdAM. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa que podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

5. Ativos intangíveis

5.1. Políticas contabilísticas

Direito de Utilização de Infraestruturas (“DUI”) - Parcerias

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.2.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e os gastos de desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do período não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os gastos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

Imparidade

Os ativos intangíveis da AdAM são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas do contrato de parceria, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da parceria. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeiro) anexo ao contrato de parceria que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da AdAM. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a AdAM efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2. Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da parceria), e de acordo com o respetivo contrato de parceria. No fim da parceria, o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. Adicionalmente, face à característica da parceria de rendimento garantido, alterações nos caudais não têm impacto no resultado líquido dado que essas variações são neutralizadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos (ver nota 2.2.5).

Na determinação do investimento contratual, a AdAM utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos no contrato de parceria e/ou EVEF (Estudo de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras da empresa.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdAM, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdAM.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.



Franchado

AdAM R&C 2025 181 de 244



5.3. Detalhe e movimento

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2023	Aumentos	Amortizações do exercício	31.12.2024	Aumentos	Transferências	Amortizações do exercício	31.12.2025
Valor líquido								
Direitos de utilização de infraestruturas - Firme	16 896 645	820 592	1 869 902	21 866 793	1 282 282	1 561 787	877 656	23 833 206
Direitos de utilização de infraestruturas integradas	2 987 469	-	114 652	2 872 818	-	-	214 308	2 658 510
Direitos de utilização de infraestruturas - Em curso	5 301 663	3 992 072	-	3 274 277	5 227 896	2 419 254	-	6 082 919
	25 185 777	4 812 664	1 984 553	28 013 888	6 510 178	857 466	1 091 964	32 574 635
Valor bruto								
Direitos de utilização de infraestruturas - Firme	19 141 161	820 592	-	25 981 210	1 282 282	2 419 254	-	29 682 746
Direitos de utilização de infraestruturas integradas	3 399 240	-	-	3 399 240	-	-	-	3 399 240
Direitos de utilização de infraestruturas - Em curso	5 301 663	3 992 072	-	3 274 277	5 227 896	2 419 254	-	6 082 919
	27 842 064	4 812 664	-	32 654 728	6 510 178	-	-	39 164 905
Amortizações acumuladas								
Direitos de utilização de infraestruturas	2 244 516	-	1 869 902	4 114 417	-	857 466	877 656	5 849 540
Direitos de utilização de infraestruturas integradas	411 771	-	114 652	526 423	-	-	214 308	740 730
Direitos de utilização de infraestruturas - Em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
	2 656 287	-	1 984 553	4 640 840	-	857 466	1 091 964	6 590 271
Valor líquido	25 185 777	4 812 664	1 984 553	28 013 888	6 510 178	857 466	1 091 964	32 574 635

Os investimentos realizados pela AdAM em 2025 ascenderam a 6,5 milhões de euros. O imobilizado em curso, à data de 31 de dezembro de 2025 totalizava 6 milhões de euros, incluindo gastos internos capitalizados. Em 31 de dezembro de 2025 foi transferido para ativos intangíveis o montante de 2,4 milhões de euros, correspondentes a obras concluídas no ano 2025. O aumento do valor das amortizações acumuladas reflete o valor das amortizações do exercício no montante de 1,09 milhões de euros. Os gastos internos capitalizados no exercício totalizaram 773.600 euros (93.882 euros de fornecimentos e serviços externos, 484.495 euros de gastos com o pessoal e de 195.224 euros de gastos financeiros).

6. Ativos fixos tangíveis

6.1. Políticas contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor contabilístico.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do exercício em que são incorridos.

Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Taxa anual máxima
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte *	---
Ferramentas e utensílios*	---
Equipamento administrativo	8

*A AdAM não dispõe

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos não correntes detidos para venda.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício, o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa

independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

6.2. Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdAM, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdAM.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6.3. Detalhe e movimento

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 é como segue:

Unidade: euros

Valor líquido	31.12.2023	Aumentos	Amortizações do exercício	31.12.2024	Amortizações do exercício	31.12.2025
Edifícios e outras construções	88 009	-	14 668	73 341	14 668	58 673
Equipamento básico	39 167	-	6 528	32 639	6 528	26 111
Equipamento administrativo	35 972	548	8 303	27 122	8 827	18 294
	163 148	-	29 499	133 102	30 023	103 078

Valor bruto	31.12.2023	Aumentos	Amortizações do exercício	31.12.2024	Amortizações do exercício	31.12.2025
Edifícios e outras construções	146 681	-	-	146 681	-	146 681
Equipamento básico	66 329	-	-	66 329	-	66 329
Equipamento administrativo	281 676	548	-	281 129	-	281 129
	494 686	-	548	494 139	-	494 139

Amortizações acumuladas	31.12.2023	Aumentos	Amortizações do exercício	31.12.2024	Amortizações do exercício	31.12.2025
Edifícios e outras construções	58 673	-	14 668	73 341	14 668	88 009
Equipamento básico	27 162	-	6 528	33 690	6 528	40 217
Equipamento administrativo	245 704	-	8 303	254 007	8 827	262 835
Valor líquido	163 148	-	29 499	133 102	30 023	103 078

No período não se registaram alterações significativas no valor bruto do ativo fixo tangível.

7. Locações

7.1. Políticas contabilísticas

As locações nas quais a AdAM é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a AdAM reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AdAM reconhece separadamente o gasto financeiro relacionado com o passivo da locação e o gasto com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A AdAM apenas tem locações enquanto locatário de contratos de arrendamento e cedência de espaços destinados a lojas de atendimento e centros operacionais, contratos de locação operacional de viaturas e contratos associados a licenças.

Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e

b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a AdAM contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a empresa (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada. A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

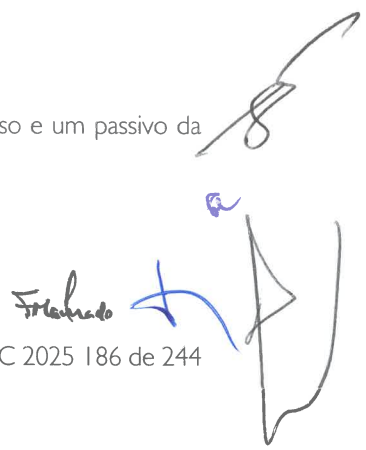
- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação (“*commencement date*”) corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

A) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de entrada em vigor da locação a AdAM reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.



Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de gastos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de gastos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos (descontado de quaisquer incentivos de locação recebidos) e variáveis (baseados em índices ou taxas) futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expectável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação.

As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são as seguintes:



Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'R' and a signature that appears to be 'F. Machado'.

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de software	3
Edifícios e outras construções	5-20
Equipamento de transporte	1-4
Outro equipamento	4-10

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a AdAM mensura o passivo da locação por:

- iii) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- iv) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- v) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela AdAM enquanto locatária

A AdAM utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 € (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AdAM é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, (por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

A AdAM apenas é locatária em locações operacionais.

7.2. Estimativas e julgamentos

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

7.3. Ativos sob direito de uso

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

Unidade: euros

Ativos sob direito de uso	31.12.2024			Exercício 2025		31.12.2025		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aumentos	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Edif. Outras Construções	1 046 135	700 171	345 964	64 163	163 733	1 110 298	863 903	246 394
Equipamento Transporte	483 250	374 125	109 125	381 903	97 460	865 153	471 585	393 569
Licenças	421 770	159 242	262 528	2 369	90 865	424 139	250 107	174 032
Total	1 951 155	1 233 538	717 618	448 434	352 057	2 399 590	1 585 595	813 995

7.4. Passivos da locação

Unidade: euros

Passivo de Locação	31.12.2025	31.12.2024
Não corrente	438 397	335 272
Corrente	308 779	318 781
	747 176	654 053

Unidade: euros

Capital em dívida por natureza de ativo sob direito de uso	31.12.2025	31.12.2024
Edifícios e outras construções	251 162	355 726
Equipamentos de transporte	404 994	121 738
Licenças	91 020	176 589
	747 176	654 053

Unidade: euros

Futuros Pagamentos Mínimos	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	354 595	342 376
De 1 a 5 anos	487 270	348 195
Mais de 5 anos	-	-
	841 865	690 571

Unidade: euros

Juros	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	45 816	23 595
De 1 a 5 anos	48 873	12 923
Mais de 5 anos	-	-
	94 689	36 518

Unidade: euros

Valor presente dos pagamentos mínimos	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	308 779	318 781
De 1 a 5 anos	438 397	335 272
Mais de 5 anos	-	-
	747 176	654 053

7.5. Pagamentos da locação

Unidade: euros

Pagamentos da Locação	31.12.2025	31.12.2024
Contabilizados de acordo com o modelo único previsto na IFRS 16	363 111	411 078
Contabilizados como despesa em resultados	4 702	288 946
	367 813	700 024

8. Outros ativos financeiros

8.1. Políticas contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 10.1..

8.2. Detalhe

O valor registado em Investimentos financeiros (21.572 euros), diz respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho, efetuado para os trabalhadores/as que entraram na AdAM a partir de 2020 e que se destina a

constituir a compensação (até 50%) devida ao trabalhador pelo período trabalhado na AdAM, em caso de cessação do contrato de trabalho.

	31.12.2025	31.12.2024
Fundo de compensação de trabalho	21 572	21 572
	21 572	21 572

Unidade: euros

9. Desvio de recuperação de gastos (Défice tarifário)

9.1. Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.2.5.

9.2. Estimativas e julgamentos

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') é calculado nos termos dos DL 92, 93 e 94/2015 de 29 de maio ('DL das Agregações'), DL 16/2017 de 1 de fevereiro, DL 34/2017 de 24 de março e dos contratos de parceria que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos gastos de exploração, o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais que corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% (média dos valores anuais dos últimos 15 anos das taxas de rentabilidade das Obrigações do Tesouro da República Portuguesa a 10 anos, após exclusão das três observações anuais mais altas e das três observações anuais mais baixas) e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

Nos termos dos respetivos Contratos de Parceria, a Entidade gestora submete à aprovação da Comissão de Parceria o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8,

alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

9.3. Detalhe e movimento

O desvio de recuperação de gastos em apresenta o seguinte detalhe desde 2022:

	31.12.2022	Movimento 2023	31.12.2023	Movimento 2024	31.12.2024	Movimento 2025	31.12.2025
Desvio de Recuperação de Gastos	12 267 027	1 735 481	14 002 508	1 021 664	15 024 172	916 178	15 940 350
	12 267 027	1 735 481	14 002 508	1 021 664	15 024 172	916 178	15 940 350

Unidade: euros

O desvio de recuperação de gastos relativo aos anos de 2023 e 2024 encontra-se a aguardar aprovação pela Comissão de Parceria, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, nos termos do disposto no Contrato de Parceria.

Quanto ao desvio de recuperação de gastos referente ao exercício de 2025, o mesmo será submetido a aprovação em reunião da Comissão de Parceria, a realizar no decurso de 2026.

10. Clientes

10.1. Políticas contabilísticas

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - Ativos financeiros detidos para negociação;
 - Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à sua atividade a AdAM apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdAM determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial, todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os gastos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição. Os gastos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdAM não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a AdAM valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral. Face à atividade da empresa, a AdAM apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os rendimentos e gastos de ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

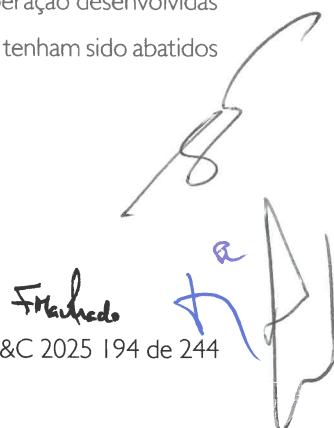
- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o ativo financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdAM recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AdAM no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A AdAM reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'F. Machado' and a large stylized signature.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber reconhecidos nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a AdAM aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimento históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada exercício de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do período. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a AdAM não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de ativos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AdAM alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço, qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

10.2. Estimativas e julgamentos

Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AdAM não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do exercício. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AdAM.

Conforme divulgado na nota 4.4 face à tipologia de clientes da AdAM e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas na parceria serem considerados como um gasto aceite no Desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da AdAM.

10.3. Clientes detalhe

Em 31 de dezembro 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe de Clientes é como segue:

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Municípios	3 614 925	2 919 865
Empresas do Grupo	492	1 305
Sub-total	3 615 417	2 921 170
Outros clientes	5 026 958	4 762 153
Sub-total	8 642 375	7 683 323
Imparidades	-1 850 848	-1 794 732
Sub-total	6 791 527	5 888 591
Acréscimo de rendimentos - Venda de água	723 843	735 180
Acréscimo de rendimentos - Saneamento	570 454	567 910
Sub-total	1 294 298	1 303 090
Total	8 085 824	7 191 681

Unidade: euros

	31.12.2025	31.12.2024
Dívida não vencida	3 547 149	3 365 186
Dívida vencida	5 095 226	4 318 137
	8 642 375	7 683 323

Importa referir que o acréscimo de rendimentos provenientes da venda de água e da prestação de serviços de saneamento registado no ano 2025 se refere aos períodos de consumos não faturados até 31 de dezembro de 2025, no montante de 1.294.298 euros.

O movimento nas imparidades de clientes pode ser apresentado da seguinte forma:

Unidade: euros

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	1 794 732	1 667 623
Aumento (nota 26)	491 316	499 133
Reversão (nota 26)	-435 200	-372 025
	56 117	127 108
Saldo final	1 850 848	1 794 732

O incremento das imparidades deve-se ao aumento da dívida corrente superior a seis meses e da dívida com acordos de pagamento em incumprimento.

II. Outros ativos

II.1. Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar divulgações nas notas:

- 10 – Clientes
- 17 – Subsídios ao investimento

II.2. Detalhe do movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe de Outros ativos é como segue:



Unidade: euros

	31.12.2025	31.12.2024
Outros ativos correntes		
Pessoal	2 762	7 790
Fornecedores	103 821	112 170
Gastos a reconhecer - seguros	104 230	122 254
Gastos a reconhecer - diversos	888	-
Subsídios ao investimento	-	8 888
Estado	96 096	-
ODC-Devedores de Imobilizado	198 082	241 309
Outros Devedores p/ Acrésc.Rend. Rédito Clientes	478 952	870 474
Outros devedores	45 072	37 680
	1 029 904	1 400 565

12. Inventários

12.1. Políticas contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

12.2. Detalhe e movimento

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Matérias Subsidiárias	20 075	22 808
Peças de manutenção	539 054	428 404
	559 129	451 212

A rubrica de inventários contempla o valor do stock de segurança de materiais críticos para a atividade operacional.

O movimento ocorrido nas matérias subsidiárias e peças de manutenção no exercício de 2025 e o apuramento do gasto com mercadorias e matérias consumidas é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	451 212	466 272
Compras	9 456 362	8 629 436
Matérias primas	8 633 100	7 794 920
Matérias subsidiárias	29 914	41 574
Peças de manutenção	793 347	792 942
Regularização de existências	1 812	- 24 826
Gasto	- 9 350 257	- 8 619 670
Matérias primas - nota 22	- 8 633 100	- 7 794 920
Matérias subsidiárias - nota 22	- 29 023	- 58 100
Peças de manutenção	- 688 133	- 766 650
Saldo final	559 129	451 212

O gasto relativo às peças de manutenção está a ser registado na rubrica FSE – Conservação e reparação.

13. Caixa e seus equivalentes

13.1. Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa. A AdAM em 2025 não utilizou descobertos bancários.

13.2. Detalhe

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024 é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	669	678
Depósitos à ordem	1 174 034	1 288 724
	1 174 703	1 289 402

14. Capital próprio

14.1. Políticas contabilísticas

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

14.2. Capital Social

O capital no montante de 3.600.000 euros é constituído por 720.000 ações de 5 euros cada e encontra-se integralmente realizado.

Unidade: euros

Acionistas	31.12.2025		31.12.2024
	% de Capital Realizado	Capital Realizado	Capital Realizado
		Categoria A	Categoria A
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	1 836 000	1 836 000
Município de Arcos de Valdevez	3,94%	141 905	141 905
Município de Caminha	4,22%	151 775	151 775
Município de Paredes de Coura	1,67%	60 140	60 140
Município de Ponte de Lima	7,77%	279 855	279 855
Município de Valença	3,22%	116 055	116 055
Município de Viana do Castelo	25,68%	924 435	924 435
Município de Vila Nova de Cerveira	2,50%	89 835	89 835
TOTAL	100,00%	3 600 000	3 600 000

14.3. Resultado líquido por ação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o resultado líquido por ação é o seguinte:

	Unidade: euros	
	31.12.2025	31.12.2024
Resultado líquido do exercício	241 120	245 072
Número médio de ações	720 000	720 000
	0,33	0,34

14.4. Reservas e outros ajustamentos e Resultados transitados

Movimentos do período

	Unidade: euros				
	Capital Social	Reserva Legal	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2023	3 600 000	25 722	488 724	242 491	4 356 937
Aplicação de resultados de 2023	0	12 125	230 367	-242 491	0
Resultado líquido de 2024	0	0	0	245 072	245 072
Saldo a 31 de dezembro de 2024	3 600 000	37 847	719 090	245 072	4 602 009
Aplicação do resultado de 2024	0	12 254	232 818	-245 072	0
Resultado líquido de 2025	0	0	0	241 120	241 120
Saldo a 31 de dezembro de 2025	3 600 000	50 100	951 909	241 120	4 843 130

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a AdAM é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, incluída na rubrica "Outras reservas", no Capital Próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

15. Provisões, ativos e passivos contingentes

15.1. Políticas contabilísticas

Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdAM divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota.

Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de

acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A AdAM procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da AdAM que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A AdAM procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

15.2. Estimativas e julgamentos

A AdAM analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AdAM é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

15.3. Detalhe e movimento

Processos judiciais em curso

A AdAM faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências, e face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera que não existe a necessidade de registo de qualquer provisão. Da avaliação efetuada, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Unidade: em euros

N.º Processo	Tribunal	Autor	Réu	Valor da Ação	Observações
Proc. N.º 760/21.5BELRS *	Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga – Unidade Orgânica I	Fortissue – Produção de Papel	Águas do Alto Minho, S.A. e AdP SGPS	214 140	Ação de Impugnação Judicial apresentada pela Fortissue – Produção de Papel, S.A., para dedação de nulidade ato de aprovação da tarifa para 2020.
Proc. N.º 2166/23.2BEBRG	Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga – Unidade Orgânica I	João Luís Sousa da Cunha Nunes e Alexandra Fernandes Crasto	Águas do Alto Minho, S.A.	9 250	Ação judicial comum instaurada por João Luís Sousa da Cunha Nunes e Alexandra Fernandes Crasto de pedido de indemnização cível em virtude de um sinistro que os autores alegam que resultou de uma rotura de uma conduta de água da AdAM. Os Autores peticionam o valor de 9.250,00€.
Proc. N.º 6/24.4TBVCT	Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo - Juízo de Comércio de Viana do Castelo	Águas do Alto Minho, S.A.	Ricardo Nuno Monteiro Pimenta	5 190	Processo de insolvência do devedor Ricardo Nuno Monteiro Pimenta, a AdAM redimiu o valor de 5.189,66 EUR de capital, acrescido de juros.
Proc. N.º 3 121/24.0YPRPT	Balção Nacional de Injunções / Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga – Unidade Orgânica I	Edivalor	Águas do Alto Minho, S.A.	27 606	Trabalhos alegadamente executados para a AdAM e não pagos em virtude da inexistência de contrato.
Proc. N.º 543/24.0BEBRG	Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga – Unidade Orgânica I	Maria da Conceição Fernandes Alves	Águas do Alto Minho, S.A.	2 642	Ação instaurada por Maria da Conceição Fernandes Alves de pedido de indemnização cível em virtude de um sinistro que a autora alega que resultou de um pavimento danificado na Travessa da Senhora da Luz, em Ponte de Lima, resultado de uma obra a cargo da AdAM.
Proc. N.º 133463/24.2YIPRT	Balção Nacional de Injunções / Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga – Unidade Orgânica I	José Fernando Miranda da Costa, Lda	Águas do Alto Minho, S.A.	24 947	A José Fernando Miranda da Costa, Lda, vem pedir a restituição da totalidade das cações prestadas, no valor de 24.947,48€.
Proc. N.º 640/24.2BEBRG	Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga – Unidade Orgânica I	Transportes M.J. Sousa, Lda.	Águas do Alto Minho, S.A.	2 451	Ação instaurada pela sociedade Transportes M.J. Sousa, Lda, de pedido de indemnização cível em virtude de um sinistro que a autora alega que resultou de uma tampa de saneamento levantada na Estrada Nacional 201, ao Km 1600, freguesia de Courourado em Paredes de Coura de Lima.
Proc. N.º 1193/24.7BEBRG	Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga – Unidade Orgânica I	Leonel Branco da Costa	Águas do Alto Minho, S.A.	3 172	Ação instaurada por Leonel Branco da Costa de pedido de indemnização cível em virtude de um sinistro que o autor alega que resultou de uma tampa de saneamento levantada na Avenida de Cabo Verde em Viana do Castelo.
Proc. N.º 978/24.9TBPTL	Tribunal Judicial de Ponte de Lima - Juízo Local Cível de Ponte de Lima	Victoria Seguros S.A.	Águas do Alto Minho, S.A.	1 225	Ação de regresso pelo pagamento da indemnização no âmbito do seguro de acidentes de trabalho pago a Alexandra Fernandes Crasto, relativo ao sinistro em litígio no âmbito do Proc. N.º 2166/23.2BEBRG.
Proc. N.º 3828/24.2TBVC	Tribunal Judicial de Viana do Castelo - Juízo Central Cível de Viana do Castelo - Juiz 3	Fortissue – Produção de Papel	Águas do Alto Minho, S.A.	95 500	Ação instaurada pela sociedade Fortissue na qual invoca erros do medidor de caudal, solicitando a restituição do montante alegadamente pago em excesso, dado ter sido recusado o acerto de faturação, ao abrigo do art. 88.º, n.º 11 do Reg. das Relações Comerciais.
Proc. N.º 751/24.4TBPTL	Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga – Unidade Orgânica I	AGEAS	Águas do Alto Minho, S.A. / Fidelidade, S.A.	4 770	Ação instaurada pela AGEAS contra Fidelidade, esta última na qualidade de seguradora da AdAM. Sucede que, após a contestação da Fidelidade, em que a mesma veio alegar ser parte ilegítima da ação, a AGEAS veio requerer a intervenção principal da AdAM. Foi nessa qualidade que a AdAM foi chamada ao processo. Trata-se de uma ação de regresso pelo pagamento da indemnização, no âmbito do seguro automóvel, resultante de um sinistro que alegam ter resultado de uma rotura de uma conduta de água da AdAM (trata-se do mesmo sinistro do Proc. n.º 2166/23.2BEBRG/ Proc. n.º 978/24.9TBPTL).

(*) A AdAM mandou a AdP para a execução de todos os atos procedimentais.

Contraordenações

N.º Processo	Entidade Instrutória	Autor	Arguido	Unidade: em euros Coima máxima
Processo N.º DAF.00174.2020	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000
Processo N.º DAF.235/2020/ARHNCO/225/2020/SSS	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000
Processo N.º n.º DAF/00484/2021	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000
Processo n.º N.º DAAF.CO.00545.2021	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000
Processo n.º. 942902890	Guarda Nacional Republicana - Posto Territorial de Arcos de Valdevez	Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	Águas do Alto Minho, S.A.	700
Processo n.º. 944317057	Guarda Nacional Republicana - Posto Territorial de Paredes de Coura	Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	Águas do Alto Minho, S.A.	700
Processo n.º. 313561630	Policia de Segurança Pública - Comando de Ponte de Lima	Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	Águas do Alto Minho, S.A.	700
Processo n.º DAAF.CO.00346.2022	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000
Processo n.º 28108/2022	ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos	Águas do Alto Minho, S.A.	32 000
Processo n.º NUJ/CO/000067/24.6.CGI	IGAMAOT	Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000
Processo n.º. 295367067	Guarda Nacional Republicana - Posto Territorial de Ponte de Lima	Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	Águas do Alto Minho, S.A.	700
Processo n.º N.º DAAF.CO.32.2024	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000
Processo n.º N.º DAAF.CO.122.2024	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000
Processo n.º. 214640981	Guarda Nacional Republicana - Posto Territorial de Valença	Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	Águas do Alto Minho, S.A.	700
Processo n.º. 212682520	Guarda Nacional Republicana - Posto Territorial de Ponte de Lima	Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	Águas do Alto Minho, S.A.	700
Processo n.º. 212700251	Guarda Nacional Republicana - Posto Territorial de Ponte de Lima	Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	Águas do Alto Minho, S.A.	700
Processo n.º. 952454386	Policia de Segurança Pública - Comando distrital de Viana do Castelo	Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	Águas do Alto Minho, S.A.	700
Processo n.º. 316787639	Policia de Segurança Pública - Comando distrital de Viana do Castelo	Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	Águas do Alto Minho, S.A.	700
Processo n.º. 316485748	Policia de Segurança Pública - Comando distrital de Viana do Castelo	Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	Águas do Alto Minho, S.A.	700
Processo n.º N.º ARHNDAAF.CO.00002.2025	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000

N.º Processo	Tribunal	Autor	Réu	Valor da Ação	Observações	Em euros
838/24.3BEBRG	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto – Unidade Orgânica 2	Eduador	Águas do Alto Minho, S.A.	27 606	Trabalhos alegadamente executados para a AdAM e não pagos em virtude da inexistência de contrato.	
33/25.4BEBRG	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto – Unidade Orgânica 2	José Fernando Miranda da Costa, Lda	Águas do Alto Minho, S.A.	24 947	A José Fernando Miranda da Costa, Lda, vem peticionar a restituição da totalidade das caixões prestadas, no valor de 24.947,48€.	
453/25.4BEPRG	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto – Unidade Orgânica 2	Me ATIV - Mota Engil	Águas do Alto Minho, S.A.	71 753	A sociedade Me ATIV - Mota Engil restituiu um procedimento de injunção no qual petição o pagamento do valor de 71 752,84€ por trabalhos executados e não pagos pela AdAM relacionados com o 3.º optativo do PRC_107/2020 – Lote de Val Nova de Cerveira - fatura 2001403039. No prazo legal para o efeito, a AdAM, apresentou contestação, alegando que não procedeu ao pagamento dos trabalhos em apreço pelo facto de não terem sido validados, na íntegra, pela AdAM e não terem sido qualificados contratualmente. A área técnica confirmou que existem trabalhos executados por esta empresa, mas que não foram pagos, o que, juridicamente, pode ser enquadrado como enriquecimento sem causa da nª parte às expensas do prestador de serviços.	
451/25.8BEPRG	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto – Unidade Orgânica 2	Me ATIV - Mota Engil	Águas do Alto Minho, S.A.	54 155	A sociedade Me ATIV - Mota Engil restituiu um procedimento de injunção no qual petição o pagamento do valor de 54 154,66€ por trabalhos executados e não pagos pela AdAM relacionados com o 3.º optativo do PRC_107/2020 – Lote de Carninha - fatura 2001403039. No prazo legal para o efeito, a AdAM, apresentou contestação, alegando que não procedeu ao pagamento dos trabalhos em apreço pelo facto de não terem sido validados, na íntegra, pela AdAM e não terem sido qualificados contratualmente. A área técnica confirmou que existem trabalhos executados por esta empresa, mas que não foram pagos, o que, juridicamente, pode ser enquadrado como enriquecimento sem causa da nª parte às expensas do prestador de serviços.	
372/25.4BEBRG	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	Me ATIV - Mota Engil	Águas do Alto Minho, S.A.	112 887	A sociedade Me ATIV - Mota Engil restituiu um procedimento de injunção no qual petição o pagamento do valor de 112 887,28€ trabalhos relacionados com o contrato PRC_070/2020 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA A INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITORIZAÇÃO E CONTROLO NO ÂMBITO DAS CANDIDATURAS APROVADAS DO AVISO POSEUR-12-2018 EFICIÊNCIA HÍDRICA - 1ª FASE - LOTE 4 - MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA”, bem como de equipamentos adquiridos pela ATIV Mota Engil para execução do contrato mas que não chegaram a ser fornecidos no âmbito do mesmo (e que foram, inclusivamente, suprimidos por acordo entre as partes) – fatura 2001403037. No prazo legal para o efeito, a AdAM, apresentou contestação, alegando que não procedeu ao pagamento dos trabalhos em apreço pelo facto de não terem sido validados, na íntegra, pela AdAM e não terem sido qualificados contratualmente. A área técnica confirmou que existem trabalhos executados por esta empresa, mas que não foram pagos, o que, juridicamente, pode ser enquadrado como enriquecimento sem causa da nª parte às expensas do prestador de serviços.	
906/25/25.2BELSB	Tribunal Administrativo de Circuito de Lisboa	JANZ - Contagem e Gestão de Fluidos, SA	Águas do Alto Minho, S.A.	1 007 595	A sociedade Janz restituiu um processo de contencioso pré-contratual em que alega a decisão de exclusão da sua proposta no âmbito do concurso PRC_095/2025, para aquisição de contadores de água. Pretende a admissão da sua proposta, que era de 764.920,60€, e a anulação da decisão de adjudicação ao concorrente admitido - Enermeter (cujas proposta era de 876.785,25€). Foi requerido o levantamento do efeito suspenso da execução do contrato adjudicado e foi apresentada contestação pela AdAM, aguardando-se decisão. A Autora pretende a admissão da sua proposta em substituição da proposta adjudicada, sendo que a sua proposta é de valor inferior. O valor atribuído à ação corresponde ao preço base do concurso público.	

Relativamente aos processos de contraordenações descritos no quadro acima, a AdAM pronunciou-se por escrito sobre os factos que lhe foram imputados, aguardando despacho sobre a referida pronúncia/defesa, não se considerando nesta data que nesta fase fosse necessária a constituição de qualquer provisão.

Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas demonstram-se como se segue:



Unidade: em euros

Data	Prestado por:	Montante	Beneficiário	Natureza
14/08/2020	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
14/08/2020	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
02/11/2020	Millenium BCP	84 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
23/02/2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
23/02/2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
23/02/2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
23/02/2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
24/03/2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
26/01/2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
20/07/2021	Millenium BCP	44 100	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
28/07/2021	Millenium BCP	24 260	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
11/11/2021	Millenium BCP	31 800	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
11/11/2021	Millenium BCP	33 525	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
15/11/2021	Millenium BCP	43 830	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
31/01/2022	Millenium BCP	30 900	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
16/02/2022	Millenium BCP	318 306	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
10/08/2022	Millenium BCP	23 355	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
11/11/2022	Millenium BCP	344 700	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
12/12/2022	Millenium BCP	44 600	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
13/12/2022	Millenium BCP	50 700	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
31/01/2023	Millenium BCP	13 300	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
21/07/2023	Millenium BCP	55 600	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
27/02/2024	Millenium BCP	54 300	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
19/04/2024	Millenium BCP	38 300	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
02/05/2024	Millenium BCP	9 600	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
16/08/2024	Millenium BCP	29 400	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
12/02/2025	Millenium BCP	49 400	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
14/05/2025	Millenium BCP	20 200	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
21/07/2025	Millenium BCP	5 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
03/09/2025	Millenium BCP	24 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
18/11/2025	Millenium BCP	47 200	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
		1 444 376		

16. Acréscimo de gastos de investimento contratual

16.1. Políticas contabilísticas

Ver política contabilística na nota 2.2.4.

16.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o acréscimo de gasto contratual é como segue:

F. Machado

Unidade: euros

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Acréscimo de gastos de investimento contratual	16.2	22 202 233	18 759 098
		22 202 233	18 759 098

Movimentos do período

O movimento ocorrido no acréscimo de gastos de investimento contratual em 31 de dezembro de 2025 e no exercício de 2024 é como segue:

Unidade: euros

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Amortização de investimento contratual - saldo inicial		18 759 098	15 597 454
Amortizações			
Amortizações do exercício	25	4 300 602	4 432 226
Transferências para firme	25	- 857 466	- 1 270 582
		3 443 135	3 161 644
Amortização de investimento contratual - saldo final		22 202 233	18 759 098

17. Subsídios ao investimento

17.1. Políticas contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AdAM cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

17.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2024	Reconhecimento de direito	Reconhecimento em resultados	31.12.2025
Candidatura POSEUR - EH 1257	5 383 522	611 351	-255 476	5 739 396
	5 383 522	611 351	-255 476	5 739 396

Unidade: euros

	31.12.2025	31.12.2024
Valores a receber - candidatura POSEUR 1257	-	8 888
Valores recebidos - candidatura POSEUR 1257	6 939 590	6 319 352
Reconhecimento em resultados - POSEUR 1257	- 1 200 194	944 718
	5 739 396	5 383 522

Relativamente à candidatura POSEUR-EH 1257 os valores recebidos foram:

Unidade: euros

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	8 888	316 412
Reconhecimento do direito ao fundo- Candidatura POSEUR - EH	611 351	
Recebimentos - Candidatura POSEUR - EH 1257	- 620 239	307 524
	0	8 888

18. Empréstimos

18.1. Políticas contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos" e "Fornecedores e outros passivos". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AdAM apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração dos resultados de acordo com a especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

O empréstimo obtido é classificado no passivo corrente, dado que o mesmo será liquidado nos próximos 12 meses após a data do balanço.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

18.2. Empréstimos detalhe e movimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe dos empréstimos obtidos é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos -Suprimentos	9 375 000	10 937 500
Não correntes	9 375 000	10 937 500
Empréstimos - Suprimentos	3 562 500	1 562 500
Empréstimos - Apoio de tesouraria	1 460 000	-
Juros a liquidar	169 378	245 779
Correntes	5 191 878	1 808 279
Total de empréstimos	14 566 878	12 745 779

Os juros a liquidar estavam apresentados na rubrica "Empréstimos", que totalizavam nos anos de 2025 e 2024 os montantes de 169.378 euros e 245.779 euros, respetivamente.

Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos no ano de 2025 e no exercício de 2024 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é como segue:

Unidade: euros

	Valor contabilístico 31.12.2024	Recebimentos	Pagamentos	Varição de Juros a Liquidar	Valor contabilístico 31.12.2025
Empréstimos - Suprimentos	12 500 000	2 000 000	1 562 500	-	12 937 500
Empréstimos - Apoio de tesouraria	245 779	1 700 000	240 000	-	1 629 378
Total	12 745 779	3 700 000	1 802 500	-	14 566 878

Empréstimos por maturidade

Unidade: euros

	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	5 191 878	1 808 279
Superior a 5 anos	9 375 000	10 937 500
	14 566 878	12 745 779

Empréstimos por tipo de taxa

Unidade: euros

Taxa de juro variável	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	1 731 878	1 808 279
Superior a 3 anos	12 835 000	10 937 500
	14 566 878	12 745 779

19. Fornecedores e outros passivos

19.1. Políticas contabilísticas

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a AdAM adquiriu, no decurso normal da sua atividade, bem como passivos a pagar pela integração de património municipal. Nos termos da cláusula 22.ª do Contrato de Gestão, os Municípios têm direito a uma contrapartida pecuniária pela cedência das infraestruturas, sob a forma de retribuição, tendo por base os benefícios gerados pelas mesmas no decurso da Parceria. O cálculo da retribuição anual resulta da aplicação de uma percentagem sobre o volume de negócios, conforme definido no Anexo V do Contrato de Gestão, entendendo-se por volume de negócios o somatório da venda de água e das prestações de serviços. De acordo com o previsto no EVEF, considerou-se que o valor das infraestruturas resultava da atualização da referida retribuição para o período inicial de 10 anos (2 quinquénios), à taxa anual de endividamento.

Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses desde a data do balanço ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar a fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

19.2. Detalhe

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe de fornecedores e outros passivos é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2025			31.12.2024		
	Não correntes	Correntes	Total	Não correntes	Correntes	Total
Fornecedores	2 491 930	3 516 670	6 008 600	2 778 423	1 809 053	4 587 476
Fornecedores de investimento	2 491 930	1 575 565	4 067 495	2 778 423	1 102 808	3 881 231
Fornecedores gerais	-	560 507	560 507	0	378 401	378 401
Fornecedores partes relacionadas	-	1 380 598	1 380 598	0	327 844	327 844
Acréscimos e Diferimentos	-	3 914 685	3 914 685	0	4 053 920	4 053 920
Acréscimo com férias e subsídio de férias	-	613 505	613 505	0	587 170	587 170
Acréscimo de gastos - Compra de água	-	650 521	650 521	0	829 023	829 023
Acréscimo de gastos - Trab. especializados	-	1 178 020	1 178 020	0	1 082 032	1 082 032
Acréscimo de gastos - Conservação e manutenç	-	607 425	607 425	0	746 479	746 479
Outros acréscimos e diferimentos	-	865 214	865 214	0	809 216	809 216
Outras Contas a Pagar	-	3 634 209	3 634 209	0	3 247 103	3 247 103
Cauções de fornecedores correntes	-	194 145	194 145	0	250 100	250 100
Outros credores- RSU	-	3 084 353	3 084 353	0	2 785 732	2 785 732
Outros credores	-	355 711	355 711	0	211 271	211 271
Estado e outros entes públicos	-	535 419	535 419	0	549 289	549 289
Iva a pagar	-	54 169	54 169	0	27 078	27 078
Retenções - Imposto sobre o rendimento	-	30 688	30 688	0	22 003	22 003
Contribuições - Segurança Social e CGA	-	107 377	107 377	0	87 344	87 344
Fundos de compensação e garantia do trabalho	-	8 114	8 114	0	8 114	8 114
Retenções - ADSE	-	0	0	0	2 772	2 772
Outras Tributações - TRH e TGR	-	335 072	335 072	0	401 979	401 979
	2 491 930	11 600 982	14 092 912	2 778 423	9 659 365	12 437 788

A rubrica de fornecedores de investimento regista em "não corrente" o montante de 2.491.930 euros, referente à dívida aos Municípios relativa à retribuição pela cedência das infraestruturas, a qual foi calculada com base na atualização da retribuição constante do EVEF, por contrapartida de um passivo financeiro, com liquidação prevista em 2026.


 Firmado 
 AdAM R&C 2025 212 de 244

	31.12.2025			31.12.2024		
	Não correntes	Correntes	Total	Não correntes	Correntes	Total
Município de Arcos de Valdevez	203 144	84 048	287 192	214 544	63 981	278 524
Município de Caminha	291 886	34 509	326 395	301 361	16 278	317 639
Município de Paredes de Coura	97 568	99 658	197 226	108 787	114 947	223 734
Município de Ponte de Lima	368 773	274 951	643 725	417 563	288 567	706 130
Município de Valença	170 696	76 622	247 318	241 027	40 102	281 129
Município de Viana do Castelo	1 252 210	431 283	1 683 492	1 342 711	17 875	1 360 586
Município de Vila Nova de Cerveira	107 654	218 421	326 075	152 430	101 637	254 067
	2 491 930	1 219 492	3 711 422	2 778 423	643 386	3 421 809

Fornecedores - Partes relacionadas

O saldo registado nesta rubrica inclui a dívida da faturação da Águas do Norte S.A. relativa à compra de água (541.305 euros) e ao tratamento de saneamento (839.144 euros) e a dívida da faturação de júris de procedimentos (149 euros) da Águas Públicas do Alentejo.

Acréscimos com férias e subsídio de férias

Esta rubrica representa a estimativa de encargos com férias e subsídios de férias relativas a 2025 a liquidar no decorrer no exercício de 2026.

Acréscimos de gastos – Compra de água

Nesta rubrica encontra-se registada a estimativa relativa à aquisição de água à Águas do Norte S.A. referente ao mês de dezembro de 2025.

Acréscimos de gastos - Trabalhos especializados

Esta rubrica inclui a estimativa relativa à prestação de serviços de saneamento de águas residuais (776.462 euros) referente ao mês de dezembro de 2025 da Águas do Norte S.A, estimativas dos gastos incorridos associados aos protocolos (285.809 euros), serviço de *contact center* e de apoio à área comercial (18.801 euros) e outros gastos incorridos (94.582 euros) cuja faturação só será registada em 2026.

Outros credores - RSU

Esta rubrica regista o montante de 3.084.353 euros referente a Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) a receber dos clientes, valores que se encontram incluídos nas faturas emitidas pela AdAM. Contudo, a respetiva receita pertence aos Municípios, sendo-lhes transferida após a boa cobrança das correspondentes faturas. Em janeiro de 2026, foi transferido para os respetivos Municípios o montante de 719.359 euros, relativo aos valores cobrados aos clientes no mês de dezembro de 2025 de RSU.

20. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

Unidade: euros

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31.12.2025	Nota	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor rendimento integral	Passivos financeiros ao justo valor por rendimento integral	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total dos instrumentos financeiros
Outros ativos financeiros	8.2	-	21 572	-	-	21 572
Clientes	10.3	8 085 824	-	-	-	8 085 824
Outras ativos correntes	11.2	1 029 904	-	-	-	1 029 904
Caixa e seus equivalentes	13.2	1 174 703	-	-	-	1 174 703
		10 290 432	21 572	-	-	10 312 003
Financiamentos obtidos não correntes	18.2	-	-	-	9 375 000	9 375 000
Passivos da locação não correntes	7.4	-	-	-	438 397	438 397
Fornecedores de outros passivos não correntes	19.2	-	-	-	2 491 930	2 491 930
Financiamentos obtidos correntes	18.2	-	-	-	5 191 878	5 191 878
Passivos da locação correntes	7.4	-	-	-	308 779	308 779
Fornecedores correntes	19.2	-	-	-	7 431 354	7 431 354
Outros passivos correntes	19.2	-	-	-	4 169 628	4 169 628
		-	-	-	29 406 966	29 406 966

21. Rédito de contratos com clientes

21.1. Políticas contabilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da AdAM. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AdAM avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a AdAM efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AdAM, existe apenas uma obrigação de desempenho (“*performance obligation*”), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

Venda de bens e prestações de serviços

Atividade regulada - Serviços em “baixa” - Parcerias

O rédito é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado à capacidade de débito do contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

Serviços da Construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.2.6

21.2. Detalhe

O rédito de contratos com clientes nos anos de 2025 e 2024 apresenta o seguinte detalhe:

	2025	2024
Unidade: euros		
Rédito de contratos com clientes		
Vendas de água	18 706 632	17 973 218
Prestações de serviço - saneamento	13 118 384	12 579 262
Outras prestações de serviço	602 240	629 297
	32 427 256	31 181 776

Em 2025 a AdAM detinha 113.982 clientes de água e 81.176 clientes de águas residuais, correspondendo respetivamente a 10.048 mil m³ de água vendida e 6.903 mil m³ de saneamento de águas residuais.

Serviços de construção

Políticas contabilísticas

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

Os serviços de construção nos anos de 2025 e 2024 apresentam o seguinte detalhe:

	2025		2024	
Serviços de construção - Baixa		6 510 178		4 812 664
		6 510 178		4 812 664
		2025		2024
Gastos diretos de construção - Baixa	-	6 510 178	-	4 812 664
	-	6 510 178	-	4 812 664

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de Rendimentos de construção (IFRIC 12) inclui os gastos internos capitalizados, sobre a forma de gastos com o pessoal no montante de 484.495 euros, fornecimentos e serviços externos no montante de 93.882 euros e gastos com financiamento no montante de 195.224 euros. Em 31 de dezembro de 2024 os gastos internos capitalizados foram de 726.272 euros.

22. Gastos com mercadorias e matérias consumidas

Nos anos de 2025 e 2024 o custo das vendas tem o seguinte detalhe:

	2025		2024	
CMVMC - Matérias - primas (*) (nota 12.2)		8 633 100		7 794 920
CMVMC - Matérias - subsidiárias (nota 12.2)		29 023		58 100
		8 662 124		7 853 020

*Respeita à compra de água adquirida à Águas do Norte SA

23. Fornecimentos e serviços externos

23.1. Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do gasto.

Trabalhos para a própria empresa, são os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao gasto, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

23.2. Detalhe

Nos anos de 2025 e 2024 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

	2025	2024
Subcontratos	7 523 097	7 281 436
Trabalhos especializados	1 607 170	1 570 002
Vigilância e segurança	49 066	37 462
Publicidade e propaganda	23 821	39 396
Material de escritório	4 615	7 127
Energia e outros fluídos	755 615	695 373
Conservação e reparação	1 641 594	2 053 433
Ferramentas de desgaste rápido	3 614	7 468
Comunicação	762 826	680 021
Rendas	123 288	288 946
Seguros	75 912	102 841
Encargos de cobrança	173 223	74 785
Artigos para oferta	27 459	24 410
Deslocações e estadas	14 444	14 787
Transporte de mercadorias	46 078	41 300
Contencioso e notariado	12 531	18 146
Limpeza e conforto	88 670	71 728
Outros FSE's	163 275	172 871
	13 096 297	13 181 531
FSE's capitalizados	- 93 882	- 66 987
	13 002 415	13 114 544

Unidade: euros

Subcontratos

Os gastos registados incluem a prestação de serviços de saneamento de águas residuais (7.523.097 euros) efetuada pela empresa Águas do Norte S.A., a qual regista um acréscimo face ao ano anterior decorrente de maior precipitação total verificada durante o ano 2025, bem como pelo aumento resultante de novas ligações de saneamento de águas residuais.

Trabalhos especializados

Os gastos registados incluem, essencialmente, o fee de gestão da AdP (649.665 euros), correspondente a 2% do volume de negócios, as análises (150.732 euros), assistência informática (119.056 euros), estudos/consultoria (4.500 euros), o *finishing* da faturação (38.401 euros), tratamento de resíduos (106.637 euros), prestação de serviços de atendimento presencial e telefónico (128.058 euros), serviços de leituras de contadores (220.330 euros), deteção de fugas (54.830 euros), serviços de corte e restabelecimento de água (9.441 euros) e outros trabalhos especializados (125.520 euros) relativos a prestações de serviço em regime de *outsourcing*, essencialmente relacionadas com a área comercial e operacional, os quais justificam o maior acréscimo desta rúbrica face ao ano anterior. Face ao ano anterior, alterou-se o procedimento de contabilização dos trabalhos especializados relacionados com as modalidades de cobrança bancária, que em 2024 foram registados na rúbrica 68 – OGP - S. Bancários Operacionais. No que respeita à contabilização dos honorários do Revisor Oficial de Contas, anteriormente registados nesta rúbrica, procedeu-se à alteração do registo contabilístico para a conta 63- G c/ P-Remunerações Órgãos Sociais – ROC.

Conservação e reparação

Os gastos registados nesta rubrica incluem serviços de manutenção executados internamente e prestações de serviços externas. O acréscimo registado face ao ano anterior resulta de ações corretivas nas infraestruturas operadas pela AdAM.

Comunicação

Esta rubrica regista os gastos com as comunicações fixas e móveis, bem como os serviços postais relacionados com a expedição de faturação e correio em geral.

Rendas

Esta rubrica regista a anulação das estimativas das rendas relativas ao Centro de Proximidade de Ponte de Lima e ao Centro Operacional Nordeste e ainda o montante de 259.422 euros relativo ao aluguer de viaturas em regime de *rent a car*, decorrente dos constrangimentos associados aos procedimentos de contratação pública de viaturas. Até novembro/24 as rendas relativas ao contrato da Microsoft foram contabilizadas nesta rubrica (70.476 euros), data a partir do qual passaram a ser contabilizadas em IFRS 16.

Encargos de cobrança

Em 2025 houve alteração da classificação contabilística dos gastos associados à SIBS da rubrica 68 – Serviços bancários operacionais para a rubrica 62 – Encargos com cobranças.

24. Gastos com pessoal

24.1. Detalhe

Nos anos de 2025 e 2024 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	2025	2024
Remunerações OS	222 257	131 894
Remunerações pessoal	4 042 250	3 743 276
Benefícios pós emprego (pensões)	2 497	2 891
Indemnizações	-	531
Encargos sociais com remunerações	927 009	834 682
Outros custos com pessoal	140 280	143 270
Seguro de vida e de saúde	273 195	223 514
Gastos de ação social	10 279	8 003
	5 617 767	5 086 999
Gastos com pessoal capitalizados	- 484 495	- 463 549
	5 133 272	4 623 450

Os gastos com o pessoal aumentaram face ao ano anterior decorrente, por um lado do aumento do número médio de trabalhadores, da atualização da remuneração mínima mensal garantida e da atualização salarial.

Quadro de Pessoal

Número médio de trabalhadores/aas durante o período	31.12.2025	31.12.2024
Orgãos sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	183	181
	188	186

Número de colaboradores	31.12.2025	31.12.2024
Orgãos sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	192	178
	197	183

25. Amortizações, depreciações e reversões do período

Nos anos de 2025 e 2024 as amortizações, depreciações e reversões têm o seguinte detalhe:

	2025	2024
Amortizações de investimento contratual (nota 5)	4 300 602	4 432 226
Amortizações de ativos intangíveis (nota 5)	1 091 964	713 972
Amortizações de ativos fixos tangíveis (nota 6)	30 023	29 499
Amortizações de ativos sob direito de utilização (nota 7)	352 057	288 502
	5 774 646	5 464 199

Unidade: euros

26. Perdas por imparidade e reversões do exercício

O quadro em baixo apresenta a rubrica de imparidade de clientes:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	1 794 732	1 667 623
Aumento (nota 26)	491 316	499 133
Reversão (nota 26)	-435 200	-372 025
	56 117	127 108
Saldo final	1 850 848	1 794 732

Unidade: euros

Da análise realizada aos saldos de clientes foi considerado que deviam ser reforçadas em 2025 as perdas por imparidade, no montante de 491.316 euros. Em 2024 o reforço das perdas por imparidade foi no montante de 499.133 euros. Em 2025, foi registada a reversão de imparidade no montante de 435.200 euros e em 2024 o montante de 372.025 euros, em virtude de se ter recuperado dívida anteriormente registada em imparidades.

Tendo em conta o histórico de recuperação da dívida, pode-se concluir que as percentagens definidas no cálculo anual das imparidades de clientes estão adequadas, evidenciando uma postura prudente por parte da AdAM.

27. Outros gastos operacionais

Nos anos de 2025 e 2024, os outros gastos operacionais têm o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	2025	2024
Impostos	55 301	64 793
Donativos	2 000	3 900
Outros gastos operacionais	37 167	164 503
	94 468	233 197

28. Outros rendimentos e ganhos

Nos anos de 2025 e 2024 os outros rendimentos e ganhos têm o seguinte detalhe:

	2025	2024
Outros rendimentos suplementares	123 241	116 902
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	90
Outros ganhos - Benefícios e Penalidades Contratuais	10 426	3 121
Outros ganhos - Outros Não Especificados	2 673	655
	136 340	120 768

29. Gastos financeiros

Nos anos de 2025 e 2024 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

	2025	2024
Juros suportados - Financiamento	529 690	709 116
Juros suportados - Locações	35 014	28 565
Juros de mora	9 321	156
Outros juros suportados	126 097	152 986
Outros gastos financeiros não especificados	-	-
	700 123	890 824
Gastos financeiros capitalizados	- 195 224	- 195 736
	504 899	695 088

Os juros suportados com o financiamento diminuiram no ano 2025 cerca de 179 mil euros derivado da diminuição da taxa média de financiamento. Os outros juros suportados referem-se aos juros calculados relativos à dívida de retribuição acionista a liquidar em exercícios seguintes.

30. Rendimentos financeiros

Nos anos de 2025 e 2024 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

	2025	2024
Juros de mora	51 538	49 392

Unidade: euros

Os juros de mora aplicados referem-se a atrasos no pagamento da faturação de clientes.

31. Imposto sobre o rendimento

31.1. Políticas contabilísticas

Imposto sobre o rendimento

A AdAM encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e à taxa de imposto aplicável.

A AdAM é tributada à taxa de 20%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AdAM cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A AdAM entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

Estimativa de impostos e impostos diferidos

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AdAM cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras.

A AdAM entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta: a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Conforme disposto na IAS 8, as alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.



31.2. Detalhes e movimento

Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais.

Nos anos de 2025 e 2024 o Imposto sobre o Rendimento na demonstração da posição financeira apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2025	31.12.2024
	Unidade: euros	
Imposto estimado	738 562	852 113
Estimativa - insuficiência de imposto	-	232 738
Sub-total	738 562	1 084 851
Pagamentos adicionais por conta	- 50 541	-
Pagamento por conta	- 702 567	48 930
Imposto a pagar/recuperar	- 14 546	1 035 921

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos anos de 2025 e 2024 é como segue:



 Machado

Unidade: euros

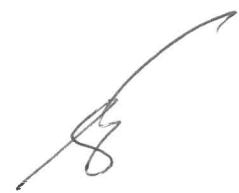

	31.12.2025	Ajustamentos	31.12.2024	Ajustamentos	31.12.2023
Resultado antes de imposto (s/ DRG)	- 357 331		- 536 941		- 1 312 313
(+) Acréscimos de variações patrimoniais					
Multas, coimas	9 665	-	21	-	69
Despesas não documentadas	2 583	-	-	-	-
Insuficiência por estimativa de imposto*		95 784	-	198 434	33 270
Amortizações de investimento contratual	4 226 791	-	4 150 988	-	2 523 237
Perdas por imparidade em clientes e inventários	83 329	-	236 338	-	148 271
Sub-total	4 322 368	95 784	4 387 347	198 434	2 704 847
(-) Deduções de variações patrimoniais					
Donativo	2 400	-	4 680	-	1 800
Quotizações	750	-	750	-	750
Excesso de estimativa de impostos	-	3 043	-	-	-
Reversão de perdas por imparidade	22 690	-	-	-	-
Majoração dos gastos com seguro de saúde	46 692	-	-	-	-
Majoração dos encargos correspondentes ao aumento indeterminado por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho	438 823	-	112 015	-	88 037
Majorações dos gastos referentes a consumos de eletricidade e gás natural	-	-	-	-	26 209
Incentivo fiscal à capitalização das empresas	43 653	-	12 876	-	10 266
Subsídios de investimento contratual	200 247	-	178 849	-	211 967
Sub-total	755 254	3 043	309 170	-	339 029
(=) Lucro tributável	3 209 783	- 3 043	3 541 236	-	1 053 506
(-) Prejuízos fiscais dedutíveis	-	-	-	-	790 129
(=) Matéria coletável	3 209 783	-	3 541 236	-	263 376
(x) Imposto à taxa normal + derrama estadual	693 250	-	802 897	-	84 914
(+) Tributação autónoma	1 301	-	67	-	430
Derrama municipal	44 010	-	49 149	-	14 170
(=) Total do imposto	738 562	92 741	852 113	198 434	99 513
Taxa efetiva de imposto	23,01%	-	24,06%	-	9,45%

A taxa efetiva de imposto de 2025 (23,03%) apresenta um valor inferior à taxa efetiva de 2024 (24,06%), por diminuição da taxa de IRC, em 1%. O detalhe dos impostos na demonstração de resultados em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto corrente	- 738 562	- 852 113
Anulação do excesso de estimativa de imposto de 2023	3 043	34 304
Insuficiência/excesso por estimativa de imposto	- 95 784	- 232 738
	- 831 303	- 1 050 547
Imposto diferido	513 577	810 895
	- 317 726	- 239 652

A AdAM regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os correspondentes valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.


 Fichado 
 AdAM R&C 2025 225 de 244

Unidade: euros

	Nota	31.12.2024	Correções de taxa média de IRC e derramas	Dotação/ utilização	Correções Exercícios anteriores	31.12.2025
Taxa de IRC		20,00%			20,00%	
Taxa de Derrama Municipal		1,39%	-1,58%	19,81%	1,39%	
Taxa de Derrama Estadual						
Ativos por Impostos Diferidos						
Efeito IFRIC 12		-				
Efeito IFRIC 12 Exercício-investimento futuro	17	21 761 888	21 761 885	4 226 791	-	25 988 677
Perdas por imparidade em clientes	26	562 698	562 698	-	735	561 964
Base de incidência		22 324 586	22 324 584	4 226 791	735	26 550 640
Imposto		6 000 658			147	484 242
Derrama		334 971	352 822	837 221	10	
Imposto diferido ativo reconhecido		4 774 917	352 822	837 221	157	5 259 159
Taxa de IRC		20,00%			20,00%	
Taxa de Derrama Municipal		1,39%	-1,58%	19,81%	1,39%	
Taxa de Derrama Estadual						
Passivos por impostos diferidos						
Desvio de Recuperação de Gastos	9	15 024 172	15 024 172	916 178	3 851	15 944 200
Efeito IFRIC 12		-				
Efeito IFRIC 12 Exercício-Subsídio futuro	17	876 319	876 319	200 247	0	1 076 566
Base de incidência		15 900 491	15 900 491	1 116 425	3 851	17 020 767
Imposto		3 182 331			770	3 404 237
Derrama		217 628	251 295	221 136	54	217 682
Imposto diferido passivo reconhecido		3 399 959	251 295	221 136	824	3 370 624

Importa referir que a atualização dos impostos diferidos registada em 2025 decorre do disposto no artigo 87.º da Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro, que altera a taxa de IRC de 20% para 17%, à qual acrescem as derramas. Esclarece-se ainda que, para o cálculo da taxa efetiva de IRC, foi utilizado o lucro tributável previsional estimado para 2028.

32. Saldos e transações com partes relacionadas

32.1. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 as partes relacionadas da AdAM são as seguintes:



Unidade: euros

	Rendimentos 31.12.2025	Gastos 31.12.2025	Rendimentos 31.12.2024	Gastos 31.12.2024
Águas de Portugal SGPS,SA	594	1 244 104	297	1 447 680
AdP Valor,SA	149	-	-	8 715
Águas do Norte,SA	31 938	16 182 678	14 660	15 098 771
EPAL,SA	1 188	257 115	446	256 274
Águas da Região de Aveiro,SA	594	-	-	-
Águas do Centro Litoral,SA	446	-	-	-
Águas do Douro e Paiva,SA	1 337	-	-	149
Águas de Santo André,SA	149	-	-	149
Águas do Tejo Atlântico,SA	1 337	-	-	891
Águas Públicas do Alentejo,SA	149	-	-	149
SIMDOURO,SA	149	-	-	149
Águas do Algarve	-	-	743	594
Simarsul	149	-	-	446
Município de Arcos de Valdevez(*)	101 634	- 32 044	-	180
Município de Caminha	145 523	23 998	4 793	-
Município de Paredes de Coura	64 894	32 051	37 529	-
Município de Ponte de Lima (*)	212 391	- 54 529	196 776	18 000
Município de Valença	69 707	16 721	62 189	-
Município de Viana do Castelo	360 641	162 569	394 251	1 998
Município de Vila Nova de Cerveira	53 501	13 418	57 060	10 200
	1 046 468	17 846 081	768 742	16 844 342

(*) Refere-se à anulação dos valores registados em exercícios anteriores, por não se concretizarem os correspondentes contratos.

Unidade: euros

	Ativos 31.12.2025	Passivos 31.12.2025	Ativos 31.12.2024	Passivos 31.12.2024
Águas de Portugal SGPS, S A	3 218	14 795 682	-	13 093 258
AdP Valor, S A	149	10 104	-	12 860
Águas do Norte, SA	937	2 837 308	1 454	1 775 230
EPAL, SA	446	39 456	-	63 528
Águas da Região de Aveiro	297	-	-	-
Águas do Centro Litoral	149	-	-	-
SIMDOURO	-	-	-	149
Águas do Algarve	-	149	-	594
Águas do Douro e Paiva	594	-	-	149
Águas do Tejo Atlântico	1 337	-	-	891
Águas de Santo André	-	-	-	149
Águas Públicas do Alentejo	-	149	-	149
SIMARSUL	-	-	-	446
Município de Arcos de Valdevez	96 752	287 192	96 820	278 524
Município de Caminha	184 706	326 395	323 956	317 639
Município de Paredes de Coura	103 657	197 226	415 376	223 734
Município de Ponte de Lima	317 155	643 725	319 681	706 130
Município de Valença	49 930	247 318	247 239	281 129
Município de Viana do Castelo	3 604 255	1 683 492	2 607 968	1 360 586
Município de Vila Nova de Cerveira	39 335	326 076	138 896	254 067
	4 402 917	21 394 271	4 151 390	18 369 209

Os rendimentos da Águas do Norte S.A. e Municípios referem-se à venda de água e prestação de serviços de saneamento. No que respeita à composição dos gastos associados às empresas do Grupo, estão incluídos os

serviços prestados pela AdP, os juros das linhas contratualizadas com a AdP SGPS, a aquisição de água, prestação de serviços e assessoria técnica da Águas do Norte S.A., serviços de call center e apoio à área comercial. No que se refere aos gastos associados aos Municípios estão incluídos os gastos com os protocolos de cooperação técnica, instalações de centros operacionais e de lojas de atendimento.

Compromissos

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela Empresa foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta do quadro seguinte, organizado por valor do compromisso financeiro em aberto, para os próximos períodos, valor este que reflete a diferença entre o valor do contrato e o valor já faturado.

DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA / PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	ADJUDICATÁRIO	Valor Contrato	Unidade: em euros	
			Valor faturado até 31.12.2025	Compromisso após 31.12.2025
PRC-093/2020 - Aquisição de software e serviços conexos para solução de gestão documental	Link Consulting - Tecnologias de Informação SA	59 875	28 885	30 990
PRC-041/2023 - Construção, instalação e arranque em operação de Postos de Tratamento de Água para Consumo Humano da Águas do Alto Minho, S.A. - Fase 2	Ecofirma - Gestão do Ambiente, S.A.	438 155	390 150	19 179
PRC-042/2024 - Remodelação de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais Águas do Alto Minho, S.A. - Lote 1 - Municípios de Arcos de Valdevez, Ponte de Lima e Viana do Castelo	Monte & Monte, S.A.	1 127 999	666 864	461 135
PRC-042/2024 - Remodelação de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais Águas do Alto Minho, S.A. - Lote 2 - Municípios de Caminha, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira	Monte & Monte, S.A.	998 885	631 120	367 765
PRC-168/24 - Ramas de abastecimento de água e águas residuais nos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha e Ponte de Lima (SE)	Vaz & Barbosa Lda	345 701	241 962	-
PRC_057/2024 - Projetos de infraestruturas associadas ao ciclo urbano da água no Sistema de Águas do Alto Minho	Hidrofunção - Consultores de Engenharia, Lda	29 800	17 910	-
PRC_147/2024 - Elaboração do EVEF e Análise Custo-Benefício no âmbito da candidatura ao aviso NORTE2030-2024-59	XZ - Consultores S.A.	19 500	19 500	-
PRC_020/2025 - Remodelação da rede de drenagem de águas residuais e abastecimento de água em Rua Viar de Lamas e Rua da Igreja - Freguesia Arão - Município de Valença	Sebastião da Rocha Barbosa Lda	143 886	142 518	-
PRC_023/2025 - Reformulação do abastecimento de água a Agrhouso em Affe - Vana do Castelo	Questão D'Area Lda	159 944	20 245	139 699
PRC-021/2023 - Remodelação das estações elevatórias de águas residuais de Búrrio e Portela	Ibernarcon, Lda	206 851	172 244	34 607
PRC-085/2025 - Empreitada de Execução de Ramas de abastecimento de Água e Águas Residuais - Município Viana do Castelo (Margem Sul)	Questão D'Area Lda	119 878	61 442	58 436
PRC_091/2025 - Remodelação da rede de abastecimento de água e de águas residuais na avenida Manuel Xavier - Município de Caminha	Predilithes - Construções Lda	97 233	27 978	69 255
PRC_074/2025 - Remodelação da rede de abastecimento de água na rua do Tanque - Município Viana do Castelo	Predilithes - Construções Lda	27 760	24 086	3 673
PRC-121/2022 - Empreitada de Execução de ramais de abastecimento de água e águas residuais no município de Viana do Castelo - Lote 1 - Margem Norte	Questão D'Area Lda	600 000	573 159	-
PRC-053/2023 - Empreitada de execução de ramais de abastecimento de água e águas residuais no município de Arcos de Valdevez e Caminha	Monte & Monte, S.A.	300 000	297 011	-
PRC-001/2024 - Empreitada de execução de ramais de abastecimento de água e águas residuais - Município Paredes de Coura - Lote 1	Vaz & Barbosa Lda	300 000	299 990	-
PRC-001/2024 - Empreitada de execução de ramais de abastecimento de água e águas residuais - Município Ponte de Lima - Lote 2	Questão D'Area Lda	300 000	298 235	-
PRC-064/2024 - Empreitada de execução de ramais de abastecimento de água e águas residuais nos municípios de Valença - Lote 1	Vaz & Barbosa Lda	200 000	199 914	-
PRC-064/2024 - Empreitada de execução de ramais de abastecimento de água e águas residuais nos municípios de Vila Nova de Cerveira - Lote 2	Monte & Monte, S.A.	200 000	181 061	18 939
PRC-099/2024 - Empreitada de execução de ramais de abastecimento de água e águas residuais - Município de Viana do Castelo - Lote 1 - Margem Norte	Questão D'Area Lda	300 000	150 000	150 000
PRC-099/2024 - Empreitada de execução de ramais de abastecimento de água e águas residuais - Município de Viana do Castelo - Lote 2 - Margem Sul	Questão D'Area Lda	300 000	299 975	-
PRC-144/2024 - Empreitada de execução de ramais de abastecimento de água e águas residuais no Município de Ponte de Lima - Lote 1	Monte & Monte, S.A.	300 000	137 855	162 145
PRC-144/2024 - Empreitada de execução de ramais de abastecimento de água e águas residuais no Município de Ponte de Lima - Lote 2	Monte & Monte, S.A.	300 000	295 984	4 016
PRC_162/2024 - Empreitada de execução de ramais de abastecimento de água e águas residuais - Município de Arcos de Valdevez - lote 1	Vaz & Barbosa Lda	300 000	217 186	82 814
PRC_162/2024 - Empreitada de execução de ramais de abastecimento de água e águas residuais - Município de Caminha - lote 2	Vaz & Barbosa Lda	300 000	150 000	150 000
PRC_001/2023 - Reformulação do sistema de interceção e elevação das EE de Cas e Urgeira (Município de Valença)	Primus Lean - Engenharia e Construção Lda	343 990	-	343 990
PRC_053/2025 - Correção de pavimentos decorrentes da execução de ramais de AA e AR - Município de Viana do Castelo	Primus Lean - Engenharia e Construção Lda	16 000	-	16 000
PRC-030/2025 - Projetos de infraestruturas associadas ao ciclo urbano da água no Sistema de Águas do Alto Minho	Hidrofunção - Consultores de Engenharia, Lda	91 000	-	91 000
PRC-058/2025 - Remodelação de redes de abastecimento de água (1ª Fase) - Lote 1 - Municípios Arcos de Valdevez, Ponte de Lima e Viana do Castelo	Martins & Filhos, S.A.	399 232	-	399 232
PRC-058/2025 - Remodelação de redes de abastecimento de água (1ª Fase) - Lote 2 - Municípios de Caminha, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira	Martins & Filhos, S.A.	295 204	-	295 204
PRC-080/2025 - Empreitada de execução de ramais de abastecimento de água e águas residuais - Municípios de Paredes de Coura - lote 1	Vaz & Barbosa Lda	200 000	-	200 000
PRC-080/2025 - Empreitada de execução de ramais de abastecimento de água e águas residuais - Municípios de Valença - lote 2	Vaz & Barbosa Lda	200 000	-	200 000
PRC-080/2025 - Empreitada de execução de ramais de abastecimento de água e águas residuais - Municípios de Vila Nova de Cerveira - lote 3	Vaz & Barbosa Lda	200 000	-	200 000
		9 220 892	5 545 274	3 498 079

33. Investimento contratual

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pela AdAM não relevados no balanço, decorrentes da celebração do contrato de parceria relativamente a investimentos iniciais, renovação a efetuar no decorrer do período remanescente de parceria, apresenta-se do seguinte modo:

Unidade: em euros

	Investimento contratual	Investimento já efetuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado (N+1)	Investimento contratual não realizado (N+2 .. N+5)	Investimento contratual não realizado (>N+5)
dezembro de 2025	149 145 794	33 576 125	6 082 919	8 459 175	14 883 184	86 144 392
	149 145 794	33 576 125	6 082 919	8 459 175	14 883 184	86 144 392

34. Honorários de auditoria e de revisão legal

Os honorários de auditoria e Revisão Legal de Contas da AdAM no exercício de 2025 foram os seguintes:

Unidade: em euros

	Revisão Legal de Contas	Outras despesas relacionados com auditoria
Deloitte & Associados, SROC S.A.	14 238	3 250
	14 238	3 250




35. Informações exigidas por diplomas legais

Artº. 397º. do Código das Sociedades Comerciais

A AdAM não concedeu quaisquer empréstimos ou créditos aos seus administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artº.324 do Código das Sociedades Comerciais

A AdAM não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.


Fechado 
 AdAM R&C 2025 229 de 244 

Artº 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2025 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

36. Rendimento garantido

Nos termos do Contrato de Gestão os acionistas têm uma remuneração anual efetiva adequada dos capitais investidos. Essa remuneração, durante o prazo de investimento inicial, corresponde à aplicação ao capital social de uma taxa correspondente à soma da rentabilidade das Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos, ou outra equivalente que a venha a substituir, com 3 pontos percentuais. A remuneração é devida desde a data de realização do Capital Social e quando a Empresa não proceder à distribuição de dividendos a que os acionistas tenham direito, a remuneração em dívida será capitalizada até à data do seu pagamento.

O valor da remuneração é o seguinte:

		Unidade: Euros
		2025
		Categoria A
- Realizações de Capital até 31.12.2025:		
data	nº dias	
23.07.2019	1096	529 200
24.07.2019	1096	550 800
20.12.2019	1096	28 381
22.12.2019	1096	17 967
30.12.2019	1096	79 182
14/01/2018	1082	184 887
16/01/2018	1080	397 555
04/02/2018	1061	12 028
28/01/2021	703	462 218
02/06/2021	578	918 000
22/06/2021	558	75 888
24/06/2021	556	58 028
19/07/2021	531	30 070
01/09/2021	487	139 928
07/12/2021	390	44 918
30/12/2021	367	70 953
Capital a 31.12.2025		3 600 000
Dividendos em dívida de 2019 a 2023 não distribuídos até 31.12.2025		719 090
Dividendos em dívida 2024 não distribuídos em 2025		232 818
Taxa de juro OT 10 anos		2,86%
Spread 3pp		3,00%
Taxa de remuneração acionista		5,86%
Remuneração do capital realizado		241 120

37. Eventos subsequentes

Desde o final de janeiro e no mês de fevereiro de 2026, o território de Portugal continental tem sido sucessivamente afetado por várias depressões meteorológicas – fenómeno comumente designado por “comboio de tempestades” – entre as quais se destacam a Ingrid, o Joseph, a Kristin, o Leonardo e a Marta. Estes fenómenos têm provocado episódios de precipitação intensa, ventos fortes e agitação marítima significativa, resultando em cheias, deslizamentos de terras, falhas de energia e de telecomunicações.

Esta sucessão de eventos climáticos extremos provocou danos significativos em praticamente todo o território continental, afetando múltiplos domínios, infraestruturas e equipamentos, com impactos consideráveis na operacionalidade dos sistemas de abastecimento e de saneamento. Em particular, a depressão Kristin – já classificada pelo IPMA como a “mais forte de sempre” em Portugal – deixou um rasto de destruição nas infraestruturas, instalações e equipamentos de adução, distribuição de água e drenagem de águas residuais. Os efeitos adversos estenderam-se ainda à interrupção do fornecimento de energia elétrica e de telecomunicações, agravando a complexidade da resposta operacional.

Para assegurar a continuidade do serviço e mitigar os impactos, foram e estão a ser implementadas diversas soluções provisórias com gastos acrescidos que incluem o transporte de água por auto-tanques, a alimentação elétrica por geradores, reforço no consumo de reagentes para tratamento de águas assim como uma mobilização contínua e extraordinária das equipas, entre outros. Estas medidas visam garantir, dentro do possível, a continuidade da operação dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais geridas pelo Grupo AdP, apesar das condições excecionais verificadas.

As condições meteorológicas adversas, designadamente a elevada e persistente pluviosidade registada durante o período associado às tempestades *Kristin*, provocaram um acréscimo significativo dos caudais afluentes indevidos ao sistema em baixa, decorrentes de infiltrações e aflúências indevidas.

Esta situação originou impactos negativos de natureza ambiental e económico-financeira na atividade da AdAM. Estimamos que, o acréscimo de gasto em resultado do acréscimo da pluviosidade registada no período, ascende a cerca de 100 mil euros.

O Conselho de Administração da AdAM declara que, após o termo do exercício de 2025 até à data de aprovação das contas pelo Conselho de Administração, destaca-se os seguintes acontecimentos:

- Receção de pedidos de processo de injunção por parte de um fornecedor, que se encontra em análise;
- Levantamento do procedimento cautelar relativo a um processo de contratação pública.

Mais se declara que é expectativa do Conselho de Administração que os Desvios de Recuperação de Gastos gerado nos exercícios 2023,2024 e 2025, que ainda se encontram em aprovação a esta data, sejam aprovados em reunião de Comissão de Parceria a realizar em 2026.

Não se registaram outros factos relevantes após o termo do exercício.

Viana do Castelo, 26 de fevereiro de 2026

A Contabilista Certificada

Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira

(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)

O Conselho de Administração,

Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos

(Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos – Presidente Executivo)

Fernanda Maria de Sousa Machado

(Fernanda Maria de Sousa Machado – Vice-Presidente)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda

(Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda – Vogal não Executiva)

Manuel António Azevedo Vitorino

(Manuel António Azevedo Vitorino-Vogal não Executivo)

João Manuel Esteves

(João Manuel Esteves -Vogal não Executivo)

2. Despacho de aprovação do PAO 2025-2027



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UTAM

Despacho n.º 7/2025-SETF

Atento o exposto no presente Relatório de Análise da UTAM, aprova-se a proposta de PAO da Águas do Alto Minho, S.A., no que concerne ao plano anual de 2025, incluindo o Plano de Investimentos, limitado às autorizações a seguir identificadas, e sem prejuízo do cumprimento dos demais requisitos legais por parte da empresa:

- i. o aumento dos Gastos Operacionais até ao valor máximo de 26,847 milhões de euros em 2025;
- ii. a contratação de 10 trabalhadores, cumprindo o previsto no ponto 3.7 *infra*, limitando o número de trabalhadores a 205 em 2025.

Remeta-se para a UTAM e dê-se conhecimento à Senhora MAEn, à AdP, SGPS, S.A., à Párpública, e à DGTf.

Visto. Concorde.
Submete-se o presente Relatório de Análise à consideração de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.
Propõe-se em conformidade que sejam aprovados apenas o Plano Anual de 2025 e o Plano de Investimentos.

JOSE
MANUEL DE
MATOS
PASSOS

Assinado de forma digital por JOSE MANUEL DE MATOS PASSOS
Dados: 2024.12.30 11:09:41 Z

João
Silva
Lopes

Assinado de forma digital por João Silva Lopes
Dados: 2025.01.06 14:51:40 Z



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AMBIENTE E ENERGIA

Gabinete da Ministra do Ambiente e Energia

DESPACHO Nº 5/MAEN/2025

Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2025-2027 da Águas do Alto Minho, S.A.

Considerando o Plano de Atividades e Orçamento da Águas do Alto Minho, S.A., bem como a concordância do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, vertida no Despacho n.º 7/2025-SETF, de 06.01.2025, ao parecer emitido pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial constante no Relatório de Análise 285/2024, de 30.12.2024, aprovo o Plano de Atividades e Orçamento para 2025-2027, no que concerne ao plano anual de 2025, incluindo o Plano de Investimentos, da Águas do Alto Minho, S.A, nos precisos termos exarados no aludido Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

A Ministra do Ambiente e Energia

Maria da Graça
Carvalho

Assinado de forma digital por Maria da Graça Carvalho
Dados: 2025.01.10 16:15:43 Z

Maria da Graça Carvalho


AdAM R&C 2025 233 de 244

3. Pareceres do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A.
SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DE 2025

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, designadamente do previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º e do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade Águas do Alto Minho, S.A., apresentados no dia 7 de março de 2025 pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2025.
2. A sociedade Águas do Alto Minho teve como base o Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, que veio possibilitar um novo modelo de gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento, permitindo um modelo de gestão delegada assente numa parceria entre o Estado e as Aduarquias Locais. Assim, em 11 de janeiro de 2019, foi celebrado um contrato de parceria pública entre o Estado Português e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira que criou o sistema de Águas do Alto Minho. Posteriormente, em 22 de julho de 2019 foi formalizado o contrato de Gestão entre o Estado Português, os mencionados Municípios e a sociedade Águas do Alto Minho, na qualidade de entidade Gestora da Parceria. A sociedade iniciou a sua atividade operacional a 1 de janeiro de 2020, relativamente a exploração e à gestão, em regime de parceria, dos serviços de águas relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho.
3. Os membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, atualmente em funções, foram eleitos em Assembleia Geral Ordinária a 31 de março de 2023, para o mandato 2023-2025.
4. O atual Conselho Fiscal foi eleito através de Deliberação Unânime por Escrito (DUE) dos acionistas da Águas do Alto Minho S.A., a 7 de dezembro de 2023, para o mandato 2023-2025.
5. O Conselho Fiscal efetuou reuniões com o Conselho de Administração, Revisor Oficial de Contas e Serviços da Sociedade, igualmente procedeu à leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da informação financeira preparada pela Sociedade e disponibilizada ao Conselho Fiscal.



[Handwritten initials]

6. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
7. O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o triénio de 2025-2027, submetido à aprovação da tutela, obteve os despachos favoráveis, da Secretaria do Estado do Tesouro e das Finanças, de 6 de janeiro de 2025 (Despacho nº 7/2025-SETF) e do Ministério do Ambiente e Energia de 10 de janeiro de 2025 (Despacho nº 5/MAEN/2025).
8. O Conselho Fiscal emitiu, em 13 de março de 2026, um parecer favorável relativamente ao Relatório do Governo Societário do exercício de 2025, elaborado pela Águas do Alto Minho, S.A previsto no n.º 1 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.
9. Em observância do artigo n.º 470.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do estado, designadamente do cumprimento das orientações legais relativamente às remunerações vigentes em 2025, as quais se encontram divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório do Governo Societário.
10. As tarifas aplicadas mantiveram-se inalteradas, correspondendo ao tarifário de 2024. Embora, em 05/09/2024, tenha sido aprovada uma proposta de atualização tarifária e posteriormente remetida à ERSAR para parecer, o processo não pôde ser concluído. A impossibilidade de funcionamento da Comissão de Parceria impediu a aprovação final da atualização, permanecendo assim em vigor, em 2025, o tarifário de 2024.
11. Relativamente às divulgações constantes nas Notas 2.2.5, 9.2 e 9.3, bem como no contexto descrito na nota 37, todos do Anexo às Demonstrações Financeiras de 2025. O Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), em 2025, 2024 e 2023, existiram défices de 916.178 €, 1.021.664 € e 1.735.481 €, respetivamente, todos ainda pendentes de aprovação pela Comissão de Parceria. O Conselho de Administração considera que estes valores representam o melhor estimativo disponível e que serão aprovados. O desvio de recuperação de gastos, apresenta o valor total deficitário em 15.940.350 € (quinze milhões, novecentos e quarenta mil, trezentos e cinquenta euros). Este facto encontra-se referido na Ênfase da CLC, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, no dia 12 de março de 2026.
12. A entidade apresenta, em 2025, um nível de execução do investimento de 55% (49% em 2024, 61% em 2023) relativamente ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento aprovado, pelas Tutelas financeiras e setorial, para o exercício de 2025.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

- 13 A empresa deu cumprimento às disposições legais previstas e às orientações emanadas pela Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), relativamente às instruções sobre o processo de prestação de contas referentes a 2025.
- 14 A empresa apresentou um resultado líquido do exercício de cerca de 241,12 mil euros e o desvio de recuperação de gastos registou um défice, de aproximadamente 0,92M€. O *cash flow* operacional apresentou um valor de cerca de 3,2 M€, registando uma evolução negativa face ao ano anterior, situando-se o resultado operacional (sem desvio tarifário) em cerca de 96 mil €.
- 15 No que respeita aos gastos com o pessoal, estes aumentaram face ao ano anterior em resultado do aumento do número médio de trabalhadores, da atualização da remuneração mínima mensal garantida e da atualização salarial, conforme referido na Nota 24.1 do R&C 2025, e autorizado por despacho da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, o Despacho n.º 7/2025 SETF que autoriza, para 2025, a contratação de 10 trabalhadores, ficando o número total limitado a 205 trabalhadores. No ano de 2025 encontrava-se autorizada a contratação dos referidos 10 trabalhadores/as e, à data de 31 de dezembro, encontravam-se integrados 192 trabalhadores/as, permanecendo por concretizar 8 admissões, as quais, nos termos do Ponto 15 das Instruções, transitaram para o ano de 2026.
- 16 Quanto aos gastos operacionais, o Despacho n.º 7/2025-SETF autorizou o aumento dos gastos operacionais até ao valor máximo de 26,847 milhões de euros em 2025. No entanto, a AdAM registou gastos operacionais inferiores ao montante autorizado no PAO 2025, traduzindo-se numa redução de 128.553 euros face ao orçamento aprovado, nos termos do 15 Anexo I - Cumprimento das Orientações do Acionista e Disposições Legais 2025 do R&C 2025.
- 17 Nos termos do disposto no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 13 do art.º 3º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, o Conselho de Administração submeteu junto da UTAM, uma proposta de objetivos, incluindo indicadores e respetivas metas, para o mandato. O Conselho de Administração da sociedade Águas do Alto Minho SA, eleito em 31 de março de 2023 para o mandato 2023-2025, deu cumprimento ao disposto no n.º 13 do art.º 3º do referido normativo, aguardando a respetiva aprovação da proposta apresentada.

[Handwritten signature]

18. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal de Contas, emitida no dia 12 de março de 2026, nos termos da legislação em vigor, pelo Revisor Oficial de Contas, a qual integra uma ênfase, conforme apresentado no ponto 11 deste Relatório e Parecer.
19. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Demonstração da Posição Financeira, Demonstração do Rendimento Integral, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas às Demonstrações Financeiras) e os restantes documentos de prestação de contas são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade no decorrer do ano de 2025.
20. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade no desempenho dos seus funções.

Parecer do Conselho Fiscal

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da Águas do Alto Minho, S.A., aprove.

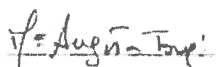
- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais do Exercício de 2025.
- b) A proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Viana do Castelo, 13 de março de 2025

O Conselho Fiscal



Ana Cristina Rodrigues
(Presidente)



Maria Augusta Cepeda Tome
(Vogal)

Tiago Manuel Pereira Cunha
(Vogal)

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 9 do Anexo às demonstrações financeiras, o Desvio de Recuperação de Gastos ("DRG") corresponde à correção (positiva no caso de défice e negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente de acordo com o Contrato de Parceria, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos e remuneração anual garantida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de "Desvio de Recuperação de Gastos" da demonstração dos resultados e do rendimento integral, apresenta défices de 916.178 Euros e de 1.021.664 Euros, respetivamente, que foram estimados pelo Conselho de Administração, não tendo sido ainda aprovados pela Comissão de Parceria. Adicionalmente, também ainda se encontra em aprovação o DRG gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante deficitário de 1.735.481 Euros. Conforme divulgado nas Notas 9 e 37 do Anexo às demonstrações financeiras, é convicção do Conselho de Administração que o DRG dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, correspondem à melhor estimativa na presente data e que os montantes referidos serão aprovados pela Comissão de Parceria.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.


Fechado

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de março de 2026



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106

Anexo – Declaração de Conformidade

No âmbito da preparação e submissão dos documentos da prestação de contas referente ao exercício de 2025, o Conselho de Administração da Águas do Alto Minho, reunido para o efeito, declara que:

1. Foi verificada a consistência entre a informação financeira reportada no SISEE ao longo do exercício e os elementos constantes da prestação de contas agora submetida ao acionista Estado;
2. Não foram identificadas divergências materiais entre os dados comunicados nas diferentes fases de reporte que comprometam a fiabilidade ou a comparabilidade da informação financeira final;
3. O Conselho de Administração assegura que as informações prestadas obedecem aos princípios de veracidade, transparência e rigor exigidos às empresas do Setor Empresarial do Estado.

Mais se declara que a presente declaração de conformidade é emitida para os efeitos tidos por convenientes e integra os anexos ao Relatório de Gestão.

Viana do Castelo, 26 de fevereiro de 2026



(Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos – Presidente Executivo)

Fernanda Maria de Sousa Machado
(Fernanda Maria de Sousa Machado – Vice-Presidente)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda – Vogal não Executiva)



(Manuel António Azevedo Vitorino-Vogal não Executivo)



(Olegário Gomes Gonçalves -Vogal não Executivo)

